

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LETÍCIA PEDRASSA PRATES

**FASCISMO, NAZISMO E SEUS NEOLOGISMOS: UMA
ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA DE INSPIRAÇÃO
FOUCAULTIANA**

TOLEDO
2024

LETÍCIA PEDRASSA PRATES

FASCISMO, NAZISMO E SEUS NEOLOGISMOS: UMA ABORDAGEM
ARQUIVÍSTICA DE INSPIRAÇÃO FOUCAULTIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Prof^a Dr^a Ester Maria Dreher Heuser

TOLEDO
2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Pedrasa Prates, Leticia
Fascismo, nazismo e seus neologismos: uma abordagem
arquivística de inspiração foucaultiana / Leticia Pedrasa
Prates; orientadora Ester Maria Dreher Heuser. -- Toledo,
2024.
221 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
2024.

1. Filosofia. 2. Fascismo. 3. Nazismo. 4. Foucault. I.
Dreher Heuser, Ester Maria, orient. II. Título.

LETÍCIA PEDRASSA PRATES

Fascismo, Nazismo e seus neologismos: uma abordagem arquivística de inspiração foucaultiana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Filosofia, área de concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ESTER MARIA DREHER HEUSER
Data: 01/12/2024 23:00:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a) - Ester Maria Dreher Heuser

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO GUERON
Data: 03/12/2024 00:02:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Guéron

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Documento assinado digitalmente
 CARLOS RENATO MOITEIRO
Data: 02/12/2024 15:51:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Renato Moiteiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Toledo, 25 de outubro de 2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Leticia Pedrassa Prates, pós-graduanda do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final de dissertação é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 25 de outubro de 2024

Leticia P. Prates

Assinatura

*Aos meus pais, Adriana e Ricardo.
À minha irmã, Sofia.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Adriana Pedrassa Prates, meu maior exemplo e inspiração. Sua presença foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Obrigada por cada palavra, pelo incentivo e coragem.

Ao meu pai, Ricardo Prates e à minha irmã, Sofia.

Aos meus avós, Filomena, Décio e Olinda.

Às minhas tias, Patrícia e Silvia.

À minha orientadora, Ester Maria Dreher Heuser, pela confiança, atenção e comentários estimuladores do pensamento. Pelas aulas, bons encontros e por essa aventura investigativa.

Aos professores da banca, Carlos Renato Moiteiro e Rodrigo Guéron, pela presença e pelas valiosas contribuições à dissertação.

À professora Maria Aparecida de Paula Rago, pelas indicações bibliográficas essenciais ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Luciano Carlos Utteich, pelo auxílio com a tradução do jornal *Deutscher Morgen*.

Ao grupo de orientação, pela leitura e comentários realizados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e institucional para a elaboração desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

PRATES, Letícia Pedrassa. *Fascismo, nazismo e seus neologismos: uma abordagem arquivística de inspiração foucaultiana*. 2024. 226 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2024.

Mediante a intensa circulação, na atualidade, dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos (neofascismo e neonazismo) como formas de denominação de práticas específicas de violência, a presente pesquisa parte da premissa de que, muitas vezes, esses termos são utilizados de modo a considerar como só uma e mesma coisa acontecimentos emergentes em condições históricas distintas. Ressalta-se que não se trata de rejeitar o uso de tais termos em relação ao que desponta na contemporaneidade, mas sim de atentar para o perigo do esvaziamento de seus sentidos. Busca-se problematizar, em vista disso, o absoluto de uma associação dirigida a ocorrências que, embora tenham a ver com algumas das linhas constitutivas do fascismo e do nazismo históricos, apresentam-se segundo dinâmicas e funções distintas. A partir de uma abordagem filosófico-histórica inspirada em Michel Foucault, que compreende que a história opera por descontinuidades, a hipótese da pesquisa é a de que estaríamos diante da emergência de práticas de violência assinaláveis segundo novas gêneses históricas. Em seu percurso argumentativo, a pesquisa dedica-se a uma investigação precisa dos contextos em questão, objetivando destacar suas regularidades e singularidades, e investir em deslocamentos históricos precisos. Para isso, focaliza, na seguinte ordem, determinados acontecimentos: práticas específicas de violência vigentes no Brasil entre os anos de 2019 e 2022; o fascismo e o nazismo europeus da primeira metade do século XX; o desenvolvimento de práticas e discursos no contexto brasileiro da década de 1930, entendidos à época como alusivos ao fascismo e ao nazismo. Como procedimento fundamental, a pesquisa lida com a noção foucaultiana de arquivo utilizando, para a forja arquivística, o *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)*, formulado pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, e manchetes de jornais, tanto atuais quanto das décadas de 1920-1930, em especial as edições de 1933 a 1934 dos jornais *Deutscher Morgen*, semanário oficial do Partido Nazista no Brasil, e *O Homem Livre*, porta-voz da Frente Única Antifascista (FUA). O movimento investigativo mostra, por meio das conjunturas selecionadas e das relações entre suas diferenças, tensões e contradições, como e por que se pode afirmar suas singularidades. Nessa perspectiva filosófica, não são os grandes fatos que elucidam a história, mas sim as minúcias, os pequenos acontecimentos e seus desencaixes. Ao lançar um feixe de luz sobre as minúcias, estima-se que a pesquisa possa iluminar aquilo que dificilmente podemos enxergar no próprio presente.

Palavras-chave: Fascismo; Nazismo; Arquivo; Filosofia; História.

ABSTRACT

PRATES, Letícia Pedrassa. *Fascism, Nazism and their neologisms: an archival approach inspired by Foucault*. 2024. 226 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2024.

Given the intense current circulation of the terms Fascism, Nazism and their neologisms (neo-Fascism and neo-Nazism) as ways of naming specific practices of violence, this research is based on the premise that these terms are often used in such a way as to consider as one and the same thing events that emerged under different historical conditions. It should be emphasized that this is not to reject the use of such terms in relation to what is emerging in contemporary times, but rather to be aware of the danger of their meanings being emptied. This study aims to problematize the absolute nature of an association directed at occurrences which, although they have to do with some of the constitutive lines of historical Fascism and Nazism, present themselves according to different dynamics and functions. Based on a philosophical-historical approach inspired by Michel Foucault, which points that history operates through discontinuities, this research hypothesis is that we are facing the emergence of practices of violence that can be traced back to new historical geneses. In its argumentative path, this research is dedicated to a precise investigation of such contexts, with the aim of highlighting their regularities and singularities, and investing in precise historical shifts. To this end, this study focuses on certain events in the following order: specific practices of violence in force in Brazil between 2019 and 2022; European Fascism and Nazism in the first half of the 20th century; the development of practices and discourses in the Brazilian context in the 1930s, understood at the time as alluding to Fascism and Nazism. As its main procedure, this research deals with the Foucauldian notion of the archive. This study uses, for archival forging, the Report of Anti-Semitic and Related Events in Brazil (01/Jan/2019 to 30/Jun/2022), formulated by the Jewish Observatory for Human Rights in Brazil, and newspaper headlines, both current and from the 1920s and 1930s, especially the 1933 and 1934 editions of *Deutscher Morgen*, the official weekly newspaper of the Nazi Party in Brazil, and *O Homem Livre*, the mouthpiece of the *Frente Única Antifascista (FUA)*. The investigative movement adopted shows, through the selected conjunctures and the relationships between their differences, tensions and contradictions, how and why their singularities can be affirmed. From this philosophical perspective, it's not the big facts that elucidate history, but the minutiae, the small events and their disconnections. By shedding light on the minutiae, it is hoped that this research can clarify on what we can hardly see in the present itself.

Keywords: Fascism; Nazism; Archives; Philosophy; History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FASCISMO, NAZISMO E SEUS NEOLOGISMOS: UM PANORAMA CONTEMPORÂNEO COM FOUCAULT	21
1.1 Michel Foucault e a filosofia como ferramenta para o diagnóstico do presente.....	37
1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica.....	47
2 O PECULIAR EXCESSO DE PODER NO FASCISMO ITALIANO E NO NAZISMO ALEMÃO	57
2.1 Os microfascismos em nós.....	63
2.2 Camisas Negras e <i>Freikorps</i> : a minúcia das práticas de violência.....	78
2.3 Nazismo como fascismo? Reflexões sobre o racismo.....	88
2.4 A biopolítica como gestão da vida.....	97
2.5 Biopolítica e neoliberalismo no Brasil do século XXI.....	117
2.6 Fascismo e Nazismo: tramas e contradições.....	133
3 NAZIFASCISMO À BRASILEIRA? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À LUZ DO ARQUIVO	153
3.1 <i>Deutscher Morgen</i> e <i>O Homem Livre</i>	163
3.2. Condições de efetividade dos movimentos políticos desenvolvidos no Brasil: fascismo Italiano, integralismo e o Partido Nazista.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	211

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga a temática do fascismo e do nazismo. É impulsionada pela observação, na contemporaneidade, do alastramento de práticas específicas de violência que vêm sendo denominadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos (neofascismo, neonazismo). A título de exemplificação, dentre as diversas práticas de violência que poderiam ser trazidas, destacam-se algumas delas: os ataques planejados às escolas, como o registrado em Suzano (SP) em 2019, em que dois jovens adeptos ao neonazismo entraram encapuzados em uma escola e assassinaram cinco alunos e duas funcionárias, além de onze pessoas terem sido feridas (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023); em Itaguara (MG), em 2021, um homem gay foi dopado, teve o corpo cortado e o símbolo nazista desenhado em seu rosto (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023); em 2020, integrantes de um grupo de *WhatsApp* nomeado Ultradireita, exaltaram Hitler e fizeram chacota da morte da vereadora Marielle Franco, assassinada a tiros, em um crime cujas repercussões perduram até hoje (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023); entre os anos de 2019 e 2022, como mostra a revista *Carta Capital* (29 abr. 2023), de acordo com uma pesquisa divulgada pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, houve o aumento de 760% dos atos neonazistas e antissemitas nas escolas brasileiras; em 2020, em pleno cenário da pandemia do novo coronavírus, uma empresária curitibana publicou um vídeo em redes sociais propondo que a porta das casas daqueles que estivessem cumprindo a quarentena por ocasião da pandemia, fossem marcadas por uma fita vermelha, deixando claro que não estariam contribuindo para a economia do país¹ (Ritz, 21

¹ Segundo a matéria do jornal *Bem Paraná*, intitulada como *Museu do Holocausto repudia declarações de empresária de Curitiba: 'Analogias implícitas são perigosas'*, o Museu esclarece que "o uso de 'fitas vermelhas' ou afins para identificar cidadãos contrários ao seu ponto de vista, independente do contexto, guarda similaridade com os decretos que impunham a identificação dos judeus por meio de insígnias". Nisto, "a ideologia nazista, lamentavelmente, pode sobreviver mesmo sem seus símbolos tradicionais, mas por meio de analogias implícitas". Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/especiais/barulho-curitiba/museu-do-holocausto-repudia-declaracoes-de-empresaria-de-curitiba-analogias-implicitas-sao-perigosas/#.Xp9U3f1KgcU>. Acesso em: 12 mar. 2024.

abr. 2020); conforme a *Revista Galileu* (25 ago. 2022), as convicções da extrema-direita têm se expandido no Brasil, abrindo portas à ascensão do fascismo².

No ano de 1933, quase um século antes desses acontecimentos, recortes de matérias publicadas no Brasil evidenciam o que ocorria nos regimes fascista e nazista europeus. A manchete intitulada *Ordem na Itália fascista* mostra como o fascismo italiano descarta-se de seus adversários de maneira simples, deportando-os ou assassinando-os (*O Homem Livre*, 1933, n. 5). Na matéria *Relembrando um dos episódios que melhor caracterizam a violência do fascismo italiano*, explicita-se que, em 1925, ocorreu em Florença um dos massacres mais significativos praticados pelo regime: as milícias fascistas esquartejaram aqueles considerados como antifascistas, atacando-os nas ruas, enquanto também saqueava e incendiava casas³ (*O Homem Livre*, 1933, n. 17). Já em relação ao que se desenvolvia na Alemanha, a matéria *O machado nazista entra em ação* descreve como o nazismo praticava atos de repressão e violência contra seus adversários: em Berlim, sete comunistas foram executados a machado, sob a justificativa de terem assassinado um miliciano nazista (*O Homem Livre*, 1933, n. 20). Ademais, na publicação *Como se castigam os que mantem relações com judeus* nota-se que os nazistas de Cassel expuseram pelas ruas da cidade um casal de jovens: um israelita e uma cristã. Acompanhava o casal, a mãe da moça, que também era castigada por permitir que o jovem estivesse com sua filha. Como relata o periódico *O Homem Livre*, em Marburgo, segundo um jornal desta capital, um castigo semelhante foi aplicado a outro casal em situação similar (*O Homem Livre*, 1933, n. 13).

² Segundo a *Revista Galileu*, quando se considera a realidade brasileira como fascista ou não, ainda “[...] faz sentido dizer que Bolsonaro ecoa o movimento brasileiro fundado pelo jornalista Plínio Salgado em 1932. Da mesma forma, o slogan ‘Brasil acima de tudo’, da campanha presidencial bolsonarista em 2018, copia o ‘*Deutschland über alles*’, ou ‘Alemanha acima de tudo’. Esse era o primeiro verso de uma canção nacionalista do século 19 da qual Adolf Hitler era fã e que virou lema do partido nazista” (*Revista Galileu*, 2022).

³ De acordo com a matéria *Relembrando um dos episódios que melhor caracterizam a violência do fascismo italiano*, desde sua ascensão ao poder, o fascismo destruiu sistematicamente as organizações operárias e os partidos políticos operários e, em 1925, fomentou uma luta contra a maçonaria. Nas suas palavras, “o massacre foi preparado através da imprensa. O diário ‘*Battaglie Fascista*’, de Florença, publicou no dia 2 de setembro de 1925 um manifesto assinado pelo diretório fascista florentino, sob a epígrafe ‘Palavra de ordem do fascio florentino contra a maçonaria’ [...]” (*O Homem Livre*, 21 out. 1933, n. 17, p. 4).

Considerando os acontecimentos mencionados, isto é, tanto os vigentes no Brasil contemporâneo quanto os ocorridos nos regimes fascista e nazista europeus, parte-se da premissa de que, muitas vezes, os termos referidos são utilizados na contemporaneidade de modo a equiparar acontecimentos emergentes em condições históricas distintas. Ainda que haja semelhanças em suas práticas de violência, parece fundamental problematizar associações absolutas. Observa-se que essa necessidade de problematização não implica a recusa do uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos nos discursos de contextos que não sejam os dos regimes europeus. Dada a intensa circulação destes termos no presente, atenta-se para a importância de se perscrutar as condições de efetividade das práticas de violência emergentes em cenários específicos. A pesquisa exige, sob tal perspectiva, uma compreensão fina das diferenças das práticas em questão, no sentido de mostrar como e por que se pode afirmar suas singularidades. Trata-se de uma pesquisa que, ao invés de indagar se as práticas atuais são ou não fascistas, busca questionar “o que as práticas e discursos mostram?”, “como se concretizam?”, “quais suas intenções?”. Tendo em vista que não se intenta definir previamente o que os processos políticos são ou deixam de ser, não se pretende realizar uma análise comparativa das formas de violência de diferentes conjunturas, como se realidade e representação pudessem ser plenamente alinhadas. Abandona-se, portanto, a tentativa de delimitar características genéricas aos processos históricos, inclusive porque essa trajetória investigativa se empenha em apresentar perspectivas que são díspares entre si em relação a temática em tela.

A partir de uma abordagem filosófico-histórica inspirada em Michel Foucault, entende-se que a história opera por descontinuidades. Ou seja, há a recusa das concepções oficializadas, alusivas à apreensão do decorrer da história como linear e logicamente ordenada, constituída segundo a visão de uma continuidade progressiva dos eventos. Na esteira do filósofo, desconsidera-se tanto a finalidade objetiva dos acontecimentos quanto a busca por suas origens. Com Foucault, argumenta-se na contramão do desenrolar das ocorrências como algo estático e homogêneo, uma vez que os acontecimentos são compreendidos como relações de força em devir. Nessa direção, a presente pesquisa se afasta da ideia da existência de algo como uma essência

fascista/nazista, que transcorreria os tempos de forma unívoca, que se repetiria da mesma forma em todas as circunstâncias. Baseia-se, portanto, na crítica feita pelo pensador à inclinação da história tradicional à metafísica, já que ambas tendem a manter sob a mira o longínquo, utilizando-se de princípios universais para expor a manifestação dos eventos. Desse modo, ao contrário das concepções absolutas e universais, a pesquisa concentra-se na análise das práticas e discursos que orientam suas rotas investigativas. Embora a ideia de uma repetição unânime das ocorrências seja contestada, pensar a história pela via da descontinuidade, destacando a singularidade dos acontecimentos, não contradiz a existência de semelhanças entre contextos distintos. Em outras palavras, a pesquisa busca escapar do binarismo de uma compreensão das ocorrências que, por um lado, abordaria as permanências e, por outro, as rupturas. Considera-se, nesse sentido, como as regularidades e singularidades, constâncias e rupturas, emergem simultaneamente na ordem do dia. Em vista disso, levanta-se a hipótese da emergência de práticas de violência assinaláveis segundo novas gêneses históricas, o que exige o contato com uma ampla gama de acontecimentos, tocando em suas semelhanças, associações, disjunções, descompassos e diferenças. A expressão novas gêneses históricas é explicitada, de acordo com a produção de Michel Foucault, durante a condução da pesquisa. Vale notar que, para uma melhor compreensão das conjunturas em questão, busca-se perspectivá-las no jogo do tempo, ou seja, evita-se abordá-las de forma isolada.

A análise das práticas revela suas heterogeneidades, que são difíceis de dominar, organizar e compreender devido aos labirintos discursivos e lacunas que as permeiam. Isso em atenção aos deslocamentos históricos entre às minúcias presentes nas diferentes conjunturas e nas próprias ocorrências em foco. Portanto, é preciso estabelecer diretrizes, identificar pontos de conexão, enfrentar momentos de encruzilhada e enveredar em diversas direções, as quais não podem ser previstas. Em decorrência disso, tal concepção de pesquisa acaba por explorar caminhos que lhes são inesperados, configurando-se, de certa forma, como uma colcha de retalhos.

Nessa direção, a noção foucaultiana de arquivo se configura como um procedimento fundamental, ou melhor, como uma das linhas de força

imprescindíveis ao desenvolvimento da dissertação. Em função da ressonância ímpar do passado no presente e vice-versa circunscreve, estrategicamente, os seguintes marcos espaço-temporais: o que ocorreu no Brasil nos anos de 2019 a 2022, o fascismo e o nazismo europeus da primeira metade do século XX, assim como a ascensão de práticas e discursos no Brasil da década de 1930, entendidos à época como alusivos ao fascismo e ao nazismo. É digno de nota que a necessidade de referir o fascismo italiano e o nazismo alemão não ocorre no sentido de admiti-los como paradigmas à presente análise, uma vez que não se trata de buscar origens absolutas, mas entender as ramificações. Se tais regimes são considerados, de alguma forma, como pontos de partida, isso ocorre como uma espécie de tática analítica: apreender a circulação dos termos em questão em variadas conjunturas. Ademais, a referência à Itália e à Alemanha do início do século XX pode ser explicitada pelo fato de que os termos fascismo e nazismo se difundiram à época nesses territórios. A pesquisa se constitui, então, por meio de um gesto arquivístico relativo ao contato com determinadas fontes: o *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)*, formulado pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, bem como por manchetes de jornais atuais e das décadas de 1920-1930. Atenta-se, principalmente, às edições de 1933 a 1934 dos jornais *Deutscher Morgen*, semanário oficial do Partido Nazista no Brasil, e *O Homem Livre*, portavoz da Frente Única Antifascista (FUA). A escolha pelo uso do *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* é fundamental porque tal documento, ao exemplificar o que considera como práticas nazifascistas contemporâneas, considera o que foi divulgado pela mídia e por matérias de jornais. Contém, assim, uma série de acontecimentos relevantes ao desenvolvimento da presente pesquisa. As fontes supracitadas são pensadas como veículos e reflexos de determinados processos de veridicção. Servem ao que aqui se intenta porque mostram o que pôde ser dito em determinadas épocas e contextos.

Com efeito, somente pelo manejo do arquivo, junto às referências bibliográficas utilizadas, de teor temático e teórico, que surgem as diversas camadas da dissertação. A necessária tarefa de compilação de variadas fontes é o que delimita a trajetória da pesquisa, a qual não segue um aprofundamento

gradual e linear, mas decorre dos próprios desdobramentos do arquivo. É plausível afirmar que os anseios investigativos se configuram como uma tarefa de experimentação, no sentido de levantar questões que só poderiam ser formuladas por meio do gesto arquivístico. Destarte, a partir da construção e montagem do arquivo, os acontecimentos são, de alguma maneira, retirados de seus lugares habituais, assumindo uma complexidade não antevista. O arquivo expõe paradoxos, o que exige o enfrentamento de contradições, ângulos variados ou, em outras palavras, o acesso às teias da própria trama histórica, que evidenciam a densidade da temática elaborada e proporcionam condições para dialogar com nossas certezas mais enraizadas. Nessa mirada investigativa, não são os acontecimentos colossais que elucidam a história, mas sim os pequenos acontecimentos e suas vilezas (Foucault, 2013a).

Salienta-se que, ainda que a pesquisa se inspire no pensamento foucaultiano, fazendo uso de seu arcabouço teórico-metodológico, as contribuições de outros autores também lhes são fundamentais, conforme consta na apresentação dos capítulos subsequentes. Em uma descrição sucinta, seguindo um percurso que inicia na atualidade brasileira, o primeiro capítulo, “Fascismo, nazismo e seus neologismos: um panorama contemporâneo com Foucault”, dedica-se ao *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* e à perspectiva crítica do filósofo acerca das concepções tradicionais da filosofia e da história, objetivando contextualizar o tema e apresentar como a pesquisa o elabora. A partir de uma leitura detalhada do *Relatório*, são esclarecidas as intenções do documento, algumas das organizações a ele vinculadas e, precisamente, como refere-se a determinadas práticas de violência, classificando-as, segundo sua própria lógica, como antissemitas, neonazistas e neofascistas. Esse documento desempenha papel fundamental à dissertação porque procura significar tais ocorrências, além de evidenciar o modo pelo qual despontam no cotidiano das populações. O contato com as práticas de violência, por esse ângulo, é considerado como elemento central na construção da problematização e da hipótese da pesquisa. Esses elementos adquirem maior espessura mediante o enfoque foucaultiano constituído, em suma, pela noção de arquivo, pela arqueologia e genealogia. Neste capítulo, explicita-se como se opera com o arquivo a partir da análise

discursiva e da percepção das condições de emergência de uma singularidade por meio de variados elementos determinantes (Foucault, 1979; Foucault, 2000). É digno de nota que a pesquisa realiza uma investigação filosófico-histórica, à maneira do pensador, que não se restringe ao comentário e explicitação de seus conceitos e ideias.

Já o segundo capítulo, denominado como “O peculiar excesso de poder no fascismo italiano e no nazismo alemão”, investe na apreensão do que se sucedeu na Europa da primeira metade do século XX no que diz respeito às condições de efetividade dos movimentos fascista e nazista, bem como quando se tornaram, propriamente, regimes políticos. É válido afirmar que, por mais que esse momento da escrita focalize a Itália e a Alemanha, isso não é feito para demarcar quais seriam as origens desses movimentos políticos. Argumenta-se na contramão da ideia de origens históricas absolutas, uma vez que o capítulo traça uma série de movimentos políticos e afins, relacionados diretamente ou não com esses regimes, que já se manifestavam tanto no contexto europeu quanto em outras conjunturas. Afasta-se das imagens convencionais que os retratam exclusivamente por meio do poder do Estado, pelas grandes ideologias, pelo papel dos líderes e táticas de manipulação. No geral, o capítulo foi desenvolvido a partir das minúcias da história e, por conseguinte, expõe como os regimes em questão fomentaram excessos de poder, governando amplos domínios da vida. Ao se afastar das universalidades e apreensões grandiloquentes, atenta para as particularidades desses regimes. Nota-se as diversas linhas de atuação de suas práticas e discursos, que evidenciam conflitos, distorções e contradições, as quais devem ser assimiladas como parte de suas manobras políticas e estratégias, e não como algo aleatório ou individual, ou seja, como mero fruto da incoerência e hipocrisia de seus adeptos. Para tanto, as reflexões de Umberto Eco, Luce Fabbri, Robert Paxton, entre outros autores, são essenciais. Além disso, as elaborações de Michel Foucault e Deleuze e Guattari, bem como dos interlocutores desses filósofos, são significativamente relevantes às intenções do capítulo. Mais especificamente, o conceito deleuze-guattariano de microfascismo é analisado paralelamente às acepções de Foucault presentes em *Introdução à vida não-fascista* (1977). Ao observar os microfascismos em nós, constata-se como suas múltiplas formas

emergem em diversas instâncias da vida, afetando discursos, condutas e ações. O desenrolar do capítulo, junto à investigação dos microfascismos em nós, traz à tona o estabelecimento do macrofascismo socialmente, embora seja ressaltado que as instâncias do micro e do macro, por assim dizer, emergem simultaneamente no conjunto político-social. Detectar a manifestação dos microfascismos reforça, de alguma forma, a necessidade de distanciamento das concepções de origens absolutas e unívocas na história.

Ainda nesse capítulo, é dada atenção ao conceito foucaultiano de biopolítica e à sua operação no tecido social por intermédio de jogos de verdade relativos aos processos de sujeição das condutas. Adentra-se em variadas conjunturas para explicitar este conceito e, com especial interesse compreender, sob tal perspectiva, a manobra que Foucault faz por meio do conceito de governamentalidade quando examina o exercício da biopolítica no contexto do neoliberalismo. Frente a isso, supõe-se que talvez se possa afirmar que não exista uma grande distância entre as práticas atinentes ao sujeito explicitamente violento e a violência latente da figura do “empresário de si” (Foucault, 2022b, p. 309). Se no *Nascimento da Biopolítica* (2022b), Foucault se volta aos sutis processos de governo em referência aos princípios neoliberais estadunidenses e afins, a tentativa do capítulo é entender o processo de captura das condutas mediante a figura do empreendedor assujeitado – produto e produtor das linhas de poder contemporâneas –, além da presença de outras instâncias em voga no contexto neoliberal. De maneira mais precisa, busca-se investigar os modos de sujeição das condutas segundo uma nova forma de atuação do biopoder na conjuntura do neoliberalismo, isto é, apreendendo o funcionamento dos mecanismos de normalização que vêm operando, desde o liberalismo, sob o pretexto da liberdade.

Convém destacar que o biopoder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, assim como o capitalismo foi essencial para o biopoder. Os regimes fascista e nazista da primeira metade do século XX são compreendidos, na presente pesquisa, como intrinsecamente ligados ao capitalismo. Assim, descreve-se a manifestação do biopoder em tais regimes, com atenção ao funcionamento do racismo, que, como estratégia e efeito dessa tecnologia de poder, serviu ao sistema capitalista por fomentar um ideal civilizatório constituído

sob pretextos de superioridade racial. Dado que a pesquisa é desenvolvida a partir de uma ampla gama de temporalidades, o estabelecimento de deslocamentos históricos precisos evidencia a manifestação concreta dos diversos tipos de racismo, revelando suas particularidades conforme o contexto em que estão inseridos.

O terceiro capítulo, cujo título é “Nazifascismo à brasileira? Algumas considerações à luz do arquivo”, delinea a disseminação de práticas e discursos relativas ao quadro espaço-temporal da cidade de São Paulo nos anos de 1933-1934. Investiga-se o que se consolidou à época como organizações fascistas italianas em território nacional e a existência de um Partido Nazista no Brasil (1928-1938). Como parte da montagem do arquivo, os jornais *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre* são utilizados para mostrar alguns dos embates entre os movimentos nazifascistas desenvolvidos no Brasil e o antifascismo. As produções de João Fábio Bertonha, Ricardo Figueiredo de Castro, Ana Maria Dietrich e outros pesquisadores servem à dissertação para apreender o que foram esses movimentos e suas condições de efetividade no cenário nacional. De acordo com a hipótese levantada pela pesquisa, referente às novas gêneses, pensar na existência de organizações nazifascistas em território nacional não corresponde simplesmente à perpetuação de uma identidade fixa em outras condições históricas. Visando pensá-las no que concerne às suas especificidades, considera-se três dimensões: os confrontos entre o nazifascismo e o antifascismo em território nacional, a discrepância entre o que era proposto pelos regimes europeus e o que realmente se desenvolveu no Brasil, sobretudo em relação às associações e disputas com a Ação Integralista Brasileira (AIB) e, como não poderia deixar de ser, as tensões internas desses movimentos políticos. Presume-se que a presença das organizações nazifascistas em solo nacional, assim como da Ação Integralista Brasileira, aponte para a emergência de novas configurações políticas em terras brasileiras.

Tendo em vista a temática em questão, estabelece-se uma atitude investigativa capaz de vislumbrar a multiplicidade dos acontecimentos, interrogando sobre suas formas historicamente singulares. É preciso ultrapassar as apreensões imediatas desses regimes, destacando a complexidade das classificações, que não são simples nem precisas, além de discorrer sobre como

suas ações excedem visões preliminares, podendo atingir inúmeras esferas sociais e subjetividades. A contribuição da pesquisa ao atravessamento do problema em foco talvez esteja na percepção das diversas linhas de poder em ação simultânea. A partir de uma disposição afirmativa, o contato com o arquivo e com fontes heterogêneas permite aprofundar questões, revelar as práticas e discursos que se mostram, e lançar um feixe de luz sobre aquilo que parece não ser facilmente percebido simplesmente por estar muito próximo a nós.

Por fim, interessa destacar que a ideia da dissertação surgiu do desdobramento de um movimento anterior: uma pesquisa de Iniciação Científica que investigou a temática do fascismo segundo Theodor Adorno, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Tal pesquisa, posteriormente, foi transformada em uma monografia apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). O processo investigativo relativo à monografia trouxe à luz o apontamento de outras questões, as quais motivaram o contato com as produções de Foucault, assim como o impulso para a escrita da dissertação. Nesse sentido, o que se vislumbrou primariamente como necessidade de atendimento ao tema foi como redigir uma pesquisa que pense a Filosofia de forma não convencional, o que explica, em parte, o contato com a História. Vale notar que antes de ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a pós-graduação *lato sensu* do curso História, Sociedade e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), abriu caminhos ao desenvolvimento da dissertação, sendo indispensável à orientação sobre a lida com os jornais e ao contato com relevantes perspectivas analíticas. Na pós-graduação também me dediquei à investigação dessa mesma temática de pesquisa. Trata-se de algo que, desde antes da graduação, desperta em mim um profundo interesse, motivando a vontade de investigá-lo. As palavras, nesse momento, não são suficientes para descrever e detalhar os motivos que me levaram à temática do fascismo e do nazismo. Foi uma necessidade profunda, talvez indescritível, que se revela incontestavelmente ao longo dessa dissertação. Com esta empreitada, pois, espera-se contribuir para a reflexão na área da Filosofia Política.

1 FASCISMO, NAZISMO E SEUS NEOLOGISMOS: UM PANORAMA CONTEMPORÂNEO COM FOUCAULT

Nota-se, na atualidade, uma profusão de práticas de violência que despontam no tecido social, muitas delas diretamente alusivas a manifestações políticas de cunho antidemocrático, que se diferenciam sob variados aspectos. Relativamente a tal ocorrência, observa-se a disseminação do uso de termos como fascismo, nazismo e seus neologismos (neofascismo e neonazismo) nas mais variadas instâncias⁴. Isto posto, essa pesquisa dedica-se à análise de um conjunto de discursos díspares, reunidos sob um quadro espaço-temporal amplo (primeiras décadas do século XXI no Brasil; início do século XX, na Europa; década de 1930, no Brasil), tendo em vista perscrutar aquilo que tornou, no presente, as referidas práticas passíveis de tais nomeações. Se o uso de tais termos atestaria uma importante similitude em relação às ocorrências históricas do início do século XX, ou seja, do momento em que os termos fascismo e nazismo emergiram em conjunturas político-sociais específicas, é necessário considerar também as diferenças existentes entre as ocorrências de outrora e aquilo a que hoje assistimos, conforme será exemplificado adiante. Diante disso, o movimento investigativo inicia com uma breve exposição do uso desses termos no Brasil no presente – anos de 2019 a 2022 – período em que tais termos passaram a circular com intensidade diante práticas de violência específicas.

Busca-se problematizar o modo pelo qual os termos supracitados são, muitas vezes, utilizados segundo associações que, ao que parece, tendem a generalizar e homogeneizar fenômenos históricos distintos, como as manifestações políticas do século XX e as ocorrências do presente. É notório que a referida premissa – a de um uso generalista e homogeneizador dos termos fascismo e nazismo na contemporaneidade – se encontra na ordem do dia,

⁴ Com o intuito de já sinalizar algumas dessas práticas, segue: o aumento de 760% dos atos neonazistas e antissemitas nas escolas entre 2019 e 2022 (*Carta Capital*, 29 abr. 2023); o fato de grupos neonazistas terem crescido 270% no Brasil nos últimos anos (especificamente de janeiro de 2019 a maio de 2021) (*G1*, 16 jan. 2022); e conforme uma reportagem do *Uol*, baseada em uma entrevista com o doutor em História Leandro Pereira Gonçalves, da Universidade Federal de Juiz de Fora, há traços fascistas no governo de Bolsonaro. Nas suas palavras: "se no início do mandato os especialistas tinham pudor de usar o termo, o próprio presidente faz questão de confirmar essa influência por atos e palavras" (*Uol*, 22 fev. 2022).

manifestando-se em inúmeras situações⁵. A necessidade de problematizar o uso desses termos advém da crítica ao esvaziamento de seus sentidos, o que não implica afirmar que poderiam ser utilizados somente em referência direta ao fascismo e ao nazismo europeus. Com efeito, não é intenção da pesquisa discorrer sobre a legitimidade ou não de classificar certas ocorrências do presente como fascistas e/ou nazistas, assim como não há a pretensão de inventar novas nomenclaturas. Trata-se de percorrer diferentes condições espaço-temporais em que esses termos surgem, revelando os discursos que, ao discorrerem sobre práticas de violência, constituem-se como processos de veridicção do que pôde ser dito em circunstâncias específicas. Noutras palavras, a pesquisa lida com a descrição de discursos entendidos como práticas, analisando-os a partir de um emaranhado de questões. O problema da pesquisa se constitui, assim, a partir da visão de que, embora existam claras semelhanças entre as conjunturas mencionadas, o atual uso desses termos ainda demanda atenção, podendo ser considerado, em alguns aspectos, como insuficiente ou passível de questionamentos. Destaca-se que a formulação do problema da pesquisa não deriva da interpretação das práticas de violência; ao contrário, é delineado pelo que as próprias práticas revelam, como abordado nesta seção e esclarecido em “1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica”. Uma fina atenção do olhar é fundamental à consideração de que se não se trata de admitir como só uma e mesma coisa o que se sucede em condições históricas distintas, há de se escapar ao binarismo de uma compreensão histórica que oscilaria entre as noções de permanência e ruptura.

Tal intenção investigativa opta por uma leitura do trabalho de Michel Foucault não somente incumbida de comentar e explicitar seus conceitos em torno do que aqui se analisa, mas constituída, ela mesma e à maneira do pensador, por uma perspectiva filosófica e histórica, que parece funcionar de modo profícuo para a problematização do tema em foco. Com Foucault, o esforço é sacudir as evidências do presente tocando no que é visto como óbvio, ou seja, no fato de existirem diferenças entre as conjunturas mencionadas, para,

⁵ A forma como a extrema-direita tem utilizado esses termos, sobretudo nos últimos anos, é bastante significativa. Isso será devidamente detalhado ao longo do presente capítulo, com base no *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)*, produzido pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil.

a partir disso, buscar "[...] tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas" (Foucault, 2013a, p. 152), encontrando, na medida do possível, quais são essas diferenças. Entende-se que o atravessamento da temática em tela constitui-se, então, pela elaboração do problema político-filosófico que aí se vislumbra, visto que, sob a ótica foucaultiana, não se pode crer que a história seja feita de repetições. Para o pensador:

[...] jamais existem ressurreições na história; melhor: toda análise que consiste em querer produzir um efeito político ressuscitando velhos espectros está destinada ao fracasso. Tentamos ressuscitar o espectro de um retorno apenas porque não somos capazes de analisar uma coisa (Foucault apud Duarte, 2019, p. 38).

Daí a importância de examinar de que é feita a impossibilidade de simplesmente decalcar⁶ no presente determinados entendimentos de um passado marcado pelo fascismo e nazismo históricos, sempre em vias, outrossim, de conceituação. A elaboração desta trajetória investigativa requer, portanto, que se atente às múltiplas faces das ocorrências do presente, tanto quanto às similitudes, intersecções, distanciamentos etc. entre os termos utilizados para designá-las, tendo em vista a defesa de que a história opera, como diz Foucault (1997), por descontinuidades. De forma mais precisa, considera-se que as práticas de violência denominadas pelos termos supracitados no Brasil contemporâneo não estão desvinculadas de circunstâncias espaço-temporais anteriores, isto é, suas manifestações não correspondem a totalidades autônomas, a-históricas; tampouco podem ser compreendidas como uma simples oscilação entre, de um lado, as diferenças, de outro, as repetições. Uma característica fundamental da temática abordada é que certos eventos exigem que se considere o que parece ser propriamente uma repetição do fascismo e do nazismo em outros contextos. No entanto, mesmo que as semelhanças apareçam, isso não contradiz a concepção da descontinuidade. Por conseguinte, as regularidades são assumidas à luz da descontinuidade histórica. A intenção é fazer com que os

⁶ Sobre a impossibilidade de simplesmente replicar no presente características do passado histórico, é relevante mencionar o problema do decalque, conforme delineado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo os filósofos, o decalque é relativo à constante reprodução do que já fora estabelecido, isto é, daquilo que passa a eclodir como um modelo a ser seguido. Daí a concreta diferença entre o decalque, relativo à lógica da reprodução e o que os filósofos denominam como mapa, entendido como aquilo que "[...] é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente" (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21).

contextos delineados não apenas reflitam as permanências, mas sejam assimilados sob a perspectiva da diferença. Em outras palavras, perceber as similaridades entre as práticas e discursos de distintas conjunturas serve, justamente, para traçar suas diferenças, sendo capaz de especificá-las. Leva-se em conta, sob tal perspectiva, a apreensão do que ocorre no presente como intrinsecamente ligado ao que se sucedeu no passado e vice-versa, no sentido de detectar suas ressonâncias mútuas. Cabe ressaltar, dessa maneira, que se os discursos em voga expõem de maneira direta ou indireta nomeações que se pretendem definitivas aos fenômenos observados, a lida com tais discursos, além de se distanciar dessa vontade de definição, não objetiva validá-los ou não segundo as opções que revelam, o que em nada diz respeito à ausência de um posicionamento, então marcado pela própria pesquisa.

Ao articular as temporalidades e identificar suas diversas camadas, a pesquisa rejeita a compreensão linear do curso da história. Fundamenta-se, pois, na imagem que caracteriza o pensamento de Foucault e sua abordagem por meio da figura de uma espiral⁷ em fluxos constantes e irregulares, semelhante à dinamicidade de um redemoinho, que contrasta com a concepção unidimensional, linear e contínua dos eventos. A figura da espiral exemplifica o desenrolar da história por meio de novas curvas, digressões, rupturas, retomadas e permanências, a partir das quais novos acontecimentos⁸ surgem sob novos ângulos, capturados na materialidade de instâncias heterogêneas. A espiral foucaultiana é essencial à compreensão das discontinuidades no endereçamento à história na medida em que cada uma de suas curvas integra aspectos do passado enquanto traz simultaneamente elementos singulares, novos acontecimentos. Em contraposição à abordagem histórica tradicional que interpreta as ocorrências sob a perspectiva da continuidade linear, interligando-as “à custa de aplainamentos forçados” (Rago, 1995 p. 75), a discontinuidade irrompe como uma concepção operativa, ou melhor, como uma medida deliberada do processo de investigação, que assume determinadas configurações a depender do objeto de pesquisa. É uma das concepções que

⁷ Observações sobre a figura da espiral em relação ao pensamento de Foucault podem ser encontradas em Edgardo Castro, *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (2009).

⁸ O conceito de acontecimento é devidamente explanado no decorrer da pesquisa, especificamente na seção “1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica”.

notabiliza, em referência à imagem da espiral, o "furacão Foucault" (Rago, 1995 p. 69) e sua radical recusa daquilo que tende a limitar, por assim dizer, os processos vivos.

Isto posto, considerar a perspectiva da descontinuidade exige que se tenha em vista o acaso e a contingência da emergência dos acontecimentos, focalizando sua difusão. Nesse viés, o ponto crucial do pensamento de Foucault está em lidar, ao mesmo tempo, com as singularidades e regularidades dos processos históricos sem recorrer aos tradicionalismos no trato com a história. Segundo o pensador:

para a história em sua forma clássica, o descontínuo era [...] o que deveria ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica [...] (Foucault, 1997, p. 9-10).

Atento à irrupção dos acontecimentos a partir de relações de força⁹ e considerando-os em sua multiplicidade, Foucault recusa um modelo totalizante de investigação, rompendo com a ideia de causalidade única e homogênea dos processos.

Visto que, nesta pesquisa, o desafio é lidar com o modo pelo qual práticas da primeira metade do século XX são referidas no presente como se dissessem respeito a uma mera continuidade do que outrora foram, o que interessa é distanciar-se da ideia de que haveria qualquer coisa como uma espécie de essência fascista/nazista que propagar-se-ia ao longo dos tempos de forma unívoca. Cabe fazer ressoar pesquisa adentro a recusa da ideia de essências originárias para que seja possível abrir espaço fértil a uma leitura crítica do

⁹ Percebe-se, aqui, a referência direta do pensamento foucaultiano à Nietzsche. No entanto, de acordo com Edgardo Castro, "a influência de Nietzsche, como afirma o próprio Foucault, foi profunda; tão profunda que é difícil delimitá-la com precisão. Mas seria um erro pensar que a relação entre Foucault e Nietzsche esgota-se no gênero das coincidências ou das continuidades. Em todo caso, em primeiro lugar é necessário ter presente que o interesse de Foucault se centra nos textos de Nietzsche dos anos 1880, isto é, onde aparece como problema a questão da história e da verdade e o problema da vontade de verdade. Não ocorre o mesmo com a problemática da vontade de potência (DE4, 444-445). Em segundo lugar, para nos expressarmos de algum modo, seria necessário distinguir entre o trabalho genealógico de análise histórica e política – ou, no caso de Foucault, de ético-política – que se segue a partir da análise histórica. Com respeito ao primeiro, ainda que a metodologia de Foucault inscreva-se na linha da genealogia nietzschiana, os resultados não são idênticos" (Castro, 2009, p. 308).

presente¹⁰. Dito isto, não se pretende realizar uma análise comparativa. Admitir, nas práticas contemporâneas, as suas singularidades, denota a impossibilidade de configurá-las via a sobreposição do que já foi historicamente traçado, um risco evidente quando se trata de leituras históricas ainda em andamento.

Levanta-se a hipótese, na esteira das acepções foucaultianas, da ascensão de ocorrências que embora tenham a ver com algumas das linhas constitutivas do fascismo e do nazismo, têm dinâmicas e funções distintas que permitiriam trazer à tona a existência de práticas de violência assinaláveis segundo novas gêneses históricas. A expressão novas gêneses históricas¹¹ justifica-se, na presente escrita, por sua própria inspiração no método de Foucault, não sendo assumida, portanto, em um sentido habitual. Assim sendo, o pleonasma “novas gêneses” escapa à noção da redundância ao funcionar para a evidenciação de uma linha investigativa que não busca por origens absolutas e primordiais, mas sim pela profusão de acontecimentos, descrevendo-os em suas oscilações, tensões e contradições. A imagem da espiral, mencionada acima, parece ser capaz de evidenciar como a ideia convencional de uma gênese linear é desmontada à luz da abordagem foucaultiana. O esforço é, portanto, o de perceber a emergência dessas novas práticas de violência que “[...] atualizam-se segundo as novas virtualidades que se prefiguram, por isso não são sempre as mesmas [...]” (Prates, 2019, p. 153). Nota-se que se trata de uma escrita de seu próprio tempo, ou seja, imersa no que ainda está em desenvolvimento no tecido social. Nisto, a emergência dessas novas práticas traz consigo tanto o que já vem sendo denominado pela história vivida quanto o que inevitavelmente será nomeado pelas ocorrências do porvir, refletindo as interações, transformações e reconfigurações das práticas e discursos.

¹⁰ Em Foucault, a abordagem histórica se afasta da metafísica porque não se apoia em ideais absolutos. Em vez disso, ela se volta para a multiplicidade das ocorrências históricas, que jamais poderiam se restringir a perspectivas universais, uma vez que “[...] por trás das coisas há 'algo completamente diferente': não absolutamente seu segredo essencial e sem data, mas o segredo de que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (Foucault, 2013a, p. 275), ou seja, a partir de condições históricas. Na seção “1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica”, o método foucaultiano será explanado, junto à sua crítica à metafísica.

¹¹ O artigo de Haroldo de Resende, *A genealogia de Michel Foucault e a história como diagnóstico do presente: elementos para a História da Educação* (2020), apresenta considerações sobre o que se compreende como gênese histórica na perspectiva foucaultiana. Segundo suas palavras: “na gênese histórica não se encontra a identidade inédita e preservada da origem, mas o seu disparate, os seus desvios acidentais, a sua desavença” (Resende, 2020, p. 339).

Sendo necessário sinalizar o teor das práticas referidas, então, as quais assumem não somente a condição de disparadoras da pesquisa, mas, sobretudo, o estatuto de sua imprescindível empiria, evidencia-se o documento *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)*¹² (2023), formulado pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (OJDHB), entidade constituída por integrantes brasileiros e do exterior, criada em 2018. Embora esse documento se dedique especificamente ao Brasil, as práticas atinentes à manifestação de uma extrema violência têm sido recorrentes, também, em outros lugares do mundo. Dentre tantas outras fontes passíveis de ser utilizadas, o documento do OJDHB é essencial a este momento de elucidação da estrutura da pesquisa porque expõe, segundo sua própria lógica, o uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos em relação a um conjunto de práticas de violência no presente. Tal documento será retomado, posteriormente, no que for essencial à elaboração da dissertação. Verifica-se que após a apresentação das práticas contemporâneas serão esclarecidos alguns exemplos, de acordo com matérias de jornais, que evidenciam os possíveis efeitos do que seria a homogeneização e a generalização dos termos fascismo e nazismo na contemporaneidade. O endereçamento a fontes como essas tem como foco investigar o modo pelo qual determinadas práticas de violência puderam ser nomeadas pelos termos referidos, tendo em vista constelações sociais específicas. Busca-se traçar o modo pelo qual a lógica dessas designações surgiu no cotidiano das populações, entendendo-a como um problema político-filosófico, cujos ecos não cessam de chegar até nós.

O *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* objetivou mapear, classificar e registrar os eventos considerados como antissemitas, neonazistas e de caráter fascista, enunciando as violações

¹² Nota-se, desde já, que embora o *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* focalize os eventos antissemitas, sua elaboração revela que onde há antissemitismo, também se observam racismo, homofobia, xenofobia e outras formas de intolerância e ódio. De acordo com suas palavras: "as constantes e crescentes manifestações de discriminação a grupos sociais específicos, associadas ao estímulo à violação da democracia, em parte decorrentes da ideologia e da prática neonazistas e neofascistas que ocorrem ao redor do planeta, são movimentos mais amplos, que têm como uma de suas vertentes o antissemitismo. Por isso, não há como tratar do antissemitismo de forma separada das manifestações neonazistas ou neofascistas" (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.5).

aos direitos humanos e atentados à democracia, uma vez que apregoa que onde há antissemitismo, ocorre também racismo, homofobia, xenofobia e demais formas de intolerância. O documento é fundamental à apresentação da pesquisa na medida em que dá vazão à demonstração das práticas em duas instâncias: tanto em relação ao aparecimento dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos nas próprias ocorrências em ato quanto ao esforço de produções acadêmicas, entidades, organizações etc. em identificar tais práticas e, segundo critérios diversos, nomeá-las de acordo com os termos em questão. Tal *Relatório* diz respeito, nesse sentido, a um indício do alastramento das discussões sobre as práticas de violência em voga.

O documento se baseia em uma extensa compilação de notícias divulgadas pela mídia, imprensa e Internet, registrando eventos de todo o território nacional e classificando-os em três categorias: antissemitas, neonazistas e neofascistas. Os eventos expostos no *Relatório* foram selecionados de acordo com a relevância atribuída pelos órgãos competentes envolvidos – especificamente, os grupos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais¹³ – e, também, pela própria sociedade. Destaca-se que tais acontecimentos poderiam ser trazidos à exaustão, dado que vêm ganhando cada vez mais espaço no âmbito social, normalizando-se e legitimando-se, fato que reforça a importância da abordagem do OJDHB em apresentá-los e examiná-los.

Dessa forma, para definir os eventos classificados como antissemitas, o *Relatório* ampara-se na conceituação proposta pelo *The International Holocaust Remembrance Alliance* (IHRA), assim como no *The Jerusalem Declaration on Antisemitism* (JDA). Essas associações, apontadas no documento como compatíveis à caracterização do antissemitismo, definem-no, em resumo, por declarações retóricas e atos de violência direcionados contra os judeus e suas

¹³ O *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* menciona diversas organizações de defesa dos direitos humanos, sobretudo a *The State of Antisemitism in 2021*. No subtítulo *Algumas Considerações sobre os Resultados Quantitativos* – que acompanha o aumento das práticas em pauta – menciona especificamente três delas, traçando as diferenças entre seus princípios de classificação e de análise: a *Articulação Nacional das Carreiras para o Desenvolvimento Sustentável* (ARCA), a *Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo* (ABRAJI) e a *Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão* (ABERT). Enfatiza que, com sua metodologia e resultados, busca somar esforços na defesa dos direitos humanos, na mesma direção destas organizações.

propriedades, instituições e organizações religiosas¹⁴. Embora compartilhem pontos em comum, o IHRA e o JDA apresentam algumas diferenças em relação às questões que envolvem Israel e a Palestina, conforme evidenciado no *Relatório*. É relevante mencionar que quando foram selecionados dados fundamentais do documento para a elaboração da dissertação, o contexto político era outro. Agora, com a guerra entre Israel e a Palestina (7 out. 2023), percebe-se que o uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos, assim como sionismo, antissionismo, holocausto e genocídio, adquire outra dimensão, ainda mais complexa. Embora a dissertação não tenha como objetivo explorar essas questões, que estão além do quadro espaço-temporal definido para a investigação, parece indispensável referir apenas alguns dos aspectos da abordagem do *Relatório* sobre o assunto. Uma ligeira consulta ao documento, portanto, permite constatar que as palavras sionismo e antissionismo são acionadas no sentido de evidenciar quando seu uso está associado a ocasiões que remetem ao antissemitismo. Fundamentando-se nas concepções propostas pelo IHRA e pelo JDA, o *Relatório* alega que nem todo antissionismo é antissemita, embora, segundo suas palavras:

[...] muitas vezes, sob a cobertura do antissionismo ou de supostas críticas à Israel, apenas estão sendo repetidos estereótipos antissemitas – nestes casos, a retórica antissionista serve de disfarce para o antissemitismo e assim deve ser registrada, denunciada e combatida (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 13).

De acordo com o IHRA e o JDA, o documento evidencia que as críticas dirigidas a Israel, quando semelhantes às feitas a outros países, não podem ser classificadas como antissemitas; no entanto, quando tais críticas atribuem genericamente aos judeus a responsabilidade pelas políticas do governo israelense, podem, segundo o documento, assumir viés antissemita (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023). É digno de nota que o *Relatório* se manifesta em oposição ao uso de bandeiras israelenses em

¹⁴ Por isso, elabora os pontos de confluência e discordância entre o IHRA e o JDA. Para o IHRA, “[...] declarações antissemitas podem incluir o ataque ao Estado de Israel, quando concebido como uma coletividade judaica, sem mencionar o contexto dos eventos” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.11). Já o JDA, criado posteriormente ao IHRA, busca “[...] estabelecer limites ao discurso e à ação política legítima em relação ao sionismo, Israel e Palestina, respeitando as diferenças entre pontos de vista políticos, considerando que uma visão ou ação controversa não implica seu endosso à visão em apreço sobre sionismo, Israel ou Palestina” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.10-11).

atos pró-Bolsonaro¹⁵, uma vez que “[...] elas ganham outros significados e incomodam judeus brasileiros de todas as vertentes políticas, ainda que por motivos diferentes” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.27). Da mesma maneira, posiciona-se contra “o uso da expressão ‘nazi-sionista’ e/ou a negação do direito dos judeus a um Estado nacional [...]” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.20) elucidando que tais ações também se enquadram na categoria do antissemitismo. O documento apreende também, como antissemitismo disfarçado, a defesa da causa Palestina junto à negação do direito de existência do Estado de Israel, dando como exemplos disso:

[...] os artigos de opinião que comparam o sionismo ao racismo, ao colonialismo, ao nazismo, defendendo teses antissionistas mal fundamentadas que amplificam o discurso de ódio antissemita e desconhecem, tanto a história do sionismo, quanto a história judaica em geral, ou a do antissemitismo em particular (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023).

A situação é desafiadora e, por ora, é suficiente observar que em 2024 parece ter havido um aumento significativo do uso das bandeiras israelenses nos atos bolsonaristas, indicando uma estratégia utilizada por Jair Bolsonaro e seus seguidores. Além das questões entre Israel e a Palestina, constata-se, segundo o documento, exemplos de ações classificadas como antissemitas: 1) em 07 de fevereiro de 2022, o youtuber Bruno Aiub, mais conhecido como Monark, argumentou – em suposta defesa da liberdade de expressão – que deveria haver um Partido Nazista reconhecido por lei no Brasil, alegando, segundo suas palavras, que: “a questão é, se o cara quiser ser um antijudeu, eu acho que ele tinha o direito de ser” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.21); 2) o comentarista José Carlos Bernardi da Jovem Pan, no dia 16 de novembro de 2021, se referiu ao crescimento econômico da Alemanha, alegando que: “é só assaltar todos os judeus que a gente consegue chegar lá. Se a gente matar um monte de judeus e se apropriar do poder econômico deles, o Brasil

¹⁵ O *Relatório* (2023) classifica como neofascistas os eventos que utilizam a bandeira de Israel para promover políticas bolsonaristas. Argumenta como, contraditoriamente, Bolsonaro procurou se distanciar da acusação de afinidade com o nazismo aproximando-se da comunidade judaica, instrumentalizando-a para fins próprios, enquanto, ao mesmo tempo, tanto o ex-presidente quanto membros de seu governo receberam com simpatia Beatrix von Storch no Brasil, parlamentar do partido de ultradireita – Alternativa para a Alemanha (AfD) – conhecido por posições racistas, sexistas, islamofóbicas, antissemitas e xenófobas.

enriquece. Foi o que aconteceu com a Alemanha pós-guerra" (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 22); 3) em 22 de novembro de 2019, uma reportagem do *The Intercept Brasil* explanou como os textos de Olavo de Carvalho revelam típicas ideias antissemitas (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023).

Em relação às ocorrências contabilizadas como neonazistas, o documento delimita-se àquelas que fizeram referências explícitas a Hitler, ao nazismo e ao holocausto¹⁶, assim como as que negaram o extermínio em massa ou afirmaram que o nazismo foi um movimento de esquerda. Para o documento, o neonazismo não se resume ao antissemitismo, uma vez que as práticas selecionadas evidenciam tanto a promoção do ódio contra os judeus quanto com outros grupos sociais. Segundo tal lógica, o neonazismo concerne a um movimento ideológico, essencialmente antidemocrático e intolerante, que extrapola o antissemitismo. Caracteriza-se, portanto, pela defesa da "[...] supremacia da 'raça branca' (racismo), pelo ultranacionalismo (xenofobia), pelo eugenismo, pela homofobia, pela misoginia, pela intolerância religiosa, pelo antissemitismo e [...] pelo combate ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo" (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 13).

Segue, então, uma breve mostra de um conjunto de acontecimentos classificados e/ou associados ao neonazismo: 1) no dia 02 de abril de 2019, em entrevista concedida em Jerusalém, após visitar o Museu do Holocausto, Jair Bolsonaro diz que "o nazismo foi um movimento de esquerda"; 2) em 10 de maio de 2020, após as críticas divulgadas ao vídeo representativo da postura do governo frente à pandemia do novo coronavírus, que utilizou o lema "o trabalho, a união e a verdade nos libertará", de inelutável associação com a frase presente no portão de entrada de Auschwitz – *Arbeit macht frei* (O trabalho liberta) –, o

¹⁶ O *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos (01/01/2019 a 30/06/2022)* utiliza o termo "Holocausto". Destaca-se que a presente pesquisa está ciente da problemática associada ao uso desse termo. Pontua-se, segundo Giorgio Agamben: "o infeliz termo 'holocausto' (frequentemente com H maiúsculo) origina-se dessa inconsciente exigência de justificar a morte *sine causa*, de atribuir um sentido ao que parece não poder ter sentido [...]" (Agamben, 2008, p. 37). Nesse sentido, "até mesmo a história de um termo equivocado pode ser instrutiva. 'Holocausto' é a transcrição douda do latino *holocaustum*, que, por sua vez, traduz o termo grego *holókaustos* (um adjetivo que significa literalmente 'todo queimado'; o substantivo grego correspondente é *holokaústoma*). A história semântica do termo é essencialmente cristã, pois os poderes da Igreja serviam-se dele a fim de traduzirem – na verdade sem muito rigor e coerência – a complexa doutrina sacrificial da Bíblia (especialmente dos livros do Levítico e dos Números" (Agamben, 2008, p. 38)

chefe da SECOM à época alegou tal associação como falaciosa, pois, segundo suas palavras, se todos são nazifascistas, ninguém é; 3) no dia 4 de julho de 2021, em Itaguara, interior de Minas Gerais, um homem gay foi dopado, teve o corpo cortado e o símbolo nazista desenhado em seu rosto; 4) em abril de 2022, alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Bandeirantes – escola particular, de elite, em São Paulo –, publicaram no *Instagram*, em um perfil com senha compartilhada, a foto de um tênis com o símbolo nazista e a mensagem: “importei um *nike* da Alemanha, gostaram?” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 46). Ainda em relação a tais práticas, constatando sua disseminação no cotidiano das populações, é indispensável ressaltar os ataques às escolas, como o ocorrido em Suzano (SP) em 2019, no qual, em um ato planejado, dois jovens mataram cinco alunos, duas funcionárias e feriram 11 pessoas. Em seguida, um dos assassinos matou o comparsa e cometeu suicídio. Diante dessa e outras ocorrências, segundo o *Relatório*, os atos violentos cometidos nas escolas não são “[...] eventos isolados, mas fruto do ambiente em que proliferam células e grupos neonazistas – alguns escondidos na ‘*deep web*’, outros agindo livremente em plataformas públicas como *Facebook* e *Whatsapp*” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 38). Em 2023, um estudo do próprio Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil revelou um aumento de 760% das práticas neonazistas e antissemitas nas escolas brasileiras durante o período de 2019 a 2022 (*Carta Capital*, 2023).

Já as ações caracterizadas como neofascistas, embora não estejam presentes nas tabelas anexas ao *Relatório*, fazem parte do documento porque pertencem ao mesmo cenário de intolerância que as práticas neonazistas e antissemitas. Alguns exemplos dessas ações, as quais, segundo o documento, não se referem necessariamente aos judeus nem usam explicitamente símbolos nazistas ou fazem menções diretas a Hitler, são mencionados na base de dados do *Relatório*. Para indicar alguns exemplos, classifica-se como ações neofascistas:

[...] as declarações racistas, os ataques à imprensa e a jornalistas, as manifestações contra as urnas eletrônicas e as ameaças de golpe, as manifestações de apologia à ditadura, a ausência de políticas em defesa do meio ambiente, da educação, da cultura e da ciência [...] (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 35).

Observam-se, portanto: 1) ataques ao sistema educacional e à pesquisa científica, junto às medidas de desmonte das instituições e acervos culturais; 2) atentados às instituições democráticas ou aos seus membros, seja em manifestações presenciais ou por meio das redes sociais; 3) declarações e eventos inspirados em movimentos políticos como o fascismo, o nazismo, o integralismo e a *Ku Klux Klan*, dentre outros – o *Relatório* mostra, sob tal perspectiva, alguns destes eventos, mas cabe aqui citar apenas as motociatas de Jair Bolsonaro, semelhantes às manifestações de Mussolini na Itália fascista, e os atos do grupo de extrema-direita “300 Brasil”, em que manifestantes vestiram capuzes e ergueram tochas de fogo frente ao STF, reproduzindo a estética nazista e dos supremacistas norte-americanos, exigindo o fechamento do Congresso, a intervenção militar e a volta do AI-5; 4) apologia à tortura, minimização dos crimes cometidos contra a humanidade e elogios a ditadores, sejam esses brasileiros ou de outros países; 5) disseminação de *fake news*, no sentido de incentivar atos antidemocráticos, declarações preconceituosas etc. (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023).

O *Relatório* menciona as pesquisas de Michel Löwy, diretor do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), que elucida a ascensão ao poder de governantes da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou neofascista, ou seja:

[...] Trump (USA), Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas) e Bolsonaro (Brasil), além de alguns que não correspondem a essa mesma tendência de forma tão explícita, mas que são próximos o suficiente para integrarem a lista, como Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia, etc. (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p.15).

Ademais, parece indispensável mencionar, como uma ocorrência no curso daquelas que se encontram no *Relatório*, que em 2020, uma empresária curitibana publicou um vídeo em redes sociais propondo que as portas das casas daqueles que estivessem cumprindo com a quarentena por ocasião da pandemia provocada pelo novo coronavírus fossem marcadas com uma fita vermelha, deixando claro que não estariam contribuindo para a economia do país (Ritz, 21 abr. 2020). Ademais, destaca-se que, nos anos de 2017 e 2018, o termo

fascismo foi alvo de ampla busca nas ferramentas online de pesquisa no Brasil (Biar; Cortez; Santos, 2020).

Com o fim do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), tais práticas não cessaram de ocorrer, o que mostra a relevância das referências trazidas pelo documento para o cenário atual. Essa miríade de acontecimentos, esboçados pelo *Relatório*, serve à composição do objeto de investigação, em razão de constatar como vêm ocorrendo o advento de tais práticas envolvidas com manifestações de cunho antidemocrático. Em um primeiro momento, o contato com estas ocorrências induz à apreensão das semelhanças entre elas e o fascismo e o nazismo históricos, pois, como se pôde ver, algumas remetem diretamente – por meio das próprias ações em ato – a tais regimes do século XX, enquanto outras se endereçam a isso por meio das próprias classificações estabelecidas pelo documento. Sabe-se que o *Relatório* fornece com eficiência perspectivas para classificá-las. Com efeito, tendo em vista contemplar a complexidade inerente à presente temática, experimentando a estranheza suscitada pelo que foi exposto, a assertiva em tela, inspirada no pensamento de Foucault, comporta a defesa das conjunturas em suas singularidades, dado que fenômenos distintos não poderiam ser restringidos a uma mesma configuração. A constituição do objeto da pesquisa, portanto, conjuntamente com a problemática que se prefigura, ganha maior profundidade no decorrer da investigação, pela via da hipótese da ascensão, no contexto aqui assinalado, de novas formas de violência, as quais podem vir à tona de modo evidente e/ou latente nos dias de hoje. Algumas observações são necessárias quanto ao cuidado na exploração das práticas mencionadas, uma vez que, conforme indicam as fontes utilizadas na pesquisa, a popularização que o tema do fascismo e do nazismo tem alcançado não se fazia presente há pouco tempo no país e para além dele. Logo, para adentrar em tal abordagem de acordo com o viés foucaultiano, ao invés de perguntar “isso é ou não é fascista/nazista?”, propõe-se questionar “o que quer tal coisa?”, “como se concretiza?”, “o que os discursos e práticas contemporâneos mostram?”. Segue, agora, o que seriam

alguns dos possíveis efeitos da generalização e da homogeneização do uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos atualmente¹⁷.

Um dos problemas atinentes à desmesura dessa utilização é verificado no modo como pessoas diretamente envolvidas com as práticas de violência acabam por se referir ao alastramento do uso dos termos como meio de defesa de possíveis acusações, esquivando-se delas. Foi o que fez, em 2020, o chefe da SECOM frente às críticas recebidas sobre a postura do governo de Jair Bolsonaro, quando alegou que se todos são nazifascistas, ninguém o seria (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023). Tal subterfúgio dispersa a detecção de tais práticas, esvazia o sentido do uso dos termos já referidos, assim como opera um desvio em relação ao entendimento da implicação daqueles que estão envolvidos com esse tipo de ação. Outro caso significativo foi quando o filho do ex-presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, publicou em seu perfil do *Twitter* – de modo a desqualificar cinicamente quaisquer críticas dirigidas ao governo de Jair Bolsonaro – que qualquer um que se opusesse ao PT seria chamado de nazista, fascista. Segundo ele, “não se trata de um conceito, mas sim uma tentativa de caluniar o oponente. [...] Os rótulos (fascista, negacionista etc) não fazem qualquer sentido, não têm conexão com a realidade, apenas servem para controlar a narrativa” (*BBC News Brasil*, 23 ago. 2022).

O que se observa, por outro lado, como um dos efeitos desta profusão, é a compreensão, por parte de pessoas não necessariamente envolvidas com tais práticas, de que estaríamos diante de uma espécie de modismo. Nessa perspectiva, estudos acadêmicos que se debruçam sobre a temática do fascismo e do nazismo constituir-se-iam como um sintoma deste modismo, não tendo, no limite, muito a acrescentar. Trata-se, evidentemente, de uma consideração a ser problematizada, sobretudo porque traz o risco de fomentar o esvaziamento de quaisquer endereçamentos que se façam efetivos ao desenvolvimento da temática. O jornal *Poder360*, em relação ao uso da palavra genocídio, atenta ter

¹⁷ Para mais considerações sobre os possíveis efeitos da generalização e da homogeneização no uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos, dentre tantas outras referências, segue o que apontam determinadas matérias: *A banalização do termo 'fascista' e suas implicações políticas* (*Gazeta do Povo*, 5 dez. 2023); *A banalização das palavras e a distorção da história* (*Revista Oeste*, 12 fev. 2021); *A banalização do fascismo* (*Jornal Sol*, 3 maio 2021); *Fascismo: o que é, como surgiu e o que defende* (*Uol*, 2 jun. 2020).

“vir[ado] modinha agora no Brasil chamar os inimigos, sobretudo de direita, de ‘genocida’” e acrescenta, sob tal perspectiva, ser “[...] preciso chamar as coisas do que elas são, Trump e Bolsonaro não são como Hitler” (*Poder360*, 2 fev. 2021).

Outros dados podem ser trazidos como implicados ao alastramento dos termos quando referidos a práticas cujo teor não remonta à violência típica do fascismo e nazismo históricos. De um lado, o da nomeação de toda e qualquer ocorrência passível de ser sinalizada segundo algum tipo de autoritarismo, preconceito, intolerância e afins, ou mesmo em direção àquelas que atestam contrariedades de toda ordem. Segundo o jornal *El País* (20 jul. 2019), em referência direta ao termo fascismo:

[...] nenhuma palavra foi tão utilizada nos últimos tempos para desqualificar rivais de todo tipo, para refletir um autoritarismo crescente ou para definir, recorrendo ao passado de forma cansativa, um aroma político que emana do presente e cujas características se repetem no mundo todo sem uma resposta adequada (*El País*, 20 jul. 2019).

De outro lado, algo parece ter tornado possível o uso desses termos em referência a práticas notoriamente assinaladas como de esquerda. Ainda que tal dado não seja propriamente novo, tendo, como elucida o jornal, acontecido nos últimos setenta anos em referência a “[...] Eisenhower, Mao, Stálin [...]” (*El País*, 20 jul. 2019), dentre outros, aquilo que, nesse sentido, hoje se atesta parece não poder ser dito sem a mínima referência a um tempo histórico marcado pelas redes virtuais de informação, só para citar uma de suas tantas e novas nuances. Já a matéria da *BBC News Brasil*, intitulada *O que significa ser fascista?* (23 ago. 2022) indica que nos últimos anos a palavra fascista foi amplamente utilizada em diversos sentidos socialmente, tornando-se um dos adjetivos mais populares e menos compreendidos no debate político brasileiro e mundial; a matéria também destaca que se trata, segundo o historiador americano Stanley Payne, de um dos termos políticos mais importantes e, ao mesmo tempo, mais indefinidos.

Reitera-se que em nada interessa à pesquisa perscrutar quais ocorrências poderiam ser reconhecidas, no que tange ao uso dos termos, como as mais ou menos plausíveis, mas sim analisar de que lineamentos são feitas ou, dito de outra forma, como se tornaram atuais. Atentar para o modo pelo qual palavras como fascismo, nazismo, neofascismo e neonazismo parecem dançar quando

postas a designar práticas que são, ao mesmo tempo, semelhantes e distintas, serve de impulso para essa investigação.

1.1 Michel Foucault e a filosofia como ferramenta para o diagnóstico do presente

No sentido de se debruçar sobre a temática em tela, considera-se que a perspectiva foucaultiana acerca da filosofia e da história – a maneira pela qual o pensador apresenta tais áreas – contribui para a formulação dos objetivos da dissertação. Nota-se que por mais que Foucault não tenha adentrado detalhadamente no tema político do fascismo e do nazismo, se referindo a este apenas em alguns momentos de seu trabalho, suas produções são fundamentais ao desenvolvimento do aporte teórico-metodológico que aqui se intenta explicar¹⁸.

A escolha pelas obras de Foucault (1977, 1979, 1987, 1995, 1997, 1999, 2000, 2004, 2006a, 2006b, 2008, 2010a, 2010b, 2011, 2012, 2013a, 2013b, 2014, 2022a, 2022b) justifica-se por terem uma complexidade que lhes é própria, trazem à luz uma variedade de camadas especulativas que se diferenciam daquilo que se entende tradicionalmente como um sistema filosófico e histórico. O universo cognitivo no qual se formulou seu pensamento, as assertivas advindas das circunstâncias históricas da criação de seus conceitos, noções e ideias exige que se pondere acerca de alguns de seus pontos de partida, referências, enfoques e conflitos. O pensador esboçou, como nota Pierre Bourdieu (2013), uma espécie de anticonformismo visceral, capaz de suscitar outras formas de reflexão. Por isso, contra a redução de seu pensamento a

¹⁸ Observa-se que Foucault não dedicou suas obras ou cursos especificamente à temática do fascismo do nazismo, embora tenha se referido a tais regimes políticos em alguns momentos de sua produção. Considerações importantes sobre o fascismo e o nazismo são encontradas em *Introdução à vida não fascista* (1977), prefácio escrito por Foucault para a edição norte-americana da obra *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari. Além disso, os termos fascismo e nazismo encontram-se dispersos em trechos específicos das obras *História da sexualidade I: a vontade de saber* (2022a), *Em defesa da sociedade* (2010a), *Nascimento da biopolítica* (2022b) e *Vigiar e Punir* (1987). Também é necessário mencionar o livro *Ditos e Escritos III* (2014). As obras *História da sexualidade I* (2022a), *Em defesa da sociedade* (2010a) e *Nascimento da biopolítica* (2022b) parecem ser os principais momentos em que Foucault aborda estas manifestações políticas, relacionando-as com o conceito de biopolítica. Ressalta-se que essa constatação se baseia no que pôde ser encontrado para a presente pesquisa.

propriedades classificatórias como “[...] historiador do conhecimento, historiador da ciência, historiador das ciências sociais, *social scientist*, filósofo, historiador da filosofia, filósofo da história, filósofo da história das ciências [...]”, parece suficiente reafirmar, a despeito das inúmeras contribuições interdisciplinares, que “[...] nenhuma das etiquetas abusivamente restritivas saberia defini-lo” (Bourdieu, 2013, p. 170).

Tendo em vista a dificuldade de situar categoricamente suas produções, na entrevista “*Eu sou pirotécnico*”: *Sobre o método e a trajetória de Michel Foucault*, gravada em junho de 1975, o pensador afirma que não se intitula como filósofo nem como historiador, mas como um pirotécnico que fabrica algo que se possa fazer avançar, fazer caírem os muros. Discorre sobre seu método como uma estratégia: “[...] um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo” (Foucault, 2006a, p. 69), aquele que olha as camadas, as dobras, as falhas, observa de que maneira as fronteiras estão implantadas. Comenta: “considero meus livros como minas, pacotes de explosivos... Espero que sejam” (Foucault, 2006a, p. 79).

Se se trata de defendê-lo contra os classificadores, os “burocratas do pensamento” (Bourdieu, 2013, p. 170), que se encontram a questionar em qual área poder-se-ia encaixar suas produções, se Foucault é verdadeiramente um filósofo ou não etc., Bourdieu considera que:

ao romper com a representação – característica do *homo academicus* e notadamente do filósofo universitário, [...] Michel Foucault concebeu a atividade intelectual como a forma por excelência de um empreendimento político de libertação: a política da verdade, que é a função própria do intelectual, se realiza num trabalho para descobrir e declarar a verdade política (Bourdieu, 2013, p. 175).

Suas produções ilustram, destarte, procedimentos e contributos para a atividade de pesquisa. Contam com: a reflexão acerca das condições das experiências, fazendo-as passar pelo crivo da história; com a desnaturalização do uso das palavras, avaliando seus sentidos nas conjunturas em questão; com o delineamento da vida como uma experiência política. Foucault utilizou a palavra problematização para definir seu trabalho, empregando-a como fio condutor de suas articulações teóricas, sobretudo nos anos 1980. A noção é referida para explicitar os desdobramentos do pensamento na direção da não-investida na mera significação dos objetos por meio do discurso, uma vez que é

necessário instaurar uma espécie de distanciamento daquilo que se percebe para que se possa dar vazão ao exercício crítico do pensamento, como lembra Judith Revel, em *Michel Foucault: conceitos essenciais* (2005).

A constituição do pensamento, neste ponto, não pode ser sinônima da expressão das cadeias da razão cartesiana, que se destinam ao estabelecimento de princípios certos e indubitáveis, axiomáticos, para que se encontre uma proposição verdadeira. Suscitar a problematização não diz respeito à busca por soluções exatas, metódicas, o que dá a ver a tarefa da filosofia em Foucault, por sua vez, como relativa à percepção dos limites daquilo que se pressupõe como irrefutável. Trata-se de visibilizar formas de entendimento que ultrapassam a compreensão imediata das coisas.

Opondo-se à praxe acadêmica do comentário, Foucault faz de seus escritos aptos a múltiplos usos¹⁹, os quais teriam o potencial de fomentar novos caminhos de problematização. Daí seus procedimentos analíticos marcados tanto pela criação de um aporte conceitual, quanto pela retomada das concepções de outros filósofos, como Nietzsche, quiçá modificadas de seu sentido inicial – isto porque a perspectiva foucaultiana ressalta o uso instrumental dos repertórios conceituais como uma caixa de ferramentas. Percebe-se, de acordo com a entrevista a Roger Pol-Droit, em 1975, como propunha a utilização de seus escritos:

meu discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros, seja *História da loucura* seja outro podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal idéia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor! (Foucault, 2006b, p. 52).

Em Foucault a filosofia é abordada por um viés que se desvia da tradição do século XIX, visto que se coloca em pauta a filosofia *in actu*, como ato do

¹⁹ Supõe-se que o uso instrumental de suas produções emerge como relativo à dinâmica de uma aula, trazendo o processo de ensino-aprendizagem imprescindível à atividade docente. Eis o foco em si, em 1982, como professor – “Não sou um escritor, um filósofo, nem uma grande figura da vida intelectual: sou um professor” (Foucault, 2004, p. 294). Professor de filosofia.

pensamento²⁰. Atenta-se ao século XIX como o momento em que se reconhece institucionalmente a filosofia, em que os filósofos passam a ser reconhecidos, propriamente, como filósofos (Foucault, 2013a). Embasando-se em Nietzsche – aquele que radicalmente rompeu com o tradicionalismo vigente na filosofia, sendo capaz de defini-la como exercício para se pensar o que acontece –, Foucault traz à tona como somos atravessados por processos e forças constituídos por uma pluralidade essencial, os quais devem ser entendidos por meio de bases históricas. Como não conhecemos tais processos e forças que nos penetram, bem como se efetivam em nossas condutas, a função da filosofia emerge como relativa ao exame das condições nas quais se desdobram os pensamentos, assim como de seus modos de constituição.

Na esteira de Nietzsche que “[...] abriu uma ferida na linguagem filosófica. Apesar dos esforços dos especialistas, ela não foi fechada” (Foucault, 2013a, p. 33), Foucault também segue uma via pouco habitual para o que é entendido no sentido clássico como o fazer filosófico. Admitindo diversos campos, como o da psiquiatria, da medicina, da pedagogia, da segurança pública etc., abrem-se outras perspectivas ao pensamento, as quais, anteriormente, eram desconsideradas. Não por acaso, Deleuze (1992a) assegura que Foucault é, decerto, um filósofo do século XX.

Não se trata mais, como se fez desde Platão e, principalmente, em Descartes, de questionar sobre o que é belo e justo ou de conceber se nossas percepções são verdadeiras ou ilusórias, se assimilam a realidade concreta ou a mentira, assim como de inquirir acerca da essência das coisas, ou melhor, do

²⁰ Segundo a historiadora Maria de Lourdes Janotti (2008), a segunda metade do século XIX foi caracterizada como o momento em que os filósofos se dedicaram à busca do sentido histórico do desenvolvimento das sociedades ocidentais, embasando-se nos princípios do racionalismo e do progresso. Essa conjuntura também foi marcada pela consolidação da história como uma disciplina acadêmica, junto ao estabelecimento de parâmetros metodológicos responsáveis pela consideração da autenticidade documental. Cabe evidenciar, de acordo com Edgardo Castro, em *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (2009), que o filósofo-historiador argumentava sobre a estratégia do pensamento no século XIX ter sido anti-historicista, tanto em relação às ciências humanas quanto à própria filosofia. Nas suas palavras: "Foucault entende [...] por historicismo a equivalência entre guerra e história: o saber histórico, por mais longe que vá, não encontra nunca nem a natureza, nem o direito, nem a ordem, nem a paz, mas a guerra. A posição contrária seria esse platonismo que não pode conceber o conhecimento senão em termos de ordem e paz. A forma que reveste esse platonismo no Estado moderno é a disciplinarização dos saberes (IDS, 153-154)" (Castro, 2009, p.208). Ademais, seria indispensável dizer que, em *Ditos e Escritos* IV, Foucault apresenta “[...] não um ‘encontro interdisciplinar’ entre ‘historiadores’ e ‘filósofos’, mas um trabalho em comum de pessoas que buscam se ‘des-disciplinarizar’” (Foucault, 2012, p. 327).

princípio unívoco, transcendente, regulador das instâncias materiais. Isto porque não se tem o “em si” como objeto de problematização, pois se entende, ao contrário, que o ideal dos conceitos absolutos e puros são alusivos à criação, ao pensamento de determinadas épocas.

Além disso, o sujeito não é considerado como condição fundamental do saber, visto que se estabelece uma profunda crítica à concepção de sujeito própria à teoria clássica, deixando de se apreender os processos políticos em termos de vontades individuais e soberania (Rago, 1995). Em oposição à noção *a priori* de sujeito como pertencente a uma natureza substancial e universal, Foucault o define como forma que se concebe por meio de uma série de práticas e situações. Compreende-o como objeto a ser constituído, se afastando daquilo que “há dois ou três séculos, a filosofia ocidental postulava, explícita ou implicitamente, [sobre] o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento [...]” (Foucault, 1999, p. 10), cuja disposição corresponde a uma consciência auto constituída, portadora de razão. Pensa-se, por um lado, em como o sujeito se tornou objeto do conhecimento em certa época. Por outro lado, é na direção da crítica às filosofias do sujeito que se elucida sua composição no interior da trama histórica, na medida em que não se trata de considerá-lo como algo dado definitivamente, mas sim segundo o que é formulado pela história.

A história nos cerca e nos delimita, mas não diz o que somos, no sentido de pregar uma identidade absoluta; desempenha, ao contrário, o papel de mostrar aquilo que estamos em vias de diferir (Deleuze, 1992a). É explicitada, dessa forma, como uma dimensão da qual não escapamos, a qual interessa porque destaca “[...] de onde saímos, o que nos cerca, aquilo que estamos em vias de romper para encontrar novas relações que nos expressem” (Deleuze, 1992a, p. 131). Cabe ressaltar que é por meio das práticas e discursos que se dão os modos de subjetivação das condutas. O pensamento foucaultiano caracteriza-se pela descrição de como algo (seja a loucura, o crime, o prazer etc.) se torna passível de problematização em determinado tempo histórico para que, por conseguinte, se perceba como se articulam socialmente formas de veridicção e jurisdição em torno daquilo que, ao ser problematizado, torna-se objeto do pensamento (Gros, 2015). Outrossim, a questão é considerar como tal objeto, ao se implementar no corpo social, fomenta modos de subjetivação, relações a partir das quais o sujeito é construído e constrói a si mesmo.

A postura nietzschiana de Foucault, referente ao contato com a história para o escrutínio da formação do sujeito, põe em voga não apenas o estudo de determinadas conjunturas, mas, sobretudo, a ascensão de práticas de si. Procura captar o que se impõe à vida, dando relevância aos episódios que se deram no passado e que ainda tocam o presente. Conforme dito acima, o papel do filósofo é o de diagnosticar a atualidade. O acontecimento desponta, nesse sentido, como uma categoria filosófica, dando vazão ao que é assumido como uma “filosofia do presente, filosofia do acontecimento, filosofia do que acontece” (Foucault, 2011, p. 225). Mas, especificamente, como se dá o diagnóstico do presente?

É a partir de um vínculo singular de si com seu próprio tempo, o qual toca visceralmente o corpo, que se produz o esforço de percorrer e buscar decifrar as questões do presente. Para tanto, parece indispensável cortar elementos que tendem a estabilizar o olhar, os quais remetem a perspectivas estacionárias. É necessário dirigi-lo a diversos pontos, prismas heterogêneos, os entrecruzando com aquilo que se é, de modo que se possa alcançar a tarefa de diagnóstico como uma relação concreta com a atualidade, a qual tem a ver diretamente com as forças e processos que nos atravessam. Isto posto, é a realidade que interessa a Foucault, algo similar ao que Nietzsche chamava de intempestivo: precisamos da história na medida em que ela serve à vida e à ação, não para portar-se “[...] como o passeante mimado no jardim do saber [...]” (Nietzsche, 2003, p. 5), mas para atuar de maneira intempestiva, contra o tempo e no tempo.

Foucault concebeu a importância da história em sua produção acadêmica, tomando como base a ideia nietzschiana de que tudo é história e assumindo, nessa direção, que toda ação humana deveria compor o campo de estudos do historiador. Sua produção causou grande impacto na historiografia, não se limitando, como consideram alguns, à análise das instituições disciplinares, respaldada pelo conceito de poder. Como afirmou Margareth Rago (1995), a força de sua produção se dá por um movimento conceitual amplo, uma revolução epistemológica, que trouxe à tona questões e temáticas até então ignoradas pela historiografia, as quais não eram apreendidas como parte da história ou como passíveis de serem historicizadas. Referir-se ao passado, nessa perspectiva, não diz respeito, como fez a história dos historiadores, à tentativa de reconhecê-lo e compreendê-lo. É preciso, dizia Foucault, nos apartar daquilo que leva à

pretensão dos reconhecimentos, pois saber não corresponde simplesmente a reencontrar algo – trata-se de perceber a irrupção de coisas que não se (re)conhecem no devir da história, as quais surgem no aleatório e não “[...] obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica [...]” (Foucault, 2013a, p. 286).

Em *A Arqueologia do Saber*, o filósofo-historiador traça as mudanças metodológicas e temáticas advindas da ascensão da Escola dos *Annales*²¹ e da Nova História²², relativas à irrupção de uma cesura na perspectiva historiográfica tradicional (Rago, 1995). Tais transformações estiveram presentes no campo da história desde meados dos anos sessenta, mas se pode dizer que tiveram êxito com a Nova História, classificada como constituinte da terceira geração do movimento dos *Annales*, demarcada entre 1968 e 1988, momento próximo à publicação da primeira edição de *A Arqueologia do Saber*, em 1969. Como traz Rago (1995), na Introdução de tal obra, Foucault indica seu posicionamento em relação a tais movimentos historiográficos e, segundo as palavras da historiadora, o pensador se filiou aos *Annales*; apesar das diferenças entre suas produções²³, defendeu a perspectiva de uma história-problema, cuja função requer que se traga à tona uma problematização encontrada pelo próprio pesquisador.

Trata-se, precisamente, de partir de um problema e procurar, a partir deste, as formas de desenvolver o objeto de pesquisa. Não se pode deixar de

²¹ A expressão Nova História foi criada em 1978, pelos pesquisadores da Escola dos *Annales* – fundada em 1929, na França, pela revista *Annales*. Com o intuito de romper com as concepções da historiografia tradicional, alusiva ao entendimento da história como narrativa de documentos oficiais, tocantes aos grandes acontecimentos, os *Annales* e a Nova História abriram perspectivas à abordagem interdisciplinar e à abrangência de variadas fontes, uma vez que toda ação humana passa a ser entendida como história.

²² A Nova História, classificada como a terceira fase dos *Annales*, abarcou uma multiplicidade de temas, discorrendo sobre a construção de subjetividades e imaginários em diversas conjunturas. Em suas pesquisas, segundo Júlia Silveira Matos (2010), aplicou as concepções de aparelhagem mental, mentalidades, cultura, tempo estrutural e estratificação do social.

²³ Segundo Janotti, "com as mudanças trazidas pela Guerra - Revolução de 1917, movimento operário -, houve a necessidade de os historiadores voltarem-se com maior ênfase para o campo das transformações e os conflitos sociais. Indubitável papel teve o grupo de historiadores franceses ligados à revista *Annales d' histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch [...] Reconheciam [...] a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais e divulgavam trabalhos recentes de autores de outras áreas. Por não aceitarem pressupostos da historiografia política tradicional, que apenas passava pela superficialidade dos acontecimentos, contrapunham-lhe à História-problema, isto é, as fontes deveriam ser buscadas e interpretadas segundo as hipóteses que partiam do historiador. Todas as atividades humanas deveriam ser consideradas com a mesma importância" (Janotti, 2008, p. 12-13).

notar, por esse ângulo, que muitas destas abordagens foram concebidas, também, por outras correntes historiográficas – considera-se, como exemplo, o conceito de cotidiano (Rago, 1995). Mas o que interessa aqui é traçar a importância dos procedimentos utilizados por Foucault, que ao se dirigir aos assuntos desconsiderados pela historiografia tradicional criou ideias, noções e conceitos capazes de conceber o que anteriormente era negligenciado. Não por acaso, seu pensamento foi utilizado em prol de múltiplos temas.

A emergência dessa nova maneira de se pensar a história, a qual não consiste mais em dispor o objeto de pesquisa em si, solucionando continuamente os problemas que este abarca, mas sim em perscrutar o objeto a partir de um problema fundador, responsável por guiar os caminhos da pesquisa, traz à baila o entendimento da história como uma forma de saber e não como algo intrínseco às ações humanas. Tal abordagem incita a assimilação dos objetos históricos como efeito de construções discursivas em sua dispersão, não mais disposta a desvendar o real apenas pelo manejo de fontes tradicionais. Ocupa-se, pois, de um inventário de documentos não para interpretá-los, determinar se dizem a verdade ou qual seu valor expressivo, embora seja fundamental identificar elementos e descrever relações entre eles. Assim, não despontam mais como uma espécie de atestado inerte, resoluto, que reconstrói por completo o que as pessoas fizeram ou disseram em determinadas conjunturas. Se é na contingência da história que os eventos se manifestam, os documentos convêm à explicitação da complexidade do real. Isto no sentido de dar vazão ao saber histórico como descrição e análise de forças tanto em suas formas demasiado visíveis quanto nas formas despercebidas e moleculares. Há a necessidade de apreender o saber histórico como relativo à tarefa de desconstrução da realidade, revelando, a partir da “[...] acuidade de um olhar que distingue, reparte e dispersa [...]” (Foucault, 2013a, p. 285) os lineamentos legitimados e naturalizados no campo social. Trata-se de um olhar capaz de se dissociar dele mesmo, o qual apagaria a unidade desse ser humano que soberanamente se conduz ao passado, valorando-o à luz do que se pensa hoje (Foucault, 2013a). Evitando a pretensão do jogo dos reconhecimentos, portanto, afirma-se que “[...] o saber não é feito para compreender; ele é feito para cortar” (Foucault, 2013a, p. 286).

Os processos que permitem a organização das sociedades e refletem questões cotidianas não muito aparentes – que foram esquecidas ou se tornaram habituais –, mesmo que façam parte da história vivida, não são dados diretamente pela história como saber. São alusivos a algo que escapa à história porque, conforme dito, os eventos “[...] não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados [...]” (Rago, 1995, p. 73). Um evento só pode ser historicizado a partir do momento em que o saber histórico o explora.

Pensar o ocorrido corresponde, portanto, a uma tarefa de mão dupla. Sabe-se que o pensamento é experimentação: à filosofia seria necessário recorrer à história, visto que sem ela haveria o risco de se cair em abstrações e indeterminismos. Por mais que haja um modo de pensar relativo à filosofia, é crucial considerar também que a história tem um papel amplo, nas palavras do filósofo, “[...] tem mais a fazer do que ser serva da filosofia [...]” (Foucault, 2013a, p. 288). Para Foucault, o pensamento jamais foi questão de teoria, mas sim algo inerente à própria vida (Deleuze, 1992a). Pensar, nesse ponto, é cumprir com a experimentação de fazer ver o que já vemos, de questionar as evidências do presente movimentando-as de acordo com aquilo que sabemos do passado e vice-versa. Em atenção a isso, o objetivo da pesquisa é o de instituir uma análise de cunho filosófico-histórico, tendo em vista a afirmativa de Foucault:

a questão da filosofia é a questão deste presente que é o que somos. Daí a filosofia hoje ser inteiramente política e inteiramente indispensável à política (Foucault, 1979, p. 239).

Com efeito, a proposta de abordar o tema da dissertação pela via do pensamento foucaultiano revela um entendimento fundamental do papel da filosofia e da história como ferramentas para a elaboração do presente. A pesquisa ampara-se na tentativa de situar o fazer filosófico cumprindo com o rigor teórico-conceitual que a investigação exige, mas sem deixar que se exclua, de tal investida, a tarefa de tocar o presente. Isto corresponde a um deslocamento na perspectiva de um trabalho filosófico tradicional no âmbito acadêmico, pois a escrita lança mão do aporte teórico-metodológico de Foucault, dando vazão à questão filosófica pelo recurso ao conteúdo histórico, assim como o contrário. Tal deslocamento determina que, para expressar os efeitos e ressonâncias das produções do pensador, se enverede em uma direção distinta

de análises meramente interpretativas²⁴. A questão estaria em suscitar um aprofundamento do pensamento para além dos esquematismos, desprendendo as ideias de seus lugares habituais, uma vez que sob a ótica foucaultiana as interpretações seriam relativas ao ato de reagir ao que seria considerado como uma "[...] pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela" (Foucault, 1997, p. 139).

Entregar-se a esta perspectiva requer não apenas o esquivamento de teorias que almejam a universalidade, mas também de iniciativas que se circunscrevem ao comentário de textos únicos, à interpretação de significados e aos debates que tendem a hierarquizar pensamentos de distintos autores. O trabalho com o pensamento de Foucault assinala, de alguma forma, um outro tipo de enfoque. Embora exija o processo de maturação dos conceitos e a explicitação das mudanças do pensamento do filósofo, investe na própria funcionalização destes conceitos em relação às variadas fontes da pesquisa, sejam elas teóricas, temáticas ou empíricas.

Claro está que esta recusa às concepções tradicionais acadêmicas tem uma disposição afirmativa, dado que o contato com fontes heterogêneas permite a problematização das regularidades que se impõem em nossas vidas. Cabe não perder de vista o intuito próprio ao saber filosófico, relativo ao exame de quais problemas são respondidos, e como são respondidos, pelos conceitos. A referência que Ester Heuser faz propriamente ao pensamento deleuziano é extensiva à elucidação do uso de Foucault na pesquisa, visto que importa "[...] enriquecer o problema, variar suas condições, pensando-o, acrescentando novos elementos e ajustando-o às condições atuais" (Deleuze, 1992b, p. 174). Para a utilização dos conceitos, o que interessa não é definir qual a essência das coisas, nem corroborar com o entendimento de que pensar significa reconhecer

²⁴ Por um lado, Foucault concentra-se em delinear as condições histórico-epistêmicas da interpretação em distintas conjunturas, entendendo-a como intrínseca à história. Ele afirma: "Creio que cada cultura, quero dizer, cada forma cultural na civilização ocidental, teve seu sistema de interpretação, suas técnicas, seus métodos, suas maneiras próprias de supor que a linguagem quer dizer outra coisa do que ela diz, e de supor por que há linguagem para além da própria linguagem" (Foucault, 2013a, p. 42). Seu objetivo foi lançar mão do que denomina como arqueologia das ciências humanas, visibilizando a produção de saberes como produto dos processos históricos. Por outro lado, a arqueologia como método de análise histórica renuncia a toda interpretação, pois não pretende descobrir nos signos um sentido oculto, ou seja, não busca qual é a interioridade das intenções de um pensamento. A arqueologia como método será devidamente apresentada na seção 1.2 "Operando com o arquivo: uma escolha metodológica".

e representar; trata-se, ao contrário, de um processo mais amplo, que diz respeito a como as coisas se dão em determinadas circunstâncias, como podem ser apreendidas em suas especificidades frente às vicissitudes do mundo (Heuser, 2008).

Reportar-se aos conceitos como subsídio para o movimento do pensamento se faz crucial, não obstante seja preciso ter cautela com anacronismos – no sentido de buscar visibilizar como eles se apresentam imediatamente, isto é, apresentando suas definições e considerando o tempo em que foram produzidos –, assim como, paradoxalmente, deve-se desconstruir a distância cravada entre as temporalidades para que se possa ajustá-los para percorrer outras conjunturas. Na compreensão deste fazer filosófico, os conceitos não se cristalizam em si mesmos, dado que se põe em funcionamento:

[...] a descoberta da novidade dos conceitos [...] tornando-nos cartógrafos do nosso próprio pensamento: para encontrar caminhos, traçar as próprias rotas, fronteiras, acidentes; marcar linhas, pontos de conexão e cruzamentos em múltiplas direções, impossíveis de serem antecipadas (Heuser, 2008, p. 10-11).

O que se efetiva, nessa cartografia do pensamento, é a constituição dos traçados da pesquisa segundo o gesto de armazenar, organizar e elaborar o conjunto de fontes estipuladas, tendo em vista fincar cá e lá alguns pontos que sustentem uma análise que objetiva, segundo a hipótese apresentada, verificar os modos pelos quais as práticas contemporâneas nomeadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos dizem respeito a novas gêneses históricas.

1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica

Apoiando-se na proposição da caixa de ferramentas utilizada por Foucault (2006b) acerca do uso instrumental de sua produção, esse capítulo dedica-se a explicitar seus métodos arqueológico e genealógico, bem como a noção de arquivo, entendidos como fundamentais à elaboração da pesquisa, tendo em vista a pergunta que a norteia: o que o atual uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos nos mostra e dá a pensar?

A proposta de discorrer sobre os eventos históricos em suas particularidades, conforme visto, se encontra em sintonia com o procedimento analítico do pensador. Sublinha-se, por enquanto, a arqueologia como “[...] o método próprio à análise da discursividade local [...]” (Foucault, 1979, p. 172) e a genealogia como encarregada de “[...] restituir as condições de aparição de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes [...]” (Foucault, 2000, p. 186). Tais dados são fundamentais ao estudo da presente temática porque viabilizam meios para discorrer como:

[...] em uma certa época, o conjunto das práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer [...] mas, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto, e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente. [...] não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar. Caleidoscópio e não viveiro de plantas (Veyne, 2014, p. 268-269).

Em relação a isso, a pesquisa admite três arcos espaço-temporais, focalizando: 1) o fascismo italiano e o nazismo alemão da primeira metade do século XX; 2) o Brasil contemporâneo; 3) a ascensão, no Brasil da década de 1930, de movimentos inspirados no nazifascismo, dando ênfase às organizações fascistas italianas, à existência de um Partido Nazista no país nessa mesma década e à Ação Integralista Brasileira (AIB). A noção de arquivo serve pontualmente à dissertação. Tal noção, entendida como procedimento investigativo, conta com uma montagem realizada a partir de edições devidamente selecionadas de diversos periódicos, como, por exemplo, as matérias dos anos de 1933 a 1934, de dois jornais que circularam na cidade de São Paulo – *Deutscher Morgen*, autoproclamado como o semanário oficial do Partido Nazista no Brasil e *O Homem Livre*, porta-voz da Frente Única Antifascista (FUA)²⁵. No tocante à contemporaneidade, interessam à pesquisa o *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* e demais documentos utilizados, como matérias de jornais disponibilizadas na Internet. Essas vozes ecoam pesquisa adentro e, na

²⁵ Algumas matérias dos jornais *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre* serão evidenciadas ao longo da dissertação, com sua apresentação detalhada no capítulo “Nazifascismo à brasileira? Algumas considerações à luz do arquivo”. Vale destacar que, na presente pesquisa, as traduções do *Deutscher Morgen* foram feitas com o auxílio do Prof. Dr. Luciano Carlos Utteich, a quem agradecemos.

companhia delas, se espera contribuir com a investigação da presente temática. A partir de deslocamentos históricos precisos, busca-se estabelecer uma visão abrangente dos períodos selecionados, tomando como base o aporte metodológico de Michel Foucault, apresentado, agora, no decorrer dessa seção, junto aos propósitos da dissertação.

É sabido que há certa dificuldade em enquadrar as metodologias e conceitos de Foucault em momentos exclusivos de sua trajetória investigativa, pois ao longo de suas produções, o pensador retoma suas ideias em função dos variados objetos analisados, deslocando-as em consonância com as problemáticas desenvolvidas. De modo geral, é possível sublinhar três eixos centrais ao entendimento de suas produções: o arqueológico (referente ao exame do saber), o genealógico (correspondente ao estudo do poder) e o ético (alusivo às práticas de subjetivação). No entanto, mesmo que possa se considerar à parte o período arqueológico, o genealógico e o ético, vale lembrar que não se deve apreendê-los em linha reta, de modo episódico. Isso porque, conforme exposto acima, o pensamento do filósofo dispõe de um amplo movimento que se assemelha à figura de uma espiral, que não se move em torno de um ponto central e permanece em constante oscilação (Castro, 2009). Ademais, como mostra Cesar Candiotti (2006), a partir da década de 1970, a arqueologia se encontra articulada à perspectiva genealógica, o que prova que apesar da distinção entre as duas formas analíticas, tanto a arqueologia quanto a genealogia correspondem a dimensões de uma mesma análise, dado que se articulam e se complementam.

O método arqueológico efetiva-se pela observação dos processos históricos, considerando as condições de aparecimento dos saberes²⁶ em suas singularidades. Embora pareça paradoxal à primeira vista, é justamente a tarefa de perscrutar o que não vem fácil à visão aquilo a que a arqueologia se detém (Prates, 2019). Ou seja, os fatos humanos são arbitrários, contingentes, não se encaixam na plenitude da razão e mesmo que se apresentem de imediato aos nossos olhares, sequer são facilmente percebidos (Veyne, 2014). Recusando a

²⁶ Segundo Foucault, “[...] o caminho passa por uma análise do nexa saber-poder que o sustenta, o retoma a partir do fato que ele é aceito, em direção do que o torna aceitável não, claro, em geral, mas aí somente onde ele é aceito: é isso que se poderia caracterizar como o retomar em sua positividade” (Foucault, 2000, p. 184).

compreensão linear da história, uma das questões-chave da perspectiva foucaultiana não é somente mostrar que o passado se encontra vivo no presente, animando-o em segredo, mas investigar as diferenças dos saberes consolidados socialmente, percebendo o que constitui a aceitabilidade dos sistemas (Foucault, 2013a).

A arqueologia implica um completo afastamento da história das ideias²⁷, recusando seus princípios e métodos a fim de efetuar uma análise histórica ímpar, de viés não formalizador nem interpretativo das fontes investigadas. Enquanto a história das ideias dirige-se às representações de documentos oficializados, decifrados a partir de fatores como continuidade²⁸ e totalização – focalizando, por um lado, a interpretação do pensamento de personagens históricos e, por outro, dos acontecimentos em si –, a arqueologia discorre sobre os saberes consolidados socialmente por meio da emergência de práticas discursivas²⁹. Na abordagem arqueológica, não se compreende o sujeito criador como figura soberana das fontes investigadas, no sentido de entendê-lo como fator único de suas formulações. Lida-se com a descrição de discursos entendidos como práticas³⁰. Não para que se espreite “[...] o momento em que, a partir do que ainda não eram, [os discursos] tornaram-se o que são; nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder,

²⁷ Para Foucault: "gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da história das ideias, através dos quais ela se liga a uma certa forma, hoje tradicional, de análise histórica" (Foucault, 1997, p.158).

²⁸ Para Foucault, a história das ideias, "em sua forma mais geral [...] descreve sem cessar – e em todas as direções que se efetua – a passagem da não-filosofia a filosofia, da não-cientificidade à ciência, da não-literatura à própria obra. Ela é a análise dos nascimentos surdos, das correspondências longínquas, das permanências que se obstinam sob mudanças aparentes, das lentas formações que se beneficiam de um sem-número de cumplicidades cegas, dessas figuras globais que se ligam pouco a pouco e, de repente, se condensam na agudeza da obra" (Foucault, 1997, p. 158).

²⁹ Em relação às práticas discursivas, "[...] não podemos confundi-la[s] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a 'competência' de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault, 1997, p. 136).

³⁰ Paul Veyne mostra: "A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que se diz). Se a prática está, em certo sentido, 'escondida', e se podemos, provisoriamente, chamá-la 'parte oculta do iceberg', é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, freqüentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles" (Veyne, 2014, p. 248).

pouco a pouco, sua identidade” (Foucault, 1997, p. 159). A arqueologia se encarrega dos discursos em suas superfícies, isto é, a partir do que manifestam explicitamente em cada circunstância histórica.

De modo mais sistemático, o discurso é alusivo a um emaranhado de narrativas que circularam e puderam fazer sentido em um dado período. Envolve “[...] um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 1997, p. 135). E o enunciado está relacionado com “[...] um conjunto de signos, que pode ser uma frase, uma proposição, mas considerada no nível de sua existência” (Foucault, 2013a, p. 158). *Grosso modo*, o processo de descrição dos enunciados não se assemelha a uma análise lógica e gramatical – não se ocupa da estrutura linguística. A existência dos enunciados reflete algo além dos significados da frase ou da proposição, fundamentalmente no que diz respeito ao surgimento de práticas.

Longe de homogeneizar os discursos de acordo com a conjuntura que pertenceram, deve-se notar que o “[...] sistema de enunciados não é a soma de todos os textos, mas aquilo que faz com que tantas coisas ditas tenham surgido não apenas a reboque das leis do pensamento ou do jogo de circunstâncias” (Aquino; Val, 2018, p. 46). Eis que as formações discursivas devem ser descritas em sua dispersão, enfrentando-as como práticas e estabelecendo o tipo de positividade³¹ que as define. Considerar as formações discursivas requer a identificação de elementos sempre demarcados no tempo e no espaço, os quais fazem com que a partir de múltiplos encadeamentos, algo singular surja. Não como “[...] uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de – sozinha – formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência [...]” (Foucault, 1997, p. 125), como uma materialidade que faz ressoar novos discursos. Leva-se em conta algumas das formulações que eventualmente foram pronunciadas e escritas ao longo da história para delimitar suas condições de aceitabilidade e, assim, considerar o surgimento de novos enunciados.

³¹ Para Castro, "Foucault utiliza o termo 'positividade' para referir-se à análise discursiva dos saberes desde um ponto de vista arqueológico. Determinar a positividade de um saber não consiste em referir os discursos à totalidade da significação nem à interioridade de um sujeito, mas à dispersão e à exterioridade. Tampouco consiste em determinar uma origem ou uma finalidade, mas as formas específicas de acumulação discursiva" (Castro, 2009, p. 335).

Na medida em que a arqueologia investiga as formações discursivas em suas superfícies, junto às regularidades que regem sua dispersão, a genealogia é a tática que se concentra nos efeitos de poder e jogos de verdade que mobilizam os discursos. É suficiente mencionar que a genealogia se estende às regras histórico-sociais implementadas e reproduzidas por relações políticas, dinâmicas econômicas, instituições, dentre outros fatores. Não se limita, no entanto, aos sistemas de dominação porque considera também os embates travados contra eles, examinando as vontades de verdade circulantes em determinados contextos.

Em referência a Nietzsche, Foucault delinea a genealogia como um novo modo de endereçamento à história, cuja lida recusa “[...] o desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias [...]” (Foucault, 2013a, p. 274). Em síntese, o método genealógico é definido da seguinte forma: não busca a finalidade objetiva dos acontecimentos, nega o viés evolucionista da história, além de abandonar a necessidade de demarcar características genéricas aos processos, as quais permitiriam suas representações em outros contextos. Mais especificamente, se orienta pela ideia de que as coisas do mundo não advêm de uma dimensão supra histórica que, por ser preexistente às ocorrências, as controlaria. Foucault (2013a) percebe, nesse ponto, certa inclinação da história tradicional à metafísica, já que ambas tendem a manter sob a mira o longínquo, utilizando de princípios universais para expor a eclosão dos eventos passados. Sua crítica se dispõe, por um lado, às correntes teológicas e, por outro, às racionalistas, porque ambas fomentam um sentido natural e teleológico das experiências – o que seria contestável por reduzir a heterogeneidade dos acontecimentos, os submetendo a uma ordem cronológica linear e, como não poderia deixar de ser, os normalizando. O enfoque genealógico implica um sentido antiplatônico da história, ou seja: se opõe à identificação da história como reminiscência ou reconhecimento. Dedicar-se ao uso paródico e destruidor da realidade, visto que a própria história nos ensina a “[...] rir das solenidades da origem” (Foucault, 2013a, p. 276).

A leitura de Nietzsche leva Foucault a assinalar que a procura pela origem (*Ursprung*) é sempre falha porque não há uma identidade primeva, mas sim disparates. Cabe à genealogia mostrar os disparates, provocando uma clara ruptura em relação à história dos historiadores por meio de dois procedimentos

que lhes são essenciais: a proveniência (*Herkunft*) e a emergência (*Entstehung*). Em linhas gerais, a proveniência considera a aparição do acontecimento de acordo com instâncias acidentais, incertas e emaranhadas. Com o propósito de traçar a singularidade do acontecimento em sua dispersão, desembaralha tais instâncias e “[...] agita o que antes se percebia como imóvel, fragmenta o que se pensava unificado” (Foucault, 2013a, p. 279) – não sendo sua função reencontrar semelhanças entre os eventos, assimilando-os em uma continuidade histórica. A emergência, por sua vez, diz respeito ao ponto de surgimento das coisas, determinado a partir do embate entre forças adversas. Não se deve entendê-la como aquilo que demarcaria a exatidão de um aparecimento, assim como é necessário não a considerar como relativa a um campo fechado, no qual forças em embate se confrontariam. Isso porque ela se efetiva nos interstícios da história, desarticulando quaisquer certezas que poderiam se impor e, como se refere às dominações contingentes, ninguém é responsável por ela (Foucault, 2013a).

Foucault lança mão daquilo que está próximo a nós, dando vazão às formas sutis e difusas das ocorrências. Delineia o acontecimento, por conseguinte, não como alusivo aos vastos reinos, batalhas e revoluções nem como a imposição de grandes tratados e decisões, mas

[...] como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada (Foucault, 2013a, p. 286).

Tal citação, quando articulada com a presente temática da pesquisa, traz formas de pensar às questões que emergem no presente em relação ao uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos. A imagem de um caleidoscópio, sob tal perspectiva, é utilizada para exemplificar a “proliferação de acontecimentos” (Foucault, 2013a, p. 278) considerados pela “história efetiva” (Foucault, 2013a, p. 287). Tal imagem pode ser interessante também para mostrar diferentes arranjos de figuras múltiplas em constante agitação, que se transformam com base na posição em que está o observador.

É a partir de uma perspectiva arqueogenealógica, amparada na noção de arquivo, que Foucault investiga o domínio do que pôde ser dito em determinadas conjunturas. Apresenta o arquivo, portanto, como a “massa de coisas ditas em

uma cultura, conservadas, valorizadas, reutilizadas, repetidas e transformadas” (Foucault, 2014, p. 52). De acordo com suas palavras:

por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos (Foucault, 2013a, p. 151).

Conforme a citação apresentada, faz sentido afirmar que o pensador excede radicalmente a noção tradicional de arquivo desenvolvida no século XIX, atinente à ideia de uma conservação documental absoluta, que “[...] só existe para ser redescoberta por si mesma, em seu estado bruto” (Foucault, 2013b, p. 187). O arquivo estaria ligado, nesse aspecto, à preservação de documentos de caráter pessoal e institucional, envolvido com mecanismos de memorização e patrimonialização, que agem no sentido de defender direitos e orientar as ações do presente por meio da construção de uma memória coletiva e da formação de identidades sociais (Aquino; Val, 2018). Sabe-se que as estratégias de preservação favorecem apenas os documentos considerados como dignos de serem transmitidos adiante³², negligenciando os que não se enquadram na visão convencional, fator que “[...] constituiria uma estratégia eficaz de governo dos homens” (Aquino; Val, 2018, p. 50).

Em contrapartida, a metodologia foucaultiana não apresenta uma relação idealizada com o arquivo, não o toma como simples testemunho da história, disponibilizando-o para fins de preservação. A história passa a ser concebida como uma contramemória, tornando-se alheia a certa justificativa antropológica de memorização dos eventos (Foucault, 2013a). Mais do que salvaguardar os documentos às gerações futuras, é preciso embasar-se em determinadas problematizações. Por um lado, é a problematização que constitui a trajetória analítica, fazendo com que se exceda, de alguma forma, a massa documental; por outro lado, são os discursos contidos nos documentos que determinam e abrem os caminhos da pesquisa.

³² Foucault aponta criticamente como as estratégias de preservação desconsideram outras histórias ao “[...] lançar[em] um olhar para o longínquo e para as alturas: as épocas mais nobres, as formas mais elevadas, as ideias mais abstratas e as individualidades mais puras” (Foucault, 2013a, p. 287).

O contato com o arquivo, composto por documentos de um amplo recorte espaço-temporal, imprescindível à visualização dos deslocamentos históricos, ocorre pela via de uma “[...] imersão vertical na densidade e dispersão de diferentes fontes correlatas (desde aquelas molares até as tópicas, laterais, advertências etc.)” (Aquino; Val, 2018, p. 48). Para que fique claro que não se trata de trabalhar com uma noção convencionalizada de arquivo, deve-se notar que esta pesquisa não investe em fontes majoritárias sobre a temática em tela. Quando utiliza essas fontes, o faz de forma a minorá-las. Da mesma maneira, valoriza o uso de fontes minoritárias, buscando majorá-las de tal forma que suas linhas constitutivas não sejam sobrepostas por discursos dominantes

Para além disso, o tratamento do arquivo requer a elaboração de eixos de análise – no caso da presente temática, separar nos discursos selecionados as práticas definidas como alusivas ao fascismo, nazismo, neofascismo e neonazismo – a fim de formular um registro daquilo que foi viável e legitimado em certos contextos. Tal processo que ocorre no sentido de notar, nos discursos, “[...] a impossibilidade de decifrá-lo[s], ilusão de restituí-lo[s] [inteiramente]” (Farge, 2009, p. 21).

De fato, a perspectiva arquivística impõe dificuldades. Permite que as tensões e incoerências que compõem a história vivida apareçam, uma vez que é a própria montagem do arquivo que revela as lacunas históricas e discursivas, além de permitir o discernimento de que “[...] o arquivo não diz a verdade, mas ele diz *da* verdade [...]” (Farge, 2009, p. 35). Tendo isso em vista, é preciso desnaturalizar os documentos, entendê-los como resultado de relações de forças e regularidades específicas, buscando sempre mostrar o que dizem em suas especificidades. Somente dando vazão aos detalhes que desorientam aquilo que, a princípio, parecia simples e trivial que se pode adentrar na complexidade das camadas históricas e perceber a configuração de certas ordens sociais.

A presente pesquisa está orientada, então, pela noção de arquivo – em atenção aos “[...] pequenos fatos contra as grandes ideias vagas: a poeira desafiando a nuvem (Foucault, 2012, p. 317). Tal noção é crucial ao que aqui se intenta porque, com ela, pode-se questionar o uso geral dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos como se fossem chaves que entrariam em todas as fechaduras, atravancando o necessário entendimento de fenômenos tão

particulares e tão precisamente datados (Veyne, 2014). Ao enfrentamento das compreensões fixas, pois, deve-se ter em vista os diversos devires da história na investigação dos recortes espaço-temporais supracitados, a fim de tecer relações entre eles. Afinal, a partir de quais condições os discursos das conjunturas escolhidas para a pesquisa foram formulados? Como se deu a elaboração de determinados discursos e não de outros em seu lugar? Quais seriam os discursos, de alguma forma semelhantes aos que já foram estabelecidos, que surgiram em outros contextos? E quais suas relações? Como se configurou a emergência de organizações sociais que necessitaram dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos para serem explicitadas?

Conforme dito na seção anterior, a referência a esses termos se encontra tão repisada contemporaneamente, que o risco é o de esvaziá-los. Verifica-se, a respeito disso, que adentrar em perspectivas de denúncia e/ou resolução não corresponde ao que aqui se intenta, sobretudo porque a pesquisa se inspira na visão foucaultiana, a qual não é prescritiva e sim problematizadora. A iniciativa proposta considera as fontes selecionadas como elementos de realidade, os quais, devido às urgências de cada época, puderam produzir sentido. Espera-se que a contribuição dessa investida seja a de alcançar o passado como contemporâneo ao devir histórico (Agamben, 2009). Trata-se, segundo Giorgio Agamben (2009), de manter o olhar no escuro do presente e perceber, ao mesmo tempo, as luzes que dele emanam, as quais embora nos alcancem se distanciam infinitamente.

2 O PECULIAR EXCESSO DE PODER NO FASCISMO ITALIANO E NO NAZISMO ALEMÃO

Este capítulo apresenta algumas considerações sobre o fascismo e o nazismo históricos, fundamentadas em referências bibliográficas tanto daqueles que foram contemporâneos a esses regimes na Europa quanto dos que não foram. Interessa selecionar perspectivas – mesmo que inteiramente díspares – essenciais à elaboração de um pensamento que abarque cuidadosamente o que foram tais regimes e seus efeitos no âmbito político. Partindo da premissa de que "escrever é um fluxo entre outros, [...] que entra em relações de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos [...]" (Deleuze, 1992a, p. 17), pretende-se mostrar as distintas camadas das referências bibliográficas selecionadas, longe de qualquer apelo enciclopédico, percebendo os desníveis entre elas e utilizando-as no que contribuem à dissertação. Trata-se, portanto, de uma escrita cuja força está em evidenciar tais fluxos, afastando-se de qualquer maniqueísmo que a reduziria à tarefa da concordância ou da discordância. Busca-se investigar como o fascismo e o nazismo foram compreendidos em seu desenvolvimento, identificando suas práticas de violência. Cabe frisar quais elos e trocas os constituíram, contextualizando-os e atentando às suas alteridades, inclusive no que diz respeito à consideração ou não do nazismo como uma forma de fascismo. Poderia fazer sentido recorrer a outras referências bibliográficas, capazes de moldar concepções distintas sobre o que ocorreu na ascensão desses regimes. Contudo, os escritos selecionados parecem fundamentais à promoção de uma análise distanciada das imagens que os representam exclusivamente por meio da figura de um grande líder e seus adeptos, as quais tendem a incitar uma falsa impressão de que esses fenômenos estariam sendo entendidos em sua totalidade. Segundo o cientista político e historiador Robert Paxton, em *A anatomia do fascismo*:

Todos têm certeza de que sabem o que o fascismo é. Na mais explicitamente visual de todas as formas políticas, o fascismo se apresenta a nós por vívidas imagens primárias: um demagogo chauvinista discursando bombasticamente para uma multidão em êxtase; fileiras disciplinadas de jovens desfilando em paradas; militantes vestindo camisas coloridas e espancando membros de alguma minoria demonizada; invasões surpresa ao nascer do sol e soldados de impecável forma física marchando por uma cidade capturada (Paxton, 2007, p. 23).

As representações do fascismo e do nazismo, habitualmente vinculadas às concepções restritas ao poder do Estado, às grandes ideologias e às táticas de manipulação responsáveis por incentivar o ressentimento de toda uma população contra minorias³³ estigmatizadas não são suficientes ao que se pretende ressaltar. Apesar de evidenciarem aspectos relevantes, parece necessário alcançar uma compreensão mais fina do que se efetivou na primeira metade do século XX.

A intenção é discorrer sobre questões importantes, para a pesquisa, da história da Itália e da Alemanha, adentrando em algumas das minúcias de seus acontecimentos, não necessariamente em um viés linear. Reforça-se que a menção às ocorrências anteriores à ascensão do fascismo e do nazismo ao poder não tem como finalidade identificar quais seriam suas origens, pontuando-as a partir de eventos específicos. Desse modo, a abordagem que segue, na seção “2.2. Camisas Negras e *Freikorps*: a minúcia das práticas de violência”, apesar de situar movimentos passíveis de serem entendidos, de alguma forma, como seminais dos regimes em questão, possibilita o escape ao que o trabalho historiográfico vinculado às solenidades da origem situa como os grandes marcos iniciais desses regimes. Ademais, a abordagem evoca uma multiplicidade de narrativas que se emaranham, permitindo que não se perca de vista a complexidade dos acontecimentos. Põe-se à prova a ideia de que os notáveis marcos históricos – como, a título de exemplo, a Marcha sobre Roma³⁴ na Itália fascista, a nomeação de Mussolini como *Duce*³⁵; o estabelecimento do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*)³⁶ e a promulgação de Hitler como chanceler da

³³ Conforme Deleuze, “as minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é o modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo o europeu médio adulto macho habitante das cidades [...]” (Deleuze, 1992a, p. 214).

³⁴ A Marcha sobre Roma foi uma ação armada, que se efetivou em 28 de outubro de 1922. Foi organizada pelo Partido Nacional Fascista e objetivava pressionar a monarquia italiana a nomear Benito Mussolini como primeiro-ministro da Itália, a fim de consolidar a ascensão do regime fascista no país.

³⁵ Mussolini tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922 e, em 1925, foi nomeado Duce.

³⁶ Em fevereiro de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, Adolf Hitler assumiu a liderança do Partido Operário Alemão (*Deutsche Arbeiter Partei*), alterando o nome de tal organização política para Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National-Sozialistische Deutsche*

Alemanha – retratariam na íntegra a formação desses regimes. Trata-se de perceber como:

[...] o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete (Hobsbawm, 1995, p. 12).

Ao elaborar o que se deu na primeira metade do século XX, não se considera o fascismo e o nazismo como algo estático, ou seja, que poderia ser definitivamente caracterizado nas mesmas circunstâncias. É preciso considerar a “desorientação que o[s] incuba” (Fabbri, 2020, p. 8), o que os compõem como um “alveário de contradições” (Eco, 2019, p. 32) e forma, como não poderia deixar de ser, uma espécie de “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44). Essa “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44), que jamais é entendida aqui em um sentido metafísico, não se restringiu ao contexto europeu, mas se expandiu em outros tempos e espaços, sob novas formas, o que reforça a hipótese levantada pela dissertação³⁷. É vital compreendê-la em dois sentidos essenciais: como algo confuso, obscuro, de difícil entendimento e como algo que, por intermédio de inúmeras expressões, permeia as esferas sociais de distintas formas. De modo a ilustrar tal “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44) recorre-se à imagem da própria Nebulosa de Órion³⁸, descrita pela formação de densas nuvens de gás e poeira cósmica. Dentro dessa composição, inúmeras partículas se dispersam em um bloco central e distribuem-se de forma difusa e assimétrica. Tal imagem sugere que se se considera a Europa como ponto de partida para a presente análise, não seria para fomentar uma origem exclusiva do fascismo e do nazismo europeus, visto que uma série de movimentos, inspirados diretamente ou não nos regimes em questão, já estavam emergindo em outros contextos. A ideia da

Arbeiter Partei – NSDAP). O Partido teve grande impacto na sociedade alemã, usando de estratégias políticas e propaganda para se impor (Santana, 2012).

³⁷ O terceiro capítulo dessa dissertação investiga a emergência das organizações fascistas italianas em território nacional, do Partido Nazista no Brasil, da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, como casos que ilustram as novas gêneses históricas dessa “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44).

³⁸ Informações disponíveis no vídeo intitulado como *Explore a Nebulosa de Órion através desta visualização 3-D*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gzj71oBLSmo&t=20s>. Acesso em: 8 fev. 2024.

"nebulosa fascista" (Eco, 2019, p. 44) permite que se entenda a propagação de inúmeras partículas de violência no tempo e no espaço, partículas essas que foram assimiladas pelas condutas tanto do contexto europeu quanto de outros lugares, deixando marcas globais.

Indo direto ao ponto: é necessário questionar abordagens eurocêntricas, ou seja, aquelas centradas na Europa, que se constituem por narrativas grandiloquentes, as quais retratam os países europeus – nesse caso específico, a Itália e a Alemanha – como centros únicos de poder, subestimando ou negligenciando o que se manifesta em diferentes cenários históricos. Da mesma forma, deve-se pensar criticamente as perspectivas que apelam à unicidade na historiografia do nazismo como fenômeno circunscrito à Alemanha, ignorando manifestações do tipo em outras circunstâncias, inclusive na própria Europa. No que tange à formação de demais movimentos políticos é preciso entendê-los como mais do que formas miméticas dos regimes europeus, dado que não se efetivaram nas mesmas condições históricas e possuem suas singularidades.

Na Europa, o fascismo e o nazismo transformaram-se de movimentos políticos a regimes políticos³⁹. Quanto aos movimentos surgidos em outros contextos, ressalta-se como poderiam ser trazidos à exaustão, mas ao que aqui se intenta cabe citar apenas alguns deles: o Partido Nazista no Brasil (1928); a Ação Integralista Brasileira (1932); os “[...] movimentos da direita radical no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e outros países [...]” (Bertonha; Bohoslavsky, 2023, p. 17); a Ação Revolucionária Mexicana, que teve impactos notáveis na política e “mais ao norte [do México] surgiram vários grupos que buscaram articulação com setores políticos conservadores e reacionários, com pouco ou nenhum sucesso” (Bertonha; Bohoslavsky, 2023, p. 26). Nos Estados

³⁹ É essencial destacar que, sob essa perspectiva, "um *movimento político* é um grupo que busca organizar as pessoas em torno de uma série de reivindicações ou de uma visão de mundo para influir nos processos políticos e decisórios que organizam a sociedade. Este grupo é um *movimento* justamente porque sua atuação não está diretamente vinculada aos centros de decisão política, ou seja, ele não participa, por exemplo, dos governos, do Estado e nem controla organizações políticas reconhecidas, como sindicatos e partidos políticos. Conforme este movimento cresce em importância, sua atuação pode ser mais ou menos institucional, ou seja, ele pode participar mais ou menos do Estado e dos centros de decisão política (por exemplo, quando ele consegue que alguns de seus membros sejam eleitos para cargos políticos, conselhos municipais, direção de sindicatos etc.). Conforme ele aumenta sua presença e seu peso frente aos centros de decisão política, ele pode se transformar em uma *organização partidária independente*, estruturando-se para a disputa direta do poder político" (Ferreira; Gomes, 2021, p. 31).

Unidos e Canadá aponta-se para a formação de alguns grupos como, por exemplo, o *Silver Legion* (1933) e o *Parti National Social Chrétien* (1934) (Bertonha; Bohoslavsky, 2023). Além dos outros movimentos que:

nas áreas coloniais ou semicoloniais do mundo (África, Oriente Médio e Ásia), fo[ram] recebido[s] e interpretado[s] de diferentes maneiras como um instrumento da luta anticolonial ou, pelo contrário, como um reforço do poder estatal (Bertonha; Bohoslavsky, 2023, p. 25).

Evidencia-se também a disseminação desses demais movimentos em vários países europeus: na França, o *Le Faisceau* (1925) e *Francisme* (1933); em Portugal, o Movimento Nacional-Sindicalista (1932); na Espanha, a *Falange Española* (1933); na Holanda, o *Nationaal-Socialistische Beweging* (1931) etc. (Bertonha; Bohoslavsky, 2023).

Isto posto, seria indispensável atentar ao fato de que tal “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44) mostra-se pela própria utilização dos termos fascismo e nazismo nos discursos de vários contextos, refletindo o emaranhado das práticas. Todavia, foi “[...] a palavra ‘fascismo’ [que] se transformou numa sinédoque, uma denominação *pars pro toto* para os mais diversos movimentos [...]” (Eco, 2019, p. 32), porque “desde os anos 1920 sabia-se que o fascismo não era um fenômeno restrito à Itália, mas de alcance mundial” (Bertonha; Bohoslavsky, 2023, p. 26). Conforme observado pelo filósofo Umberto Eco (2019), o próprio fascismo italiano compôs-se por um arranjo de diversas ideias, muitas vezes contraditórias, o que fez com que não tivesse uma quintessência, essência unívoca ou ideologia monolítica. Não por acaso, ainda no século XX, o uso da palavra “fascismo” foi amplamente difundido:

Por que uma expressão como ‘*fascist pig*’ [porco fascista] era usada pelos radicais americanos até para indicar um policial que não aprovava aquilo que eles costumavam fumar? Por que não diziam: ‘porco *cagoulard*’, ‘porco falangista’, ‘porco *ustase*’, ‘porco Ante Pavelic’, ‘porco Quisling’, ‘porco nazista?’” (Eco, 2019, p. 24-25).

A situação complica-se quando as características de variados sistemas políticos podem apresentar formas de organização assimiláveis – como

autoritárias, populistas⁴⁰, despóticas, fanáticas etc. – as quais, muito embora tenham semelhanças com o fascismo italiano, não se encaixam necessariamente em suas convicções. Daí a necessidade de perceber a emergência do termo fascismo em diferentes contextos, sem simplificá-lo como se se referisse às mesmas condições. Diante da variedade de circunstâncias em que essa palavra é empregada, torna-se evidente a inviabilidade do “[...] famoso ‘mínimo fascista’, que, supostamente, nos permitiria formular uma definição clara e geral do fascismo” (Paxton, 2007, p. 36), que pudesse ser aplicada da mesma forma a todos os acontecimentos.

Aventa-se, frente a isso, acerca da ampla “[...] *batalha teórica que vem sendo travada há várias décadas, no interior da literatura sobre fascismo*” (Konder, 2009, p. 24). Nota-se como tal termo é facilmente adaptável uma vez que se pode eliminar ou acrescentar certos aspectos de um movimento e, mesmo assim, ser mantido o sentido de seu uso. Entretanto, por mais que o termo em questão possa ser referido a uma ampla gama de situações, ainda se faz indispensável ter cautela para não o utilizar de modo generalista. Alguns acadêmicos, incomodados com a banalização de seu uso – sobretudo em relação à denominação “fascista” para todo e qualquer regime político ou indivíduo que detenha ou reivindique alguma forma de autoridade – propuseram restringi-lo ao regime de Mussolini (Paxton, 2007). Como observado nesta pesquisa, faz sentido questionar a utilização desmedida não apenas do termo fascismo, mas também do termo nazismo e dos seus neologismos. Contudo, como os discursos mostram a emergência desses termos em contextos diferenciados, rejeitar por completo tal uso como atinente a fenômenos político-sociais que, desde o século XX até a presente data, não deixam de acontecer, também é suscetível a problematizações.

⁴⁰ Para discernir o fascismo do populismo, é necessário contextualizá-los historicamente, compreendendo que, embora haja divergências em suas práticas políticas, ainda assim, compartilham ressonâncias mútuas. O historiador Frederico Finchelstein, sob tal perspectiva, parte do pressuposto de que "o populismo é uma forma autoritária de democracia que surgiu inicialmente como uma reformulação do fascismo no pós-guerra" (Finchelstein, 2019, p. 123).

2.1 Os microfascismos em nós

A dissertação contesta as definições absolutas, amiúde circunscritas às imagens convencionais do fascismo e do nazismo. Investiga, na medida do possível, algumas das lacunas desses regimes, considerando os acontecimentos emergentes no tecido fino da vida social, isto é, aqueles que “[...] fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas” (Foucault, 1977, p. 4), concomitantemente à observação de suas ressonâncias nos eventos colossais, de ordem político-estatal, e vice-versa. As produções de Foucault e de Deleuze e Guattari orientam, sob tal enfoque, caminhos à tarefa crítica, junto ao respaldo das demais referências bibliográficas. Tais produções desempenham um papel fundamental a esse momento da escrita porque trazem os desdobramentos e alcances das reflexões dos filósofos ao estudo da temática em questão. Dentre alguns conceitos centrais apresentados, a escrita se detém na elaboração foucaultiana de fascismo, delineada em *Introdução à vida não-fascista* (1977), e no conceito de microfascismo, de Deleuze e Guattari (1996).

A análise do poder surgiu em determinado momento das pesquisas de Foucault, o que instigou o uso explícito de questões já indiretamente presentes nos seus objetivos teóricos, redimensionadas pela genealogia do poder. O filósofo promoveu uma grande ruptura na reflexão política ocidental ao distanciar-se de análises que se restringiam a determinadas dimensões, como as vinculadas à figura do Estado, a uma classe social dominante e à primazia das relações econômicas, especialmente presentes nas teorias jurídicas e marxistas. Foucault também se afastou do que considerava como uma definição já repisada do poder, formulada por Hegel e posteriormente por Freud e Reich, que o explicitaram como algo exclusivamente repressivo (Foucault, 2010a). Em contraposição à teoria política tradicional, o filósofo apreende o poder em seus múltiplos lineamentos, isto é, segundo a existência de uma rede microfísica que, mesmo se articulada ao Estado, transcorre todo o corpo social, inclusive em seus pequenos gestos. É digno de nota que, a depender do quadro espaço-temporal e dos acontecimentos investigados, nem sempre as relações de poder se restringem às interações entre o Estado e os indivíduos.

Com efeito, o poder não corresponde a algo que se dá, se submete ou se troca, não pode ser analisado como o que é partilhado entre os indivíduos ou

meramente como relativo à dominação daqueles que o detém exclusivamente em contraste com os que são submetidos a ele (Foucault, 1995). Para Foucault, o poder não se manifesta como uma instância única, fechada e onipotente⁴¹; em vez disso, ele se desdobra em jogos de força versáteis, que permeiam muitas circunstâncias e se moldam pelas particularidades de cada conjuntura histórica. A apreensão das tecnologias⁴² de poder, nesse sentido, não pode ser reduzida a um confronto dualista entre “o” poder e as resistências que contra ele lutaram. Isso porque as relações de poder envolvem uma pluralidade de forças, contêm inúmeros conflitos e focos de instabilidade. É necessário situá-las “[...] no interior das lutas, e não supor que há, de um lado, o poder e, do outro, aquilo sobre o qual ele se exerceria, e que a luta se desenrolaria entre o poder e o não poder” (Foucault, 2012, p. 271).

Foucault não desenvolveu, de fato, uma teoria do poder – se por teoria for entendida uma exposição geral, sistemática e unívoca de ideias. Em suas produções há uma filosofia analítica do poder, que reflete sobre o funcionamento das tecnologias de poder utilizadas em variadas conjunturas históricas, levando em conta suas características particulares. O pensador, em vista disso, “[...] sempre se defendeu de ter querido propor uma ‘teoria geral’ do poder [...]” (Fontana; Bertani, 2010, p. 234). Analisou-o por meio dos distintos modos de subjetivação das condutas, se referindo aos “ato[s] de ‘conduzir os outros’ (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos)” (Foucault, 1995, p. 244). No pensamento foucaultiano, as relações de poder são imanentes às condutas, constituídas por uma série de práticas e situações. Isso interessa à pesquisa no sentido de visualizar as relações de poder ao nível concreto de seu exercício, como permanentemente “[...] móveis, reversíveis e instáveis” (Foucault, 2004, p. 276), como alusivas a todos os domínios da ação humana.

⁴¹ Ao desconstruir a concepção de poder como uma instância absoluta, o pensador argumenta que, na verdade, “se assistimos ao desenvolvimento de tantas relações de poder, de tantos sistemas de controle, de tantas formas de vigilância, é justamente porque o poder sempre foi impotente” (Foucault, 2012, p. 268).

⁴² Utiliza-se o termo “tecnologia” em relação à ideia de prática. Foucault analisa os mecanismos inventados e aperfeiçoados ao longo da história, a fim de traçar as estratégias e táticas socialmente aplicadas, considerando-as como tecnologias de poder. Considera-se a biopolítica – explicitada na seção “2.4 A biopolítica como gestão da vida” – como uma tecnologia reguladora da vida. A título de exemplo, há também: as tecnologias da disciplina, as tecnologias do castigo (suplício), as tecnologias cristãs da carne e as tecnologias do sexo.

Ademais, o poder está ligado a determinados processos de formação do saber, visto que corresponde a certa “[...] dimensão irreduzível à do saber, embora ambos constituam mistos concretamente indivisíveis” (Deleuze, 1992a, p. 120). Diante disso, é essencial apontar à noção foucaultiana de governamentalidade, relativa a um conjunto de técnicas aplicadas no Ocidente, que permeia todas as relações sociais e se direciona especialmente à população como alvo e instrumento de suas ações: não se trata de “[...] gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe” (Foucault, 2012, p. 295). Por ora, importa defini-la como concernente a um conjunto de práticas que, a partir de determinado modo de funcionamento das relações saber-poder, tornou possível a condução das condutas de uns sobre outros e também sobre si.

Dessa forma, à luz do que foi exposto, a tentativa é delinear o pensamento de Foucault paralelamente ao de Deleuze e Guattari, traçando os possíveis pontos de intersecção entre as produções de tais pensadores, especialmente no que diz respeito ao conceito foucaultiano de microfísica do poder e o de micropolítica, dos filósofos mencionados. Para Foucault, as relações de poder se dissipam socialmente, manifestando-se nos pequenos aspectos, daí o que é nomeado como microfísica do poder, como já indicado anteriormente. Por sua vez, Deleuze e Guattari (1996) consideram que toda política é, simultaneamente, macropolítica e micropolítica. Os filósofos salientam, em *Mil platôs* (1996), que as sociedades são atravessadas, ao mesmo tempo, por duas segmentaridades: uma molar e outra molecular. Essas segmentaridades, embora distintas entre si, são inseparáveis e coexistem de acordo com diferentes configurações e funções, as quais indicam como o molar e o molecular pressupõem necessariamente um ao outro.

As segmentaridades correspondem, em síntese, ao que se firma socialmente e é reproduzido pelas condutas. Somos todos segmentarizados binariamente, circularmente e linearmente. A segmentaridade binária reflete as oposições duais, como as classes sociais, homens e mulheres, adultos e crianças; a segmentaridade circular refere-se às funções da vida, como, por exemplo, as ocupações próprias, as ocupações do trabalho, do bairro, da cidade e do país; e a segmentaridade linear abrange os processos contínuos, as fases

da vida voltadas à escola, família, profissão etc. (Deleuze; Guattari, 1996). Para os filósofos, tais segmentaridades envolvem deslocamentos que se propagam de um ponto a outro, atuando em variadas direções, para além das estruturas fixas. A experiência vivida é inteiramente segmentarizada, conforme todos os estratos que a compõem.

Quanto mais forte a organização molar, mais ela contém uma molecularização de seus elementos. Convém frisar que o molar e o molecular não se diferenciam apenas em termos de proporção, como se um fosse uma versão ampliada ou reduzida do outro. Segundo Deleuze e Guattari (1996), o próprio sistema político moderno corresponde a uma segmentaridade dura, a uma composição molar, caracterizada como uma ordenação firme e global porque implica uma série de subsistemas entrelaçados. Os centros de poder são definidos pelas conversões operadas por cada uma das linhas e fluxos moleculares que os compõem. Difundem-se atuando por segmentações finas e de maneira dispersa, operando no detalhe e, de modo mais preciso, no detalhe do detalhe (Deleuze; Guattari, 1996).

Deleuze e Guattari (1996), nesse ponto, destacam como os centros de poder são definidos por aquilo que lhes escapa, dado que as fronteiras entre as divisões molares se dissipam em meios moleculares. Com efeito, o perigo da segmentaridade dura “[...] não diz apenas respeito às nossas relações com o Estado, mas a todos os dispositivos de poder que trabalham os nossos corpos, a todas as máquinas binárias que nos fragmentam, às máquinas abstractas que nos sobrecodificam” (Deleuze; Parnet, 2004, p. 166). Percebe-se que os centros de poder não se esvaem, mas adquirem novas dimensões. Daí que os processos de sujeição relativos ao “[...] rosto do pai, do professor primário, do coronel, do patrão se põem a redundar, remetendo a um centro de significância que percorre diversos círculos e repassa por todos os segmentos” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 87) da sociedade.

Todavia, nem todos os processos de sujeição correspondem apenas aos grandes equipamentos de poder, como o Estado, a religião, as instituições, a família etc. Pode-se

[...] reencontrar numa linha flexível os mesmos perigos que existem numa linha dura, só que miniaturizados, disseminados, ou antes, molecularizados: pequenos édipos comunitários

ocuparam o lugar do Édipo familiar, relações móveis de forças substituíram os dispositivos de poder, e as fissuras substituíram as segregações (Deleuze; Parnet, 2004, p. 167).

Trata-se de variadas dimensões que fazem “[...] proliferar o chefe em microfiguras impossíveis de reconhecer, de identificar, e que são tão pouco discerníveis quanto centralizáveis [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 91). Essas microfiguras tendem a não se manifestar de forma direta, explícita, não despontam mais por meio dos mesmos semblantes de autoridade, isto é, não se trata mais de “[...] ‘o’ professor, mas o inspetor, o melhor aluno, o cabulador de aula, o zelador, etc.” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 106). Da mesma forma, “não é mais o general, mas os oficiais subalternos, os suboficiais, o soldado em mim, o encrenqueiro também, cada um com suas tendências, seus pólos, seus conflitos, suas relações de força” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 106).

Nota-se que uma das principais questões levantadas pelas conjunturas do fascismo e do nazismo foi a das manifestações peculiares de poderes excessivos (Foucault, 2013a). De modo a discorrer sobre o conceito de microfascismo, portanto, cabe pontuar, de maneira crítica, as visões que se restringem às forças macropolíticas desses regimes. A lida com o conceito de microfascismo requer uma análise cuidadosa do que foi proposto por Deleuze e Guattari, o que exige a recusa de seu entendimento a partir de simples interpretações do que poderia ser assumido ou não – para além do fascismo e do nazismo como regimes políticos historicamente situados – como microfascista. A análise desse conceito é mais complexa do que parece e, nesse momento, é pertinente afirmar que o fascismo tem caráter molecular, daí a denominação dada ao conceito de “microfascismo”.

Ainda que seja indispensável discorrer sobre essas forças, dando vazão aos eventos de ordem estatal, Foucault, Deleuze e Guattari referem-se aos perigos que permeiam todos os âmbitos, identificando os traços de fascismo no mais ínfimo dos corpos. Segundo a elaboração de fascismo feita por Foucault em *Introdução à vida não-fascista* (1977), presente no prefácio da obra *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, o empenho não se refere

[...] somente [a]o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em todos nós, que martela nossos

espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora (Foucault, 1977, p. 2).

Vale notar que, embora Foucault destaque que o fascismo é algo que se manifesta em todos nós como desejo pelo poder, isso não significa que o filósofo o compreenda de modo a-histórico. Em outras palavras, sua intenção não é simplesmente apontar de maneira fixa onde o fascismo poderia ser encontrado, mas sim atentar aos seus perigos. O fascismo subjaz em nossas condutas, podendo operar de maneira sutil, quase silenciosa, inclusive quando menos percebemos. Assim, na contramão de uma análise totalizante do fenômeno, o pensador esclarece:

o que me aborrece na afirmação do desejo das massas pelo fascismo é que a afirmação cobre a falta de uma análise histórica precisa. Vejo nela o efeito de uma cumplicidade geral no rechaço de decifrar o que realmente foi o fascismo [...] rechaço que se traduz pela generalização [...]. A não análise do fascismo é um dos fatos políticos importantes desses últimos trinta anos. O que permite fazer dele um significante flutuante, cuja função é essencialmente a denúncia: os procedimentos de todo poder são suspeitos de serem fascistas assim como também as massas são suspeitas de sê-lo em seus desejos. Sob a afirmação do desejo das massas pelo fascismo há um problema histórico para o qual não foram ainda encontrados os meios para resolvê-los (Foucault apud Castro, 2009, p. 166).

As palavras de Foucault se associam, nesse sentido, com a ideia da dissertação – que rejeita uma essência universal e absoluta do fascismo, a qual emergiria integralmente, por meio das mesmas dinâmicas e funções, em diferentes condições históricas. Com Foucault, enfatiza-se a importância de considerar o problema histórico da análise do fascismo, o que reforça a necessidade de uma abordagem filosófico-histórica à investigação de sua manifestação em distintos contextos.

Já em relação ao trecho do prefácio da obra *O Anti-Édipo*, no que diz respeito ao desejo por aquilo que nos domina e explora, deve-se questionar “por que o desejo pode desejar sua própria repressão, como ele pode desejar sua repressão?” (Deleuze; Guattari, 1996, p.93). Tal questionamento é decisivo à análise do que Deleuze e Guattari denominam como microfascismo. Ao considerarem o fascismo como um regime de produção desejante, os filósofos

dirigem-se, na obra *O Anti-Édipo* (2011), ao psicanalista austro-húngaro Wilhelm Reich (1897-1957). Atenta-se, desde já, que a dimensão do desejo será explorada apenas em algumas passagens da pesquisa. Apesar de a análise de Deleuze e Guattari sobre o trabalho de Reich ser relevante, é necessário à pesquisa apenas mencionar a originalidade reichiana em questionar o papel do desejo no tocante ao fascismo.

De forma mais detalhada, foi o pensamento de Reich, em *A psicologia de massas do fascismo* – cuja primeira publicação ocorreu em 1933, paralelamente à ascensão do nazismo na Alemanha – que serviu à elaboração do conceito deleuze-guattariano de microfascismo. Isso se deve à visão pioneira do psicanalista, que propôs uma mudança na abordagem do fascismo, que até então era predominantemente assimilado em termos de ideologia. Sob esse ângulo, ao invés de indagar o que levou as “massas” a serem iludidas, manipuladas e persuadidas pelos regimes fascista e nazista, Reich questiona o que teria feito as “massas” desejarem o fascismo (Guéron, 2020).

Ressalta-se que apesar de o psicanalista ter proposto uma importante mudança na pergunta direcionada ao fascismo, sua abordagem pareceu insuficiente aos filósofos franceses, que acentuaram a importância de refletir sobre as implicações políticas do desejo, junto à sua modelação por instâncias político-sociais. Segundo a perspectiva deleuze-guattariana, jamais se pode dissociar o desejo da esfera política. Isto posto, além da menção a Reich, ressoam na criação do conceito de microfascismo outras reflexões importantes à Filosofia Política, expressas por Espinosa, especificamente no *Tratado Teológico Político* (século XVII), que questiona: “por que os homens lutam pela sua servidão como se tratasse de sua saúde?”; e, como não poderia deixar de ser, por Etienne de La Boetie, no *Discurso sobre a Servidão Voluntária* (1563) (Guéron, 2020).

Após a apresentação de parte das reflexões utilizadas na elaboração do conceito de microfascismo, visando estabelecer, agora, certa ligação entre o pensamento de Foucault e o de Deleuze e Guattari, sublinha-se como o poder é moldado e difundido por investimentos de desejo. Embora pareça que o fascismo emerja como força exterior às condutas, responsável por mobilizá-las, ao contrário disso, pode compor o desejo de todos os corpos. Considera-se, pois, como as dimensões libidinais podem se manifestar de maneira nada óbvia, por

meio de astutas formas de violência, quase silenciosas, que qualquer um pode perpetrar.

Conforme Deleuze e Guattari, o desejo é formado por agenciamentos complexos, moleculares, que moldam de antemão as condutas; tem a ver com “[...] toda uma segmentaridade flexível que trata as energias moleculares e determina eventualmente o desejo de já ser fascista” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 93). Por essa razão, o desejo não é entendido como uma energia pulsional, mas sim como um processo de montagem elaborado, que envolve arranjos sociais que configuram as posturas, as atitudes, as percepções etc. Para os filósofos, a “[...] insuficiência das definições econômicas e políticas do fascismo não implica a simples necessidade de acrescentar a elas vagas determinações ditas ideológicas”, assim como não envolve a necessidade de assimilá-lo a uma espécie de “histeria masoquista” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 114). Conceber o nazifascismo como uma mera manipulação ideológica ou como relativo a uma histeria masoquista seria simplificá-lo e limitá-lo a aspectos irracionais e, como se pode ver, as fontes utilizadas nessa pesquisa revelam a racionalidade inerente à lógica de suas práticas e discursos. Dito isto, as massas não teriam suportado passivamente o poder, nem teriam sido enganadas por manobras ideológicas, o que mostra como os oprimidos também podem desempenhar papéis ativos no sistema de opressão. Parece que é quando o desejo começa a desejar sua própria repressão que o fascismo se manifesta.

Os microfascismos implicam um regime molecular, agem por segmentações finas, mas não por isso são menos coextensivos ao âmbito social ou menos perversos em seus efeitos. Até mesmo quando o Nacional-Socialismo se estabeleceu, ele dependeu da persistência dos microfascismos, os quais lhe forneceram meios ímpares de atuação sobre a sociedade, permitindo sua infiltração minuciosa em diversas camadas (Deleuze; Guattari, 1996). Por serem moleculares, os microfascismos se fragmentam em núcleos multiformes e plurais, que se disseminam de um ponto a outro. Considera-se que, mesmo quando não articulados a um Estado fascista, os microfascismos perduram por si mesmos, manifestando-se em formas heterogêneas e se adaptando às mais diversas situações:

fascismo rural, fascismo de cidade ou de bairro, fascismo jovem e fascismo ex-combatente, fascismo de esquerda e de direita, de casal, de família, de escola ou de repartição: cada fascismo se define por um

microburaco negro⁴³, que vale por si mesmo e se comunica com outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado (Deleuze; Guattari, 1996, p. 92).

É necessário refletir, sob tal perspectiva, acerca das inúmeras formas de opressão presentes nas práticas e discursos cotidianos, mostrando quando assumem aspectos microfascistas. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari mencionam o romance de Klaus Mann⁴⁴, *Mephisto*, que “[...] oferece amostras de discursos ou de conversas nazistas perfeitamente habituais [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 113). Atenta-se aqui às observações de Klaus Mann sobre os enunciados pronunciados no contexto nazista, nas conversações mais triviais. No entanto, antes disso, no que tange à citação sobre as diversas formas de fascismo, presume-se que quando Deleuze e Guattari mencionam o que denominam como "fascismo de esquerda", estejam se referindo ao sentido micropolítico de certas emergências que se relacionam, de alguma forma, com o termo fascismo. Não à toa, eles complementam: “é muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e

⁴³ Deleuze e Guattari elaboram o sistema do muro branco-buraco negro. O conceito de muro branco, nesse sentido, foi desenvolvido de modo a compreender como se forma um rosto, ou melhor, percebendo a necessidade que temos em diferenciar o que escolhemos ser do que não queremos ser. O muro branco está relacionado à delimitação de signos específicos a cada sociedade. Em vista disso, os rostos emergem de um processo abstrato de rostidade, composto por diversos traços interconectados, presentes em um plano de significâncias. O rosto é um mapa e todo rosto é político. Percebe-se, por conseguinte, como "introduzimo-nos em um rosto mais do que possuímos um" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 44). Daí que o processo de subjetivação, além do muro branco, não existe sem o buraco negro. Enquanto o muro branco é onde as significâncias se estabelecem, o buraco negro é o ponto central para onde todas as significações fluem. Há diversos buracos negros que circunscrevem um domínio em que, mesmo com diversas linhas de significação se entrecruzando, se firma como algo único e absoluto. O buraco negro refere-se, em suma, a uma subjetividade rendida, capturada. No entanto, a miríade de buracos negros “[...] pode muito bem não centralizar-se, e ser como vírus que se adaptam às mais diversas situações, cavando vazios nas percepções e nas semióticas moleculares” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 110). Há diversas condições nas quais “[...] cada um [pode] encontr[ar] seu buraco negro e [se] torn[ar] perigoso nesse buraco, dispo[n]do de uma clareza sobre seu caso, seu papel e sua missão [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111).

⁴⁴ A obra *Mefisto* (2022), de autoria do alemão Klaus Mann (1906-1949), foi publicada pela primeira vez em 1936, isto é, três anos depois da ascensão de Hitler ao poder. Foi publicada especificamente no momento em que Mann se encontrava em exílio, na Holanda. O livro elabora a trajetória de Hendrik Höfgen, ator que renuncia suas convicções revolucionárias em busca de uma rápida ascensão social em sua carreira artística, tomando uma postura claramente oportunista. Inspirado na obra *Fausto*, de Wolfgang von Goethe (1749-1832), Mann retrata o diabo, Mefistófeles, não como uma entidade mística e sobrenatural, mas sim como a personificação do próprio Partido Nazista. “Que os leitores desta obra reconheçam as situações emblemáticas que Mann apresenta, anunciando o que estava por vir, e que percebam os sinais que a realidade nos envia, a qualquer tempo, em qualquer lugar do planeta, enquanto houver sede de poder” (Dornbusch, 2022, p. 342).

nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 93).

No que se refere à dimensão macropolítica do fascismo, a pesquisa o considera, veementemente, como um fenômeno de direita, conforme será explicitado mais adiante nesse capítulo. Entretanto, em relação à sua dimensão micropolítica – a depender de uma análise das práticas – afina-se com a perspectiva de Deleuze e Guattari⁴⁵. Parte-se do princípio de que, quando se considera os fenômenos em um contexto macropolítico, a noção de “fascismo de esquerda” deva ser repelida. A história fornece dados suficientes para que o fascismo e o nazismo sejam entendidos como movimentos de direita.

Em referência à obra de Klaus Mann, *Mefisto* (2022), seguem alguns exemplos das percepções do autor acerca das condutas no contexto da Alemanha nazista, promotoras de diálogos carregados de ironia, competitividade, provocação e sarcasmo, aliados à mania de grandiosidade, desdém e deboche. Não se busca detalhar o enredo desta obra, tampouco seus personagens, mas apenas citar trechos que ilustram as formas de repressão silenciosa e certos pensamentos de viés microfascista, como: “aqui as risadas têm um tanto de desdém e de desespero; algo insolente, provocativo [...]” (Mann, 2011, p. 21); “algo se esconde nos seus olhos, o olhar não é bom, neles há tanto medo e tanta crueldade” (Mann, 2022, p. 21); “os segredos mais terríveis do Estado totalitário eram discutidos em sua presença: ela ria, maternal” (Mann, 2022, p. 34); “acreditava piamente que Deus a protegia, pois tinha permitido que tantas joias chegassem até ela” (Mann, 2022, p. 34); o “[...] objetivo da vida era conhecer gente importante e famosa” (Mann, 2022, p. 27); “[...] observava toda a cena com um olhar tenso e rancoroso [...]” (Mann; 2022, p. 56).

Ao que parece, abordar os microfascismos vai além da mera identificação de preconceitos que se manifestam socialmente, tanto de forma explícita quanto

⁴⁵ Apenas de modo a exemplificar o aspecto micropolítico do que Deleuze e Guattari citam como “fascismo de esquerda”, ressalta-se as condutas praticadas pelos “[...] ascetas políticos, os militantes sombrios, os terroristas da teoria, esses que gostariam de preservar a ordem pura da política e do discurso político. Os burocratas da revolução e os funcionários da verdade” (Foucault, 1977, p. 2). Trata-se, em suma, do modelo “[...] ‘militante iluminado’, aquele que se sente em condições de impor ao outro o que acredita ser a única verdade possível” (Rago, 2019, p. 261) e o faz a partir de forças inibidoras, “[...] disciplinares ou de constrangimento” (Rago, 2019, p. 261). Isto posto, “[...] pelas lentes domesticadoras da direita [...]” (Rago, 2019, p. 262) acabam por transformar ações que deveriam ter um viés libertário em algo semelhante a uma espécie de ortopedia, uma disciplinarização dos corpos.

sutil. Supõe-se que a emergência das práticas microfascistas tem aspectos mais intrincados do que se constata à primeira vista. Quanto a isso, Deleuze e Guattari (1996) apresentam as linhas do medo, da clareza, do poder e do desgosto, assumidas aqui como fundamentais à compreensão do conceito de microfascismo. Para explicitá-las, os pensadores afirmam que não se trata de interpretar, representar ou simbolizar, mas sim de criar mapas e traçar outras linhas, destacando suas misturas e diferenças (Deleuze; Guattari, 1996). De modo a sintetizá-las aqui, aponta-se alguns de seus aspectos, no sentido de refletir sobre como os microfascismos operam em nós, individualmente e coletivamente.

Com efeito, a linha do medo diz respeito ao apego às diferentes normas vigentes, no sentido de buscar “[...] manter-se de pé e em repouso entre as coisas estáveis” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 109). É quando nos prendemos à organização molar que nos sustenta, a qual nos fornece um *status* bem definido e, por isso, tende a despertar nossa vaidade pelas grandes certezas que admitimos. Pelos efeitos do medo, estamos sempre à procura de algo como um senso de pertencimento, de processos de normatização, que fazem com que nos sintamos mais seguros à medida em que nos tornamos mais ríspidos, assim como foram conosco em outros momentos. Como um exemplo dos segmentos duros, padronizados, retrata-se a cena em que: “o homem [...] entra dizendo: ‘A sopa está pronta?’, a mulher que responde: ‘Que cara! Você está de mau humor?’” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 109). Trata-se de algo que permeia até mesmo os momentos mais íntimos, tendo o poder de regular toda a experiência cotidiana. Deleuze e Guattari, em nada afeitos a perspectivas axiológicas, acrescentam que não se deve acreditar que bastaria um pouco de flexibilidade para sermos melhores, dado que o risco é o de “reterritorializa[r]mo-nos em qualquer coisa, [de] não reconhecemos segmentaridade senão molar, tanto no nível dos grandes conjuntos aos quais pertencemos, quanto no nível dos pequenos grupos onde nos colocamos [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 109).

Já a linha da clareza concerne à segmentaridade molecular. É quando se tem a soberba de se ter alcançado tudo, presumindo-se capaz de tirar todas as consequências disso (Deleuze; Guattari, 1996). Mais especificamente, quando emergem distinções que outrora passavam despercebidas, ou melhor, lacunas que se estabelecem e que não se alinham mais com a segmentaridade dura,

acredita-se ter superado o medo e deixado para trás determinadas fronteiras. No entanto, admitem-se sistemas não menos rígidos, nos quais cada um encontra seus próprios buracos negros e se torna perigoso a partir deles, "[...] dispondo de uma clareza sobre seu caso, seu papel e sua missão, mais inquietantes que as certezas da primeira linha" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111). Apesar dos esforços de contrapor o que desponta socialmente, as práticas dessa segmentaridade flexível ecoam diretamente com a segmentaridade dura: "[...] encontramos-nos presos por mil monomaniaczinhas [...]", "desterritorializamos-nos [...]" para inventar todas as reterritorializações marginais piores ainda do que as outras" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 110). Daí que um dos grandes perigos da linha da clareza é o de assumir "[...] a missão de um juiz, de um justiceiro, de um policial por conta própria, de um gauleiter, um chefe de prédio ou de casa" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111). Não é que não haja vias de escape que provoquem rupturas precisas, mas, nesse caso específico, visualiza-se a rota de fuga dentro dos próprios buracos negros em que se encontra – o que reflete, de alguma forma, a presunção de não ter sido capturado por nada, embora continuamente se reproduzam os sinais de uma intensa captura.

Em relação à linha do poder, Deleuze e Guattari a caracterizam como um perigo que permeia, ao mesmo tempo, as duas linhas anteriores, isto é, a do medo e da clareza. Para exemplificá-la, salientam: "não há homem de poder que não salte de uma linha à outra, e que não alterne um pequeno e um grande estilo, o estilo canalha e o estilo Bossuet, a demagogia de bar e o imperialismo de um alto funcionário" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111). Os filósofos argumentam que é exatamente a impotência do poder que o torna tão perigoso, uma vez que "o homem de poder não deixará de querer deter as linhas de fuga e, para isso, tomar, fixar a máquina de mutação na máquina de sobrecodificação" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111).

Um ponto importante a ser considerado diz respeito ao envolvimento das linhas de fuga aos cenários de resistência, isto é, àquilo que escapou à captura hegemônica. Não por acaso, o que é proposto por Deleuze e Guattari (1996) acerca das linhas de fuga está alinhado aos movimentos libertários, mas não se restringe a eles. Nisto, é importante mencionar que toda criação depende das linhas de fuga. As linhas de fuga correspondem, especificamente, a uma

desterritorialização. Como exemplo, pode-se citar o que escapa às organizações sociais predominantes, ou seja, aquilo que é capaz de suscitar uma mudança radical na ordem das coisas: os jovens, as mulheres, os loucos etc. As linhas de fuga exigem o traçado de planos, a abertura às experimentações. Para os filósofos, fugir é traçar linhas. No entanto, não se deve entender as linhas de fuga simplesmente pela forma como um indivíduo foge de sua vida e compromissos, refugiando-se, com isso, na arte, na natureza, nos movimentos libertários etc. Pensar dessa forma levaria a uma falsa impressão, conforme argumentam os filósofos. As linhas de fuga não envolvem tão-somente o ato de escapar do mundo, mas sim atravessá-lo, enfrentá-lo, fazê-lo fugir, quebrar sistemas. Trata-se de uma situação paradoxal.

Por essa razão, o contato com a filosofia de Deleuze e Guattari exige o cuidado de não cair na armadilha dicotômica do bem e do mal, da revolta e da opressão, da ordem e da desordem. Isso porque há uma pluralidade de linhas, sempre conectadas, emaranhadas umas nas outras. Variadas linhas nos perpassam, as quais não têm os mesmos aspectos nem os mesmos fluxos. Uma parte delas nos é imposta de fora, algumas despontam aleatoriamente em nossas vidas e outras precisam ser inventadas, sem seguir nenhum padrão. É uma questão de cartografia. Elas se encontram em movimento constante, transformam-se, modificam-se, articulam-se e desdobram-se. Daí que alguma coisa acontece, mas o que acontece? Para compreendê-las, é preciso considerá-las em suas diferenças, ou seja: "[...] a linha de fuga de crianças que saem da escola correndo não é a mesma que a de manifestantes perseguidos pela polícia, nem a de um prisioneiro que foge" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 77).

Linhas erráticas se sobrepõem às linhas habituais, hegemônicas e, a partir disso, se vê surgir algo singular que não se encaixa precisamente nas linhas anteriores (Deleuze; Guattari, 1996). Cada indivíduo tem suas linhas de fuga e, a todo instante, algo foge em uma sociedade. Convém notar, nesse sentido, que é a partir das linhas de fuga que se criam forças capazes de confrontar as armas já utilizadas pelo Estado. Apesar das linhas de fuga serem imanentes ao campo social, que não pode existir sem elas e, às vezes, as prepara, ainda assim podem ser perigosas à sociedade. Suas manifestações estão envolvidas com os diversos jogos de interesse do corpo social. O problema

surge quando as linhas de fuga se convertem em linhas de morte e destruição, o que requer que se questione sob quais condições o desejo pôde desejar a morte⁴⁶. As rupturas são estabelecidas, as linhas de fuga traçadas, mas o movimento de desterritorialização se reterritorializa. Nisto, novos territórios são constituídos, embora o movimento de desterritorialização e reterritorialização também aconteçam. Em outras palavras, a segmentaridade maleável almeja distanciar-se por completo da segmentaridade dura, buscando desfazê-la, derrubá-la. Entretanto, pode acabar por reconstruir, da sua própria forma, tudo aquilo que desfez. Formam-se, então, micro-Édipos, microfascismos, os quais estão sempre à espera de cristalização.

Em vista disso, a linha do desgosto apresenta armadilhas específicas que se distinguem das encontradas anteriormente. De modo mais preciso, o perigo associado a esta linha está diretamente ligado às próprias linhas de fuga⁴⁷: ele se manifesta quando a linha de fuga ultrapassa as fronteiras, parecendo escapar dos buracos negros, mas "[...] ao invés de se conectar com outras linhas e aumentar suas valências a cada vez, *ela se transform[a] em destruição, abolição pura e simples, paixão de abolição*" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 112). Uma linha de fuga pode se converter em linha de morte, já que o agenciamento⁴⁸ que a delinea concerne às máquinas de guerra. Sempre há algo como uma máquina de guerra funcionando nas linhas de fuga.

⁴⁶ Conforme aponta Guéron, "[...] este desejo de morte não tem nada a ver com o que Freud concebeu como pulsão de morte, isto é, se ele não tem alguma existência supostamente ontológica, é porque, para Deleuze e Guattari, o desejo só existe agenciado. Assim, se o desejo se transforma em desejo de morte, é sempre pelas condições que são dadas em um determinado agenciamento. Sim, para Deleuze e Guattari o fascismo é um negócio do *socius*, tem a ver com algo que é socialmente produzido – e até aqui poderíamos dizer que eles seguem próximos a um modo marxista de analisar o problema –, mas ao identificá-lo como um fenômeno do desejo, antes de ser um fenômeno ideológico, eles estão de certa forma nos convocando para um outro tipo de análise social, uma análise topológica das forças" (Guéron, 2020, p. 368-369)

⁴⁷ Segundo Deleuze e Guattari, "por mais que se queira apresentar tais linhas como uma espécie de mutação, de criação, traçando-se não na imaginação mas no próprio tecido da realidade social, por mais que se queira lhes dar o movimento da flecha e a velocidade de um absoluto – seria muito simples acreditar que elas não temem nem afrontam outro risco senão o de se fazer recuperar, apesar de tudo, de se fazer colmatar, atar, reatar, reterritorializar. Elas próprias desprendem um estranho desespero, como que um odor de morte e de imolação, como que um estado de guerra do qual se sai destroçado [...]" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 111).

⁴⁸ Em síntese, o conceito de agenciamento em Deleuze e Guattari diz respeito à formação social, intrinsecamente envolvida com relações materiais e seu complexo de signos. Permite o entendimento de como a organização social é estratificada, constituída por uma pluralidade de formações.

A princípio, pode-se dizer que as máquinas de guerra remetem às mutações, estando alinhadas com a desterritorialização e circulação de fluxos mutantes. Com efeito, toda criação é permeada por uma máquina de guerra. Sua potência se manifesta nas suas próprias criações. Segundo Guéron:

uma máquina de guerra é uma festa para queimar estoque, um movimento messiânico que vira uma multidão imigrando e até pode criar um novo povo, um movimento artístico que atravessa as instituições, uma classe inventada na luta, opondo vida como atividade ao trabalho como valor de troca e assim por diante (Guéron, 2020, p. 369-370).

Existem numerosas razões que mostram que a guerra propriamente dita, tal como a concebemos em sua forma convencional, não é o objeto da máquina de guerra; os exemplos citados anteriormente comprovam isso. Logo, é plausível afirmar que Deleuze e Guattari se distanciam da comum articulação entre a guerra e o Estado, especificamente da apreensão da guerra somente em um sentido colossal. Nota-se que a máquina de guerra corresponde a algo que se opõe ao aparelho de Estado e, por isso, não pode ser equiparada a ele. Sendo assim, um dos desafios fundamentais do Estado é o de apropriar-se das máquinas de guerra que lhe são alheias, fontes de oposição e mudança, buscando capturá-las, torná-las parte de sua estrutura. Para os filósofos (1996), o Estado encontra grandes dificuldades na tentativa de domínio das máquinas de guerra.

Quando segue seu fluxo criativo, a máquina de guerra tem a potência de desterritorializar, se associando àquilo que não se deixou codificar. Entretanto, a partir do momento em que perde sua potência de mutação, seu único objeto torna-se a guerra. É exatamente quando a máquina de guerra não visa senão a guerra, substituindo a potência da mutação pela de destruição, que ela manifesta sua carga mais catastrófica. Isso reflete como as linhas de fuga foram atraídas em direção aos buracos negros. Daí que, ao cair num buraco negro, a máquina de guerra passa a operar como uma máquina de sobrecodificação e, de fato, deixa de ser o que era antes. Em outras palavras, isso se verifica quando, por exemplo, no caso dela existir em função de se opor ao Estado, acaba por ser capturada por ele, assim como quando constrói para si algo como um aparelho de Estado que só almeja a destruição absoluta. A guerra pela guerra, dessa forma, desponta como um “abominável resíduo da máquina de guerra”, a qual

“[...] não traça mais linhas de fuga mutantes, mas uma pura e fria linha de abolição” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 112-113).

Aí estaria a “[...] vontade de fazer morrer e de morrer [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 109), considerada pelos filósofos como um perigo significativamente mais grave do que os expressos pelas outras linhas. Trata-se de quando o desejo encontra na destruição dos outros, assim como na destruição de si, o único propósito que lhe subsiste. No caso do fascismo,

é curioso como, desde o início, os nazistas anunciavam para a Alemanha o que traziam: núpcias e morte ao mesmo tempo, inclusive a sua própria morte e a dos alemães. Eles pensavam que pereceriam, mas que seu empreendimento seria de toda maneira recomeçado: a Europa, o mundo, o sistema planetário (Deleuze; Guattari, 1996, p. 113).

Para os filósofos, o fascismo corresponde a uma espécie de “nihilismo realizado” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 113). Há fascismo quando uma máquina de guerra sucumbe aos buracos negros e passa a querer, a partir disso, apenas destruição e abolição. É uma força micropolítica, molecular, que torna o fascismo tão nefasto. Ele se estabelece como uma espécie de corpo canceroso, que pode existir nas mais minúsculas células do corpo social, o que evidencia como as segmentações finas, além de serem tão perniciosas quanto as endurecidas, as fomentam e as constituem. Diferentemente “[...] do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 113). Dito isto, após a exposição das ideias de Foucault, Deleuze e Guattari, é imprescindível adentrar, agora, na análise histórica dos regimes do fascismo e do nazismo da primeira metade do século XX.

2.2 Camisas Negras e *Freikorps*: a minúcia das práticas de violência

A crítica às "solenidades da origem" (Foucault, 2013a, p. 276) permite discernir como o fascismo e o nazismo não foram simplesmente tramados de cima para baixo. Em vez disso, seu desenvolvimento contou com amplas

articulações, fragmentações e contingências, que tornam insuficiente defini-los apenas pelas segmentaridades duras⁴⁹, conforme já explicitado. Considerando como todo "[...] começo histórico é baixo" (Foucault, 2013a, p. 276), é pertinente ir além do que fora oficialmente determinado, ou seja, examinando tais regimes de acordo com algumas das suas condições de efetividade. O esforço envolvido não se refere à busca pelo que estaria oculto ou secreto, tampouco concerne a uma descrição de relações de causa e consequência. A ascensão desses regimes ao poder se torna mais intrigante quando examinada à luz das tensões e confrontos que permeiam a história. Sob essa ótica, impossível não salientar que antes mesmo do fascismo e do nazismo tornarem-se regimes políticos, acontecimentos de viés nacionalista, expansionista, imperialista, racista, antisemita e antibolchevista, já vinham ocorrendo na Europa.

Oficialmente, ou seja, segundo a corrente historiográfica dominante⁵⁰, o fascismo⁵¹ nasceu em Milão: em um domingo, dia 23 de março de 1919, na sala da Presidência de Interesses Industriais e Comerciais, cujas janelas se abriam para a Praça Milanese do Santo Sepulcro (Paxton, 2007; Fabbri, 2020). Foi nessa ocasião que Benito Mussolini formou o movimento *Fasci di Combattimento*⁵², junto aos participantes daquela assembleia amplamente reconhecida como histórica, isto é, "[...] pouco mais de cem pessoas, entre elas

⁴⁹ Atenta-se, nesse sentido, aos vínculos entre os grandes acontecimentos e os efeitos de propaganda viabilizados por esses regimes, que repercutem até hoje no modo como são percebidos (Paxton, 2007).

⁵⁰ A menção feita, nesse parágrafo, a Luce Fabbri e Robert Paxton tem o propósito de ilustrar a emergência do movimento político que, posteriormente, foi denominado como fascismo. Contudo, embora Paxton demarque o episódio da praça de Santo Sepulcro, em Milão, como uma origem precisa do fascismo, Luce Fabbri, ao contrário, refere-se a este acontecimento e, em certo sentido, o desconstrói. Fabbri indica que a ideia de um nascimento real do fascismo é difícil de definir, dado que suas primeiras manifestações já se encontravam disseminadas por toda a Itália, em variados aspectos, como será explicitado adiante.

⁵¹ Conforme Paxton (2007), o termo fascismo advém da palavra *fascio*, que remete a um feixe ou maço. Tal palavra está relacionada ao *fasces* latino, representado por um machado envolto por um feixe de varas. É digno de nota que o fascismo italiano se apropriou desse símbolo, que era utilizado na Roma Antiga e simbolizava a autoridade do Estado. Além disso, um episódio curioso é que Benito Mussolini foi membro do Partido Socialista Italiano no início de sua trajetória política. Tornou-se diretor do jornal *Avanti*. No entanto, ainda em 1914, foi expulso de tal Partido pelo motivo de defender a participação da Itália na Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, foi fundado o *grupo Fascio d' Azione Rivoluzionaria*, que incentivava a entrada da Itália na guerra – Mussolini fez parte desse grupo. Dito isto, não é necessária muita atenção para que se perceba que o envolvimento de Mussolini com o socialismo não é fator determinante para a compreensão do fascismo. Deve-se apreender o movimento fascista considerando suas práticas e efeitos no campo social.

⁵² A nomenclatura *Fasci di Combattimento* pode ser traduzida aproximadamente por “fraternidade de combate” (Paxton, 2007).

veteranos de guerra, sindicalistas que haviam apoiado a guerra e intelectuais futuristas, além de alguns repórteres e um certo número de meros curiosos [...]" (Paxton, 2007, p. 16). Aqueles que estiveram presentes receberam o título de *sansopolcristas*, os "fascistas originais" (Fabbri, 2020). Contudo, é relevante notar que alguns autores, como Fábio Gentile (2021)⁵³, questionam esse acontecimento como indicativo de uma origem primeva do fascismo, alegando que o termo "fascismo" ainda não era utilizado naquele período.

Destaca-se que antes da transformação do *Fasci di Combattimento* no Partido Nacional Fascista em 1921, assim como antes da Marcha sobre Roma em 1922, ocorreram uma série de condições de efetividade ao desenvolvimento do regime. Nesse ponto, as lembranças da anarquista ítalo-uruguaia, Luce Fabbri⁵⁴, sobre suas experiências de juventude são fundamentais ao que se pretende mostrar. As memórias da autora não conflitam com a base metodológica da dissertação, pois a perspectiva foucaultiana se opõe à ideia do estabelecimento de uma memória dominante, pretensamente reveladora de uma verdade absoluta, o que não é intenção de Fabbri em *Fascismo: definição e história* (2020). As palavras da autora são indispensáveis ao distanciamento da noção de uma origem absoluta do fascismo, segundo ela:

se a reunião da Praça do Santo Sepulcro em Milão foi algo como o batismo da nova corrente, seu nascimento real é mais difícil de definir, menos localizado no tempo, e suas primeiras manifestações se observaram esporadicamente por toda a Itália e maciçamente na Planície de Pó (Fabbri, 2020, p. 8).

Fabbri expõe seu testemunho acerca do que percebeu em seus poucos anos de idade, quando residia na cidade de Bolonha, considerada como um dos principais centros de disseminação do fascismo. No que tange à elaboração dos eventos da primeira metade do século XX, a autora aponta o contato que teve com as extremidades políticas: por um lado, com seu pai, conheceu os círculos

⁵³ As reflexões de Fabio Gentile se encontram disponíveis no vídeo intitulado *O fascismo e o nazismo em perspectiva histórica*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4Bj9AiD2TE&t=50s>. Acesso em: 29 set. 2021.

⁵⁴ Luce Fabbri nasceu em Roma, em 1908. Viveu parte de sua juventude na Itália, embora, no final da década de 1920, tenha fugido para o Uruguai para escapar das perseguições fascistas. Em Montevideu, Luce Fabbri teve uma convivência ativa com o pai, tornando-se militante e assumindo a direção da revista de resistência *Studi Sociale*, na qual desenvolveu textos políticos, literários e históricos (Rago, 2000). A autora foi docente da Universidade de Montevideu e dedicou-se a temas como a imigração italiana no Uruguai, o fascismo e a Revolução Espanhola.

do jornalismo, partidos de esquerda e sindicatos operários; por outro, enquanto fora estudante ginasial, conviveu com famílias da pequena e média burguesia, dentre as quais os indivíduos, junto aos trabalhadores desempregados, compuseram os primeiros grupos dos Camisas Negras (*squadristi*). No período que denomina como pré-fascista, despontam as ações dos bandos irregulares, compostos pelos Camisas Negras. Segundo ela, suas ações eram desprovidas de um programa político definido e de uma ideologia preestabelecida. Tratava-se de uma violência desenfreada, fruto da Primeira Guerra Mundial, tendo em vista sua expansão no espaço, para além das fronteiras daquele território. Inicialmente essa intensa violência foi considerada como um subproduto da guerra, no entanto, percebeu-se como também estava ligada às causas profundas e intenções do fenômeno fascista, que reproduzia um ódio tangível, expresso sempre de modo concreto. Nas palavras de Fabbri: “[...] o tigre adormecido em cada um tinha sido pior, já havia matado e também recebido aplausos embriagadores. Era agora, pois, um tigre acordado e preparado” (Fabbri, 2020, p. 10).

Em vista disso, ela assinala os processos que atravessaram as subjetividades, ponderando acerca das casas de seus colegas “[...] em sua maioria submersas em um silêncio reticente, rancoroso, relutante, cheio de desprezo, que, de repente, encontrou o seu grito quando as primeiras ‘expedições punitivas’ esgrimiram punhais, facas e facões” (Fabbri, 2020, p. 8-9). Tais expedições tinham como vítimas quaisquer indivíduos ou grupos entendidos como ameaça à ascensão do regime, embora atacassem principalmente os sindicalistas e operários. Por razões evidentes, os trabalhadores industriais e agricultores rapidamente identificaram o caráter conservador e antissocialista do movimento. Eles perceberam, de imediato, que se tratava de uma força mobilizada pelo patronato, contrária às organizações de esquerda, cooperativas e sindicatos. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a comunidade intelectual italiana que, segundo Fabbri (2020), se equivocou ao defini-lo com base em características “superficiais”. Em relação às expedições punitivas, tornou-se claro o envolvimento do patronato com os Camisas Negras, assim como o fato de que as ações organizadas e financiadas por industriais e latifundiários continham o respaldo das forças armadas e a proteção da polícia.

Com a manifestação das greves operárias, percebe-se o receio da burguesia em perder seus privilégios diante de uma revolução proletária⁵⁵. Para Fabbri (2020), a burguesia alinhou suas forças conservadoras em apoio ao fascismo. No entanto, existem perspectivas que se distinguem em relação ao papel da burguesia, dos conservadores e dos liberais na escalada política do fascismo, que serão elaboradas no decorrer desse capítulo. Por enquanto, importa apenas mencionar, mesmo que brevemente, que na obra *Fascismo: definição e história* (2020) compartilha-se a ideia de que nos meios proletariados houve uma retórica revolucionária potente, mas que não conseguiu se transformar numa revolução propriamente dita. O fascismo é delineado, então, como uma contrarrevolução preventiva⁵⁶ que agiu contra o vazio de uma revolução frustrada (Rago, 2012). Como se pôde ver, o movimento fascista se desenvolveu em um cenário de grandes agitações políticas⁵⁷. Por isso, a autora (Fabbri, 2020, p. 10) pondera sobre como “[...] o ar estava cheio de enunciações que, simplificando, desfiguravam” o que ocorria. Na contramão de uma associação direta entre a violência repressiva e a violência revolucionária⁵⁸, distingue a primeira como sádica, fria e calculista, típica do fascismo, “[...] filha do medo de perder o que você tem, o ódio para com todos que melhoram de vida ou querem melhorar” (Fabbri, 2020, p. 15). A violência revolucionária, ao contrário, é explicitada como “[...] muitas vezes cega, às vezes injusta, [...] pode

⁵⁵ No decorrer desse capítulo, apresenta-se como Fabbri investiga o fascismo em suas diferentes fases. Segundo a autora, o movimento teve inicialmente uma orientação classista, mas, posteriormente, em sua fase totalitária, adquiriu outros aspectos. Para ela, uma definição puramente classista do fascismo é insuficiente à sua compreensão.

⁵⁶ Luce Fabbri segue a ideia concebida por seu pai em 1922, que concebe o fascismo como uma contrarrevolução preventiva. Em *Fascismo: definição e história* (2020) são brevemente apresentadas algumas observações sobre essa perspectiva.

⁵⁷ Teve condições para se firmar em um momento próximo à própria Revolução Russa (1917).

⁵⁸ Por estar envolvida direta e indiretamente com distintas correntes políticas que circulavam no contexto italiano, a autora retrata como se via cercada de práticas de ódio, mas, também, por expressões de amor. No que diz respeito ao amor, elucida: “[...] quem passava perto o suficiente (eu passei muito perto com meus onze anos de idade) o reconhecia” (Fabbri, 2020, p. 9). Vale mencionar que ela não discorre sobre tais práticas de modo dicotômico. Elabora que o amor, por ter sofrido a guerra, tornou-se similar ao ódio, mas não pode ser equiparado a ele, visto que possui propósitos distintos. Para evidenciá-lo, faz referência a alguns acontecimentos ocorridos antes da ascensão do fascismo, atentando como se encontram em documentos que foram ignorados pelos sociólogos: 1) o “amor daquele que puxou o fuzil e foi executado por ter gritado ‘companheiro!’ [...]” (Fabbri, 2020, p. 9); 2) os “[...] trabalhadores braçais ou intelectuais organizadores de greves e preparadores de uma revolução que jamais chegou” (Fabbri, 2020, p. 9); 3) “[...] a estratégia intuitiva daquelas mulheres que se deitavam nos trilhos para que as tropas que o governo italiano enviava à Albânia não chegassem aos portos de embarque [...]” (Fabbri, 2020, p. 10).

ser negativa (caso se prolongue além do momento insurrecional, ela sempre o é, mas não pode ser identificada com a primeira” (Fabbri, 2020, p.15). Para Fabbri, essas violências estão ligadas a situações que muitas vezes “[...] se confundem entre si, como sempre nos momentos incendiários da história” (Fabbri, 2020, p. 10).

Convém sublinhar a rápida expansão do movimento fascista: os Camisas Negras apoderaram-se de regiões tanto antes quanto depois desse episódio, sempre agiam em conjunto como tática de combate. Como se trata de retomar práticas reais, seguem exemplos de suas ações:

o assassinato de uma liderança dos trabalhadores rurais de Pincara, agredido em sua casa durante a noite por mais de cem fascistas e morto diante de sua família [...] [a] ocupação do bairro florentino de San Frediano por fascistas com o apoio da guarda real, a infantaria, carabineiros e dois tanques [...] [a] matança de Roccastrada (julho de 1921), na qual nove pessoas foram assassinadas, incluindo um senhor de 68 anos morto na presença de sua filha, ou [...] [os] episódios atroztes de dezembro de 1922 (dois meses após a ‘marcha sobre Roma’), em Turim [...] (Fabbri, 2020, p. 15).

No jornal brasileiro *A Gazeta* (SP), nas matérias publicadas em agosto de 1922, são expostas as ações fascistas, como: “[...] os ‘fascistas’ de Milão intimaram 62 deputados socialistas de não voltarem mais aquella cidade, sob ameaça de agredil-os” (*A Gazeta*, 9 ago. 1922, ed. 04978, p. 1); e em relação ao que se sucedeu em Roma, descreve-se como os

[...] telegrammas de Cremona diz[iam] que os ‘fascistas’ daquela provincia dirigiram um ‘ultimatum’ aos proprietarios agricolas, declarando que doravante, elles só dev[eriam] contratar camponezes pertencentes ás organizações economicas do partido ‘fascista’ (*A Gazeta*, 9 ago. 1922, ed. 04978, p. 1).

No dia 28 de outubro de 1922, realizou-se a Marcha sobre Roma, conhecida como o episódio que marcou a tomada do poder pelos fascistas, que objetivavam impor o regime na Itália, junto à nomeação de Mussolini como primeiro-ministro. Antes de explicitar esse acontecimento, minorando sua apreensão como um grande momento histórico, é importante notar que ele esteve ligado à produção de memórias que serviram a grupos específicos, os quais o trataram como algo colossal. Como elementos que evidenciam como se

deu a produção de memórias, houve o esforço de Mussolini em fomentar o discurso de que os Camisas Negras teriam agido por força própria, além da inclusão da data de 28 de outubro no novo calendário fascista, introduzido em 1927 (Gentile apud Paxton, 2007, p. 156, nota de rodapé 4).

A discrepância da quantidade de fascistas presentes na Marcha, segundo abordagens específicas, é algo que chama atenção, pois

apesar de alguns autores fascistas afirmarem que 50 a 70 mil Camisas Negras convergiram para Roma em 28 de outubro, e embora o rei Vitor Emanuel III tenha, mais tarde, mencionado o número de 100 mil pessoas para justificar sua relutância em ordenar a repressão da marcha, estimativas cautelosas sugerem que apenas cerca de 9 mil Camisas Negras estavam de fato presentes nos portões de Roma na manhã de 28 de outubro (Répaci apud Paxton, 2007, p. 154, nota de rodapé 1).

Pode-se dizer que a Marcha sobre Roma foi uma artimanha que obteve resultados significativos. À apreensão do acontecimento, portanto, é necessário desconstruí-lo e entendê-lo como parte de manobras políticas, nas palavras de Paxton:

Mussolini chegou a Roma, vindo de Milão, na manhã de 30 de outubro, não à frente de seus Camisas Negras, mas no vagão-dormitório de um trem. Apresentou-se ao rei em roupas inconvenientes, vestindo fraque e uma camisa preta, num reflexo indumentário de sua situação ambígua: em parte candidato legal a um cargo público e, em outra, o líder de um bando de revoltosos. 'Majestade, perdoe minhas vestes', consta que ele, de modo mendaz, teria dito ao rei. 'Venho dos campos de batalha' (Paxton, 2007, p. 155).

Mussolini submeteu o rei a uma difícil escolha: repelir os Camisas Negras, o que traria um impetuoso confronto, ou admiti-lo como integrante do governo. Robert Paxton (2007) apresenta duas explicações para o rei não ter barrado a Marcha: a possibilidade de que as tropas, quando tivessem a ordem de impedir os Camisas Negras, decidissem apoiá-los; e o receio do rei, que ao comandar as tropas contra a Marcha, teria que lidar com as reivindicações do Duque de Aosta, seu primo, que por já ter alguma afinidade com o fascismo, poderia apoiar os Camisas Negras e, com isso, fomentar uma disputa pelo trono (Paxton, 2007). O que se pôde ver foi a sagacidade de Mussolini em inferir que o rei e o exército não se posicionariam contra os fascistas. Tratou-se de um blefe gigantesco, o qual fez com que Mussolini fosse promulgado ao cargo de primeiro-ministro.

Apenas em 31 de outubro de 1922, que aproximadamente 10 mil Camisas Negras se manifestaram em Roma e desencadearam incidentes violentos (Paxton, 2007).

Discursos que circularam no período anterior à Marcha sobre Roma, evidenciam o caráter brutal do fenômeno. No Brasil, o jornal *O Combate: Independência, Verdade, Justiça*, em uma matéria publicada em 10 de março de 1922, explicitava o fascismo como “[...] a organização de um novo 'front' de batalha interno, a carnificina de irmãos contra irmãos [...]” (10 mar. 1922, n. 2032, p. 1). Trazia-o, portanto, como um:

[...] chauvinismo em tropel, galvanizado por um fanático, inculto e ignorante, e realizado por um grupo de indivíduos ebrios de sangue, que promoviam, em 1921, o mesmo espetáculo medieval das lutas de cidades e famílias, que estraçalharam a península nos séculos XIV e XV (*O Combate*, 10 mar. 1922, n. 2032, p. 1).

Nota-se que alguns anos antes da Marcha sobre Roma, já se desenvolviam, na Alemanha, práticas alusivas às condições que possibilitaram o desenvolvimento do nazismo como um regime político. O objetivo aqui é destacar o que é reconhecido convencionalmente como seu momento inicial para, em seguida, atenuá-lo num desvio das “solenidades da origem” (Foucault, 2013a, p. 276). Com efeito, oficialmente o Partido Nazista foi formado em 1919, na Baviera, organizado pelo ferroviário alemão Anton Drexler, sob o nome de Partido Operário Alemão (*Deutsche Arbeiter Partei*); a princípio, Adolf Hitler participou de uma de suas primeiras reuniões como espião militar e, posteriormente, associou-se ao Partido (Konder, 2009). Foi em 1920 que o denominou como Partido Operário Alemão Nacional-Socialista (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei - NSDAP*). Acerca do uso do termo nazismo, o filósofo Leandro Konder pontua que “como os socialistas (*Sozialisten*) eram popularmente chamados de *sozi*, os nacional-socialistas passaram a ser chamados de *nazi* (daí ‘nazista’)” (Konder, 2009, p. 83).

Em 1921, Hitler assume o comando do Partido Nazista, que foi se desenvolvendo paulatinamente, embora suas intenções já fossem postas em prática. Em 1920, o Partido “[...] era [apenas] um ‘agrupamento de estilo cervejaria’, sem expressão política” (Santana, 2012, p. 119). Quando os

primeiros sinais do fascismo italiano tornaram-se conhecidos na Alemanha, o jornal do Partido Nazista, *Völkischer Beobachter* (“Observador Popular”, 1920-1945), desdenhou Mussolini alegando que ele havia lutado contra os alemães na Primeira Guerra Mundial, mas Hitler, impressionado com a ascensão dos fascistas na Itália, se inspirou no movimento em questão (Konder, 2009). Foi somente entre 1927 e 1928 que o Partido Nazista consolidou sua estrutura política, o que veio a caracterizá-lo nos anos seguintes e promoveu sua expansão (Santana, 2012). No entanto, enfatiza-se que após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), forças nacionalistas e reacionárias se organizaram e formaram grupos paramilitares, como os *Freikorps* (“corpos francos”). Não foi preciso haver a formação do Partido Nazista, tampouco a liderança de Hitler, para que tais forças desempenhassem seus atos de violência à margem do Estado. Não parece possível desconsiderar esse tipo de evento quando se trata de pensar o surgimento e a emergência do nazismo, junto às suas condições de efetividade.

Os *Freikorps* foram brigadas militares de voluntários que buscaram derrubar a recém-formada República de Weimar, a fim de impor algo como um governo autoritário. Em *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (1997), o sociólogo Norbert Elias se refere ao que denomina como organizações terroristas, apresentando os *Freikorps* como parte delas. Por ser contemporâneo aos acontecimentos da primeira metade do século XX, ele sinaliza ser “[...] difícil fazer uma estimativa de quantas pessoas foram assassinadas como politicamente indesejáveis por membros do *Freikorps* e das associações estudantis que com eles colaboravam estreitamente [...]” (Elias, 1997, p. 172). Para expor tais práticas, Elias (1997) traz o assassinato de notáveis figuras históricas, como os comunistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht⁵⁹, que, segundo suas palavras, foram espancados até à morte com

⁵⁹ Fontes distintas, como o *Podcast Hoje na História*, do jornal *Opera Mundi*, revelam outras formas pelas quais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados. O vídeo nomeado como *05/01/1919 - Fracassa a Rebelião Espartaquista na Alemanha* (2020), indica que os comunistas: “[...] levam coronhadas na cabeça e são colocados dentro de um carro, durante o percurso são baleados na cabeça e o corpo de Rosa Luxemburgo é atirado curso d’água conhecido como canal do exército. Somente em 1999, uma investigação do governo alemão concluiu que as tropas de assalto haviam recebido ordens e dinheiro dos governantes social-democratas, com o objetivo de matar os líderes espartaquistas. O dramaturgo Bertolt Brecht escreveu o epitáfio de Rosa Luxemburgo: ‘aqui jaz Rosa Luxemburgo, judia da Polônia,

cassetetes no caminho para a prisão, assim como os acontecimentos que envolveram vítimas desconhecidas. Conta, portanto, o caso de seu colega de escola, Bernhard Schottländer,

[...] uma pessoa muito franzina e sumamente inteligente que, com seus óculos de lentes grossas, já parecia um jovem e erudito *scholar*, mesmo quando era apenas um primeiranista, que se inclinara para o comunismo depois de ler Marx, e cujo cadáver, se bem me lembro, foi encontrado no aterro sanitário da cidade de Breslau, amarrado com arame farpado (Elias, 1997, p. 172).

Tratava-se de grupos que possuíam uma ampla lista daqueles que consideravam como inimigos, ou seja: os rotulados genericamente como "bolchevistas", segmentos da classe trabalhadora que participavam de levantes sob a influência dos comunistas, os que se engajavam de forma espontânea e os judeus (Elias, 1997). Os *Freikorps* agiram também contra determinados membros do governo.

No geral, os *Freikorps* eram grupos financiados e organizados pelo exército. Grupos compostos, em sua maioria, por indivíduos de famílias de classe média. Eram constituídos, em suma, por jovens oficiais⁶⁰ e estudantes. No entanto, após determinada manobra hitlerista, reuniram também contingentes de trabalhadores. Conforme Norbert Elias, os primeiros *Freikorps* “[...] permaneciam radicados na tradição dos oficiais de elite – a tradição da antiga *satisfaktionsfähige Gesellschaft* nobre e burguesa” (Elias, 1997, p. 181). Contudo, foi Hitler quem quebrou as barreiras elitistas do movimento, transformando-o em uma organização sem tais barreiras, dado que estas inibiriam o contato com as massas (Elias, 1997). O recurso ao racismo tornou-se uma das chaves da ascensão do Nacional-Socialismo ao poder, uma vez que

vanguarda dos operários alemães, morta por ordem dos opressores. Oprimidos enterrai vossas desavenças". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hOVXfq_gC0.

⁶⁰ Embora, em um primeiro momento, os *Freikorps* fossem excluídos das posições de poder predominantes porque agiam contra o Estado, não chegaram a se direcionar contra a geração mais velha de sua própria classe social (Elias, 1997). Os oficiais, especificamente, entendiam o serviço militar como a única escolha significativa aos seus esforços. É claro que aguardavam a oportunidade de retomar suas carreiras no exército regular, quando a Alemanha conseguisse expandir suas forças armadas (Elias, 1997). Com o término da guerra, as associações voluntárias dos *Freikorps* surgiram como alternativas ao encontro de uma posição civil que, segundo suas convicções, estivessem de acordo com seus conhecimentos de guerra e expectativas de status social (Elias, 1997). O ódio à República de Weimar, nesse sentido, adveio do pretexto de tal governo impedir suas ambições.

um critério importante da captação de indivíduos quaisquer nessa abertura foi o do seu comprovado pertencimento à raça ariana.

Norbert Elias (2007) afirma que a chegada de Hitler ao poder dificilmente seria possível sem o apoio estrutural e militar dos *Freikorps*. O líder nazista e os *Freikorps* tinham, decerto, objetivos comuns. Mas não foram apenas os *Freikorps* que tiveram papel significativo no surgimento do nazismo. Outra organização passível de ser citada são as tropas de assalto alemãs (*Sturmabteilung – SA*), vigentes por volta de 1921, cujos participantes eram conhecidos como “camisas marrons” (Ferreira; Gomes, 2021). Eram grupos compostos por indivíduos desempregados e membros da classe média empobrecidos, que atacavam sobretudo manifestações de esquerda, além de incitar o antissemitismo.

2.3 Nazismo como fascismo? Reflexões sobre o racismo

A presente pesquisa considera o nazismo como algo *sui generis*, mas que não por isso deixou de se encaixar nas dimensões do fascismo italiano. De modo a examinar como o nazismo é classificado ou não como um fenômeno fascista, é preciso se afastar das concepções corriqueiras de que suas práticas teriam simplesmente reproduzido aspectos do fascismo italiano, sem desenvolver suas particularidades. Sabe-se que o nazismo se inspirou no fascismo, embora a menção feita aos Camisas Negras e aos *Freikorps*, que desempenharam um papel significativo na consolidação desses sistemas políticos, já sinalize algumas de suas diferenças. Apresentam-se, então, perspectivas que divergem quanto à classificação do nazismo como uma variante do fascismo para, posteriormente, investigar o conceito foucaultiano de biopolítica no que se refere à gestão populacional baseada no racismo e na repulsa à diferença.

Em *The birth of fascist ideology* (1994), Zeev Sternhell, Mario Sznajder e Maia Asheri observam características comuns entre o fascismo e o nazismo, principalmente em relação ao caráter totalitário destes regimes. No entanto, argumentam que o fascismo não pode ser equiparado ao nazismo. Para os autores, a principal diferença entre tais regimes diz respeito ao nacional-socialismo ser voltado ao determinismo biológico e ter como fundamento o

racismo. Segundo suas palavras, o nazismo teria desempenhado um papel mais significativo na luta contra as “raças inferiores” do que contra os comunistas.

Conforme salientam:

os marxistas poderiam ser convertidos ao nacional-socialismo, como de fato muitos deles foram; da mesma forma, o nacional-socialismo poderia assinar tratados com os comunistas, trocar embaixadores e coexistir com eles, mesmo que apenas temporariamente. Nada disso, entretanto, se aplicava aos judeus. No que diz respeito a eles, o único ‘acordo’ possível era sua destruição⁶¹ (Sternhell; Sznajder; Asheri, 1994, p. 5, tradução nossa).

Cabe considerar, à luz do que foi previamente explicitado sobre a organização militar dos *Freikorps* e seu envolvimento com o nazismo, além do que ocorreu posteriormente no desenvolvimento do regime nazista, que ainda que possa ter havido a conversão de adeptos do marxismo ao nacional-socialismo, a perseguição aos comunistas foi intensa, configurando uma operação de extermínio.

Ao sustentarem o entendimento do nazismo como radicalmente antissemita, os autores enunciam que “[...] se alguns fascistas italianos eram violentamente antissemitas, na Itália havia inúmeros judeus fascistas”⁶² (Sternhell, Sznajder, Asheri, 1994, p. 5, tradução nossa). Mesmo que leis raciais tenham sido promulgadas no território italiano em 1938, foi no cenário da Segunda Guerra Mundial que “[...] os judeus se sentiram muito menos em perigo em Nice ou na Alta Saboia, áreas de ocupação italiana, do que em Marselha, que estava sob o controle do governo de Vichy”⁶³ (Sternhell; Sznajder; Asheri, 1994, p. 5, tradução nossa). Para os autores, o racismo não permeou todas as fases do fascismo italiano, nem constituiu parte integral de todas as suas

⁶¹ “*Marxists could be converted to national socialism, as indeed quite number of them were; similarly, national socialism could sign treaties with Communists, Exchange ambassadors, and coexist with them, if only temporarily. Nothing like this, however, Applied to the Jews. Where They were concerned, the Only possible ‘arrangement’ with them was their destruction*” (Sternhell; Sznajder; Asheri, 1994, p.5).

⁶² “[...] *if some Italian Fascists werw violently anti-Semitic, in Italy there were innumerable Fascist Jews*” (Sternhell; Sznajder; Asheri, 1994, p. 5).

⁶³ “*As we know, racial laws were promulgated in Italy Only in 1938, and during the Second Word War the Jews felt Much less in Danger in Nice or Haute-Savoie, areas under Italian occupation, than in Marseilles, which was under the controlo of the Vichy government*” (Sternhell; Sznajder; Asheri, 1994, p. 5).

manifestações em diferentes contextos. Isso os leva a sustentar que o determinismo racial não é uma condição imprescindível para a existência do fascismo, mas sim um fator que pode se manifestar em suas diversas formas⁶⁴.

Vale ressaltar que parece ter sido um discurso comum à época do fascismo italiano considerar o nazismo como uma forma mais radical de fascismo. Como esclarece o historiador Frederico Finchelstein, na obra *Do fascismo ao populismo na história* (2019), a identificação do nazismo como fascismo foi algo bastante difundido nesse período tanto pelos fascistas quanto pelos antifascistas e principalmente pelas vítimas do nacional-socialismo. No cenário pós-guerra, no entanto, os historiadores do holocausto constataram os limites historiográficos de homogeneizar o fascismo ao nazismo, haja vista a singularidade dos regimes (Finchelstein, 2019). Para eles, isso ocultava as peculiaridades da perseguição nazista e seus métodos de massacre, isto é, obscurecia as dimensões próprias da experiência nos campos de concentração e extermínio. Com a intenção de incitar outras formas de produção de memórias, tais historiadores admitiram a recusa do termo fascismo como ferramenta analítica para a compreensão do holocausto.

Finchelstein (2019), sob essa chave de leitura, não desconsidera a relevância da problematização tecida pelos historiadores do holocausto, mas questiona tal abordagem. Pontua como “o eurocentrismo, que é também a característica distintiva de muitos estudos do fascismo, desempenha um papel importante nos apelos atuais à unicidade na historiografia do Holocausto” (Finchelstein, 2019, p. 85). Mais especificamente, observa como “o desenvolvimento de abordagens transnacionais e comparativas fora do contexto do império nazista é frequentemente rejeitado na historiografia do Holocausto” (Finchelstein, 2019, p. 85). O historiador, ainda que sublinhe que os nazistas alemães produziram um dos acontecimentos mais graves na história, lembra que “[...] os Africanos, e também os Árabes, conheceram um tipo igualmente singular de racismo italiano na forma de gás-mostarda e outras armas químicas, execuções sumárias e matanças de civis [...]” (Finchelstein, 2019, p. 85).

⁶⁴ Vale lembrar, no entanto, que na estratégia utilizada por Mussolini, havia muitos judeus nos massacres empenhados aos grupos alvo do fascismo, como os comunistas, socialistas, democratas, maçons e proletários (*O Homem Livre*, 1933, n. 6).

Ao lidar com isso como um problema analítico, Finchelstein fundamenta sua objeção aos enfoques eurocêntricos dizendo que “[...] uma abordagem histórica mundial do nazismo pode não significar necessariamente uma minimização geral do Holocausto como um acontecimento extremo em uma história de extremos” (Finchelstein, 2019, p. 85). Para o historiador, as noções de império, fascismo e racismo teriam o potencial de expor aquilo que denomina como fascismo transnacional, além de mostrar que o fascismo italiano também exerceu seu potencial genocida na África e na Espanha da Guerra Civil. Explorar as singularidades do nacional-socialismo, portanto, não implicaria ignorar que o regime mussolinista também tenha cometido ações de extermínio.

São evidentes os reflexos do racismo na sociedade italiana, relativos à construção de todo um imaginário depreciativo da população africana. Imaginário este que não surgiu com o fascismo, pois já se manifestava em meados do século XVI, assim como não deixou de existir após o regime mussolinista. Observa-se que há diversas correntes de pensamento racista, junto a uma ampla gama de formas pelas quais as práticas racistas são executadas. O colonialismo, nesse ponto, reflete uma política de domínio, que utiliza a discriminação racial como *modus operandi* para dividir o mundo em conquistadores e conquistados, sob o pretexto de uma missão civilizadora (Dondi, 2010). Tal política de domínio, aliada à concepção moderna de raça que se consolidou por volta do século XVIII, foi ativamente empregada na invasão italiana à Etiópia (1935-1936), marcada pela prática do extermínio em massa⁶⁵. Merece destaque o fato de que a campanha racista contra a população africana foi intensificada justamente nos anos de 1935-1936, sendo contemporânea às ações italianas na Etiópia. A campanha racista, realizada por meio da imprensa e programas radiofônicos de entretenimento, utilizava, em suas publicações, formas de ironia e desprezo que compunham representações exageradas e

⁶⁵ No livro *Tempos de Fascismos: ideologia, intolerância, imaginário* (2010), o capítulo escrito por Mirco Dondi, intitulado "O racismo colonial do fascismo e seus reflexos no rádio e na imprensa (1935-1936)" fornece uma documentação relevante sobre as práticas racistas no território africano. Como um dos exemplos dessas práticas, segue que após a Itália conquistar Abdis Abeba, capital da Etiópia, em 1936, foi proibido o envolvimento de italianos com mulheres africanas, a fim de evitar a procriação e o risco de confundir as hierarquias estabelecidas pelo fascismo em relação à África. A falta de dados facilmente acessíveis acerca do genocídio dos povos africanos pode ser tomada como um dado da pesquisa, ou seja, algo que permitiria apontar para os rastros eurocêntricos na própria visibilização das fontes.

deturpadas dos africanos. Os efeitos dessas publicações no corpo social devem ser entendidos, ao mesmo tempo, como produto e reflexo daquilo que se manifestava socialmente. Quanto às intenções por trás dessas representações, dissimulava-se astutamente seus propósitos reais, sugerindo que se tratava de algo inocente, destinado a divertir e distrair os italianos, ao invés de convencê-los politicamente ao racismo (Dondi, 2010). Um ponto relevante a ser mencionado, antes de prosseguir com a exposição das diferenças entre o fascismo e o nazismo, concerne à necessidade de considerar o funcionamento do racismo a partir de fases específicas dos regimes políticos, sejam eles quais forem.

Isso se conecta, de alguma forma, com a reflexão de Luce Fabbri, que sublinha que as diferenças mais significativas entre o fascismo e o nazismo estão relacionadas ao fato de não terem ocorrido nas mesmas condições históricas. Para a anarquista, o nazismo repetiu a experiência fascista italiana em um contexto totalmente diferente, correspondendo ao “[...] único fascismo que foi construído [ao extremo] [...] [aquele que concretizou] o império que Mussolini sonhava [...]” (Fabbri, 2020, p. 20). Nessa direção, a autora admite uma mesma natureza para esses dois fenômenos políticos, relacionada à “[...] vontade de poder de forças sociais que dominaram por muito tempo e se senti[r]am ameaçadas de morte” (Fabbri, 2020, p. 22). Fabbri (2020) assume o termo fascismo como um conceito, por assim dizer, quando se refere ao ocorrido na Itália e na Alemanha da primeira metade do século XX, aos movimentos políticos similares dessa mesma conjuntura, assim como aos que surgiram posteriormente⁶⁶. O nazismo é denominado pela autora como “fascismo alemão”, mas isso não sugere que suas intenções, discursos e práticas sejam igualados por completo ao regime mussolinista. O nacionalismo foi um dos elementos mais significativos desses regimes, ainda que não corresponda, segundo a anarquista, ao que seria uma essência absoluta do fascismo. De forma similar, o antissemitismo foi utilizado como uma ferramenta política por Hitler, tal como as concepções de nação e império romano nas mãos de Mussolini. Segundo Fabbri, o regime nazista teria expandido sua influência justamente porque

⁶⁶ A autora refere-se ao Falangismo, ao Peronismo, ao macarthismo, a Ku Klux Klan etc. (Fabbri, 2020, p. 28).

redirecionou a ênfase atribuída ao nacionalismo para o racismo, compreendido à época como meio indispensável à efetivação de seus objetivos.

O cientista político e historiador Robert Paxton (2007) argumenta de maneira semelhante a Luce Fabbri (2020), quando assinala que apenas na Alemanha houve um regime fascista que se concretizou ao extremo. Ao longo do século XX, diz ele, existiram movimentos fascistas na maioria das sociedades, apesar de poucas delas terem estabelecido efetivamente regimes fascistas⁶⁷. Dessa forma, como um dos fatores significativos à consideração do nazismo como uma forma de fascismo, ele pontua que “mesmo no auge do poder nazista, quando a maior parte destes preferia não dar precedência à Itália ao rotular a Alemanha de ‘fascista’, Hitler ainda definia a si mesmo como ‘sincero admirador e discípulo de Mussolini’” (*Rivista Storica Italiana*, v.85, n. 3, p. 545, 1973, apud Paxton, 2007, p. 20, nota de rodapé 21).

Frente a isso, Paxton abre espaço para outras considerações, quando destaca que por meio de uma análise detalhada desses regimes, as diferenças entre eles tornam-se ainda mais complexas:

Por exemplo, o regime que inventou a palavra *fascismo* – a Itália de Mussolini – mostrou poucos sinais de anti-semitismo até ter ocupado o poder por dezesseis anos. Na verdade, Mussolini contava com o apoio de industriais e proprietários de terra judeus, que, nos primeiros tempos, lhe forneceram ajuda financeira (Paxton, 2007, p. 24).

Na visão do autor, seria problemático considerar o antissemitismo como uma essência do fascismo. Ele sugere que se deve entendê-lo no sentido instrumental⁶⁸, isto é, não como um elemento central e preponderante na

⁶⁷ Robert Paxton (2007) define o fascismo pelo que denomina como “paixões mobilizadoras”. Em suma: 1) pelo comportamento político marcado pela dinâmica grupal, que ao impor a primazia do grupo frente a todos, tem a crença de domínio sobre os demais; 2) pela constante preocupação com o declínio da comunidade grupal, fomentada pelos sentimentos de humilhação e vitimização; 3) pela crítica ao liberalismo, entendido como individualista, junto ao incentivo à união grupal; 4) o medo do declínio do grupo devido aos conflitos de classe e influências estrangeiras; 5) pela necessidade do poder de um líder, sempre do sexo masculino, responsável por controlar e governar o destino do coletivo. Frente a isso, os movimentos que se enquadrariam como fascistas deveriam necessariamente ser identificados por meio dos elementos mencionados anteriormente.

⁶⁸ Robert Paxton (2007) apresenta que “os fascistas necessitam de um inimigo demonizado contra o qual mobilizar seus seguidores, mas, é claro, o inimigo não tem necessariamente que ser judeu. Cada cultura especifica seu próprio inimigo nacional. Embora na Alemanha, os estrangeiros, os impuros, os contagiosos e os subversivos muitas vezes se mesclassem na imagem demonizada do judeu, os ciganos e os eslavos também eram alvos de ataque. Os

dinâmica do regime. Paxton (2007) traz, também, a participação de judeus italianos na Marcha sobre Roma, antes de Mussolini realizar o *Discurso do Dia da Ascensão* em 1927, em que divulgou uma política de “higiene social”. Em 1938, conforme visto, foi introduzida a legislação racial para a “defesa da raça italiana”.

Supõe-se que um dos fatores que incentivou, nesse momento específico, a promulgação das leis discriminatórias na Itália, foi seu envolvimento com a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial⁶⁹. Tais leis abarcavam a proibição de casamentos inter-raciais, a exclusão de judeus do serviço público, profissões liberais etc. (Ferreira; Gomes, 2021). No final da década de 1930, a Itália enfrentou resultados adversos de sua participação na guerra, devido ao seu exército despreparado, à exaustão dos recursos militares e econômicos, ao surgimento de manifestações contra a guerra e greves operárias sucedidas em 1943. Segundo Ferreira e Gomes (2021), esses fatores fizeram com que o poder de Mussolini começasse a declinar⁷⁰. Isso porque, por determinado tempo, ele manteve o controle do norte da Itália, mas somente porque teve o auxílio do exército alemão, que ocupou a região. Esse período foi marcado pela nacionalização da indústria e pelo fomento da burocracia sindical nas comissões de fábrica, conquanto se tenha realizado menos do que o proposto. Leva-se em conta que a Itália tinha recursos econômicos mais limitados que a Alemanha e, ao que parece, num dado momento, o exército alemão adquiriu o domínio dessa

fascistas americanos demonizaram os negros e, algumas vezes, os católicos, além dos judeus. Os fascistas italianos demonizaram seus vizinhos eslavos do sul, especialmente os eslovenos, como também os socialistas que repudiavam a guerra de renascimento nacional. Mais tarde, foi fácil a eles acrescentarem à sua lista os etíopes e os líbios que eles tentaram conquistar na África” (Paxton, 2007, p. 72).

⁶⁹ De modo a apontar uma das contradições do fascismo, de acordo com as fases específicas do regime, segue que: “o fascismo [...] excluíra o racismo da própria ideologia, e a palavra raça, no uso mussoliniano, significava simplesmente 'o povo italiano em sua expressão física'. Em várias ocasiões, o *duce* manifestara abertamente sua total recusa do racismo biológico: por exemplo, em um discurso de 1934, aludindo ao racismo nazista, dissera que 'olhava com enorme piedade para algumas doutrinas além dos Alpes'. A normativa severa que visava impedir a promiscuidade entre italianos e indígenas nas colônias ('humanidade, sim, promiscuidade, não', proclamou Mussolini já em 1936) culminou, em 1938, com a promulgação das leis antisemitas e na difusão do chamado *Manifesto dos cientistas racistas*. Os motivos de uma tal mudança foram numerosos: alinhar, mesmo nesse aspecto, a política italiana à do aliado nazista [...]" (Giardina, 2008, p. 66).

⁷⁰ Foram diversos os fatores que fizeram com que “[...] os apoios costurados por Mussolini se esgarça[ssem] e se volta[ssem] contra ele, destituindo-o do cargo de *Duce* no meio do ano de 1943” (Ferreira; Gomes, 2021, p. 48).

parte do território italiano⁷¹. Em decorrência disso, “[...] há várias correspondências de Mussolini para Hitler, reivindicando autonomia para governar o país, o que nunca foi concedido [...]” (Ferreira; Gomes, 2021, p. 49).

Seguindo essa linha de pensamento, seria simplista supor a ausência de conflitos entre a Itália e a Alemanha, e entre Mussolini e Hitler, na medida em que as conexões entre ambos refletem jogos políticos, em que predominam interesses próprios. Os acordos e desacordos entre esses líderes permitem que se veja como a guerra é definidora de muitas coisas. Nesse caso específico: são elos políticos assumidamente tensos que ocorrem no cenário de guerra e se desenrolam entre países que, mesmo tendo alianças explícitas, manifestaram tensões. De alguma forma, isso remete à inversão feita por Foucault do princípio de Carl von Clausewitz⁷², quando afirma que “[...] a política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2010a, p. 16). Conforme o pensador francês, relações belicosas sempre fizeram parte do tecido social, mesmo em um estado não declarado de guerra. Isso porque a dimensão do poder está distribuída de maneira difusa socialmente e se manifesta por meio de inúmeras forças. Ao que parece, tais relações de força – fundamentadas na e pela guerra – persistem em ser reinseridas perpetuamente nas sociedades, ressoando em uma continuação silenciosa da guerra por outros meios. Observa-se a coesão dessa afirmação quando se considera que uma declaração de paz só faz sentido quando contextualizada com a guerra. Nas palavras de Foucault:

[...] se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra (Foucault, 2010a, p. 15).

Foi o processo de estatização da guerra que fez com que se acreditasse que enquanto ela não ocorresse, as pessoas viveriam em paz. Com isso, a proposição de Foucault (2010) de que a política é a guerra por outros meios

⁷¹ Nota-se que “essa ocupação alemã levou à formação de guerrilhas conhecidas como *partisanos*, que capturaram Mussolini em 1945, quando tentava fugir para a Suíça, e o executaram sumariamente. A famosa música *Bella Ciao* foi tomada como símbolo de resistência desses guerrilheiros” (Ferreira; Gomes, 2021, p.49).

⁷² Carl von Clausewitz (1780-1831), um militar do Reino da Prússia e teórico da guerra, ficou conhecido por sua afirmação de que “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios” (Foucault, 2010a).

contribui para que se veja o quanto essas tensões fazem parte, o tempo todo, das interações sociais, o que implicaria não ser ingênuo quando se trabalha com a noção de paz.

Merece destaque, nesse sentido, a crítica de Paxton (2007) à ideia corriqueira de uma união absoluta entre os líderes e seus partidos, como se não tivesse havido tensões entre eles. A título de exemplo, em determinadas ocasiões, apesar de ter exercido um firme controle sobre o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, Hitler se viu confrontado por seus próprios apoiadores⁷³. Essa situação também se aplica à Mussolini, quando teve que enfrentar o *squadrismo* radical⁷⁴.

Como mais um dos desdobramentos possíveis, cabe ressaltar que movimentos políticos não devem ser reduzidos ao que seria a ação diabólica de um único homem, seja em qualquer contexto. Nesse caso específico, em relação a Hitler e Mussolini,

[...] havia um empenho propagandístico das organizações a que eles serviam (e que se serviam deles) no sentido de *usá-los como símbolos*, apresentando-os como *gênios, provas vivas da autonomia criadora* [...] (Konder, 2009, p. 123).

São personalidades cujo impacto na história do século XX é óbvio, ainda que seja problemático isolar as decisões políticas em suas mãos. As medidas por eles tomadas, segundo essa linha de raciocínio, devem ser entendidas como respostas às demandas específicas daquela época, as quais tinham a ver com outras instâncias. Diante da necessidade de questionar abordagens que interpretam figuras como as de Hitler e Mussolini, envolvendo-as com algo como uma patologia do poder, atenta-se, ao contrário, às conivências ativas e passivas que esses regimes encontraram em cada uma de suas manifestações.

⁷³ Conforme Paxton, “embora Hitler sempre tenha exercido um controle maior sobre seu partido que Mussolini, até mesmo ele viu-se, muitas vezes, confrontado por dissensões, até que acabou por afogá-las em sangue, em junho de 1934” (Paxton, 2007, p. 218).

⁷⁴ Como elucida Paxton, “os líderes do Partido Fascista, especialmente os *ras* locais, cujas façanhas da época do *squadrismo* lhes haviam conferido um certo poder autônomo, frequentemente expressavam seu descontentamento por ele. Essas tensões tinham duas fontes: uma de natureza funcional, no sentido de que as responsabilidades de Mussolini como líder partidário eram diferentes das dos *ras* locais e, portanto, via as coisas de outra forma; e outra de natureza pessoal, no sentido de que Mussolini era mais inclinado a 'normalizar' as relações com os conservadores tradicionais que alguns de seus coléricos seguidores” (Paxton, 2019, p. 219).

2.4 A biopolítica como gestão da vida

De maneira a entender como se desenvolveram algumas das condições de efetividade do fascismo e do nazismo, parte-se da premissa de que “[...] a vida é uma experiência histórica que se tem com e no corpo [...]” (Matos, 2018, p. 26). O desafio, a partir disso, é mostrar as relações existentes entre os dispositivos e tecnologias de poder vigentes na primeira metade do século XX, e os processos de subjetivação das condutas, como constituíram seus desejos, valores, sensibilidades, expectativas, medos etc. Questiona-se por meio de quê, nessa conjuntura específica, foram compostos os valores normativos e reguladores dos corpos (como se comportar, se higienizar, se cuidar, zelar pela família, ser eficiente à nação, dentre outros), que legitimaram e naturalizaram estereótipos e preconceitos.

Seria possível trazer à exaustão quais foram as vítimas do fascismo e do nazismo, no sentido de especificar os grupos atacados. No entanto, apenas para mostrar alguns dos discursos e práticas de estigmatização, conforme as fontes históricas utilizadas nesta pesquisa, tem-se o seguinte: acerca do que acontecia na Itália, o jornal antifascista *O Homem Livre*, na matéria *Para matar ilusões... Mussolini e os judeus*, publicada em 1933, expõe que "existem por aí, uns cidadãos israelitas que admiram Mussolini e que, sem conhecer a história, o consideram amigo dos judeus só porque o 'Duce' selvagem não os aniquilou em massa como o esta fazendo Hitler na Alemanha" (*O Homem Livre*, 1933, n. 6, p. 6). O jornal é perspicaz ao argumentar que, embora o regime mussolinista não tenha sido acusado, no geral, de praticar o extermínio em massa da população judaica, ainda assim exterminou inúmeros comunistas, socialistas, democratas, maçons e proletários, muitos dos quais eram judeus. Assim sendo, para o jornal, aqueles que endeusam Mussolini certamente endeusam Hitler. Vale notar que, na seção 2.3 da presente pesquisa, intitulada “Nazismo como fascismo? Reflexões sobre o racismo”, foram descritas, em síntese, algumas das práticas fascistas contra as populações africanas.

Em relação à Alemanha nazista, em 1940, a Revista do Brasil publicou um texto denominado como *A guerra e a Bíblia*, o qual atentava aos princípios da política hitlerista, baseados no racismo e na diferenciação qualitativa das

raças. Apresentando Hitler como um homem que não admite dúvidas, a revista evidencia que, para ele, “[...] o povo alemão, quintessência da raça ariana, é qualitativamente superior aos demais povos da terra” (*Revista do Brasil*, 1940, n. 30, p. 9). A partir disso, a revista expressa criticamente a importância que os nazistas atribuíam à preservação racial e ao controle do cruzamento com outras raças, visto que objetivam não permitir que “[...] o sangue puro do povo alemão se degrad[asse] em misturas com sangues [considerados por eles como] de baixa qualidade” (*Revista do Brasil*, 1940, n. 30, p. 9).

Já como uma fonte aliada às convicções do Nacional-Socialismo, o jornal nazista *Deutscher Morgen*, em 1933, na matéria intitulada como *Ehe, Volk und Staat* (Casamento, povo e Estado), descreve os esforços do III Reich para excluir da procriação pessoas com doenças infecciosas ou hereditárias e para restringir a reprodução de famílias sobrecarregadas economicamente. O jornal argumenta que tais esforços sempre existiram em todas as épocas e sociedades, mas que as tentativas anteriores, sem exceção, fracassaram. Ao contrário dessas tentativas, segundo suas palavras, o governo nazista vinha se empenhando particularmente nas questões biológicas e raciais, buscando encontrar uma solução para as dificuldades da Alemanha, uma vez que medidas legais por si só não seriam suficientes. Dessa forma:

o conhecimento sobre saúde deve primeiro ser criado [...] deve se tornar um costume, deve se tornar um hábito. Assim como o alemão de hoje em dia não cospe mais no chão, não porque esteja ciente dos danos à sua saúde, mas simplesmente porque o costume e o uso exigem isso, também nesse campo é preciso que haja um entendimento geral de que, se ele tiver algo a reprovar em termos de saúde, não pensará em se casar e propagar danos físicos em seus filhos⁷⁵ (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 30, p. 3).

Percebe-se, nessa matéria, como o governo alemão enfatizava que o indivíduo deveria se responsabilizar por sua saúde não apenas por si mesmo, mas pelo bem-estar de sua família e, sobretudo, pelo público em geral. A restrição da

⁷⁵ “*Es muss erst ein gesundheitliches Wissen für diese Frage geschaffen werden, es muss zur Sitte, es muss zur Gewohnheit werden. Wie der Deutsche heute nicht mehr auf den Fussboden spuckt, nicht weil er sich der gesundheitlichen Schäden bewusst ist, sondern einfach, weil es Sitte und Gebrauch verlangt, so muss auch auf diesem Gebiete ein allgemeines Verständnis dafür erzeugt werden dass er, wenn er sich in gesundheitlicher Hinsicht etwas vorzuwerfen hat, nicht daran denkt, eine Ehe einzugehen, und seine körperlichen Schäden in seinen Kindern fortzupflanzen*” (*Deutscher Morgen*, n. 30, p. 3).

procriação de pessoas consideradas como indesejáveis, sob tal perspectiva, era vista como uma medida para preservar o bem-estar coletivo. Como parte das diretrizes impostas pelo regime nazista, o jornal destaca a importância da educação dos alemães acerca da conveniência do casamento por motivos de saúde, afirmando que o Estado estaria mais inclinado a promovê-la naquele momento. Além disso, como uma das práticas educativas, menciona a troca de certificados de saúde antes da realização de casamentos, ou seja, o casal deveria mostrar esses certificados um ao outro e ao registrador civil antes de realizar a cerimônia. O periódico justifica essas políticas de saúde quando estabelece, já no final da matéria, uma estimativa do aumento de pessoas com doenças e debilidades mentais. Em uma época em que, nas suas palavras, aqueles com um nível mental elevado mantêm suas famílias pequenas por motivos econômicos, a “doença mental e a debilidade mental” são assumidas como um problema por serem “[...] particularmente perigosas porque lhes faltam as inibições necessárias [...]”⁷⁶ (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 30, p. 4).

Quanto às manifestações discursivas supracitadas, sabe-se que as relações de poder, sob a ótica foucaultiana, se exercem pela produção dos jogos de verdade. Assim, tanto por meio dos discursos assumidos como verdadeiros quanto pelos agenciamentos constituídos na trama histórica, pulsam os impactos dos dispositivos de poder e suas tecnologias, que põem em funcionamento uma série de mecanismos de organização do real pela via da produção de saberes, práticas e estratégias. No tocante aos dispositivos de poder e suas tecnologias, é preciso reiterar que não se deve entendê-los como simplesmente bons ou ruins, mas sempre como potencialmente perigosos (Foucault, 2010b). O movimento que aqui se enseja, então, reserva a atenção necessária ao conceito foucaultiano de biopolítica, visando analisar como se deu a gestão populacional da vida baseada no racismo e na repulsa à diferença.

Para sinalizar alguns dos deslocamentos efetivados por Foucault na análise do que denomina como biopolítica, considera-se, como os primeiros momentos em que o pensador elabora os processos do biopoder, as obras

⁷⁶ “Gerade in der Zeit, in der geistig Höherstehende aus wirtschaftlichen Gründen ihre Familie möglichst klein halten, sind Geisteskrankheiten und Geistesschwäche Des'onders gefährvoll, weil ihnen die nötigen Hemmungen fehlen [...]” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 30, p. 4).

História da sexualidade I – a vontade de saber (2022a), cuja primeira publicação ocorre em 1976, e *Em defesa da sociedade* (2010a), curso dado ao *Collège de France* em 1975-1976. Observa-se que as reflexões presentes em *Vigiar e punir* (1987), lançado em 1975, foram essenciais para a formulação do conceito de biopolítica. O conceito é discutido também em *Segurança, território, população* (2008), curso dado ao *Collège de France* (1977-1978), e no *Nascimento da biopolítica* (2022b), curso subsequente no *Collège de France* em 1978-1979. No decorrer da escrita são trazidos fragmentos dessas obras, não necessariamente nessa ordem, entendidos como essenciais para a elaboração do conceito de biopolítica e suas ressonâncias na temática do fascismo e do nazismo.

A biopolítica é definida como uma tecnologia de poder por meio da qual aquilo que constitui as características biológicas fundamentais da espécie humana entra em uma estratégia política. Tal tecnologia emerge, na visão de Foucault, por volta da segunda metade do século XVIII e, sobretudo, no século XIX; lida com a população⁷⁷ como alvo e instrumento de suas práticas, apreendendo-a como "[...] um novo corpo; corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças [...]" (Foucault, 2010a, p. 206). Para o filósofo, é por volta do século XVIII que a população surge como um novo sujeito político e passa a ser vista como objeto das relações de poder-saber. Trata-se do surgimento de algo completamente novo, que até então não havia sido percebido de tal forma. Ao assumir a população como um conjunto biológico da espécie humana existente em determinado meio, a biopolítica aplica-se às questões endereçadas a ela compreendidas simultaneamente como políticas e biológicas. A partir disso, busca controlar e, eventualmente, modificar, a probabilidade de eventos contingentes ocorridos no corpo populacional, visando regular e otimizar um estado de vida. A biopolítica atua sob fenômenos como, para dar alguns exemplos, a natalidade, a mortalidade e as condições sanitárias, utilizando medições estatísticas para monitorá-los. É nesse sentido que introduz em suas

⁷⁷ Como elucida Giorgio Agamben, “a cesura fundamental que divide o âmbito político é aquela entre *povo* e *população*, que consiste em fazer emergir no próprio seio do povo uma população, ou melhor, em transformar um corpo essencialmente político em um corpo essencialmente biológico, no qual se trata de controlar e regular natalidade e mortalidade, saúde e doença” (Agamben, 2008, p. 90).

práticas técnicas de intervenção dirigidas aos corpos entendidos como parte de um processo biológico de conjunto (Foucault, 2010a).

De modo mais preciso, trata-se de uma gestão calculista da população, que envolve toda uma política das condutas, com intervenções ao nível dos corpos e da vida social, abrangendo alimentação, moradia, sexualidade, família, educação, entre outros. Nisto, há a ampliação das técnicas de regulamentação da vida cotidiana, que objetivam o fomento da higiene pública, das campanhas de aprendizado de higiene, dos organismos de coordenação de tratamentos médicos, da medicalização da população etc. Em vista disso, ocorrem processos de normalização dos saberes e sua integração no corpo social por meio de projetos hegemônicos que constroem sentidos sobre a vida e a morte, a doença e a cura, o limpo e o sujo, o bonito e o feio, promovendo a construção de binômios hierárquicos e diferenças entre “[...] homens e mulheres, crianças, adultos e velhos, pobres e ricos, bonitos e feios, gordos e magros” (Matos, 2018, p. 20). Para apreender o funcionamento dos dispositivos de poder e suas tecnologias, portanto, é indispensável ressaltar que somos, ao mesmo tempo, produto e produtores de suas ações, tanto nas situações mais evidentes quanto nas mais sutis. Ademais, a prática do biopoder não é exclusiva a um único segmento dominante, seja o Estado, uma entidade governamental, institucional ou um grande grupo. Refere-se, ao contrário, a uma vasta rede de processos, técnicas e elementos entrelaçados em inúmeros âmbitos da sociedade.

Grosso modo, o biopoder, conectado às oscilações próprias da realidade social, funciona de maneira a assegurar que as pessoas ajam como membros da população e que se entendam veementemente de tal forma. Atua-se por meio de técnicas que encontram sua justificativa na noção de que estimulam, ainda que não se perceba muito, os processos da vida. Nessa perspectiva, convém notar que a população não pode ser compreendida isoladamente, em si e por si, pois dependeria de toda uma série de variáveis: ambiente físico, economia, fluxo de recursos, regulamentações legais, costumes, além dos valores éticos, morais e religiosos. Mas, afinal, como poder-se-ia governar, no contexto do biopoder, uma multiplicidade de indivíduos presentes no conjunto biológico da espécie? Em outras palavras, como governar-se-ia uma população? Um tópico interessante a ser considerado, que dialoga bem com a seção “2.1 Os

microfascismos em nós”, diz respeito à dimensão do desejo como um dos elementos necessários ao governo das populações. Dessa forma, uma possível resposta a tais perguntas seria relativa à promoção do desejo e de interesses coletivos, suscitados pela criação de técnicas e saberes para regê-los⁷⁸. Em parte do livro *Segurança, território, população* (2008), Foucault menciona que os primeiros teóricos da população no século XVIII determinaram o desejo como o motor de ação do corpo populacional.

Dito isto, para uma definição precisa da biopolítica, é fundamental revisitar os conceitos de poder disciplinar e poder soberano conforme delineados por Foucault. Para a conceituação da biopolítica, o filósofo esclarece como o poder opera tanto nas sociedades disciplinares quanto nas soberanas mostrando que, na perspectiva da descontinuidade, embora os acontecimentos possam ser vistos como novos, não surgem do nada nem podem ser assumidos como meras repetições do que já ocorreu. Mais uma vez, a figura da espiral, em constante movimento, ilustra de modo eficaz o desenrolar das mudanças históricas. Nota-se, a título de exemplo, que as disciplinas não surgiram integralmente no século XVII – não se trata, pois, de demarcar sua origem absoluta; elas já existiam há muito tempo em outras instâncias, como nos conventos e nas forças armadas. O que Foucault faz é investigar como, em um determinado momento histórico, as práticas disciplinares se tornaram formas gerais de dominação (Revel, 2005).

Com efeito, como elemento comum com o poder disciplinar, a biopolítica apresenta as técnicas de normalização dos corpos, visto que “a norma é o que se pode aplicar [tanto] a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 2010a, p. 213). Segundo Foucault, o poder disciplinar é aquele que se direciona aos corpos por meio de técnicas minuciosas de vigilância e punição, cada uma com sua devida importância. São técnicas que definem certo “[...] investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder [...]” (Foucault, 1987, p. 120), praticadas por instituições como as fábricas, as prisões, as escolas, os

⁷⁸ Ao explicitar o nascimento das novas artes de governar constituídas por técnicas absolutamente novas, Foucault delineia que o “[...] interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco, o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações” (Foucault, 2008, p. 140).

exércitos e os hospitais psiquiátricos. Tais técnicas são guarnecidas de pequenas astúcias e têm grande poder de difusão, sendo relativas à disposição de uma espécie de ortopedia dos corpos, que objetiva corrigi-los e aperfeiçoá-los, a fim de torná-los dóceis e úteis ao funcionamento das sociedades.

As técnicas disciplinares são fundamentadas e asseguradas por algo como uma “*anátomo-política do corpo humano*” (Foucault, 2022a, p. 150), compostas por processos de regulação e homogeneização. Dessa forma, de modo a adaptar os indivíduos ao sistema econômico e à dinâmica do trabalho – vigentes no início do processo de industrialização das sociedades europeias –, são reproduzidos mecanismos de adestramento, que visam a ampliação de suas aptidões junto à extorsão de suas forças, para assim melhor controlá-los. São técnicas que se utilizam da distribuição espacial dos corpos nas instituições, da vigilância panóptica⁷⁹, do controle do tempo, além de uma variedade de punições corretivas. Lidam com os detalhes das condutas, controlando os hábitos, os movimentos e comportamentos. A eficácia dessas práticas residiria, de fato, na incorporação de seus processos e na determinação da conduta de si e dos outros. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 118). Para o pensador, por volta do século XVII ocorreu a “[...] descoberta do corpo como objeto e alvo de poder” (Foucault, 1987, p. 117). Ressalta-se que não é a primeira vez na história que o corpo se encontra sob a mira do poder, pois “em qualquer sociedade, [...] está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 1987, p. 118). Foi nessa conjuntura específica, no entanto, que o Ocidente vivenciou uma transformação profunda nos mecanismos de poder.

Em resumo, em relação à disciplina e ao biopoder, trata-se de tecnologias exercidas sob duas faces distintas, as quais, de alguma forma, se articulam: a disciplina lida com os corpos, seguindo uma abordagem anátomo-política que os molda e normatiza; já a biopolítica concentra-se, sob um viés biologizante, na

⁷⁹ Em *Vigiar e punir* (1987), Foucault concentra-se na análise do modelo panóptico desenvolvido por um jurista inglês, Jeremy Bentham, no final do século XVIII. Trata-se, no geral, de um plano arquitetônico relativo a um edifício constituído em formato circular, no qual haveria pequenas celas visíveis a uma torre central, onde se localizaria um vigilante em função contínua. Bentham propôs que esse modelo poderia ser aplicado não apenas a prisões, mas também a instituições como escolas, hospitais e fábricas.

regulamentação da população, estabelecendo estimativas sobre seus processos e desenvolvendo técnicas para otimizá-los. A articulação do biopoder no corpo social ocorre por meio de uma série de mecanismos que aspiram a maximização das potencialidades individuais em prol da otimização do coletivo, tendo em vista a administração da vida⁸⁰. A disciplina age sobre os corpos individualmente, enquanto o biopoder se concentra na gestão da população como um todo. Como um dos efeitos históricos do biopoder, a normalização passa a se dirigir à vida do complexo populacional. Observa-se certa apropriação de determinadas técnicas disciplinares na gestão da população. Rege-se, assim, a conduta de todos e de cada um.

Considerando outro deslocamento histórico, no que se refere ao poder soberano, historicamente anterior ao disciplinar, um dos seus pilares centrais está relacionado ao direito de vida e de morte dos súditos⁸¹. Isso significa que, precisamente no contexto histórico em que seu poder teve condições de ser efetivado, o soberano deteve o direito de “[...] fazer morrer ou deixar viver” (Foucault, 2010a, p. 202), o que evidencia uma das integrações dos fenômenos de vida e de morte no campo político. A partir do momento em que o soberano se sentisse ameaçado por quaisquer circunstâncias, exercia o direito de expor à morte aquele que fosse o alvo de suas inquietações. Por um lado, em tempos de guerra, o soberano possuía o poder legítimo de exigir que os súditos lutassem pela defesa do Estado, fato que lhe conferia uma espécie de direito “indireto” sobre a morte, pois expunha vidas ao perigo iminente. Por outro lado, se algum dos súditos tentasse derrubá-lo, contestando seus direitos e infringindo suas imposições, o soberano tinha poder “direto” sobre sua morte. Trata-se de uma lógica de governo que, estabelecida em um território, se exerce a partir da instância jurídica, isto é, utilizando leis e regras que estabelecem o que é proibido e permitido. Foi nesse contexto que ocorreram os suplícios, isto é, punições realizadas em praça pública e concretizadas diretamente nos corpos, visando

⁸⁰ Como aponta Silvio Soares, “nesse sentido, emergiu uma nova economia de poder, o biopoder, que se caracteriza por tomar, como objeto das intervenções de poder e controles de saber, o orgânico e a vital da espécie humana: o corpo individualizado e a vida da massa de sujeitos” (Soares, 2022, p. 39).

⁸¹ O poder soberano exerce-se sobre o “povo”, entendido como um conjunto de corpos sujeitados como súditos (Soares, 2022).

mostrar as consequências dos atos daqueles que não cumpriam com o que era imposto pelo rei⁸².

Frente a isso, é indispensável mencionar algumas diferenças e pontos em comum entre o biopoder e o poder soberano. Ao contrário do poder soberano que visava “[...] fazer morrer ou deixar viver” (Foucault, 2010a, p. 202), o biopoder se expressa pelo direito de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2010a, p. 202). Questiona-se, então, como um poder que objetiva fazer viver, pode deixar morrer? O poder de matar não corresponde apenas ao assassinato direto, mas também ao “[...] fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, rejeição, etc.” (Foucault, 2010a, p. 216). Foucault (2010a) elucida, tomando como base mudanças históricas precisas, como o poder soberano se tornou impotente diante de uma série de eventos, como a explosão demográfica e o processo de industrialização, que fizeram com que muitas coisas escapassem de seu alcance. Percebe-se que o desenrolar dos tempos tornou cada vez mais obsoleta, inviável, a aplicação dos suplícios e da pena de morte. Nessa nova conjuntura, a biopolítica desponta como um poder cujas intenções não são mais matar e punir, mas apropriar-se da vida. Com efeito, direciona seus interesses a outras funções, fazendo com que haja paradoxos em seu exercício. Detectar as diferenças entre o poder soberano e o biopoder não implica determinar, nesse sentido, qual seria o mais ou menos brutal, mas somente mostrar que são poderes com propósitos e efeitos singulares. Entra em cena uma nova tecnologia de poder que, ao contrário do poder soberano, tem uma abrangência mais ampla e exerce a capacidade de matar em larga escala. Conforme Foucault (2022a), isso reflete parte da força e do cinismo com que o biopoder levou tão longe seus próprios limites. Sob tal perspectiva, há duas importantes considerações a serem feitas: as guerras não ocorrem mais em nome do soberano a ser defendido, mas

⁸² Na primeira parte do livro *Vigiar e Punir* (1987), Foucault descreve o suplício de Robert-François Damiens. De modo mais preciso, na França, no ano de 1757, o condenado foi acusado de atentar contra a vida do rei Luís XV. Por isso, foi submetido a uma série de torturas brutais, como o esquartejamento, além de outras formas de punição. Os suplícios, relativos ao momento em que o poder soberano aplicava castigos ao corpo do condenado – assumido como alvo de inscrição das penas destinadas àqueles que desafiassem a autoridade do rei – eram realizados em praça pública para servir de exemplo aos demais súditos sobre como não agir. Funcionavam, no geral, como instrumento jurídico-político para manifestar a força do poder soberano e a severidade do castigo por ele aplicado.

sim em prol da população e a favor da vida; e, segundo o filósofo, "[...] jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações" (Foucault, 2022a, p. 147).

Além disso, com a ascensão do biopoder, advém uma produção contínua da morte daqueles que são entendidos como uma espécie de perigo biológico à população, fato que expõe um claro desvio da lógica da soberania. É preciso assinalar, segundo André Duarte, que tanto em *História da sexualidade I* quanto *Em defesa da sociedade*, Foucault explicita a biopolítica "[...] a partir da capacidade do poder estatal de agir a fim de incentivar a vida e aniquilar suas partes consideradas perigosas por meio de políticas públicas dirigidas a esse fim [...]" (Duarte, 2019, p. 47). Em vista disso, pode-se dizer que o racismo surge como um dos mecanismos fundamentais utilizados pelo Estado, se exercendo de uma forma inteiramente nova, precisamente compatível com as ações do biopoder. Isso não significa que o racismo foi inventado nessa época; ele já existia há muito tempo, embora funcionasse de outra forma. O que possibilitou que o racismo fosse incorporado pelos mecanismos de Estado foi, precisamente, a emergência do biopoder. Dado que as tecnologias de poder não devem ser compreendidas de modo linear e estático, pois, de alguma forma, se entrecruzam no desenrolar da história, a produção da morte no biopoder não corresponde a uma reprodução ou ressurreição integral do direito soberano de matar. Por essa razão, "se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos [...]" (Foucault, 2022a, p. 148), isso tem a ver com a aparição de algo historicamente novo, ou seja, com o funcionamento de um poder que manifesta, em suas práticas, a noção de raça como forma de hierarquização das populações.

Observa-se a incorporação, por meio das subjetividades, de uma relação do tipo guerreiro, que tem como *modus operandi* a convicção de que "[...] 'para viver, é preciso que você massacre seus inimigos'" (Foucault, 2010a, p. 215). Essa convicção não foi inventada pelo racismo nem pelo Estado Moderno, existia antes de suas emergências. No entanto, o imperativo da morte, admissível no contexto do biopoder, não corresponde simplesmente ao enfrentamento de inimigos no sentido político, mas sim ao esforço de erradicar o perigo das raças consideradas como inferiores para, com isso, fortalecer a espécie, segundo

interesses sempre muito definidos. Trata-se de um tipo de “darwinismo social” que incorporou ideias como a da hierarquia das espécies, da evolução e da seleção natural, aplicando-as ao campo político e promovendo, a partir disso, concepções sobre a necessidade da guerra em termos biológicos, justificativas sobre o processo de colonização, além de discursos sobre criminalidade eminentemente envolvidos com perspectivas discriminatórias. A vida, em toda sua pluralidade e diferença, é limitada à perspectiva biológica da espécie humana.

Percebe-se como a função assassina do Estado e, ao mesmo tempo introjetada nos membros das sociedades, foi naturalizada pela via do racismo. Dessa forma, é no ponto em que o biopoder atua que se estabelece uma série de cortes “[...] entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2010a, p. 214). Consolida-se, assim, uma divisão de tipo biológico no interior da população. Aí estaria uma das singularidades do racismo no biopoder: fragmentar, dividir a população em seu sentido biológico e tirar a vida daqueles considerados como indesejáveis em uma sociedade de normalização. Daí o fomento de discursos como: “[...] ‘quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie [...]’”; “[...] quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá”]; “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (Foucault, 2010a, p. 215).

De forma mais precisa, conforme expresso nas palavras do pensador:

vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico hostilidades que estariam voltadas para [eles] ou agitariam o corpo social. Eu creio que é muito mais profundo do que uma velha tradição, muito mais profundo do que uma nova ideologia, é outra coisa. A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder (Foucault, 2010a, p. 217).

Em determinada fase de seu pensamento, subsequente à formulação da biopolítica e sua conexão com o que denomina como racismo de Estado, Foucault define o conceito de governamentalidade. Esse conceito é criado em relação às dinâmicas de poder que permeiam todas as relações sociais, nas formas instituídas de sujeição político-econômica e nos modos de ação de uns sobre os outros. Por governamentalidade entende-se o conjunto díspar de instituições, procedimentos e táticas que trouxe à tona, nas sociedades ocidentais, uma forma peculiar e complexa de governo que embora se dirija especialmente à população, não se restringe a ela (Foucault, 2008). Refere-se a uma maneira de dispor as coisas no interior da sociedade. A governamentalidade tem um viés normalizador e opera por meio da apreensão das ideias de autonomia e liberdade, o que pode ser explicitado em relação ao seu próprio surgimento histórico, conforme elaborado a seguir.

Foucault detalha como desde a Antiguidade greco-romana até a Idade Média sempre existiram tratados que se apresentavam exclusivamente como conselhos ao príncipe sobre como exercer seu poder, conduzir seus súditos, ser aceito nas cidades e introduzir os mandamentos de Deus. Todavia, de meados do século XVI ao fim do século XVIII, despontam as artes de governar não mais restritas ao poder do príncipe. O declínio das estruturas feudais, a instauração dos grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais, juntamente com os movimentos de dispersão e dissidência religiosa, contribuíram para a emergência do problema do governo: “[...] como ser governado, por quem, até que ponto, com que fim, por que métodos [?]” (Foucault, 2008, p. 119). O filósofo aponta, nessa direção, o problema do governo à época no que diz respeito às inúmeras formas de governar. Trata-se, por isso, de considerar que o governo do príncipe teria sido apenas uma modalidade em uma realidade histórica outra pela qual vai ser possível dizer sobre o governo do pai de família, do pedagogo, do professor, daquele que rege o convento, dentre outros⁸³. Esse processo coincidiu, no final do século XVIII, com o desenvolvimento e o avanço da biopolítica que, ao se dedicar aos domínios da vida, consolidou uma expansão das artes de governar, trazendo o governo da população pela medicina, governo

⁸³ Foucault menciona a obra *O príncipe*, de Maquiavel, apresentando como essas inúmeras formas de governo opõem-se radicalmente à ideia de um governo único, efetivado pelo príncipe.

das ilegalidades pelo sistema carcerário, governo do sexo pelas políticas de natalidade, governo econômico (Soares, 2022).

Ao expor a presença dessas inúmeras formas de governo, Foucault se distancia do que considera como uma supervalorização do problema do Estado, relativa ao seu entendimento como uma unidade absoluta, central e superior às demais formas de governo. Para o filósofo, o Estado tem uma importância mais reduzida do que se imagina, de tal forma que, ao pensar a governamentalidade, não se concentra na estatização da sociedade, mas sim na governamentalização do Estado (Foucault, 2008). O Estado existe graças à governamentalidade, que é simultaneamente interior e exterior à sua estrutura. Nesse sentido, o Estado, tanto em sua própria existência quanto em seus limites, só é possível pelas técnicas gerais da governamentalidade. Considerando a governamentalização do Estado, pode-se dizer, no que tange à biopolítica, que ela permitiu que este coordenasse as variadas artes de governar, inclusive nos aspectos mais minuciosos da sociedade, dada a tendência da “estatização do biológico humano” (Foucault, 2010a, p. 201).

Pode-se dizer que a abordagem de Foucault é marcada por um constante movimento de reviravolta, constituído pela reelaboração e reexame de conceitos que, ampliados por deslocamentos históricos, são regularmente modificados e pensados de acordo com os contextos em questão (Revel, 2005). O filósofo refinou, cada vez mais em sua produção, até onde a governamentalidade chega: o governo das almas, já alcançado pelo poder pastoral; a disciplina dos corpos; a emergência da população no século XVIII; o biopoder etc. Refere-se às numerosas formas de governo que se aplicam em todos os níveis e em diversas conjunturas. Em *A Governamentalidade (Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber)*, o pensador comenta que “a pastoral, a nova técnica diplomático-militar e, enfim, a polícia [...] foram os três grandes elementos a partir dos quais se pôde produzir este fenômeno fundamental na história do Ocidente que foi a ‘governamentalização’ do Estado” (Foucault, 2012, p. 298).

Diante disso, com o desenrolar de toda uma série de ocorrências, parece que as coisas se tornaram mais complexas. Já no final do século XVIII, as finalidades do governo não correspondem mais ao controle exclusivo do poder soberano, cujo arrefecimento já se dava há algum tempo, mas sim ao corpo

populacional, por meio das novas artes de governar. Com o desenvolvimento das artes de governar voltadas à população ocorre uma incisiva inserção da economia na esfera política⁸⁴. É no século XVIII que o termo economia passa a designar um novo nível de realidade referindo-se a um campo de intervenção distinto, uma vez que "[...] não é [mais apenas] [...] pela lei que se pode efetivamente alcançar as finalidades de governo" (Foucault, 2008, p. 132). Para o pensador, a integração da economia no exercício político é um marco de enorme importância histórica. O que se implantou como governamentalidade, de fato, teve a ver com a necessidade de gerir o capital na medida em que as sociedades cresciam e se modificavam⁸⁵. Nessa direção, é possível inferir que apareceram mecanismos capazes de expandir e aprimorar as estratégias de sujeição das condutas.

Nota-se que a consolidação das inúmeras formas de governo, como as mencionadas anteriormente, garantiu que as relações de produção e concentração do capital fossem cada vez mais intensificadas. Como salientado, trata-se de um período intrinsecamente ligado à ascensão da biopolítica, considerada por Foucault (2022a) como essencial à constituição do sistema capitalista; da mesma forma, o capitalismo foi indispensável ao funcionamento do biopoder. Atenta-se, a título de exemplo, aos mecanismos de normalização para a produção industrial, associados à gestão dos fenômenos globais da população e ao aumento da força de trabalho para a maximização dos lucros.

Foucault analisa a lógica das práticas de governo presentes no mercantilismo⁸⁶ e no liberalismo clássico na obra *Segurança, território, população* (2008). O que interessa explicitar é que, quando o filósofo se aprofunda na análise dos fenômenos da população pela via do conceito de governamentalidade, o liberalismo é contextualizado como parte integrante das mudanças nas tecnologias de poder. Nesse contexto, emerge o problema da

⁸⁴ Segundo Foucault, “[...] a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas de governo se faz no século XVIII em torno da população, e por conseguinte, em torno do nascimento da economia política” (Foucault, 2008, p. 141).

⁸⁵ Apenas para citar alguns processos gerais, houve a expansão demográfica e o aumento da produção agrícola (Foucault, 2008).

⁸⁶ Ainda no século XVII, são desenvolvidas mudanças significativas: os mercantilistas passam a considerar aspectos como a geração de riqueza, a produtividade e a disciplina como fundamentais aos seus projetos políticos (Foucault, 2008).

liberdade, compreendida simultaneamente como ideologia e técnica de governo (Foucault, 2008). Destaca-se como a noção de liberdade opera de forma significativa, vinculada aos dispositivos de segurança⁸⁷. Tais dispositivos só podem funcionar devidamente quando associados ao pretexto da liberdade – isso no sentido moderno que a palavra liberdade adquire no século XVIII, ou seja, não mais relacionada às franquias e aos privilégios vinculados a uma figura de autoridade, mas sim ao que possibilita a circulação das pessoas e das coisas em consonância com interesses mercadológicos (Foucault, 2008). É notória a dimensão que a liberdade alcança no funcionamento desse modo de governo, sendo uma condição fundamental à forma capitalista da economia. No século XVIII, as liberdades foram reivindicadas de forma veemente, ao mesmo tempo em que paradoxalmente foram fundamentadas em técnicas disciplinares.

Em linhas gerais, nesse cenário surge a figura do indivíduo como detentor de sua própria liberdade, cuja dimensão só pode ser alcançada à luz do desenvolvimento histórico das novas artes de governar e, paralelamente, do próprio liberalismo. Para a estrutura de governo liberal, as técnicas políticas devem sempre estar alinhadas ao fluir da realidade com a qual interagem. Nas palavras do filósofo, o jogo do liberalismo diz respeito a:

[...] deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laisser-faire*, *laisser-passer* e *laisser-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma (Foucault, 2008, p. 62-63).

Trata-se de um tipo de poder regulador que só pode se efetivar apoiando-se na ideia da liberdade de cada um e, também, na noção de que corresponderia, essencialmente, à natureza das coisas. O liberalismo justifica-se, portanto, como uma ação direta no âmbito da natureza – o que evidencia que suas ações, isto é, as próprias ações de mercado, são desenvolvidas como se seguissem o curso natural das coisas.

⁸⁷ Em resumo, os dispositivos de segurança empregados no governo das populações são relacionados à organização dos planejamentos urbanos, voltados ao desenvolvimento populacional, visando maximizar e otimizar seus processos e a circulação de mercadorias, fluxos comerciais. A título de exemplo, tem-se: a polícia; o controle de doenças; as técnicas de vigilância; a gestão dos fenômenos aleatórios da população (Foucault, 2008).

Para assimilar essa movimentação política, o ponto mais importante a ser considerado diz respeito à conversão da economia para além do âmbito familiar. Em outras palavras, nesse contexto, a economia se desenvolveu e se concretizou em um nível de realidade assumido propriamente como econômico, no qual foram identificados os fenômenos específicos da população. Como já observado, a população tem efeitos próprios, inclusive econômicos, que são irreduzíveis ao escopo da família, visto que têm alcances mais amplos. Salienta-se, sob esse ponto de vista, que se trata de uma transição definitiva do modelo familiar para o governo da população. Contudo, a família não deixa de ter um papel significativo com a emergência populacional e das novas artes de governar. Suas funções se tornam ainda mais agudas, visto que agora ela é assumida como elemento indispensável no interior da estrutura político-social. A família se torna um segmento privilegiado para os objetivos governamentais, utilizada para abordar questões relacionadas ao número de filhos, ao padrão de consumo, medidas para promover a autonomia financeira, além do estabelecimento de ordem na nação por meio de valores morais e dos planejamentos de urbanização. Apenas para citar alguns exemplos, a instrumentalização da família para fins populacionais engloba procedimentos biopolíticos, como: o incentivo à promoção de casamentos com parceiros vistos como socialmente apropriados; a implementação dos programas de vacinação e inoculação; o investimento em educação infantil; as políticas de planejamento familiar; a realização de campanhas para o estímulo do aleitamento materno⁸⁸; a higienização do lar; além dos programas de capacitação para mães.

⁸⁸ A amamentação também foi alvo do biopoder e do racismo. O livro *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho* (2019), da historiadora Maria Izilda Santos de Matos, investiga algumas experiências enfrentadas por mulheres que trabalhavam com o que era denominado, no Brasil, como amamentação mercenária, tomando como quadro espaço-temporal São Paulo e Santos no final do século XIX ao início do século XX. Destaca-se, nesse contexto, uma clara preferência por amas de leite brancas e estrangeiras, por mais que estivesse disponível um grande contingente de mulheres para essa função. As autoridades médicas consideravam o aleitamento como uma fonte de preocupação. Por um lado, criticavam e culpabilizavam as mulheres que não podiam amamentar, acusando-as de não cumprirem adequadamente com o papel de mãe. Por outro lado, sugeriam que as amas de leite poderiam infectar as crianças e transmitir doenças por meio do próprio leite e do sangue. Nisto, a escolha das amas de leite era feita de maneira criteriosa, contando com avaliações feitas por organismos médicos, encarregados de examiná-las e fornecer atestados de saúde. Aí estaria mais um dos efeitos do racismo na sociedade brasileira.

É válido afirmar que por meio do conceito foucaultiano de governamentalidade, visibiliza-se de maneira mais nítida as condições das artes de governar. No contexto da presente pesquisa, o jogo entre família e população permite que se entenda como essa dinâmica desempenhou um papel indispensável, especialmente nos regimes fascista e nazista, bem como nos regimes de direita em geral.

Nessa direção, indo diretamente à biopolítica, é possível mostrar a matéria do jornal antifascista *O Homem Livre*, intitulada *As ideias do 3º Reich expostas por seus chefes*, especificamente no subitem *Sobre a mulher: contra a emancipação da mulher – (a mulher, propagadora de molestias)*. Nesta matéria, é feita uma crítica a um trecho do livro *O Mito do Século XX*, escrito por Alfred Rosenberg, um dos principais ideólogos do Partido Nazista:

se uma alemã se comete, de própria vontade, com Negros, Amarelos, Mulatos e Judeus, ela se coloca fóra de toda proteção legal e seus filhos, legítimos ou ilegítimos, não poderão obter os direitos de cidadãos alemães. A defloração cometida por um indivíduo de raça estrangeira será punida com chicote, trabalhos forçados, confiscação de bens e expulsão em vida do Reich Alemão (Rosenberg apud *O Homem Livre*, 1933, n. 12, p.3).

Sabe-se que a questão do sangue foi um elemento fundamental para a organização das sociedades, isto é, um valor predominante nos sistemas em que os indivíduos considerados como de “sangue puro” eram admitidos em determinadas ordens, filiações, linhagens, que permitiam a obtenção de privilégios, além do direito de matar. De fato, no nazismo houve uma ordenação eugenista da sociedade, respaldada por micropoderes alinhados à justificativa do sangue superior. Contudo, a partir dos novos mecanismos de poder que se tornaram vigentes no decorrer da história, há uma passagem do que seria, nas palavras de Foucault, de “[...] uma *simbólica do sangue* para uma *analítica da sexualidade*” (Foucault, 2022a, p. 160). Sob essa perspectiva, torna-se possível entender os papéis desempenhados pelo sangue e pelo sexo como polos de governo: o sangue como referente ao simbólico, à lei, à morte e à soberania; a sexualidade, como relativa à vida, aos saberes e à normalização (Foucault, 2022a). O ponto chave para apreendê-los seria não os considerar de modo fixo, mas sim como elementos que podem se manifestar em outros cenários. Se o nazismo expressou, em níveis extremos, o direito soberano de matar

simultaneamente às medidas do biopoder é porque trouxe à tona formas de governo que passam pela lógica do sangue e, como indica a matéria do jornal *O Homem Livre*, também pelas normativas de conduta que regulam o sexo. O sangue e a sexualidade podem ser vistos, pois, como importantes elementos pelos quais se pôde controlar a vida e a morte, no contexto do gerenciamento das populações.

Como se trata, nessa pesquisa, de investigar mais profundamente as particularidades do fascismo e do nazismo, destaca-se que operaram por meio de recursos mais abrangentes e mecanismos mais refinados do que a antiga soberania. Enquanto a tirania tradicional se encontrava limitada ao poder soberano, o fascismo e o nazismo exerceram sua influência em outra lógica e dimensões político-sociais, conforme será explanado posteriormente na seção “2.6 Fascismo e Nazismo: tramas e contradições”. Isso não exclui o fato, conforme mostra Foucault ao discorrer sobre as particularidades do nazismo, de que tal regime não foi inteiramente original, pois ampliou ao extremo mecanismos políticos que já existiam nas sociedades ocidentais (Foucault, 2010a), o que também parece se estender ao fascismo italiano. Nessa perspectiva, parece possível situar também o nazismo ao lado da remissão direta de Foucault ao fascismo e ao stalinismo como exemplos do alcance de uma eficácia que não teria sido possível sem os dispositivos e tecnologias de poder como manifestações de mecanismos que já existiam nas sociedades ocidentais liberais. O filósofo (2013b) exemplifica tais mecanismos como: a configuração dos grandes partidos; a implementação de dispositivos de segurança – aparatos policiais e técnicas de repressão empregadas nos campos de trabalho. Não à toa, acerca do fascismo italiano, o jornal *O Homem Livre* publica na matéria *A ordem na Itália fascista* que: "Mussolini representa uma aventura medieval na Itália de hoje. Para manter este absurdo estado de coisas, foi necessário criar uma enorme força de polícia que custa quase o triplo da França" (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 2).

O ponto é que o fascismo e o nazismo manifestam poderes extremos e levam a biopolítica ao seu paradoxo, ou seja: gerir a vida, ainda que a isso caiba produzir a morte em larga escala. Para Foucault, o nazismo desenvolveu “[...] até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do

biopoder” (Foucault, 2010a, p. 218). Adaptou-os e conferiu-lhes particularidades, constituindo práticas, de alguma forma, historicamente singulares. Segundo suas palavras, nenhum Estado foi mais disciplinar do que o regime nazista, assim como não houve outro Estado em que as regulamentações biológicas fossem tão profundamente enraizadas (Foucault, 2010a).

É indispensável notar que esses regimes não foram um mal histórico superado pelo capitalismo no contexto pós-guerra; pelo contrário, estiveram intrinsecamente ligados a ele. Seria importante considerar as particularidades de cada fase do capitalismo ao longo dos séculos, evitando generalizações. Um aspecto relevante a ser mencionado é que o fascismo e o nazismo emergiram na fase imperialista do capitalismo, especificamente no período conhecido como monopolista, em que o Estado se torna fator motriz na reprodução e conservação do capital. Por conseguinte, o recurso ao racismo, ao nacionalismo, ao expansionismo e ao imperialismo atingiu níveis extremos, justamente porque o Estado teve funções proeminentes na regulamentação social. Entretanto, ao considerar as práticas desses regimes sob a ótica foucaultiana, não se deve entendê-las simplesmente como relativas ao poder de um grande Estado. Era isso, mas somente em um certo nível, visto que cabe lembrar a necessidade de considerá-las à luz do processo de governamentalização do Estado. Sob essa linha de raciocínio, observa-se que Foucault critica certa definição marxista do fascismo e do nazismo como uma “ditadura terrorista proveniente da parcela mais reacionária da burguesia” (Foucault, 2013b, p. 342), argumentando que lhe faltam algumas articulações. O filósofo aponta para a impotência de leituras que tendem a limitar a compreensão desses regimes a uma vertente determinista e econômica. Além disso, problematiza o uso da palavra "ditadura" no que se refere às suas caracterizações – o poder exercido por um só –, sugerindo que ela é simultaneamente verdadeira, de um modo geral, mas também relativamente falsa, dado que, no caso do regime nazista, o poder era disseminado socialmente, reproduzido por um número considerável de pessoas.

Perante a isso, conforme elaborado no tópico 2.1 “Os microfascismos em nós”, o fascismo não se restringe, em absoluto, ao fenômeno do Estado nem pode ser visto como diretamente originário dos centros de poder capitalistas. Dessa forma, na análise desses regimes deve-se levar em conta a maneira pela

qual o poder foi disseminado, investido, em vastos aspectos no interior da população; paralelamente, as relações de produção capitalistas não se estabelecem somente na escala dos grandes conjuntos sociais, uma vez que são internalizadas em todos os níveis. Convém lembrar que é apenas quando alcança certo nível de influência, que o fascismo tende a assumir o controle do Estado, buscando tomá-lo, dominá-lo ou confrontá-lo.

De modo a desenvolver conexões com o que foi apresentado anteriormente ressaltam-se dados históricos que contribuem à compreensão do desenvolvimento desses regimes. Ainda no século XIX, a Itália manifestou dinâmicas nacionalistas, expansionistas e imperialistas em suas ações, se constituindo como um território unificado, sob a posse de um mesmo Estado nacional tardiamente, apenas em 1870 (Ferreira; Gomes, 2021). No final do século XIX, desenvolveu sua indústria de base voltada para bens de produção e máquinas, o que ocorreu simultaneamente à industrialização e modernização da Europa, em que países disputaram áreas de influência ao redor do mundo, a fim de vender seus produtos e comprar matérias-primas. Mesmo sem liderar esse processo, conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, a Itália participava dele “[...] buscando estabelecer domínios coloniais e zonas de influência, especialmente no norte da África 90 (Líbia, Tunísia, Eritreia)” (Ferreira; Gomes, 2021, p. 41). Já a Alemanha havia alcançado um elevado nível de desenvolvimento industrial no final do século XIX e no início do século XX, disputando com os Estados Unidos e a Inglaterra a hegemonia econômica (Ferreira; Gomes, 2021). Seu acelerado processo de modernização, concebido no século XIX, trouxe à tona uma sociedade urbana, industrial e tecnologicamente avançada, cujo desenvolvimento fomentou aspectos conservadores como o autoritarismo, o elitismo e o militarismo.

A menção desses processos históricos contribui para o entendimento das condições de efetividade do fascismo e do nazismo, não no sentido de traçar uma passagem linear do século XIX ao século XX em busca de suas origens, mas sim no de perceber que existiu uma miríade de instâncias em ação. Na abordagem foucaultiana, a observação das diferenças dos contextos históricos brevemente apresentados expressa um movimento crítico. Esse movimento investe na destituição de uma noção de excepcionalidade absoluta na

constituição desses regimes, sempre ligada ao grandiloquente. Isso em vista, a relevância de tal abordagem em relação a temática em tela, está em desfazer o imaginário criado em torno de suas práticas como manifestações puramente ideológicas, como criações únicas de líderes maquiavélicos ou como a mera irrupção de um mal metafísico e demoníaco. Em certo sentido, ao perceber o que continham de sórdido e abjeto, Foucault minora os discursos grandiloquentes endereçados ao fascismo e ao nazismo, de modo a mostrar, paradoxalmente, a real intensidade e extensão desses regimes.

2.5 Biopolítica e neoliberalismo no Brasil do século XXI

Tendo em vista o percurso realizado até então, parece possível traçar breves considerações sobre a atuação da biopolítica na era neoliberal, que tem seu processo de consolidação já a partir da segunda metade do século XX, focalizando aspectos pertinentes às reflexões sobre a contemporaneidade. Como já mencionado, Foucault desenvolve o conceito de governamentalidade ao observar o surgimento das novas artes de governar, que coincidem com a emergência da população. Em *Nascimento da biopolítica* (2022b), ele investiga as particularidades do contexto histórico que lhe foi contemporâneo, isto é, as dinâmicas governamentais da era do neoliberalismo. *Grosso modo*, a partir de uma análise das práticas e discursos, delineia o que seria uma nova atuação do biopoder não mais associada aos excessos de um poder estatal governamentalizado, mas sim às dinâmicas flexíveis do mercado (Duarte, 2019). No neoliberalismo, a racionalidade própria à governamentalidade, ligada à economia política, adquire uma maior potência e um outro tipo de articulação sobre os corpos e a população. Tomando como base os estudos foucaultianos sobre o neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago⁸⁹, visualiza-se

⁸⁹ Foucault aborda, no *Nascimento da biopolítica* (2022b), as ideias propostas pela Escola de Chicago durante as décadas de 1960 e 1970. Além disso, ele também investiga uma outra vertente do liberalismo do século XX: o ordoliberalismo alemão dos anos 1950 e 1960. Verifica-se, nos estudos do filósofo, a existência de diferenças marcantes entre essas duas vertentes do neoliberalismo. Apesar do tema da presente dissertação apontar, de certo modo, para o estudo do neoliberalismo na Alemanha, essa análise excede seus limites, indicando um movimento futuro de pesquisa. Alia-se a isso, o fato de que as décadas que marcam a emergência do neoliberalismo, ou seja, sua ocorrência na segunda metade do século XX, impõem uma atenção específica à notória influência estadunidense no Brasil à época.

como essa forma de governo amplia a lógica do mercado para todos os domínios da vida social, o que está relacionado, em determinados aspectos, ao próprio exercício do biopoder. Dito isso, cabe apenas dizer que esta corrente neoliberal não apenas reformulou, mas radicalizou as proposições liberais clássicas (Soares, 2022).

De maneira mais aprofundada, já no final dos anos 1970, Foucault investiga os processos de sujeição que transformam os indivíduos propriamente em agentes econômicos. É possível mencionar que os fluxos do mercado se tornaram intrínsecos à produção dos jogos de verdade, fazendo com que os princípios neoliberais fossem amplamente incorporados, de maneira direta e indireta, em variados aspectos da vida. Nesse contexto, as condutas são necessariamente guiadas segundo as diretrizes econômicas, isto é, de acordo com como cada pessoa administra e maximiza seu próprio capital. Trata-se de uma realidade na qual os indivíduos são incentivados, orientados e direcionados a se disporem em um campo de concorrência e rivalidade como detentores de qualidades e aptidões que lhes garantiriam determinado salário e privilégios, assumidos como o retorno das boas aplicações desse capital no interior de uma vida entendida como próspera.

Esse processo envolve a produção e o consumo de satisfações pessoais, funcionando como uma espécie de atividade empresarial em que se utiliza o capital disponível para alcançá-las. Essa dinâmica leva os indivíduos a se entenderem como os únicos responsáveis por seus rendimentos financeiros, tanto em termos de sucesso quanto de fracasso. Por isso, são impulsionados à noção de que atuam sobre si, no sentido de ampliar determinadas competências e habilidades. Em outras palavras, as capacidades humanas são fundamentalmente concebidas como recursos econômicos, que devem ser desenvolvidos e aprimorados ao longo da vida, a fim de alcançar maiores rendimentos futuros (Soares, 2022). Quanto mais se produz, se consome e se satisfaz, mais se reforça a ideia de ter alcançado um patamar superior de existência.

Essa dinâmica do neoliberalismo estadunidense está intimamente ligada aos princípios da teoria do capital humano⁹⁰, conforme formulada por economistas envolvidos com a Escola de Chicago. Observa-se, segundo Foucault (2022b), como uma das singularidades dessa corrente neoliberal, a inserção da análise econômica em áreas ainda não exploradas, isto é, completamente novas. A partir disso, foi desenvolvida a possibilidade de lidar, em termos estritamente econômicos, com todo um campo que até então não era considerado como econômico, ou seja: relativo aos comportamentos individuais; a gestão da delinquência; a política penal; e, também, as relações familiares, que são assumidas sob uma nova forma. De acordo com o filósofo, para os neoliberais, o capital humano é constituído por elementos que são, por um lado, inatos ao indivíduo; e, por outro lado, adquiridos. Parte-se da premissa de que “a aptidão a trabalhar, a competência, o poder [de] fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa” (Foucault, 2022b, p. 301). Esboça-se, assim, o “[...] conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário [...]” (Foucault, 2022b, p. 300), além dos investimentos assumidos e realizados no decorrer da vida. Para resumir, à composição do capital humano, o neoliberalismo considera aspectos como: o equipamento genético herdado hereditariamente; os conhecimentos obtidos durante a educação escolar e a capacitação profissional; o nível de cultura; os cuidados com a saúde por meio da assistência médica e realização de determinadas atividades; a dedicação e os cuidados proporcionados pelos pais durante a infância. Compete notar que, embora haja semelhanças com os cenários históricos traçados anteriormente tendo em vista a biopolítica, as ações mencionadas neste contexto específico são direcionadas para o desenvolvimento do capital humano.

Em relação à genética, um dos interesses de sua aplicação nas populações seria o reconhecimento dos indivíduos de risco, assim como os riscos promovidos por determinadas uniões etc. Com base nisso, ao explicitar a teoria do capital humano, Foucault destaca que um dos efeitos dessa utilização

⁹⁰ Um dos economistas responsáveis pela criação da teoria do capital humano foi Gary Becker (1930-2014). Essa teoria foi desenvolvida e popularizada na década de 1960. Na obra *Nascimento da biopolítica* (2022b), especificamente na aula de 14 de março de 1979, Foucault descreve e problematiza tal teoria.

seria a promoção de equipamentos genéticos considerados como bons, "[...] cujo grau de risco não ser[ia] nocivo nem para eles, nem para os seus, nem para a sociedade [...]" (Foucault, 2022b, p. 305). Ele aponta que esse uso da genética tenderia a se tornar parte concreta da realidade, influenciando decisões e cálculos econômicos. De modo geral, isso se manifesta da seguinte forma:

[...] se eu quiser ter um descendente cujo equipamento genético seja pelo menos tão bom quanto o meu ou tanto quanto possível melhor, terei mesmo assim de encontrar para me casar alguém cujo equipamento genético também seja bom (Foucault, 2022b, p. 306).

Considerando as práticas reais, um dos problemas estaria em investigar os efeitos racistas do uso da genética, os quais, segundo Foucault (2022b), correspondem a algo que se deve temer e que está longe de ser superado. Apesar de o filósofo enfatizar a preocupação com a implementação social do racismo por meio da genética, esclarece que este não parece ser o foco central do debate político nessa conjuntura específica. Sob tal perspectiva, esclarece que "[...] embora o problema da genética suscite atualmente tanta inquietação, não creio ser útil ou interessante recodificar essa inquietação nos termos tradicionais do racismo" (Foucault, 2022b, p. 306). Parece possível focalizar, a respeito disso, duas questões: a primeira se refere ao fato de o filósofo ter dito isso em um momento preciso, em referência ao que ocorre nos países desenvolvidos, como ele mesmo menciona quando afirma que "é para esse lado, [...] que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos" (Foucault, 2022b, p. 311); já a segunda questão aludiria à necessidade de "[...] a partir desse problema do capital humano, [...] ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo [...] em termos de insuficiência de investimento do capital humano" (Foucault, 2022b, p. 311), o que exigiria uma análise das práticas, considerando as particularidades dos contextos analisados.

Como visto, a formação do capital humano está relacionada às escolhas do dia a dia. Segundo Foucault (2022b), no que se refere, por exemplo, aos investimentos educacionais, o neoliberalismo concentra-se exclusivamente no aprimoramento do capital humano, que pode ser estabelecido por meio da

participação em cursos não restritos ao ensino escolar e à formação profissional. Outro fator importante a ser considerado é a cultura, uma vez que pais cultos proporcionariam à criança um nível cultural elevado. Os cuidados médicos e atividades físicas também são admitidos como elementos essenciais para a melhoria do capital, justamente porque contribuiriam para a boa disposição do indivíduo ao trabalho, seu maior rendimento. Ademais, como mais um dos fatores estimados por essa corrente política, há o conjunto de estímulos recebidos pela criança, o tempo de criação e afeto. Tudo isso avaliado em termos de investimentos capazes de ampliar lucros futuros.

Trata-se, precisamente, de promover uma conexão do sujeito com ele mesmo como um capital humano, que deve crescer cada vez mais, sem cessar. Processo alusivo à construção de uma subjetividade capitalista. A partir disso, desenvolvem-se mecanismos de exploração e sujeição cada vez mais refinados, capazes de fazer com que o indivíduo entenda sua interação com o mundo por meio de valores empresariais. Considera-se, pois, os sutis processos de governamento econômico, mediante os quais ocorre a captura das condutas pela figura do “empresário de si” (Foucault, 2022b, p. 309) – que produz e que é produzido pela lógica empresarial. Mais especificamente, na racionalidade neoliberal, o paradigma do “empresário de si” (Foucault, 2022b, p. 309) se impõe e influencia os vínculos sociais de forma significativa: a relação do indivíduo consigo mesmo (saúde, lazer, autocuidado, autoestima, inteligência emocional, conforme os termos utilizados atualmente) até o contato com os outros, familiares, parceiros e amigos. É plausível dizer que o indivíduo age tendo em vista uma perspectiva utilitária e de disputa.

Associado à teoria do capital humano está o conceito de *homo oeconomicus*, que assume definições distintas tanto no contexto do liberalismo clássico quanto no neoliberalismo. Foucault indica (2022b) que, embora para a visão tradicional o neoliberalismo retome a definição clássica do *homo oeconomicus*, é necessário considerar o deslocamento histórico entre esses processos, dado que apresentam claras diferenças e devem ser pensados em suas singularidades. De forma concisa, o *homo oeconomicus* é definido na concepção clássica como o parceiro das trocas mercadológicas. Para uma explanação mais detalhada, seria preciso investigar seus comportamentos e

maneiras de fazer em termos de utilidade, o que estaria envolvido com toda uma problemática das necessidades, relativa e fundamental ao processo de trocas (Foucault, 2022b). Em contraste, no neoliberalismo, entende-se o *homo oeconomicus* como um empresário de si mesmo, aquele que se identifica a cada instante como seu próprio capital, produtor e fonte de renda. Não se pretende, na presente pesquisa, estender considerações sobre o *homo oeconomicus*, mas ainda é necessário sublinhar que a figura do sujeito de direito, ligada à soberania política tradicional, vai desvanecendo, ao passo em que emerge, paulatinamente, o empresário de si como um reflexo da biopolítica na era neoliberal. Ademais, é indispensável mencionar o modo como o pretexto da liberdade opera no neoliberalismo estadunidense, funcionando como um dos principais instrumentos para o governo das condutas, isto é, filia-se à “[...] produção, [a]o consumo e [à] limitação de uma série de liberdades (de mercado, de expressão, de propriedade etc.) a fim de criar condições para que cada sujeito busque a realização de seus interesses individuais” (Soares, 2022, p. 46). Observa-se, nessa nova arte de governar, que o controle contínuo das liberdades conjuga os dispositivos de segurança e os interesses dos indivíduos.

Enquanto o funcionamento da biopolítica do final do século XVIII à primeira metade do século XX restringe a vida humana ao biológico da espécie, no contexto do neoliberalismo em sua vertente estadunidense, essa tecnologia de poder opera de modo a “[...] reduzir a totalidade da vida humana à inteligibilidade econômica do mercado concorrencial [...]” (Soares, 2022, p. 48), atuando como uma tecnologia de governo de si e dos outros. Visto que a economia abrange novos campos que anteriormente não eram considerados como econômicos, a biopolítica passa a operar como uma arte de governar as condutas em uma época em que a racionalidade do mercado se encontra disseminada e generalizada em várias esferas da sociedade, inclusive pelo surgimento de saberes e técnicas que não existiam anteriormente. Nesse sentido, a governamentalidade neoliberal em sua dimensão biopolítica se desenvolve em uma complexa rede de fatores e acontecimentos interligados. Por isso, no pano de fundo do neoliberalismo, além das questões voltadas à saúde, ao controle da higiene da população, dentre outras, é indispensável notar

que a biopolítica apresenta impactos distintos nas relações geopolíticas, no que diz respeito a países ricos e pobres, em diversas camadas de análise.

Desse modo, conforme visto na seção anterior, se na primeira metade do século XX ocorrem os peculiares excessos de poder do fascismo e do nazismo europeus, pode-se afirmar que agora, no século XXI, os efeitos do mercado neoliberal surgem como as novas instâncias de produção dos jogos de verdade. Assim, afastando-se de perspectivas binárias, não interessa definir qual desses contextos seria o mais ou menos intenso ou nefasto. Claro está que são conjunturas que exigem investigações precisas, dedicadas a explorar a teia das relações cotidianas para, a partir disso, perceber as forças que estão em movimento na história. Mas, em relação aos objetivos desta pesquisa, por que pensar as práticas e discursos do Brasil contemporâneo referindo-se à teoria do capital humano do neoliberalismo estadunidense? *Grosso modo*, essa questão poderia ser respondida de diversas formas, mas o cenário do segundo pós-guerra é uma das chaves a partir das quais se compreende a influência dos Estados Unidos na realidade brasileira. Outrossim, apenas para esboçar caminhos que apontam para investigações futuras, se se pode considerar uma interferência direta entre esses países, levando em conta, inclusive, o processo de globalização que emergiu por volta da década de 1980, quais seriam os grandes efeitos do neoliberalismo na realidade brasileira? Como entendê-los associando-os à disseminação de práticas que vêm sendo denominadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos? Talvez se possa afirmar, por ora, que não exista uma grande distância entre as práticas atinentes ao sujeito explicitamente violento e a violência latente na figura do “empresário de si” (Foucault, 2022b, p. 309).

Partindo da premissa de que o mercado vem assumindo outras proporções, admitir o que ocorre no presente como um mero retorno ao passado seria falho, dado que o cenário atual exige que se dê atenção a outras questões. As emergências difusas da governamentalidade neoliberal refletem, pois, as linhas de produção de desejos, de formação de condutas, interesses e expectativas, que se encontram intrinsecamente envolvidas em disputas por visões de mundo. As aspirações das populações mudaram. E, como argumenta Foucault, há a falta de uma análise histórica precisa quando se considera o

desejo das massas pelo fascismo (Foucault apud Castro, 2009). Nesse sentido, apenas para apresentar alguns pontos do que está em curso nos dias de hoje, seguem algumas considerações sobre a conjuntura atual. São referidas reflexões fundamentais à dissertação no que diz respeito ao uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos na contemporaneidade, além de outros aspectos. Atenta-se que a ordem de apresentação do texto não é relativa a uma adesão gradual das ideias evidenciadas; busca-se somente mostrá-las.

Isto posto, como parte da lógica neoliberal, observa-se um movimento de privatização da educação, da cultura, das instituições estatais, dos serviços públicos etc., alusivo à supressão dos direitos econômicos, sociais e políticos em benefício dos interesses privados. Adicionalmente, é perceptível o aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Não há dúvida, sob essa ótica, que os grupos historicamente mais atacados são as comunidades indígenas e quilombolas, junto aos demais grupos étnicos, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+, os trabalhadores em situação de vulnerabilidade financeira, além dos outros segmentos marginalizados pela estrutura econômico-social vigente. O racismo, medula da violência contemporânea brasileira, está enraizado em diversos âmbitos cotidianos, refletindo as marcas do passado escravagista e da sociedade colonizada. Considera-se o racismo nas suas mais diversas camadas, demarcadoras de hierarquias sociais, estruturais e institucionalizadas, associadas, de alguma forma, à vontade de embranquecimento da sociedade por meio de práticas de exclusão, injúria, segregação e criminalização – cotidianamente legitimadas e naturalizadas. Trata-se de uma realidade social fundamentada em torno da crença na superioridade branca, fomentadora de processos racistas intrincados na economia, na saúde, moradia, cultura, educação, acesso à terra etc. É necessário indicar, também, como parte dos problemas contemporâneos, a circulação de discursos em uma velocidade ímpar, impulsionada pelas novas tecnologias de imagem e diversas plataformas virtuais, que vêm gerando grandes interferências, isto é, produções de realidade nunca vistas anteriormente. Como exemplos disso, há o funcionamento de técnicas como o *coaching*, a programação neurolinguística (PNL) e a análise transacional (AT), que visam com que o indivíduo estabeleça um maior domínio de si mesmo para uma melhor adaptação à realidade, tornando-o cada vez mais

operacional no enfrentamento dos desafios do dia a dia, sendo capaz de controlar suas emoções e o estresse, além de enfatizar sua autonomia e responsabilidade para o aprimoramento das relações com chefes, clientes e colaboradores (Dardot; Laval, 2016). Nisto, valores como afeto, empoderamento, assertividade, autoestima, cooperação etc. são cooptados pelo mercado e utilizados em consonância com a lógica do empresário de si. Esses elementos interagem influenciando os fenômenos sociais e os processos de sujeição, promovendo formas específicas de governo das condutas. Em suma, pode-se dizer que há uma produção da crença na autenticidade dos processos reproduzidos, isto é, na liberdade em determinar os próprios rumos, alcançar objetivos e satisfazer vontades pessoais, enquanto ocorre uma contínua captura das condutas por meio de uma série de mecanismos político-econômicos, que atuam de modo a fomentar o desejo de incorporação desses processos. Ressalta-se, em vista disso, a existência de formas de controle com maior grau de sutileza e versatilidade nas sociedades contemporâneas, concernentes a uma dimensão radicalmente nova quando comparada com outras conjunturas.

O filósofo André Duarte (2019), em referência às produções de Foucault, analisa como no contexto neoliberal de ampla concorrência e disputa, a biopolítica opera de modo a assegurar e aprimorar a qualidade de vida de alguns às custas da precarização e destruição da vida de outros. Articula, pois, a concepção do indivíduo como empreendedor de si com a biopolítica, percebendo as novas formas de governo, mais fluidas e sutis, que fazem com que seja possível mencionar o surgimento de

[...] uma nova forma de fascismo, cujo caráter insidioso e discreto não mais se associa, exclusivamente, ao problema do racismo de Estado, pois ele agora se desloca também para a estrutura flexível do mercado de trocas econômicas estabelecido pelo neoliberalismo (Duarte, 2019, p. 40).

Por essa razão, o filósofo (2009) argumenta ser válido denominar certas práticas e discursos contemporâneos como fascistas, devido a uma série de fatores, como a normalização dos comportamentos, a padronização de sentimentos e discursos moldados pelo mercado econômico – socialmente assumido como uma nova instância de produção da verdade –, que desqualifica, marginaliza e assassina certos segmentos da população; além disso, salienta a intensificação

do surgimento de figuras rotuladas sob o pretexto da criminalidade e da anormalidade, em relação àqueles que não se encaixam no perfil do empreendedor de si.

Como mencionado, um dos efeitos da biopolítica neste contexto é a redução da vida humana ao mercado concorrencial. No momento, parece suficiente destacar que no Brasil, um dos impactos dessa nova racionalidade, é o indivíduo que se entende como dono de si, ao mesmo tempo em que paradoxalmente sente o esvaziamento da própria existência. Neste esvaziamento, ocasionado pelo neoliberalismo, o que as pessoas dizem vai encontrando espaço em uma suposta defesa da liberdade de expressão, visível em um engajamento contínuo nas plataformas virtuais. Revelam-se, portanto, discursos e práticas relativos a manifestações de ódio, calcados na ideia de conferir liberdades irrestritas à expressão individual. Tais questões são impensáveis do ponto de vista crítico se não se considerar que o que se institui como uma imagem homogênea do indivíduo em situação de vulnerabilidade também tende a introjetar a racionalidade neoliberal, assim como os ideários da extrema-direita, a ponto de não perceber que desses discursos vêm palavras de ordem contra sua própria vida. Diante disso, o que se mostra não é somente a violência de uns (os privilegiados) em direção a outros (as ditas minorias), mas também a existência de práticas de violência vivenciadas no interior desses mesmos grupos, e que extrapolam, segundo variações de todo tipo, explicações que se pautam em binarismos de quaisquer ordens. Diante disso, o que se mostra não é simplesmente a violência da competição; este esvaziamento vem carregado de muitos outros fatores que legitimam atrocidades.

Nesse cenário, a circulação de *fake news* e de discursos que promovem noções de hostilidade e superioridade moral, potencializados por diversos preconceitos, reflete um perfil de indivíduo que, na tentativa de alcançar suas intenções, fomenta ressentimentos e violências de todo o tipo. É digno de nota que, na presente pesquisa, a apreensão das *fake news* somente como produtoras de mentiras e distorções da realidade é considerada como insuficiente, dado que sua proliferação envolve questões de disputa política. Mais especificamente, não se trata apenas de um conflito entre verdade e mentira, ou entre *fake news* e realidade, mas sim de uma tentativa sistemática

de eliminar aquilo que poderia impedir a concretização de determinadas práticas e normalizações discursivas. Além disso, como destacado pelo filósofo Paulo Arantes (2021), as plataformas obtêm lucro com a disseminação de fake news; assim, faz sentido compreender a extrema-direita brasileira contemporânea como uma espécie de empreendimento político-comercial, por esse e outros fatores.

Para Arantes (2021), o que nos ocorre no geral é designar o governo de Bolsonaro como fascista. Contudo, o filósofo argumenta que essa caracterização é clichê, incapaz de explicar o que ocorre, especialmente quando se considera que estamos em uma sociedade totalmente diferente das do século XX. O pensador sustenta ser necessário considerar questões macroeconômicas, ao invés de se restringir à ideia de algo como uma mentalidade fascista que passou a se manifestar no Brasil com o bolsonarismo. Sob tal perspectiva, historicamente, o fascismo foi um regime modernizante, que estava em disputa à época com os Estados Unidos – potência emergente. Nesse sentido, nada mais desenvolvido do ponto de vista tecnológico do que a Alemanha hitlerista, além do fato de que uma das grandes ambições do fascismo italiano era justamente a modernização da Itália. Segundo suas palavras, isso corresponde ao oposto do que o bolsonarismo é, inclusive porque um dos alvos preferenciais deste governo são justamente os progressistas, os envolvidos com a cultura, a educação, a arte, a ciência etc. Não à toa, além dos grupos já historicamente atacados, o bolsonarismo inclui os desde sempre excluídos na realidade brasileira e todos aqueles que se opõem às suas convicções⁹¹. Logo, não são mais apenas os mesmos matáveis de sempre. A mentalidade fascista, alusiva à brutalidade social, seria coextensiva ao capitalismo. Arantes (2021) esclarece que se se partir do pressuposto de que o fascismo existe na realidade brasileira, seria como brutalização exacerbada de um sistema que já nasceu brutal, ou seja: o processo de brutalização das relações sociais está intrinsecamente ligado ao

⁹¹ Em relação às ações bolsonaristas concernentes ao desmonte da educação, ao desmantelamento institucional, à destruição do meio ambiente e ao negacionismo, Paulo Arantes (2021) argumenta que a esquerda esclarecida e iluminista ficou perplexa por não compreender os interesses existentes por trás disso. O filósofo esclarece, então, que o *modus operandi* bolsonarista não tem a ver com uma questão de interesse, mas sim de convicção. Tratar-se-ia de construir um outro tipo de sociedade em que isso não é prioritário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2W2c887a4U&t=7640s>. Acesso em: 27 ago. 2021.

desenvolvimento do sistema capitalista. Haveria, então, a necessidade considerar algo como o *habitus*, isto é, a estrutura permanente da brutalização social, da opção pela crueldade, que provém da classe dominante brasileira, proprietária e escravista. No entanto, como esclarece o filósofo, está escrito no nosso *modus vivendi* uma mistura muito funcional e, de certa forma, específica, de modo que o fascismo é historicamente irreprodutível. Arantes acrescenta, a esse respeito, que os fascistas viviam de ameaças, assim como o bolsonarismo no Brasil; pilharam a Europa para proveito pessoal, prevendo uma fuga iminente porque sabiam que, em algum momento, a polícia mundial chegaria até eles. De acordo com o filósofo, este talvez seja um fator que se assemelhe ao bolsonarismo, mas seria apenas uma semelhança lombrosiana⁹² entre delinquentes. Por essa razão, diz ele, a filosofia deveria tentar pensar com originalidade este novo fenômeno emergente no Brasil, em vez de simplesmente repetir o que os grandes pensadores investigaram sobre o fascismo histórico em seu devido tempo. Com efeito, para o autor, não poder-se-ia analisar o que desponta no presente como se estivesse diagnosticando o mesmo fenômeno, uma vez que se trata de algo novo, uma nova extrema-direita em estado puro no Brasil.

De modo a traçar outros deslocamentos relativos à utilização dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos na atualidade, recorre-se, agora, ao *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* (2023). Busca-se mostrar parte das análises feitas pelo documento acerca das ocorrências contemporâneas e do governo de Bolsonaro. Observa-se, no contexto dos eventos ocorridos no Brasil entre 2019 e 2022, o desenvolvimento de uma configuração política caracterizada por formas de violência inéditas. Diante disso, o *Relatório* apresenta a existência de uma série de divergências teóricas quanto à classificação do governo de Bolsonaro como propriamente neofascista ou apenas em alguns aspectos como associável ao que ocorreu no século XX. Conforme o documento (2023), a academia se

⁹² A expressão "semelhança lombrosiana" alude à teoria do médico criminologista do século XIX, Cesare Lombroso, que se baseando nas ideias do positivismo e do evolucionismo, argumentou que determinadas características físicas e biológicas poderiam predispor certos indivíduos ao comportamento criminoso. Lombroso desenvolveu teses de antropologia criminal que estudavam a suposta "essência" do criminoso.

debruça sobre o tema sem alcançar um consenso, devido à complexidade das classificações que nunca são simples nem precisas. Dessa forma, em relação aos regimes fascistas históricos e os neofascistas, o *Relatório* enfatiza: "[...] não estamos afirmando que o neofascismo esteja plenamente instalado no Brasil" pois, "dependendo das características que o fascismo, ou o neofascismo recebam, a partir de diferentes correntes das ciências sociais, existem divergências sobre o estado em que se encontra" (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 28). Por conseguinte, com a detecção do aumento das práticas antissemitas, neonazistas e neofascistas o documento confirma que, no cenário de desenvolvimento deste governo de extrema-direita, há o crescimento de um projeto de caráter neofascista no Brasil, sublinhando a necessidade de monitorar suas práticas e conhecer suas intenções. Frente às ocorrências e interferências políticas, sustenta, pois, que "no estágio atual brasileiro, o 'ovo da serpente' já eclodiu [...]" (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 29) – proposição que, segundo suas análises, justifica definir como neofascistas os eventos essencialmente antidemocráticos, incitadores de violência e racistas. O Relatório (2023) evidencia como o neofascismo se encontra disseminado em inúmeras camadas da sociedade, de forma ampla e fluida. Conforme as classificações estabelecidas pelo documento, delineadas na primeira seção desta dissertação, o neofascismo pode estar articulado ou não com o neonazismo e com o antissemitismo. Além de outras fontes, são mencionados pelo documento os resultados encontrados pelo Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que indicam que à compreensão do modelo neofascista brasileiro é necessário considerar as ações dos indivíduos e não apenas dos partidos políticos. Para Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto, pesquisadores ligados ao LAHPS⁹³, o Brasil se encontra no estágio de normalização do discurso neofascista e, embora não reproduza simplesmente o padrão clássico, apresenta vários elementos em comum com os regimes em questão.

⁹³ O *Relatório* (2023) toma como base a matéria *Neofascismo à brasileira* (UFJF Notícias, 4 jun. 2020). Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/04/neofascismo-a-brasileira/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

No geral, trata-se de um arranjo político que envolve uma mistura de diversos elementos desenvolvidos num contexto marcado pela proliferação dos valores neoliberais, pela crença no empreendedorismo e na meritocracia, fator que deve ser considerado condição ímpar para o desenvolvimento de singularidades históricas. Para exemplificar tanto as singularidades quanto as regularidades sinaliza-se, de acordo com o *Relatório*, alguns aspectos que emergiram neste contexto: a própria associação do governo de Bolsonaro com o neoliberalismo; o fomento de uma visão neopentecostal, por parte deste governo; a presença de grupos milicianos fortemente armados; o culto da violência policial; iniciativas para promover o porte de armas e reduzir o controle sobre elas; o poder legislativo e judiciário sob constante ameaça; a aversão aos direitos sociais e trabalhistas; o negacionismo da ciência e da história; o discurso belicoso; as práticas de desmatamento do meio-ambiente (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023).

Para compreender a organização do bolsonarismo, é crucial considerar a diversidade de grupos que o compõem e discernir as demandas difusas e múltiplas que os unem, levando-os a adquirir uma proporção significativa. Como esclarece o *Relatório*, o bolsonarismo é composto por grupos “[...] oriundos de diferentes setores – entre os quais se destacam o que a mídia denominou como 'bancada BBB' (boi, bala, bíblia), isto é, o agronegócio, o militar e o religioso [...]” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 16). Contudo, como indica o documento, esses setores são apenas parte da extensão dos apoiadores de Bolsonaro; há uma ampla gama de variações das vertentes de extrema-direita que, embora possam apresentar expressões distintas, também partilham de reivindicações em comum⁹⁴. Vale notar que tais vertentes, apreendidas aqui como parte do que ocorre atualmente, encontram-se associadas ou não à linhagem europeia do fascismo, nazismo e demais organizações similares. Quanto ao termo “bolsonarismo”, é possível entendê-lo como uma nova denominação dada a esse conjunto de fatores presentes na realidade brasileira, os quais, contraditoriamente, não dependem

⁹⁴ Para mencionar uma pequena fração dos movimentos existentes no Brasil, destaca-se: o Movimento Brasil Livre (MBL); os Carecas do Brasil; o Movimento Integralista; os adeptos do anarcocapitalismo; os defensores da restauração da monarquia; os apoiadores do retorno da ditadura militar – apenas alguns dos inúmeros exemplos.

exclusivamente da figura de Bolsonaro para existir. Poderia ser interessante investigar, em um movimento futuro de pesquisa, essa forma de governo de acordo com as fases de sua atuação, levando em conta, por exemplo, o bolsonarismo de 2018 e o bolsonarismo de 2021, considerando, nesse contexto, como a pandemia⁹⁵ de covid-19 catalisou elementos já presentes na sociedade.

Além do elevado número de óbitos causados pela pandemia devido à negligência de tal governo, também se nota uma contínua produção da morte normalizada no cotidiano – seja pela exposição de pessoas a situações miséria e vulnerabilidade social, seja pelos massacres da PM nas periferias, pelos atos documentados pelo *Relatório* e muitos outros, incontáveis, os quais não se limitam à atuação deste governo, sendo parte integrante da história do Brasil, embora tenham se intensificado nessa conjuntura. Talvez se possa evocar, frente a isso, a imagem de práticas de extermínio, chacinas e massacres a céu aberto⁹⁶, de alguma maneira, normalizadas. Paralelamente, ao refletir sobre o Nacional-Socialismo é comum questionar como puderam ocorrer as inúmeras atrocidades que marcaram o regime. Para responder a essa questão, é necessário o distanciamento de perspectivas que se restringem à demarcação do horror pelo horror e, em consequência, se cristalizam em si mesmas, fomentando “[...] algo como um ‘famigerado dever de memória’, uma expressão cujos usos e abusos são conhecidos” (Gagnebin, 2008, p. 11).

A obra de Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (2008), discorre sobre o problema existente na própria estrutura do testemunho, pontuando que analisá-la corresponde a uma exigência profundamente nova para o pensamento filosófico. Isso porque, ao tocar na condição ímpar do testemunho, Agamben menciona as lacunas que escapam ao arquivo, definido pelos enunciados que puderam ser pronunciados e registrados

⁹⁵ Vale lembrar de algumas ocorrências vigentes no Brasil no contexto da pandemia de covid-19, tais como: a declaração racista de que os chineses inventaram o vírus; as invasões a hospitais; as sugestões de aplicar o método eugenista da imunidade de rebanho; as manifestações contrárias à vacina, ao mesmo tempo em que se insistia no tratamento da doença por meio de medicamentos não comprovados cientificamente (negacionismo científico) (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023).

⁹⁶ O assassinato de Genivaldo de Jesus Santo, “[...] homem negro com esquizofrenia [...] morto por asfixia com gás, depois de ser algemado e prensado dentro do porta-malas de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, em Sergipe” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023, p. 58) é um dos inúmeros casos que mostra os massacres a céu aberto.

em determinadas conjunturas. No contexto dos campos de concentração e extermínio, aponta-se o seguinte paradoxo:

as 'verdadeiras testemunhas', as 'testemunhas integrais' são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que 'tocaram o fundo', os muçulmanos⁹⁷, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta (Agamben, 2008, p. 43).

Os campos de concentração e extermínio, nesse sentido, são compreendidos como espaços em que [...] as cesuras biopolíticas alcançam seu limite último", pelo fato de não corresponderem apenas "[...] ao lugar da morte e do extermínio, mas também, e antes de qualquer outra coisa, [a]o lugar de produção do muçulmano, da última substância biopolítica isolável no *continuum* biológico" (Agamben, 2008, p. 90). Ao que aqui se intenta, expor a dificuldade do testemunho, relatando "[...] essa indigência primeva que habita nossas construções discursivas e políticas que só podem permanecer incompletas" (Gagnebin, 2008, p. 17), permite que se visibilize com maior nitidez a operacionalização de uma biopolítica que chega ao corpo isolável.

Constata-se que o regime nazista não se restringiu à aniquilação das raças que considerava como inferiores. Nesse cenário, o poder soberano de matar permeou todo o corpo social, permitindo a disseminação, em uma vasta parcela da população, da legitimação mais ou menos velada do direito de decidir sobre a vida e a morte do outro, haja vista o comportamento de denúncia (Foucault, 2010a). Assim, se instaura, na sociedade alemã da época, o poder de tirar vidas, inclusive de seus próprios semelhantes. Foucault direciona seu olhar, nessa perspectiva, para como o nazismo também submeteu seus próprios cidadãos à guerra, o que resultou na exposição de uma população inteira à morte. Constituiu-se, com isso, um Estado absolutamente assassino, racista e

⁹⁷ Sobre o termo muçulmano, cabe somente explicitar que não se trata dos muçulmanos tal como os compreendemos hoje, ou seja, indivíduo adepto ao islamismo, religião monoteísta que segue os preceitos do Alcorão. O termo muçulmano era utilizado pelos próprios prisioneiros nos campos e concentração. Segundo o relato de um dos sobreviventes que consta no livro de Agamben (2008), o muçulmano é o próprio intestemunhável, dado que no campo de concentração chamavam de *der Muselmann* o "[...] cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia" (Améry apud Agamben, 2008, p.49). De acordo com Agamben, o muçulmano corresponde a uma figura que se encontra em um estado de degradação extrema, ou melhor, no "[...] umbral extremo entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano [...]" (Agamben, 2008, p. 55).

suicida (Foucault, 2010). Não por acaso, em 1945, no desfecho da guerra, Hitler ordenou, por meio do telegrama 71 (*Se a guerra está perdida, que pereça a nação*), a destruição das condições de vida da população alemã e de seus recursos naturais (Foucault, 2010a; Deleuze; Guattari, 1996). Deleuze e Guattari complementam, por conseguinte, que o suicídio não era visto pelos nazistas como um fim definitivo, mas sim como um recomeço que se estenderia por todo o mundo, como um desejo por uma “[...] morte que passava pela dos outros” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 113).

2.6 Fascismo e Nazismo: tramas e contradições

Os rumos da Itália e da Alemanha se alteravam, promovendo mudanças irreversíveis no campo social. Com relação à disseminação dos microfascismos, observa-se como os “[...] microburaco[s] negro[s], que vale[m] por si mesmo[s] [...]” se expandiram e formaram um “[...] grande buraco negro central generalizado” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 92), que apresentou uma configuração singular. A partir disso, enfatiza-se que as condições de efetividade do fascismo e do nazismo, quando associadas à assertiva anterior, exigem que se considere a ampliação de suas formas de poder em determinados momentos, junto às regulamentações aplicadas na esfera político-social. Todavia, antes de aludir aos notáveis acontecimentos que trouxeram à tona os excessos de poder, é pertinente investigar os principais aspectos do que é denominado como “fascismo clássico” – noção vinculada, na presente pesquisa, tanto à experiência do fascismo italiano quanto do nazismo alemão. Além disso, no presente capítulo emergem as concepções de Estado totalitário e totalitarismo, as quais serão apresentadas de acordo com os regimes em questão e, posteriormente, compreendidas por meio do pensamento de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1996). De modo a cumprir com tais propósitos, esse capítulo constitui-se por deslocamentos históricos precisos, relativos ao que ocorreu na Itália e na Alemanha.

Nota-se que a palavra fascismo, proveniente de *fascio* (referente a feixe), permite compreender a construção do Estado totalitário por meio da movimentação de diversos “feixes”, entendidos como necessários à formação de

um projeto de governo multidimensional⁹⁸. Estabeleceu-se um modelo de Estado-nação dirigido por um partido único, encarregado de controlar todos os vínculos da vida social. Além da fusão entre o Estado e o partido único, houve uma absorção da esfera privada pela pública, o que culminou na submissão total dos indivíduos à sociedade. Pontua-se, como alguns dos componentes de suas ações: a perseguição, a censura, a repressão, a doutrinação e a vigilância.

Por ter surgido na modernidade, o fascismo clássico foi contemporâneo ao processo de industrialização avançado, à transição de uma sociedade rural para uma urbanizada e ao avanço da classe trabalhadora⁹⁹. Seu vínculo com a modernização não deve ser explicitado por dicotomias, já que apresentou uma conexão ambígua com este processo¹⁰⁰ – buscava modernizar a sociedade e, ao mesmo tempo, preservava valores conservadores. Em síntese, se definia como uma alternativa política inédita, inclinada a enfrentar os desafios decorrentes da crise do liberalismo e do fracasso da Primeira Guerra Mundial. Por ter se desenvolvido em meio a duas crises significativas, isto é, uma após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e outra durante a Grande Depressão (1929-1933), incorporou discursos contrários ao capitalismo, à burguesia e ao internacionalismo. Contudo, o ódio dirigido ao sistema capitalista e às suas instâncias econômicas denotava uma incoerência manifesta¹⁰¹. Os fascistas

⁹⁸ O comentário de Fabio Gentile se encontra no vídeo intitulado *O fascismo e o nazismo em perspectiva histórica* (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14Bj9AiD2TE&t=50s>. Acesso em: 29 set. 2021.

⁹⁹ Conferir o vídeo *O fascismo e o nazismo em perspectiva histórica* (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14Bj9AiD2TE&t=50s>. Acesso em: 29 set. 2021.

¹⁰⁰ Em síntese, o fascismo clássico rejeitava a modernidade, criticando, sob tal perspectiva, o que considerava como os efeitos dos valores modernos, ou seja, o individualismo, o racionalismo e a democracia liberal. Apreendia tais valores como promotores, por assim dizer, da decadência moral e da fragmentação da sociedade. No entanto, a ironia de suas práticas e discursos se expressa pela incorporação de diversos elementos da modernidade: o uso da tecnologia, notadamente em relação às técnicas modernas de propaganda e vigilância, e as formas de estruturação do Estado. É importante observar que o fascismo clássico reproduziu um tipo específico de nacionalismo, que buscava ressaltar a grandeza histórica da nação – o que desencadeou uma clara ruptura dos modos de nacionalismo existentes nos séculos passados. Com isso, sublinhava-se a potência da nação em momentos passados, enquanto, ao mesmo tempo, fomentava aspectos da modernização a partir de processos tecnológicos e industriais (Paxton, 2007).

¹⁰¹ Existem perspectivas que divergem quanto ao envolvimento do fascismo e do nazismo com o capitalismo. Paxton destaca os conflitos entre os discursos proferidos por esses regimes e suas ações efetivas, o que fez com que: “alguns, tomando literalmente as palavras, consideraram o fascismo como uma forma radical de anti-capitalismo. Outros, e não apenas os marxistas adotam uma posição diametralmente oposta, de que os fascistas vieram em socorro do capitalismo em apuros [...]” (Paxton, 2007, p. 26).

italianos, por exemplo, "[...] em nome de seu autêntico antissocialismo, sentiram-se porta-estandartes do capital e das empresas privadas" (Fabbri, 2020, p. 20); já o nazismo pronunciou "[...] palavras de ordem anticapitalistas, as quais não impediram o apoio que lhe deu o grande capital, não apenas alemão, mas internacional" (Fabbri, 2020, p. 21).

Nota-se que a repressão da classe trabalhadora foi uma das principais estratégias utilizadas pelo fascismo clássico, posta em prática a partir da implementação de um sindicato único, da proibição de greves, redução do "[...] poder de compra dos salários dos trabalhadores e despejaram dinheiro nas indústrias armamentistas, para a imensa satisfação dos patrões" (Paxton, 2007, p. 26). Apesar das críticas direcionadas ao capitalismo, o fascismo e o nazismo jamais buscaram barrar a exploração causada por esse sistema econômico. Ao invés disso, reproduziram algumas de suas práticas enquanto criticavam-no como promotor do individualismo e por não apoiar a nação, tanto a italiana quanto a alemã.

Visto que a presente dissertação se desenvolve a partir de uma abordagem filosófico-histórica, que examina os acontecimentos de acordo com jogos de força que se encontram em devir, cabe apontar que mesmo que o fascismo e o nazismo reproduzissem práticas capitalistas, segundo o historiador marxista Eric Hobsbawm (1995), não foram mais a expressão do capitalismo do que outros acontecimentos dessa conjuntura, tais como o New Deal americano, os governos trabalhistas e a República de Weimar. Não obstante, o capitalismo conseguiu se acomodar em todo regime que não o expropriou de fato, assim como todo regime teve de se adaptar às imposições capitalistas. O cerne da questão estaria no estudo de cada fase dos regimes políticos, tal como aponta o historiador acerca da Alemanha nazista: "o grande capital no início da década de 1930 não queria particularmente Hitler, e teria preferido um conservadorismo mais ortodoxo" (Hobsbawm, 1995, p. 106). Por essa razão, deu-lhe pouco apoio até a Grande Depressão, mas a situação mudou quando Hitler ascendeu ao poder e, a partir disso, "[...] o capital colaborou seriamente, a ponto de usar trabalho escravo e campos de extermínio para suas operações durante a Segunda Guerra Mundial" (Hobsbawm, 1995, p. 106).

Já acerca das diferentes fases do fascismo italiano, os apontamentos de Luce Fabbri são essenciais à essa análise porque trazem outras dimensões. A anarquista argumenta que o fascismo teve uma orientação classista¹⁰² em seu momento primevo, se concretizando como um fenômeno da classe tradicionalmente privilegiada. As ações dos camisas negras estavam relacionadas à defesa do capitalismo, o que era “[...] apenas superficialmente [...] conciliável com a defesa da pátria” (Fabbri, 2020, p. 19). Entretanto, devido aos acontecimentos subsequentes, uma descrição puramente classista do fascismo revelou-se insuficiente à compreensão de sua amplitude. Conforme expõe a autora, “[...] para continuar definindo o fascismo como um fenômeno classista, o conceito de classe social tinha que ser modificado, dando-lhe um significado não exclusivamente econômico [...]” (Fabbri, 2020, p. 22). Por esse motivo, Fabbri apresenta perspectivas que embora estejam vinculadas ao prisma econômico, não se restringem a ele, tais como políticas, culturais, sentimentais, espirituais etc. Após a crise econômica global de 1929, houve certa mudança no regime fascista, que assumiu um caráter mais profundo, uma vez que “[...] seu classismo e seu conservadorismo são mais políticos que econômicos e visam defender posições, mais que posses” (Fabbri, 2020, p. 24).

É exatamente por não se circunscrever ao viés econômico, bem como por questionar a apreensão do fascismo simplesmente como um “fenômeno de massa”, que as reflexões da anarquista trazem concepções fundamentais à pesquisa. Fabbri problematiza o uso do termo “massa” em razão de “[...] a própria palavra te[r] origem classista e desdenhosa [...]” (Fabbri, 2020, p. 29). Ao examinar as amplas condições de desenvolvimento do fascismo, ela observa que, especificamente na fase que descreve como totalitária, ocorre uma expansão dos mecanismos de poder, o que sinaliza como “[...] o controle de um setor de produção é apenas um entre tantos [outros] instrumentos de poder [...]” (Fabbri, 2020, p. 23). Dessa maneira, torna-se evidente o modo pelo qual o fascismo alcançou várias camadas da população italiana, levando o lema mussolinista, “acreditar, obedecer, lutar”, a se impor à vida.

¹⁰² Para a anarquista, foi a classe dominante que impulsionou os primeiros atos dos camisas negras na Itália, objetivando manter seu poder sob qualquer “[...] custo, fechando as portas às “massas” e não permitindo que elas deix[assem] de ser massas” (Fabbri, 2020, p. 24).

Na Itália, um dos pontos de virada do movimento fascista ao totalitarismo foi o discurso de Mussolini no dia 3 de janeiro de 1925, em que admitiu sua responsabilidade pelo assassinato do secretário geral do Partido Socialista Italiano, Giacomo Matteotti. No ano de 1924, Matteotti havia denunciado ao Parlamento italiano a falsificação do resultado das eleições e, como consequência de sua denúncia, foi assassinado por uma expedição punitiva em Roma, no dia 10 de junho de 1924.

Nesse contexto, o semanário brasileiro *A Comuna* publicou, em 1925, uma matéria sobre o assassinato de Matteotti. Tal matéria apresentava um documento crucial, capaz de comprovar a cumplicidade de Mussolini e seus seguidores no ocorrido¹⁰³ (*A Comuna*, 1925, n. 110, p. 3). O documento, que circulou por toda a Itália, fora denominado como *A questão moral*, trazendo as memórias de Filippo Fillippelli – envolvido com o periódico fascista *Popolo d'Italia* e foi diretor, também, do jornal fascista *Il Corriere italiano* – acerca da cumplicidade de Mussolini e seus seguidores no assassinato. Salienta-se que a memória de Fillippelli, presente no documento, foi datada em 14 de junho de 1924, exatamente quatro dias depois do desaparecimento de Matteotti. O documento contém as observações de Fillippelli sobre o assassino – Amerigo Dumini, membro da polícia secreta fascista – ter procedido de acordo com as instruções de dois dos principais seguidores do *duce* (Césare Rossi, diretor da imprensa no ministério do interior, e Giovanni Marinelli, secretário administrativo do Partido Nacional Fascista), os quais receberam ordens de Mussolini para tal fim (*A Comuna*, 1925, n. 110, p. 3). Segundo as declarações de Fillippelli, tudo se inicia quando ele inadvertidamente emprestou seu veículo a Dumini, sem ter conhecimento de que este o utilizaria para cometer o crime. Fillippelli argumenta que Dumini disse ter recebido instruções de Mussolini sobre a realização de uma tarefa urgente, sem dar detalhes sobre o que deveria ser feito, e aconselhando-o a ficar em silêncio. Alguns dias depois, Fillippelli fica ciente do desaparecimento de Matteotti e decide entrar em contato com Césare Rossi. Rossi comenta que Dumini usou o automóvel que fora emprestado por ele, sublinhando que se tratava de um caso grave e recomendando cautela; disse

¹⁰³ Ressalta-se desde já que, segundo as fontes utilizadas na pesquisa, não foram encontrados dados que permitam determinar com precisão quem eram os indivíduos envolvidos no crime e quais suas funções no regime fascista.

também que ele (Rossi) e Marinelli tinham dado ordens de acordo com o que exigiu Mussolini. Além disso, Fillippelli relata ter ouvido de Aldo Finzi, subsecretário do interior e membro do Grande Conselho do Fascismo, que Matteotti tinha sido vítima de Dumini e que a ordem do assassinato foi emitida pela polícia secreta fascista. Segundo as palavras de Fillippelli, seus comparsas fascistas suplicaram-lhe discrição para que nada fosse descoberto, uma vez que se tratava de um negócio de Estado. Ao expressar que não conseguiria viver com semelhante pesadelo, Finzi comenta que fariam desaparecer os traços do crime, inclusive as roupas manchadas de sangue que Dumini usava quando foi preso.

As informações presentes no *Podcast Hoje na História* (2020), do jornal *Opera Mundi*¹⁰⁴, complementam que os fascistas Amerigo Dumini, Giuseppe Viola, Albino Volpi, Augusto Malacria e Amleto Poveromo, foram condenados pelo crime e, logo após, acobertados pelo rei Vittorio Emmanuelle III. Consta, nessa mesma fonte, a afirmação de Mussolini ao Parlamento: "Eu declaro, perante a essa Assembleia e perante a todo povo italiano, que assumo – eu sozinho – a responsabilidade política, moral e histórica de tudo o que aconteceu"¹⁰⁵. Considerando que o corpo de Matteotti foi encontrado apenas em agosto, a 20km de Roma, verifica-se como tal homicídio causou uma forte indignação na opinião pública. Fator que pôs em perigo o governo mussoliniano: os deputados de oposição deixaram a Câmara e alguns partidários fascistas optaram por romper com o regime, o que claramente impulsionou Mussolini a assumir responsabilidades pelo crime. Apesar do discurso de Mussolini ao Parlamento, não foram encontradas provas diretas de seu envolvimento no assassinato. Já no jornal *O Homem Livre*, é mencionado que a camorra italiana matou Matteotti e, numa tentativa de confundir e ocultar sua participação no crime, argumentou que o deputado socialista havia sido vítima de uma hemoptise¹⁰⁶ (*O Homem Livre*, 1933, n. 3, p. 1-2).

¹⁰⁴ Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/historia/podcast-hoje-na-historia-1925-mussolini-assume-mando-pela-morte-de-giacomo-matteotti/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/historia/podcast-hoje-na-historia-1925-mussolini-assume-mando-pela-morte-de-giacomo-matteotti/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

¹⁰⁶ O jornal *O Homem Livre* será devidamente apresentado no próximo capítulo. Por enquanto, basta indicar que, segundo suas palavras, "Matteoti não foi vítima de uma hemoptise, como quiseram, a princípio, fazer crer, os seus desalmados e covardes assassinos [...]"; "hemoptise?"

O pronunciamento de Mussolini sobre sua ligação com o assassinato, dado o contexto de acirrada violência, foi determinante à consolidação de seu poder absoluto. Para Fabbri, após a confissão de Mussolini sobre o homicídio, tratou-se, na Itália, de um período marcado por "[...] todo um mecanismo capilar de controle da vida nacional [...]" (Fabbri, 2020, p. 17), em que o Estado punha em prática determinados mecanismos de regulamentação, como: as eleições perderam sua validade, pois foram subsumidas à vontade única do Partido Fascista; houve a legalização da milícia, agora integrada às forças públicas e ao exército; a criação de Tribunais Especiais; o fechamento de fronteiras; a pena de morte; a abolição do sistema representativo; e o controle econômico impulsionado em direção à nacionalização e à reconstrução industrial (Fabbri, 2020). Esses aspectos permitem entrever como se deu parte do domínio estatal do regime fascista. Durante toda a década de 1920 e, ao que parece, com maior intensidade após a crise de 1929, a atuação das milícias foi incisiva. Gradualmente, foram implementadas práticas que "legalizava[m] a ilegalidade" (Ferreira; Gomes, 2021, p. 45) e contavam com o respaldo não apenas dos policiais, mas também de juízes. Nas ruas, atenta-se aos acirrados embates entre fascistas e antifascistas.

Desde os anos 1920, o Nacional-Socialismo também contou com o claro apoio do Poder Judiciário, que o absolveu de diversos crimes (Ferreira; Gomes, 2021). Nesse contexto, os nazistas buscavam alcançar o poder, visando constituir um Estado totalitário. No final de janeiro de 1933, o presidente alemão Paul von Hindenburg nomeou Hitler como chanceler, oficializando o III Reich na Alemanha. Em 1934, após a morte de Hindenburg, Hitler foi assumido como *führer*. É curioso notar que, ao contrário do que é comumente afirmado, Hitler não chegou ao poder meramente por uma conquista eleitoral, mas sim por consequência de um obscuro pacto constitucional entre um grupo de políticos conservadores¹⁰⁷.

Como? Perderam a razão esses desarticulados morais! Hemoptise num homem de incríveis atividades!?.... A vida de Matteoti era o movimento político, incessante e turbilhoante" (*O Homem Livre*, 1933, n. 3, p.1-2).

¹⁰⁷ Segundo o Museu Memorial do Holocausto (2019), esse grupo de políticos conservadores "[...] acreditavam que poderiam utilizar a popularidade de Hitler com as massas para dar apoio a seus ideias de retorno a um governo conservador e autoritário, talvez até mesmo à monarquia. No entanto, no período de dois anos, Hitler e os nazistas conseguiram dobrar a vontade dos políticos conservadores alemães, consolidando assim uma ditadura radical nazista

Presume-se que “com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o fascismo apareceu aos olhos de todos como uma tendência mundial” (Konder, 2009, p. 89). Tanto o fascismo quanto o nazismo expressaram o totalitarismo como uma concepção específica de Estado, o que foi fundamental ao fomento de seus excessos de poder. Para Finchelstein:

enquanto os antifascistas italianos que inventaram o termo totalitarismo nos anos 1920 pretendiam que o mesmo significasse uma forma moderna de tirania, [...] uma versão contemporânea do absolutismo, Mussolini tinha uma opinião diferente sobre o totalitarismo (Finchelstein, 2019, p. 57-58).

O líder fascista utilizou dessa concepção precisamente para enquadrar as características e intenções do regime fascista.

Em *A doutrina do fascismo* (2019), livro publicado pela primeira vez em 1933, de autoria de Mussolini e coautoria do filósofo italiano Giovanni Gentili¹⁰⁸, que contribuiu anonimamente com a escrita, o fascismo é apresentado não somente como uma forma de governo, mas também como um sistema de pensamento próprio ao século XX. Sistema que surge em determinado contexto de forças históricas e que impõe uma concepção de Estado, segundo seus princípios, fundamentalmente envolvida com a vida: “[...] o Fascismo é totalitário e o Estado Fascista – uma síntese e unidade de todos os valores – interpreta, desenvolve e potencializa toda a vida de um povo” (Mussolini, 2019, p. 7). Quando afirmam que “um partido governando uma nação ‘totalitariamente’ é uma nova partida na história. Não há pontos de referência nem de comparação” (Mussolini, 2019, p. 19), percebe-se como dispunham o fascismo como um movimento político original, de inigualável reprodução. Definiam-no não como “[...] uma doutrina previamente escrita em uma mesa; mas nasceu da

completamente subordinada à vontade pessoal de Adolf Hitler”. Além disso, “[...] em novembro de 1932, os nazistas perderam terreno, ganhando 33,1% dos votos [contra os 37,3% anteriores]. Os comunistas, no entanto, subiram de patamar e ganharam 16,9% dos votos. Como resultado deste aumento percentual de votos, o pequeno círculo em torno do presidente Hindenburg chegou a acreditar, no final de 1932, que o Partido Nazista era a única esperança da Alemanha para evitar o caos político que se seguiria a uma tomada de poder pelos comunistas”. Disponível em:

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power#:~:text=No%20dia%2030%20de%20janeiro,Hindenburg%20em%20agosto%20de%201934>. Acesso em: 26 jan. 2024.

¹⁰⁸ Giovanni Gentile (1875-1944), pedagogo e filósofo idealista, foi uma figura de destaque no fascismo italiano. Conhecido por ter contribuído ao conteúdo teórico do regime e por ter sido ministro da Instrução Pública do Reino da Itália, além de membro oficial do *Partito Nazionale Fascista* (PNF).

necessidade de ação, era a ação, não era um partido, mas nos primeiros dois anos, um anti-partido [...]” (Mussolini, 2019, p. 10).

O exame de determinadas proposições deste livro revela a contradição intrínseca à doutrina fascista. Pode-se dizer que o livro fornece explicações concretas sobre as articulações teóricas do regime e suas relações com outras diretrizes, especificamente quando determina ser impossível a formação de algo a-histórico. No entanto, isso não exclui a contradição subjacente de incorporar e distorcer ideias de outras correntes políticas. De modo a apreender o regime de acordo com suas mudanças contextuais, portanto, aponta-se que em 1930 Mussolini proferiu: “hoje eu defendo o fascismo como uma ideia, como uma doutrina, como uma realização, é universal; ele é Italiano nas suas instituições particulares, mas é universal no espírito e não poderia ser diferente (Mensagem para o ano 1, 27 de outubro de 1930, *in Discorsi del 1930*, Milano, Alpes, 1931, apud Mussolini, 2019, p. 25). Já em 1933, se sustenta, ao contrário, que “o fascismo não tem nada a ver com os universais” (Mussolini, 2019, p. 13), “[...] rejeita a ideia de uma doutrina cabível a todos os tempos e a todos os povos” (Mussolini, 2019, p. 19).

Mussolini e Giovanni Gentile argumentam ser

[...] bastante lógico para uma nova doutrina, usar aqueles elementos que ainda são vitais de outras doutrinas. Nenhuma doutrina nunca nasceu totalmente nova, brilhante e inédita. Nenhuma doutrina pode vangloriar-se de uma originalidade absoluta (Mussolini, 2019, p. 19).

Dessa forma, pelo fato de uma doutrina estar sempre envolvida com o que lhe precedeu e com o que lhe sucede, para o fascismo, deve-se modificá-la e ajustá-la a novas circunstâncias. Expõe-se que: “depois do socialismo, o fascismo testa as suas armas em todo o bloco das ideologias democráticas, e rejeita tanto as suas premissas, quanto suas aplicações práticas e implementos” (Mussolini, 2019, p. 15). Isso porque ao “[...] rejeitar a democracia, o fascismo rejeita a absurda mentira convencional do igualitarismo político [...]” (Mussolini, 2019, p. 16). Todavia, mesmo ao repelir inteiramente a democracia, apregoa:

mas, se a democracia for entendida como um regime em que as massas são empurradas de volta para as margens do Estado, então o autor dessas páginas já definiu o Fascismo como uma

democracia organizada, centralizada e autoritária (Mussolini, 2019, p. 16).

Segundo suas palavras: “o Fascismo ultrapassou o dilema: Monarquia *versus* República, com o qual os regimes democráticos flertaram por muito tempo [...]” (Mussolini, 2019, p. 15). Entretanto, como mostra Leandro Konder (2009) em relação às práticas, o fascismo se adaptou de maneira nitidamente oportunista às condições de cada contexto, se apresentando ora como republicano, ora como monarquista. Serviu aos interesses de todo tipo de gente, o que tem a ver com a agilidade com que entrou em amplos círculos sociais, sobretudo pela rapidez de sua expansão.

Outrossim, apropriou-se de certas ideias do materialismo, deturpando-as de seus sentidos concretos a fim de utilizá-las aos seus propósitos. O fato de Mussolini ter sido membro do Partido Socialista no início de sua trajetória política não implica que o fascismo tenha sido congruente aos ideais socialistas. Konder (2009) elucida que o fascismo italiano foi o precursor da distorção do materialismo: em 1910, ao responsabilizar-se por uma publicação intitulada como *Lotta di classe* (em Forli), Mussolini vendeu sua interpretação da teoria marxista. Em resumo: enquanto para Marx, por meio da ação revolucionária do proletariado pôr-se-ia fim à luta de classes e se alcançaria o comunismo,

[...] Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica e insuperável: o que se precisava fazer era discipliná-la, e o único agente dessa ação disciplinadora teria de ser um novo tipo de elite, enérgica e disposta a tudo (Konder, 2009, p. 32).

A deturpação das ideias materialistas se torna ainda mais impactante quando se atenta que na Itália e na Alemanha,

[...] os trabalhadores eram convidados a ver em seus compatriotas capitalistas não os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim *colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional*” (Konder, 2009, p. 37).

Os nazistas, inspirados no fascismo italiano, reproduziram suas formas de mobilização. Em seu livro *Mein Kampf*, Hitler declarou que a burguesia se sentia horrorizada com o fato de os nazistas terem adotado a cor vermelha associada

aos bolchevistas, suspeitando de atitudes duvidosas por parte do regime (Hitler apud Ferreira; Gomes, 2021, p.55). O líder nazista ridiculariza, então, aqueles que tentaram decifrar quais seriam as origens do Nacional-Socialismo, nas suas palavras: "quantas boas gargalhadas demos à custa desses idiotas e poltrões burgueses, nas suas tentativas de decifrarem o enigma de nossa origem, nossas intenções e nossa finalidade!" (Hitler apud Ferreira; Gomes, 2021, p.55).

Outra questão intrigante de ser considerada é a denominação atribuída ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*). A tática nazista foi a de oferecer uma síntese que supostamente levaria à unidade nacional, pois

o próprio nome do movimento nazista esvaziava politicamente todos os outros partidos, e pretendia implicitamente incorporá-los a todos. Misturas de doutrinas políticas supostamente antagônicas (nacional-socialista, social-cristã etc.) já haviam sido experimentadas antes com sucesso; mas os nazistas deram tal realidade prática à sua mistura que toda a luta parlamentar entre os socialistas e os nacionalistas, entre aqueles que pretendiam ser trabalhadores em primeiro lugar e aqueles que em primeiro lugar eram alemães, parecia uma farsa destinada a ocultar motivos ulteriores e sinistros — pois o membro do movimento nazista não era tudo isso e de uma só vez? É interessante notar que, mesmo no seu começo, os nazistas sempre tiveram a prudência de não usar *slogans* que, como democracia, república, ditadura ou monarquia, indicassem uma forma específica de governo. É como se, pelo menos nesse assunto, sempre soubessem que iriam ser completamente originais [...]" (Arendt, 1989, p. 406).

Como se pôde ver, parte das referências bibliográficas aplicadas nesse capítulo utilizam as noções de totalitarismo e Estado totalitário em referência aos regimes fascista e nazista¹⁰⁹. Dado que a presente pesquisa visa examinar as singularidades dos processos históricos de acordo com suas distintas gêneses, surgem ruídos quanto à utilização dessas noções, haja vista que parecem homogeneizar fenômenos políticos distintos. Com o intuito de esclarecer o porquê da incursão nas noções de totalitarismo e Estado totalitário, portanto, toma-se como base a perspectiva de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1996). Para os filósofos, o fascismo e o nazismo evidentemente constituíram Estados

¹⁰⁹ A referência à produção de Hannah Arendt na pesquisa destina-se exclusivamente a delinear algumas das singularidades do regime nazista. Não se objetiva investigar, à luz de suas reflexões, o uso do conceito de totalitarismo em referência ao regime stalinista.

totalitários. Entretanto, deve-se notar que o uso das noções de Estado totalitário e totalitarismo dirige-se exclusivamente ao âmbito macropolítico. Considerar a distinção entre o fascismo e o totalitarismo é fundamental visto que não é preciso “[...] definir o fascismo por uma noção que ele próprio inventa: há Estados totalitários sem fascismo do tipo estalinista ou do tipo ditadura militar” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 91-92).

Segundo Deleuze e Guattari (1996), cada segmento molar possui seus próprios centros de poder, os quais abrangem elementos que possuem tensões e conexões mobilizadas de formas específicas. Esses elementos moleculares devem ser entendidos como intrinsecamente ligados ao segmento molar, o que traz meios de desconstruir a ideia do Estado como uma forma de poder monolítica, pois contém instâncias que são indispensáveis à sua formação e ao seu funcionamento. Por esse ângulo, os segmentos duros relativos ao poder do Estado, da Igreja, da família, da polícia, do exército, da propaganda, dentre outros, refletem determinados centros de poder. Pode-se considerar, por meio do conceito de microfascismo, as demais dimensões que mesmo envolvidas com esses segmentos duros, os ultrapassam e atingem outras camadas da esfera social e das subjetividades em voga, conforme exposto no início desse capítulo. O Estado totalitário é compreendido, pois, como uma caixa de ressonância de diversas linhas de poder em ação simultânea (Deleuze; Guattari, 1996). Trata-se de uma espécie de autarquia, que se dá pela “[...] constituição artificial de ‘vasos fechados’ [...]” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 104), disseminados socialmente. Por meio de movimentos coercitivos, o Estado totalitário reterritorializa as condições que expandem sua influência interna, o que jamais concerne a uma operação ideológica, mas sim econômica e política (Deleuze; Guattari, 1996). Dito isto, o conceito de Estado totalitário vale apenas para uma segmentaridade dura, que se efetiva por dinâmicas centralizadas – o que não exclui o fato de o fascismo e o nazismo terem sido contraditórios em suas práticas e discursos.

Mussolini declarava que o século XX era um século fascista, um século que tendia para a direita (Mussolini, 2019). Essa declaração deve ser apreendida no sentido de notar que o fascismo e o nazismo retomaram práticas usuais ao pensamento de direita. Não obstante, alegavam ter ultrapassado a dicotomia

direita-esquerda, declarando-se como "nem de direita, nem de esquerda" quando lhes era conveniente (Paxton, 2007). Dito isto, o conceito de direita é imprescindível para definir o fascismo e o nazismo, embora apresente uma maior amplitude na caracterização dos feitos políticos. Quando se examina os discursos e práticas de tais regimes, faz sentido classificá-los, portanto, "[...] como pioneiros de *uma nova concepção política da direita*" (Konder, 2009, p. 26). Não é o objetivo aqui entrar em detalhes sobre os significados da díade direita-esquerda, mas apontá-la como essencial porque traz distinções entre as correntes políticas. Embora não capture toda a complexidade do real, expõe do que o fascismo e o nazismo se distinguem tanto na categoria política a que pertencem (em referência aos espectros de direita e extrema-direita), assim como em relação ao que se opõem (correntes de esquerda).

Para Leandro Konder (2009), a direita está associada à expressão de forças socioeconômicas dedicadas à preservação de privilégios, sendo o conservadorismo uma manifestação clara dessa vertente política. Houve uma associação direta, em via de mão dupla, entre o conservadorismo tradicional e o fascismo italiano; somente em algumas ocasiões o conservadorismo não sucumbiu às influências fascistas. Nota-se que:

para ser efetivamente 'assimilado', o fascismo precisava deixar-se 'transformar', renunciando ao que nele se mostrava 'superado'; e, para conseguir 'assimilar' verdadeiramente as energias do fascismo, o conservadorismo tradicional era levado a se 'fascistizar', *dentro de certos limites* (Konder, 2009, p. 162).

Um dos aspectos que distingue os conservadores dos fascistas se encontra nas "[...] formas de arregimentação das forças políticas [que] transcendem da mera atitude *doutrinária*" (Konder, 2009, p. 28). Para Konder (2009), o fascismo é pontuado como um movimento político de inclinações conservadoras que, incoerentemente, se disfarça sob a máscara da modernização. Arrisca-se afirmar que, apesar da comum classificação do fascismo e do nazismo como movimentos conservadores devido a algumas de suas características (defesa de privilégios, tradicionalismo, nacionalismo etc.), existiram diferenças notáveis em suas práticas e discursos, as quais não podem ser simplesmente igualadas ao viés conservador.

Paxton (2007) complementa que os conservadores almejavam a ordem social constituída pelo apoio à tradição, sendo contrários ao entusiasmo popular promulgado pelo fascismo. Mais precisamente, os conservadores acreditavam ser incumbência do Estado a preservação da ordem junto às elites que possuíam heranças herdadas de berço, além do apoio das igrejas, da propriedade privada e do exército. Embora alguns conservadores tivessem desdém pelos fascistas, mantendo uma posição contrária às suas práticas, a maioria deles cogitava ser útil certo alinhamento, de modo a se proteger da esquerda caso ela tivesse meios de triunfar e, também, para travar um combate contra os liberais dominantes.

O fascismo criticava o liberalismo, acusando-o de negar o Estado¹¹⁰. Entretanto, em 1919, quando o movimento fascista buscou alcançar o poder pela via eleitoral e obteve um resultado inexpressivo, contou com o apoio dos liberais. Foi em 1920 que “[...] os liberais possibilitaram que os fascistas disputassem o pleito em aliança com outros partidos, permitindo sua entrada no chamado *Blocco Nazionale*, o que fez sua votação aumentar enormemente” (Ferreira; Gomes, 2021, p. 44).

Por meio de alinhamentos ambíguos e mais ou menos incômodos, tanto o fascismo quanto o nazismo estiveram envolvidos com uma série de manobras políticas, o que torna claro o pragmatismo radical e a incoerência de suas ações. Ambos os regimes utilizavam do chauvinismo¹¹¹ como forma de unificar grupos

¹¹⁰ Segundo Paxton, “necessitaremos de uma compreensão clara dos dois principais parceiros de coalização dos fascistas, os liberais e os conservadores. Uso aqui o termo *liberalismo* em um sentido original, tal como usado à época em que o fascismo se insurgiu contra ele, e não na acepção americana atual do termo, já mencionada anteriormente. Os liberais europeus de inícios do século XX se aferravam ao que fora progressista um século antes, quando a poeira da Revolução Francesa ainda não havia baixado de todo. Ao contrário dos conservadores, eles aceitavam as metas revolucionárias de liberdade, igualdade e fraternidade, embora aplicando-as de modos mais adequados a uma classe média educada. Os liberais clássicos interpretavam a liberdade como a liberdade individual pessoal, preferindo um governo constitucional limitado e o *laissez-faire* econômico a qualquer tipo de intervenção estatal, quer mercantilista, como em princípios do século XIX, quer socialista, como em épocas anteriores. Por igualdade, eles entendiam as oportunidades tornadas acessíveis aos talentosos por meio da educação; aceitavam a desigualdade de desempenho e, portanto, de poder e riqueza. A fraternidade, viam como a condição normal dos homens livres (e tendiam a encarar os assuntos públicos como negócios de homens), não necessitando, portanto, de reforço artificial, uma vez que os interesses econômicos eram naturalmente harmônicos e a verdade viria à tona em um livre-mercado de ideias” (Paxton, 2007, p. 47).

¹¹¹ Para Konder, “as proporções assumidas pelo racismo e pelo antissemitismo no caso do fascismo alemão contribuem para que alguns autores – como Leon Poliakov e Josef Wulf, por exemplo – percam de vista o fato de que na ideologia fascista é o chauvinismo que é essencial, e não o racismo. Pode existir um fascismo que não seja racista, mas não pode existir fascismo que não seja chauvinista” (Konder, 2009, p. 41, nota de rodapé 7).

heterogêneos, os quais, muitas vezes, tinham interesses opostos. Conseguiram mobilizar uma ampla gama de pessoas, inclusive intelectuais que admiravam a eficácia política dos regimes. Segundo o que Fabbri comenta acerca do fascismo italiano, e que também se estende ao nazismo, apesar das contradições e da falta de programas políticos coesos, “[...] as ações, em vez disso, falavam uma linguagem muito clara e seguiam uma linha muito simples e constante” (Fabbri, 2020, p. 12). Ações como efeitos de um pensamento rápido, exato, que não se detinha em hesitações nem se prendia em detalhes, atingindo seu objetivo de forma direta, como um tiro certo. Não se busca aqui interpretar as práticas desses regimes a fim de conceber o que seria uma “personalidade fascista”, aplicável a diversas conjunturas, pois são as condições sociais objetivas que trazem formas de compreendê-los considerando suas distintas gêneses históricas.

A fundação do Partido Nacional Fascista ocorreu em 1921, após seu crescimento eleitoral, como já apontado. Nesse contexto, o Partido empregou um discurso conciliador tanto com o Rei da Itália quanto com a Igreja Católica, o que indicou uma mudança radical e, em certo sentido, incoerente do movimento político que, em 1919, se afirmava como anticlerical e antimonárquico (Ferreira; Gomes, 2021). As relações entre o fascismo italiano e a Igreja Católica eram marcadas por intensas contradições: tratava-se de “[...] uma ‘mística-fascista’, às vezes católica, às vezes pagã” (Schembri, 2019, p. 37). Isso se manifestava por meio de “[...] espetáculos públicos, a coreografia pseudo-romana das manifestações organizadas e permitidas pelo regime [...]” que aconteciam simultaneamente à “[...] revalorização da religião nos aspectos mais conservadores [...]” (Schembri, 2019, p. 37).

Luce Fabbri, em *Camisas Negras: estudio crítico histórico del origen y evolución del fascismo, sus hechos y sus ideas* (1934), discorre sobre como as primeiras práticas do fascismo italiano se caracterizavam por discursos antirreligiosos. Evidencia, nesse sentido, como as milícias fascistas direcionavam seus atos de violência não apenas às cooperativas socialistas, mas também às católicas, em alinhamento aos interesses agrários. Foi após a Marcha sobre Roma que o vínculo entre o fascismo e a Igreja se firmou pelos motivos de o fascismo se assumir como católico, apenas para aumentar seus

meios de poder, se expandir e conquistar um maior número de adeptos, “[...] enquanto o Vaticano, com seu tradicional oportunismo, aproveitava os privilégios oferecidos pelo fascismo, esquecendo as perseguições anteriores [...]” (Schembri, 2019, p. 40). Para Fabbri, “o fascismo italiano tentou usar a Igreja Católica como instrumento e conseguiu fazê-lo apenas temporariamente e a um preço muito alto” (Fabbri, 2020, p. 26).

A partir desse vínculo, a incorporação da tradição romana feita pelo fascismo, junto ao imaginário de um poder imperial e à influência da Igreja Católica desencadeou relações de poder atinentes não apenas aos aspectos militares, mas também espirituais e morais. É digno de nota que, mesmo tendo relações diretas com a Igreja, o fascismo não se subjugou a ela, como mostra Mussolini:

O Fascismo clama seu caráter ético: é Católico, porém acima de tudo, Fascista, de fato, é exclusivamente e essencialmente Fascista. O Catolicismo completa o Fascismo, e isto declaramos abertamente, mas não deixa ninguém pensar que pode virar a mesa sobre nós, abaixo de metafísica e filosofia (*To the Chamber of Deputies, May 13, 1929 in Discorsi del 1929, Milano, Alpes, 1930* apud Mussolini, 2019, p. 31).

Focaliza-se como exemplos de práticas que refletem o envolvimento do fascismo com a Igreja¹¹²: a demissão de funcionários que não batizavam seus filhos; a imposição do fascismo nas escolas e Universidades, junto à influência dos escritos católicos, a instauração de determinadas cerimônias e a expulsão dos professores que não apoiavam o regime (Fabbri, 1934). Estabeleceu-se uma vigilância constante, ao ponto de os próprios estudantes denunciarem uns aos outros e aos professores não-fascistas. Tais práticas culminaram em um controle minucioso da vida cotidiana, contribuindo à disseminação de um medo generalizado, em que qualquer conduta divergente era denunciada. Nisto, a disseminação dos microfascismos, que excede uma hierarquia piramidal entre os indivíduos, fomentou toda a segmentaridade molar.

¹¹² Segundo a obra *Fascismo ontem e hoje*, “um grande passo nesse sentido foi a assinatura do Tratado de Latrão em 1929, a partir do qual o Estado fascista concedeu soberania à cidade do Vaticano, garantiu liberdade para o exercício religioso e a manutenção das propriedades da Igreja Católica, conquistando o apoio do Papa e do clero. Atendendo aos interesses da Igreja e dos grandes grupos socioeconômicos, Mussolini construiu uma sólida base de apoio na sociedade italiana” (Ferreira; Gomes, 2021, p. 46).

Na Alemanha, as relações entre o nazismo e a Igreja também oscilaram em momentos de cooperação e tensão, variando de acordo com as circunstâncias. Matérias encontradas em periódicos brasileiros mostram como isso se efetivava no regime nazista. Por um lado, houve o envolvimento do Nacional-Socialismo com a Igreja Católica, como aponta o jornal *A Gazeta* (1933, ed. 08181, p.1) acerca de uma reunião realizada em certa colônia, na qual os delegados dos grupos de professores católicos alemães decidiram, por unanimidade, aderir à associação dos professores nazistas e propor que seus colegas tomassem a mesma decisão. Por outro lado, segundo o acontecimento descrito pelo jornal *O Homem Livre*, é inegável a clara ruptura do nazismo com o catolicismo:

BERLIM, 30 (H.) - Foi interditada em virtude da lei para a proteção do povo e do Estado alemão, a Sociedade de Pesquisas Bíblicas. Em numerosas localidades do Palatinado foram confiscados bens pertencentes aos católicos, de acordo com determinações do governo de Munich. Foram sequestrados também bens de sociedades católicas em Ludwigshafen, Landau, Rhengoheim e Oggersheim (*O Homem Livre*, 1933, n. 6, p. 3).

Ferreira e Gomes (2021) esclarecem que a Igreja não teve um papel decisivo na consolidação do nazismo e que Hitler dizia não ter interesse em envolver o regime com aspectos religiosos ou místicos, evitando até mesmo uma vertente nazista que propunha uma associação com crenças pagãs inspiradas em tradições germânicas. Embora a Igreja não tenha amparado o nazismo da mesma forma que na Itália fascista, o antissemitismo teve força na Alemanha porque já estava disseminado na Europa cristã. Além disso, mesmo dizendo-se afastar dos aspectos religiosos ou místicos os discursos nazistas utilizaram de toda uma mitologia e de simbolismos também já enraizados socialmente, não só no que diz respeito ao catolicismo, mas também aqueles ligados ao paganismo. Em uma edição de 1934 do jornal *Deutscher Morgen* (*Deutscher Morgen*, 1934, n. 13), publicado no Brasil, há a referência aos povos nórdicos e à era pagã do século X, especificamente no que diz respeito aos provérbios antigos relativos à canção do deus nórdico Odin, os quais contêm palavras de advertência e reflexões sobre a vida do fazendeiro norueguês desse contexto. Neles, ilustra-

se uma humanidade heroica, refletida na sociedade Edda¹¹³, retratando o povo nórdico e seu porte firme e nobre, sua coragem e honra como um exemplo a ser seguido pelos seus descendentes.

A presente pesquisa enfatiza que à compreensão do nazismo é necessário o afastamento de perspectivas absolutas acerca de suas práticas. Além disso, é preciso considerar como o regime se desviou de parte dos valores hegemônicos ocidentais, sejam católicos ou protestantes. Indica-se, pois, como a difusão de discursos neopagãos na Alemanha foi uma das condições de efetividade do desenvolvimento do nazismo, o que convém à dissertação no sentido de apontar as singularidades do regime, a expressão de suas diversas camadas¹¹⁴ e as instâncias políticas que agiram com ele direta ou indiretamente. Ao que aqui se intenta, leva-se em conta apenas as condições concretas de emergência dos acontecimentos, o que faz com que seja indispensável criticar o imaginário desenvolvido, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, que buscou preencher as lacunas deixadas pelo regime por meio de explicações sobrenaturais, como se suas práticas tivessem sido guiadas por forças ocultas e transcendentais (Meinerz, 2023).

No final do século XIX e início do século XX, houve a manifestação de discursos esotéricos, místicos e ocultistas na Alemanha por grupos como a Teosofia, a Ariosofia, a Ordem dos Germanos, a Sociedade Thule e a Sociedade Edda¹¹⁵, influenciados pelos ideais nacionalistas e pangermanistas (*völkisch*)

¹¹³ A Sociedade Edda será explicitada a seguir, na nota de rodapé 119, conforme os estudos de Marcos Meinerz.

¹¹⁴ Segundo Marcos Meinerz, "no Brasil, existem poucos trabalhos historiográficos dedicados a estudar a influência de crenças ocultistas e esotéricas na formação do pensamento Nacional-Socialista" (Meinerz, 2023, p. 4).

¹¹⁵ Conforme Marcos Meinerz, segue "uma breve contextualização sobre essas crenças ocultistas: Teosofia é uma filosofia religiosa esotérica que surgiu no século XIX e se refere ao conhecimento direto da divindade e da natureza da realidade. Os teosofistas acreditam na existência de um conhecimento oculto que pode ser adquirido por meio da meditação, da contemplação e da prática espiritual; Ariosofia é uma doutrina esotérica que surgiu na Alemanha na primeira metade do século XX. Acreditavam na superioridade da raça ariana, que seria uma raça superior, de origem divina, que teria sido responsável por grandes realizações na história da humanidade; A Ordem dos Germanos foi uma organização secreta fundada em 1912 na Alemanha, que tinha como objetivo preservar e propagar as tradições e valores germânicos, bem como promover o nacionalismo alemão e a expansão do império germânico; A Sociedade Thule foi uma organização secreta fundada em 1918 na Alemanha, que teve como objetivo promover o nacionalismo alemão e defender a pureza da raça alemã e o antissemitismo; Sociedade Edda reiterava que a mistura das raças era prejudicial aos arianos e somente a eugenia e a segregação poderiam reverter a infecção racial do mundo" (Meinerz, 2023, p. 2, nota de rodapé 2).

(Meinerz, 2023). Esses grupos tinham a crença de que “[...] os arianos eram herdeiros de um legado místico [...] que remetia à pré-história: os reinos perdidos de Atlantis, Lemuria, Hiperbórea e Última Thule” (Meinerz, 2023, p.17). A ruína desses reinos, segundo seus princípios, era explicada pela miscigenação com aqueles que consideravam como “raças inferiores”, algo bastante próximo das convicções nazistas.

Nessa conjuntura, a ascensão desses grupos coincidiu com a circulação de uma série de saberes alusivos ao racismo científico, à teoria da evolução darwinista, aos ensaios de Gobineau, aos conceitos da Antropologia, da Biologia, da Linguística etc. Deve-se percebê-los tanto como impulsionadores quanto como efeitos daquilo que se difundia na Alemanha. Outro fator determinante à circulação de suas convicções foi a ideia de que o mal era uma consequência do mundo moderno e da República de Weimar (Meinerz, 2023). Suas ideias eram propagadas por meio de periódicos, como elucida Marcos Meinerz (2023), que traz como exemplos o *Lotusbluthen* (1892-1900), baseado na Teosofia – o primeiro a publicar uma suástica em sua capa; o *Arische Freiheit*, representante da Sociedade Edda; e a revista *Beobachter und Sportblatt*, da sociedade Thule. A respeito da sociedade Thule, tratou-se de uma organização fundada em 1917, conhecida pelas práticas de violência contra os sindicatos. Tinha, como dois de seus integrantes, Rudolf Hess e Hans Frank, que posteriormente se tornaram dirigentes do Partido Nazista (Konder, 2009).

Neste capítulo, foram abordadas questões fundamentais ao fascismo e ao nazismo, focalizando suas interações com outras correntes políticas de direita. Evidenciou-se, por meio de suas variadas experiências, os alinhamentos com outras correntes políticas, os quais, ainda que sujeitos a tensões e contradições, tiveram grande impacto social. Nota-se que tanto os movimentos que surgiram na Europa quanto aqueles que se expandiram para além de suas fronteiras, inspirados diretamente ou indiretamente pelo fascismo e pelo nazismo, operavam por meio de materiais impressos, como panfletos e jornais (Bertonha; Bohoslavsky, 2023). Objetiva-se, nessa próxima etapa da dissertação, realizar uma incursão investigativa baseada especificamente em discursos extraídos dos jornais *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre*. Opera-se, para isso, um deslocamento histórico para o Brasil da década de 1930, tendo em vista a

funcionalização de uma parte importante do material empírico utilizado na montagem do arquivo.

3 NAZIFASCISMO À BRASILEIRA? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À LUZ DO ARQUIVO

Este capítulo dedica-se à análise da propagação de práticas e discursos associados aos termos fascismo e nazismo no Brasil durante a década de 1930, além de perscrutar a presença de um Partido Nazista no país¹¹⁶ nessa mesma conjuntura. Para tanto, dá vazão a um gesto arquivístico amparado nas edições dos anos de 1933 a 1934 de dois jornais publicados na cidade de São Paulo: *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre*. Estes jornais, já evidenciados ao longo da pesquisa, correspondem à parte fundamental da montagem do arquivo, visto que o contato com suas matérias traz dados essenciais sobre o fascismo e o nazismo europeus e, também, sobre o que se desenvolveu no cenário nacional. Busca-se mostrar o que pôde ser dito neste contexto, apreendendo os jornais simultaneamente como veículos e reflexos dos processos de veridicção. Quanto às suas publicações não se intenta considerá-las como representações do período em voga, tampouco interpretá-las, como detalhado em “1.2 Operando com o arquivo: uma escolha metodológica”. Além disso, não é intenção da pesquisa avaliar e valorar os discursos dos jornais forma dicotômica, ou seja, como bons e maus, ininteligíveis e esclarecidos, ainda que seja imprescindível diferenciá-los, pois têm princípios e intenções completamente divergentes. Especificamente em relação ao jornal *Deutscher Morgen* não se pode subestimá-lo, pois isso dificulta a compreensão da racionalidade nazista e de sua meticulosa lógica de planejamento.

Na lida com os jornais, o uso da noção foucaultiana de arquivo exige identificá-los não apenas como vestígios de um tempo histórico cristalizado. O próprio decorrer da pesquisa tornou claro, nesse sentido, que o manejo do arquivo envolve pôr em conjunto acontecimentos, práticas e discursos heterogêneos. Com efeito, sua montagem, ao gerir fragmentos de temporalidades diversas revela que “[...] a história não é senão todas as complexidades do tempo [...]” (Didi-Huberman, 2012, p. 212). Questiona-se

¹¹⁶ Este capítulo é uma versão modificada, alinhada à hipótese da dissertação, do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de pós-graduação em História, Sociedade e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), elaborado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Paula Rago.

como pôde se desenvolver, em solo nacional, organizações fascistas italianas e um Partido Nazista, na contramão da suposição do Brasil como um local inadequado à admissão desses movimentos políticos. É comum a consideração de que os princípios nazifascistas se manifestariam no Brasil de maneira incongruente, incompatível à representação do país pela via do mito da miscigenação harmônica, alusiva ao seu próprio mito fundador, ou seja, como um país tolerante e acolhedor. Vale lembrar que a noção de miscigenação tem muitas camadas, devendo ser perspectivada historicamente, de acordo com seus diferentes contextos de uso. Ao que aqui se intenta, é suficiente apenas considerar como tal mito foi naturalizado e legitimado como uma das imagens dominantes no Brasil até os dias de hoje. Parte-se da premissa de que a presença de organizações nazifascistas no território nacional não constitui uma incongruência; em vez de investigá-las como exceções, considera-se as condições de efetividade para o seu desenvolvimento. Inclusive porque é curioso perceber como, paradoxalmente, o mito da miscigenação harmônica prosperou em uma estrutura social extremamente excludente e racista. Apesar das semelhanças entre as organizações nazifascistas no Brasil e os regimes europeus, sua existência em solo nacional parece corresponder ao surgimento de novas configurações históricas, com características próprias.

Diante disso, é necessário destacar que o segundo capítulo desta dissertação já abordou algumas das contradições dos regimes fascista e nazista europeus. Em relação a esse capítulo, salienta-se, desde já, que caso se encontrem contradições nas práticas e discursos nazifascistas não se trata de interpretá-las como simples fragmentos daquilo que teria se imposto inadequadamente em outro território. Ao investigar a presença desses movimentos políticos no Brasil, o objetivo é compreendê-los como novas dimensões de poder que se tornaram possíveis em solo nacional, o que traz a exigência de considerá-los por meio de um entendimento metódico de suas ações.

Lilia Schwarcz (2001), a respeito da trajetória do pensamento racista no Brasil, problematiza os resultados de uma pesquisa que coordenou, em 1988, na Universidade de São Paulo. Mais precisamente, Schwarcz apresenta reflexões interessantes quando elucida que, conforme tal pesquisa, embora 98%

da população negue ter preconceito, 99% dos indivíduos afirmam conhecer pessoas que têm preconceitos e, além disso, que possuem alguma relação de proximidade com elas. Sob essa ótica, a autora argumenta que os brasileiros parecem se compreender como promotores da democracia racial, o que, na verdade, acaba por evocar a imagem da nação como “[...] uma ‘ilha de democracia racial’ cercada de racistas por todos os lados” (Schwarcz, 2001, p. 39). Para Schwarcz (2001), nesse sentido, é necessário referir-se aos indícios históricos da ideia da miscigenação harmônica, os quais se tornaram evidentes na década de 1930 – isso quando pensados em relação a outras conjunturas precedentes. Segundo o que é elaborado pela pesquisadora, para a compreensão dessa grande representação nacional é essencial referir-se a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933. Essa obra, de alguma maneira, fomentou e oficializou a percepção já difundida do Brasil miscigenado, dando sequência aos discursos que já haviam emergido em outros momentos, os quais enfatizavam a miscigenação como uma particularidade nacional¹¹⁷ (Schwarcz, 2001). Às intenções da presente pesquisa, cabe somente apontar que a produção de Freyre foi importante ao desenrolar do mito da democracia racial brasileira, o qual acabou por sublimar as ocorrências históricas que manifestaram a extrema violência vigente em um país profundamente marcado pelo sistema escravocrata (Schwarcz, 2001). Por meio do mito da democracia racial, sob o pretexto da mestiçagem benévola, desenvolveu-se, esclarece Schwarcz (2001), tanto uma conformação biologistica da população, que culminou na qualificação positiva da sociedade senhorial, quanto a ênfase na produção cultural brasileira. Apesar disso, de acordo com a autora, uma das contribuições da obra seria o entendimento de que tal mito, ao invés de esconder aspectos relevantes da realidade, mostra suas contradições.

¹¹⁷ Considera-se, segundo Schwarcz, exemplos dos discursos que já se encontravam disseminados em terras brasileiras: os escritos de missionários religiosos que, durante o período colonial, quando estiveram no Brasil, relataram uma sociedade de raças mistas e observaram que, por essa razão, o catolicismo não conseguiria se impor de maneira previsível; os comentários de viajantes que, quando vieram para o Brasil, sobretudo no século XIX, relataram, muitas vezes, as práticas mestiças em tom de horror; e, conforme mencionado pela autora, atenta-se às palavras de “[...] Silvio Romero, Euclides da Cunha, ou mesmo Mario de Andrade, que em 1928 revigorava o mito das três raças, dessa vez de forma metafórica, fazendo Macunaíma, 'um preto retinto', virar branco, enquanto um de seus irmãos transformava-se em índio e o outro permanecia negro (mas branco na palma das mãos e dos pés)” (Schwarcz, 2001, p. 38-39).

Daí que um dos efeitos da obra de Freyre no tecido social parece ser à percepção da raça como algo fundamental entre os brasileiros, o que circula discursivamente em variados contextos. Trata-se de um aspecto que parece ser passível de problematização, conforme será visto no decorrer deste capítulo.

Para adentrar nessa análise, portanto, é importante lembrar que a pesquisa já traçou algumas das semelhanças e divergências entre o fascismo europeu e o neofascismo na contemporaneidade. Considerando os diferentes contextos necessários aos objetivos da pesquisa e estabelecendo, pois, um deslocamento histórico que trace as possíveis ressonâncias entre o nazismo e o neonazismo, pode-se referir, com base no *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)* (2023) às contribuições da antropóloga Adriana Dias. Conforme a pesquisadora, o neonazismo é um movimento multifacetado, com variadas vertentes, classificadas a partir das seguintes categorias: hitlerista/nazista; negação do holocausto; ultranacionalismo branco; radical catolicismo; fascista; supremacista; criatividade Brasil; masculinismo; supremacia misógina; neopaganismo. Diante do significativo aumento das células neonazistas nos últimos anos¹¹⁸, é crucial destacar a presença de uma intrincada fusão política no contexto nacional, tal como sucedida no fascismo e nazismo europeus. Todavia, no que se refere à diferença entre o neonazismo e o nazismo, a consideração de Dias¹¹⁹ é precisa: enquanto o nazismo corresponde a uma política de Estado, isto é, um regime que se incorporou ao Estado, o neonazismo – emergente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial – é mais pluralizado, fragmentado em diversas formas e manifestações, disseminado globalmente. Torna-se evidente, nesse sentido, como as redes sociais, além de outros fatores contemporâneos, são capazes de fomentar o envolvimento desses grupos no âmbito nacional e internacional, influenciando a formação de variadas vertentes.

¹¹⁸ Detalhes fornecidos em: *Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos* (2022). Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2024.

¹¹⁹ Informações presentes em *Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site* (2021). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Segundo Dias, um dos traços distintivos do neonazismo no Brasil é a xenofobia direcionada contra nordestinos. Além disso, há o uso da inversão como uma espécie de estratégia política, implementada por meio de teorias da conspiração que alegam que a imigração, a miscigenação e a integração social estariam prejudicando, massacrando a população branca por dar espaço a imigrantes, indivíduos afrodescendentes e judeus, grupos LGBTQIA+ etc. (*Brasil de Fato*, 2021). Outrossim, como parte dos episódios contemporâneos, é indispensável frisar o envolvimento de Bolsonaro com coletivos neonazistas, comprovado por fontes históricas: Adriana Dias encontrou uma carta do ex-presidente em sites neonazistas, publicada em 2004 (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2023; *Brasil de Fato*, 2021). Pelo que foi visto até então, a disseminação das práticas denominadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos é inegável na contemporaneidade. Isso ressalta a necessidade de investigar o passado, uma vez que o presente não pode ser compreendido isoladamente; há toda uma construção histórica que o configura tal como é.

Frente a isso, quanto aos objetivos do capítulo, a escolha deste quadro espaço-temporal – São Paulo, nos anos de 1933-1934 – pode ser explicitada pelo confronto direto entre os jornais *Deutscher Morgen*, publicado de 1932 a 1941, e *O Homem Livre*, que circulou entre 1933 e 1934. Busca-se traçar, além do embate entre os jornais, as disputas das organizações nazifascistas com outros movimentos políticos, em particular com a Ação Integralista Brasileira, assim como os seus conflitos internos.

É plausível afirmar que na década de 1930, ocorrem confrontos diretos entre as organizações nazifascistas e as forças opositoras libertárias, tanto no contexto europeu quanto no território brasileiro. Em particular, o biênio de 1933 a 1934 marca, no Brasil, um momento crucial dos embates entre o que era entendido à época como fascismo e antifascismo¹²⁰, promovidos por diversos grupos políticos. Detalhar a multiplicidade de organizações brasileiras envolvidas com o fascismo e o nazismo europeus, assim como as ligadas às correntes políticas de esquerda, está além do que foi estabelecido para a presente

¹²⁰ O historiador Ricardo Figueiredo de Castro, em *O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934)* (2005), apresenta algumas reflexões sobre o biênio 1933-1934.

pesquisa. Por ora, cabe apenas mencionar alguns exemplos que estiveram vigentes na Era Vargas (1930-1945), como a própria presença do Partido Nazista no Brasil (1928-1938) e organizações envolvidas com o fascismo italiano, como, dentre outras, o *Circolo Italiano de Sao Paolo*, que, em 1925 foi um dos principais centros de divulgação das ideias do Partido Nacional Fascista¹²¹ em solo nacional. Há também a fundação oficializada da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. É digno de nota que, no início da década de 1930, Plínio Salgado concebeu a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que posteriormente fomentou a criação da Ação Integralista Brasileira em 1932¹²². Ademais, como aponta Natalia dos Reis Cruz (2012), o primeiro manifesto integralista foi produzido em 1926, o que evidencia que tal organização já se desenvolvia antes da data de sua fundação oficial. Ressalta-se que não é intenção da pesquisa se debruçar sobre o debate do uso do termo fascismo em referência à AIB, o que não implica negar em absoluto que o movimento integralista possa ser associado ao fascismo ou entendido como tal. O foco está, sob outra perspectiva, em considerar suas relações com o fascismo italiano e o nazismo, sem deixar de destacar a AIB como algo a "mais do que uma forma mimética do fascismo europeu, pois não possuía as mesmas condições históricas" (Rago, 2019, p. 446).

Com a ascensão destes grupos, forma-se um extenso campo de oposição impulsionado pelas diversas correntes da esquerda brasileira que, segundo Castro (1999), compreendiam o fascismo como um fenômeno não restrito à Itália e à Alemanha. As esquerdas brasileiras percebiam as manifestações nazifascistas em outros contextos, além das fronteiras europeias. Destaca-se que, no Brasil da década de 1920, já existiam profundos confrontos entre fascistas e antifascistas, vivenciados principalmente pelos imigrantes italianos. No entanto, a fundação oficializada da Frente Única Antifascista (FUA), tida

¹²¹ Vários grupos estiveram ativos na cidade de São Paulo da década de 1930. Além dos que foram citados, houve o *Fascio di São Paolo* (1923) e, envolvido com este, a *Opera Nazionale Dopolavoro* (1931). Mais informações sobre as organizações fascistas no Brasil podem ser verificadas no capítulo "Fascistas à brasileira: encontros e confrontos", escrito por Maria Luiza Tucci Carneiro, presente no livro *Tempos de fascismo: ideologia, intolerância, imaginário* (2010).

¹²² Observações contidas em *Fatos Políticos: Levante Integralista* (2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMtCzZ75Wrs>. Acesso em: 26 ago. 2024.

como uma significativa fonte de oposição, ocorre apenas no dia 25 de junho de 1933, na cidade de São Paulo.

Isto posto, um dos desafios da investigação dessa conjuntura tem a ver com a forma pela qual as produções historiográficas dominantes tenderam a focalizar, exclusivamente, os grandes acontecimentos. Nesse caso específico, pode-se dizer que tais produções interpretaram o governo de Getúlio Vargas centralizando-se na “Revolução” de 1930 e na instauração do Estado Novo (1937-1945) (Gomes, 1980). Presume-se, dessa forma, que limitar o governo de Vargas a estes dois grandes momentos acaba por desconsiderar a amplitude das correntes políticas que estiveram ativas na década de 1930, assim como as inúmeras ocorrências vigentes neste período. Por isso, importa elaborar uma análise filosófico-histórica dedicada aos desdobramentos das questões políticas, tocando em suas contingências e lacunas. Trata-se, com Foucault, de entender os acontecimentos como relações de força que se encontram em devir. Por essa razão, a Era Vargas deve ser considerada a partir de uma variedade de fatores interconectados.

Em sua primeira etapa, isto é, até a promulgação do Estado Novo, manifestou-se certo interesse pelos regimes europeus, considerados como tendências da modernidade. Afinal, o país que acompanhava as celebrações do 1º de maio alemão, realizadas em grandes estádios com desfiles da juventude hitlerista e a exibição da suástica, foi o mesmo que reprimiu o Partido Comunista em 1935¹²³ (Dietrich, 2007). Um dos acontecimentos marcantes deste período foi a colaboração da polícia brasileira com a GESTAPO, em 1936. A deportação de Olga Benário – militante comunista de ascendência judaica que estava grávida do líder revolucionário Luís Carlos Prestes – à Alemanha foi um dos efeitos desse vínculo. Para a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2010), o Estado republicano, antes mesmo do golpe militar liderado por Vargas (conhecido como “Revolução” de 1930), ao recorrer a leis de exceção, já preparava o país, em alguma medida, ao recebimento dos discursos fascistas e nazistas.

¹²³ De acordo com Dietrich (2007), há registros desses festejos em diversas metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e, também, Recife.

Contudo, com a ascensão do Estado Novo, ocorrem significativas mudanças em relação a tais regimes. Ou seja, por uma profunda ironia, as organizações fascistas, nazistas e integralistas tornam-se alvos do governo de Vargas, sendo perseguidas e proibidas. Isso porque, nesse contexto, há a construção de um imaginário nacionalista, responsável por destacar a identidade brasileira e a unidade nacional como pilares ao desenvolvimento da ordem e do progresso do país rumo à modernização. Vargas e seus seguidores basearam-se, sob tal perspectiva, no discurso populista e em mecanismos autoritários. Daí que qualquer ação que não se enquadrasse nos preceitos nacionais era considerada como uma ameaça ao projeto estadonovista. Além da proibição das vertentes de direita mencionadas, é indispensável ressaltar que as esquerdas brasileiras – anarquistas, socialistas e comunistas – foram severamente oprimidas e atacadas. A partir de 1938, projetos de repressão contra indivíduos estrangeiros foram implementados. Tais projetos objetivavam coibir suas atividades e manifestações, consideradas como obstáculos ao fomento da identidade brasileira. Nisto, foi proibida a circulação de jornais em língua estrangeira, os quais passaram a ser publicados em português, junto ao fechamento de escolas ligadas a outros países e a proibição do ensino em línguas que não fossem o português (Carneiro, 2010). Processo este que certamente restringiu as expressões culturais das comunidades italianas e alemãs, dentre outras, residentes no Brasil.

Quanto à proibição de correntes políticas que anteriormente eram reconhecidas por Vargas e apoiavam-no – como o fascismo, o nazismo e o integralismo – atenta-se que, apesar de terem características comuns com o Estado Novo, como o nacionalismo, o autoritarismo e a repressão, ainda assim não se encontravam em total alinhamento com os fundamentos estadonovistas¹²⁴. Ademais, a respeito da dinâmica existente entre os movimentos políticos supracitados, da mesma forma que não havia uma total consonância de suas diretrizes, também não existia uma integração absoluta entre tais organizações. Há diferenças quanto as tensões vividas pelos grupos de direita, ligadas, em suma, à busca por uma caracterização própria e ao

¹²⁴ Informações sobre o Levante Integralista, ocorrido em 1938, encontram-se em *Fatos Políticos: Levante Integralista* (2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMtCzZ75Wrs>. Acesso em: 26 ago. 2024.

embate entre nacionalismos. Mais especificamente, pode-se afirmar que a coexistência de correntes nacionalistas em um mesmo contexto tende a gerar disputas, visto que têm propósitos e convicções distintas¹²⁵. A respeito do que foi dito, portanto, avaliar a contradição do posicionamento de Vargas de forma estritamente individual levaria a conclusões superficiais. Importa considerar, em relação ao momento anterior à promulgação do Estado Novo, os efeitos das ações promovidas por tal governo, identificando o que foi legitimado à época como as condições de efetividade para a disseminação de práticas e discursos nazifascistas na realidade brasileira.

Desta forma, como passo preliminar à presente escrita é essencial apresentar diferentes perspectivas sobre a classificação do Estado Novo como fascista ou não. Segundo Carneiro (2010), embora fosse negada qualquer semelhança com os regimes fascista e nazista, o contexto brasileiro das décadas de 1930-1940 afinava-se com as direções seguidas pelos países europeus. A título de exemplo, um dos aspectos relativos à semelhança entre o Estado Novo e o governo hitlerista era o antissemitismo utilizado como instrumento político, praticado de modo a fomentar restrições imigratórias aos judeus, que eram estigmatizados tanto como estrangeiros quanto como subversivos e comunistas (Carneiro, 2010). À luz das considerações da historiadora, portanto, as práticas ocorridas sob o Brasil estadonovista não podem ser vistas como dados isolados, pois, quando assumidas em conjunto, “[...] configuram um fascismo à brasileira, modelado pelos paradigmas oferecidos pelos fascismos europeus” (Carneiro, 2010, p. 464).

Sob outra perspectiva, o historiador João Fábio Bertonha elucida que, para compreender o que se sucedeu no Brasil da década de 1930, é necessário levar em conta o contexto exterior do período entreguerras. Sem esse referencial externo, seria impossível prever se o integralismo e o Estado Novo teriam existido e, caso existissem, é evidente que ambos possuiriam características distintas em relação ao fascismo e ao nazismo europeus (Bertonha, 2001). Com

¹²⁵ É relevante notar que “[...] Plínio Salgado escreveu várias vezes, em seu famoso romance de 1926, *O Estrangeiro*, contra o esforço fascista de querer manter os ítalo-brasileiros ligados à Itália e chegou a colocar um de seus personagens no papel do nacionalista brasileiro que, muito simbolicamente, assassinava os papagaios de um italiano que só cantavam a *Giovinazza* (o hino fascista) em lugar do hino nacional brasileiro” (Bertonha, 2001, p. 91).

base nisso, conforme o historiador, seria possível distinguir o que a direita brasileira absorveu do fascismo europeu e o que é específico dela, incluindo suas tradições autoritárias, relativas ao racismo e à exclusão social. Para Bertonha, embora seja imprescindível ter em vista esse referencial externo, isso não implica em concordar com as interpretações que identificam no varguismo um tipo de fascismo. No entanto, segundo o autor, não assumir no governo de Getúlio Vargas um tipo de fascismo não exclui o fato de que os construtores do Estado Novo mantiveram um olhar atento ao que acontecia na Europa, utilizando das experiências e informações provenientes do cenário europeu, sem que algo como um Estado totalitário ou fascista fosse desenvolvido no Brasil em decorrência disso¹²⁶.

No que tange às considerações sobre o Estado Novo, o que foi explicitado acima parece ser suficiente às intenções deste capítulo. Cabe agora recorrer à conjuntura em questão, relativa ao início da década de 1930. Sob essa chave de leitura, como parte do percurso investigativo, serão apresentados os jornais *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre*: seus princípios, objetivos e alguns detalhes de suas edições. O contexto em questão será explicitado por meio do contato com o arquivo, isto é, com base nas matérias encontradas nos jornais, inclusive as relativas ao seu confronto. Mantendo sob a mira o que foi apontado, então, atenta-se que *O Homem Livre*, ligado à Frente Única Antifascista, foi criado como fonte de combate, como mostra sua primeira edição, datada em 27 de maio de 1933. Já o jornal *Deutscher Morgen*, aliado ao nazismo alemão, como anunciado em sua própria capa “*Wochenblatt der NSDAP für Brasilien*” (Semanário do NSDAP¹²⁷ para os brasileiros) – além da imagem de Hitler e do símbolo da suástica –, teve sua primeira edição em 16 de março de 1932. Tais jornais estão disponíveis na Biblioteca Digital da Unesp – os dados encontrados sobre os

¹²⁶ Destacar a necessidade de considerar o contexto exterior, segundo as palavras do historiador, “[...] não quer dizer, note-se, que concordemos com as interpretações que identificam no Varguismo um tipo de Fascismo. Apenas consideramos que os construtores do Estado Novo não deixaram de ter um olhar voltado para o que ocorria na Europa e se utilizaram das experiências e informações que vinham de lá, sem que isso implicasse a construção de um Estado do tipo totalitário ou mesmo fascista no Brasil” (Bertonha, 2001, p. 104, nota de rodapé 30).

¹²⁷ Vale lembrar que a sigla NSDAP é utilizada em referência ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP).

periódicos, portanto, foram obtidos a partir das edições acessíveis nessa plataforma.

3.1 *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre*

O jornal *Deutscher Morgen* teve grande circulação na capital paulista, funcionando como promotor e meio de divulgação das ideias nazistas. O início de sua publicação ocorre em 1932, antes do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães se tornar o maior partido político do parlamento na Alemanha. Nos anos de 1933-1934, o periódico passou por mudanças em sua sede. Nos primeiros meses de 1933, encontrava-se no bairro da Mooca; em abril do mesmo ano, mudou-se para a rua Aurora, na República; e, em dezembro de 1933 e ao longo de 1934, sua sede foi transferida para a rua Conselheiro Nébias, localizada no bairro Campos Elísios. Não foram encontradas, no entanto, informações que expliquem os motivos dessas mudanças. Duas figuras importantes à apresentação do jornal são Hans Henning von Cossel (1899–1997), chefe do Partido Nazista no Brasil de 1934 a 1942, o qual assumiu a direção do periódico nos primeiros anos de sua publicação, e Otto E. Schinke, que dirigiu o periódico no contexto em questão e em outros momentos.

Vale apontar que a historiadora Ana Maria Dietrich (2007) entrevistou a filha de Cossel, Jutta Kruse, na Alemanha em 2003. Na entrevista, Kruse comentou que o pai “[...] era muito bem-visto por Getúlio Vargas que, na época, era o presidente do Brasil. Ele o conhecia bem” (Kruse apud Dietrich, 2007, p. 344). Ademais, segundo suas palavras, seu pai conheceu pessoalmente Adolf Hitler, encontrando-se com ele apenas uma vez na vida, por volta de 1934 a 1936, para fazer relatórios com ele; conforme Kruse, Cossel “[...] não achou que Hitler fosse uma pessoa que causasse muita impressão. Ele não causou uma impressão de alguém especial” (Kruse apud Dietrich, 2007). Já no que diz respeito a Otto E. Schinke, não foram identificados dados adicionais além do fato dele ter sido editor do *Deutscher Morgen* por vários anos e de ter sido preso, em Florianópolis, dois meses antes da proibição do Partido no Brasil (Dietrich, 2007).

Em relação ao jornal, suas edições delineiam claramente as normas para a adequação dos indivíduos às convicções do Nacional-Socialismo, reforçando a necessidade de preservar, estimar e reverenciar a nacionalidade alemã. Por

meio do jornal, o Partido articulava suas diretrizes e ações, incentivando o apoio da comunidade alemã paulista ao nazismo e promovendo meios de integrar os indivíduos residentes em São Paulo. Em suas publicações percebe-se uma conotação de viés disciplinar e regulador que destaca o sacrifício exigido para a elevação da Alemanha. Nota-se, nesse sentido, que o periódico foi publicado no Brasil no contexto pós-Primeira Guerra Mundial, o que é determinante ao entendimento de suas matérias. Ademais, como circulou de 1932 a 1941, suas publicações abrangem também o decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Considerando o contexto histórico em que foi produzido, portanto, muitos aspectos de suas publicações tornam-se ainda mais evidentes, como destacado nas matérias a seguir. Embora o semanário se referisse em demasia aos acontecimentos na Alemanha, visava, por meio de seus discursos, fortalecer os laços da comunidade alemã não apenas em São Paulo, mas em outras localidades do território nacional, dada a presença dos imigrantes em vários estados brasileiros, como retratado em suas publicações.

Sob esse prisma, a matéria *Staatskommissar Fritz Sauckel (Weimar): Die Pflichten des Nationalsozialisten* (Comissário de Estado Fritz Sauckel (Weimar): os deveres do Nacional-Socialista), publicada no ano de 1933, expressa o significado e as finalidades do Nacional-Socialismo, apresentando, aos que se envolviam com o movimento, a necessidade de responsabilidade e cumprimento dos deveres assumidos (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2). Ou seja, aqueles que tivessem sangue alemão deveriam se sentir membros indispensáveis da comunidade no Brasil, sempre respeitando todos os alemães, independentemente da origem e *status*, contanto que cumprissem seus deveres com honra. Levando em conta que tal matéria foi publicada alguns meses após Hitler se tornar chanceler da Alemanha, o periódico alega que os prestígios de lutar sob as insígnias do novo império, sob os comandos dos “líderes da revolução vitoriosa”¹²⁸, reflete a total aceitação dos pilares do movimento, que incluem a submissão a Adolf Hitler e aos líderes por ele designados. É dado como exemplo, a respeito disso, o modo de atuação das organizações políticas da SA (Tropas de Assalto) e da SS (Equipes Paramilitares de Segurança),

¹²⁸ "Für die Ehre, unter den Fahnen des neuen Reiches, unter den Führern der siegreichen Revolution mitkämpfen zu können [...]" (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2).

sempre submetidas às ordens do *führer* e das demais autoridades nazistas. O que chama atenção nesta matéria, além das declarações de caráter salvacionista e dos aspectos já abordados ao longo da pesquisa, é o uso do termo “revolução” em referência direta ao Nacional-Socialismo. Isso remete, de alguma forma, às reflexões de Deleuze e Guattari (1996) sobre como as manifestações do nazifascismo, profundamente imersas nos jogos de interesse do corpo social, se constroem sobre uma linha de fuga intensa que se transforma em linha de destruição; têm a pretensão de desterritorializar mas, na verdade, reterritorializam, reforçando as diretrizes da regulamentação social.

Isto posto, o periódico afirma receber de braços abertos qualquer alemão que desejasse se envolver com o movimento, mas alerta que aqueles que buscassem apenas por segurança material e demais benefícios individuais deveriam se manter afastados. Dessa forma, aqueles que se unissem ao movimento teriam que se tornar membros convictos e genuínos, lutando ao lado de seus compatriotas e reconhecendo os direitos do trabalhador alemão de viver com honra e dignidade. Percebe-se, por um lado, uma referência implícita à crise econômica enfrentada pelo país com o fim da Primeira Guerra Mundial, que pode ser parcialmente explicitada pela aplicação do Tratado de Versalhes¹²⁹. Por outro lado, o periódico menciona explicitamente o que considera como os motivos que prejudicaram a Alemanha, sempre salientando que somente por meio de uma união absoluta entre os indivíduos que o país poderia alcançar seu pleno ressurgimento e recuperar o respeito e a consideração do mundo. Nas suas palavras, a Alemanha

[...] só pode[ria] se recuperar política, social e economicamente restaurando a grande confiança entre todos os alemães, que foi destruída pela fragmentação do partido e pelo envenenamento marxista do povo¹³⁰ (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2).

¹²⁹ O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, foi uma espécie de acordo que oficializou o término da Primeira Guerra Mundial. É digno de nota que a Alemanha foi excluída das negociações do Tratado e, por ter sido considerada como a única nação responsável pela guerra, sofreu diversas penalidades: a perda de territórios, a restrição de suas forças armadas, dívidas etc. Nota-se que as condições impostas pelo Tratado fomentaram sentimentos de ódio e revanche, essenciais para a ascensão do nazismo e para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

¹³⁰ “*Nur in der Wiederherstellung eines grossen Vertrauens aller deutschen Menschen untereinander, das durch die Parteien Zersplitterung und die marxistische Volksvergiftung zerstört war, kann Deutschland politisch, sozial und wirtschaftlich wieder gesunden*” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2).

Seria relevante apontar, em vista disso, que a matéria declara que “agitadores, derrotistas e críticos não são tolerados no Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães [NSDAP], [pois] os eternos sabichões não têm permissão para falar”¹³¹ (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2). A hierarquia do Partido, como mostra o jornal, é determinada com base no desempenho do serviço prestado ao Nacional-Socialismo. Assim, aqueles que se dedicassem integralmente sempre encontrariam satisfação na luta pelo movimento de liberdade alemão, segundo suas palavras.

É evidente que determinadas publicações do periódico incorporam elementos fundamentados no nacionalismo, no racismo e no antissemitismo. Na presente pesquisa, as questões biológicas e raciais foram abordadas na seção dedicada ao conceito foucaultiano de biopolítica, que mostrou a matéria *Ehe, Volk und Staat* (Casamento, Povo e Estado) deste jornal. Neste momento, é válido mencionar que o semanário contém um segmento específico dedicado à hostilização dos judeus, o que também reflete as dimensões da biopolítica no que concerne à visão racista sobre a comunidade judaica. Como exemplo disso, o artigo *Lehrreiche Statistik* (*Bund der Auslanddeutschen, Berlin*) (1933, n. 27) (Estatísticas Instrutivas - Associação de Alemães no Estrangeiro, Berlim) discorre sobre uma análise estatística de um extenso período, revelando, de maneira discriminatória, que os judeus ascenderam aos cargos mais altos do Estado. O artigo enfatiza, entre outras profissões, o elevado número de judeus nas universidades em comparação com o total de professores; um dos pontos mencionados pela publicação traz dados específicos ao campo da filosofia. Como esta dissertação é uma pesquisa na área da filosofia, seria indispensável realizar um adendo quanto ao que é descrito pela anarquista Luce Fabbri em relação a discriminação das professoras de filosofia e história no fascismo italiano. Segundo Fabbri:

o fascismo estabeleceu por lei que nos últimos anos do ensino secundário não poderiam ser mulheres as professoras de História e Filosofia, porque as mulheres não podiam formar personalidades fortes. Assim, todas as professoras de História e Filosofia não sabiam onde ir porque não havia Filosofia no

¹³¹ “*Stänkerer, Defaitisten und Kritikaster in der NSDAP nicht geduldet die ewigen Besserwisser kommen nicht zu Wortm die Rangordnung in der Partei wird nieht bestimmt durch die Herkunft, sondern durch die Leistung, durch den Dienst an der Bewegung*” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 24, p. 2).

primeiro ciclo, enquanto as de História foram ensinar italiano, latim, grego, história e geografia, nos primeiros anos. As de Filosofia, mudaram de matéria simplesmente. Esta foi uma discriminação que vi a posteriori, porque antes não era assim (Fabbri apud Rago, 2000, p. 240).

Estabelecendo um deslocamento para outro aspecto da apresentação do jornal *Deutscher Morgen*, portanto, suas primeiras edições foram escritas em alemão, o que indica que eram destinadas aos imigrantes alemães que viviam em São Paulo. Pode-se dizer que o uso desta língua reforçava os vínculos com a tradição e com o país de origem. No entanto, nem todas as edições foram inteiramente redigidas em alemão. A mudança do idioma do jornal reflete, como explicitado anteriormente, os efeitos das políticas de repressão do Estado Novo contra estrangeiros. Todavia, o contato com o arquivo traz ruídos, pois somente a partir de 11 de agosto de 1939 – já sob o regime do Estado Novo – o jornal passou a ser publicado em português, embora, ao que parece, nas matérias deste período, a maioria dos textos ainda estivesse em alemão.

De 1932 até a edição de 29 de agosto de 1941, o semanário continha as nomenclaturas *Deutscher Morgen* e *Aurora Allemã* em sua capa. Apenas em 5 de setembro de 1941 foi publicado inteiramente em português, contendo apenas a denominação *Aurora Allemã*. Em 7 de novembro de 1941 ocorre a mudança integral de sua nomenclatura para *Aurora Ilustrada*. Atenta-se que nessa mesma edição, o periódico exibiu uma imagem de Getúlio Vargas em sua capa, com a frase “a majestosa visão do Estado Novo”¹³². Talvez seja possível inferir que

¹³² Tal matéria destaca aqueles que considera como os três grandes personagens da história brasileira: D. Pedro I, Deodoro da Fonseca e Getúlio Vargas, comentando como revolucionaram o contexto nacional, representando e defendendo o povo. O jornal elogia D. Pedro I por seu gesto audacioso e libertador – o grito da independência –, que transformou o Brasil em uma nação autônoma sob os princípios de um império promissor. Enfatiza Deodoro da Fonseca por proclamar a República e rejeitar o governo imperial, que já não atendia às necessidades populares e às finalidades democráticas desejadas. E Getúlio Vargas é reconhecido por libertar o Brasil da Velha República e por implementar o Estado Novo, sendo descrito como alguém que concretizou seus sonhos patrióticos em uma visão grandiosa para a nação, alinhada com os povos amigos. O jornal também aponta, segundo suas palavras, o perigo do comunismo, que em outros países já havia desencadeado a anarquia e procurava se infiltrar, também, no Brasil. Afirma que “a massa do povo foi sempre conservadora, mas a audácia dos agentes estrangeiros era cada vez mais visível [...] Era necessário, o quanto antes, que o Presidente cortasse uma vez por todas essas manifestações subversivas, e ao mesmo tempo dêsse ao paiz um regime mais adequado às suas necessidades, protegendo definitivamente a família brasileira” (*Aurora Ilustrada*, 1941, n. 45, p. 4). É interessante observar, dessa forma, as palavras utilizadas no jornal em relação a Vargas e ao Estado Novo: “o grande e genial Presidente do Brasil [...]”; “[...] o Estado Novo, a mais bela realização nacional da história brasileira”; “[...] os benefícios trazidos pelo Estado Novo, pois todos os brasileiros estão bem ao par da criação genial do Presidente

essa imagem tenha a ver com as estratégias utilizadas pelo jornal no período em questão, visando a proteção de sua divulgação na capital paulista. Quanto a esta edição, publicada em 1941, observa-se que, enquanto a imagem de Vargas aparece em sua página inicial, em 1942 o Brasil ingressa, ainda que de maneira restrita, na Segunda Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido e da França, em oposição às forças do Eixo, compostas pela Alemanha, Itália e Japão. Isso revela os ruídos do arquivo, que expõem as disputas nas relações políticas e os interesses que as movimentam, ressoando com outros desdobramentos históricos. A posição incongruente de Vargas ao proibir e reprimir partidos e movimentos políticos que o apoiavam antes da ascensão do Estado Novo e ao inserir o Brasil na Segunda Guerra contra os países do Eixo, é apenas um dos fatores a serem levados em conta nessa conjuntura.

Tal como anunciado em sua capa, o periódico era o porta-voz do Partido Nazista no Brasil. Por isso, divulgava as funções do Partido no território nacional, relativas a festejos, reuniões semanais e acampamentos de adolescentes. Reforçava também os encontros e atividades de suas organizações, a título de exemplo: a Juventude Hitlerista, a Associação de Mulheres, a Frente de Trabalho Alemã e a Associação de Professores (Dietrich, 2007).

Com efeito, verifica-se a lógica presente nos discursos nazistas, sua rigidez e visão autoritária, excludente daqueles que não eram alemães, além do esforço para unir indivíduos com base no que definiam como raça ariana. Considerando, portanto, a recusa à diferença e os demais fatores supracitados, como a necessidade de lutar intensamente pela Alemanha, junto ao apoio do Nacional-Socialismo, é evidente a existência de confrontos entre as organizações assumidas à época como nazifascistas e antifascistas. Há na edição de 30 de junho de 1933 (n. 26) do semanário *Deutscher Morgen*, um artigo denominado como *Kämpft das Judentum Weiter?* (O judaísmo continua a lutar?), em que o jornal *O Homem Livre* é mencionado e, de alguma forma, hostilizado. É válido notar, no entanto, que o que motivou esta trajetória

[...]. Por fim, a matéria argumenta que “com a neutralidade, pela qual o governo brasileiro tem se imposto ao conceito de todas as nações, está assegurado o nosso futuro perante o conflito mundial, resta-nos portanto trabalhar o mais possível para manter o nível privilegiado do Brasil e desenvolver a majestosa visão do Estado Novo [...]” (*Aurora Ilustrada*, 1941, n. 45, p. 4).

investigativa foi uma publicação encontrada *a priori* no periódico antifascista, intitulada *Provocação por humildade: resposta ao Deutscher Morgen*, publicada em 8 de julho de 1933 (n. 7). Tal matéria trouxe a necessidade de investigar a existência de um Partido Nazista no Brasil e os demais movimentos de direita associados ao fascismo a partir da voz de um de seus oponentes, isto é, o próprio jornal *O Homem Livre*. Enquanto *Deutscher Morgen*, alinhado ao Nacional-Socialismo, não reportava os atos de violência cometidos por seus adeptos, *O Homem Livre* documenta e detalha algumas dessas ações tanto em relação ao próprio Partido Nazista no Brasil quanto ao que assumia como as demais formas de fascismo, conforme será explanado adiante. Apenas alguns trechos do confronto serão mostrados neste capítulo, uma vez que os motivos do embate são extensos e escapam ao que foi estabelecido para a dissertação.

Em uma descrição sucinta, no que tange ao contexto em análise, o confronto se inicia a partir da matéria *Kämpft das Judentum Weiter? (O judaísmo continua a lutar?)*, escrita por Hans Henning von Cossel. A matéria ataca diretamente *O Homem Livre*, alegando que este periódico estaria associado tanto aos judeus quanto ao sistema bolchevique. De acordo com suas palavras: “[...] ‘O homem livre’ fornece uma prova clássica da forma grosseira como certos lados agem contra a Alemanha e o governo alemão¹³³” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 26, p. 1). Mais especificamente, o jornal antifascista “[...] não se esquivava de nenhuma calúnia ou insulto. Como testemunhas, há que recorrer a jornais como a *Bandeira Vermelha* comunista e produtos similares dos métodos culturais bolcheviques¹³⁴” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 26, p. 1).

Em vista disso, o periódico *O Homem Livre* refuta as afirmações feitas pelo *Deutscher Morgen*. De modo a apresentar o jornal antifascista, então, segue um trecho da matéria anteriormente referida:

já tardava que os impávidos barões do nazismo, para aqui anti-patrioticamente emigrados á cata de fortuna, deixassem suas sandices taradas contra o punhado de jovens brasileiros natos,

¹³³ “*In welcher grober Form hier von bestimmter Seite aus gegen Deutschland und die deutsche Regierung gehetzt wird, dafür gibt eine neuerdings hier erscheinende Wochenschrift, „O homem livre“, geradezu klassischen Beweis*” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 26, p. 1).

¹³⁴ “*Die genannte Zeitung befasst sich fast ausschliesslich mit den infamsten Beschimpfungen des neuen Deutschland. Vor keiner Verleumdung und Beleidigung schreckt sie zurück. Als Kronzeugen müssen Blätter wie die kommunistische Rote Fahne und ähnliche Erzeugnisse bolschewistischer Kulturmethoden herhalten*” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 26, p. 1).

mestiços ou não, que levantaram com galhardia a bandeira dos direitos imprescritíveis do homem na defesa da liberdade e da dignidade humanas, ameaçadas e ultrajadas pela imunda vaga do fascismo, ariano ou crioulo, venha da Itália, da Alemanha ou donde quer que venha. Um Von C... qualquer, pelas colunas do órgão nazista de S. Paulo, *Deutscher Morgen*, enche toda uma página de barata literatura hitleriana para insinuar que O Homem Livre é obra de judeus e naturalmente do 'bolchevismo'" (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 1).

Em relação ao que foi exposto, observa-se a veemência com que tal periódico confrontava o jornal nazista, o que evidencia que *O Homem Livre* desempenhou um papel significativo na organização antifascista do país. Nesse conflito, o jornal dirige-se ao autor da matéria nazista denominando-o como "Von C...amelo", "Von C...retino", entre outras nomenclaturas, e assegura que "o infeliz e nobre jornalista pensa que são bolchevistas as fontes a que recorre O Homem Livre [...]" (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 1), esclarecendo, nesse sentido, que não seria preciso consultar jornais comunistas, bem como os comentários divulgados por esta ou aquela imprensa, para estar a par das atrocidades cometidas na Alemanha, sendo suficiente apenas o contato com as práticas reais¹³⁵.

Seria interessante investigar com maior profundidade este conflito, detalhando seus diálogos, justificativas, além de tocar nas suas lacunas. No entanto, com base no que foi abordado, basta dizer que, em 1933 – ano em que ocorreu tal confronto entre os periódicos *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre* – além da nomeação de Hitler como chanceler da Alemanha, do fortalecimento do regime fascista na Itália e da Ação Integralista Brasileira, intensifica-se, no Brasil, a radicalização política das organizações de esquerda e direita. Não por acaso, em algumas edições de *O Homem Livre*, há convocações às manifestações antifascistas. Por exemplo, a matéria de 14 de dezembro de 1933, *Manifesto das organizações coligadas em frente única antifascista*, alertava que a Ação

¹³⁵ Como declarado pelo jornal, seria preciso apenas saber que "[...] um Heinrich Mann ou uma Kaethe Kollwitz s[erem] expulsos da Academia de Belas Artes de Berlim, que um Edward Spranger sente-se na obrigação de demitir-se de sua cadeira universitária, que Georg Grosz emigra de sua terra, que um Einstein se vê impedido de voltar à Alemanha, que um Max Reinhardt é posto fóra do teatro alemão, que um Bruno Walter não pode mais reger a Filarmônica de Berlim, que se fazem autos-da-fé nas praças públicas, basta a concisão telegráfica relatando estes fatos para nos dar uma base mais positiva do que quaisquer comentários desta ou daquela imprensa, sobre o que se passa no Terceiro Reich" (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 1-2).

Integralista Brasileira planejava realizar uma demonstração pública de força em São Paulo e que as organizações antifascistas já haviam se reunido para confrontá-la, fator que fez com que os integralistas renunciassem à ação, levando a FUA a organizar um ato próprio no dia 15 de dezembro de 1933, no Largo de São Paulo; já em 3 de janeiro de 1934, a matéria *Prepara-se para 25 de janeiro uma grande manifestação antifascista*, referia-se a uma mobilização organizada pela FUA, que se reunia regularmente para coordenar os grupos de defesa e lidar com problemas táticos, visando enfrentar fascistas no geral e, especificamente, as ameaças integralistas¹³⁶. Além dessas matérias, o periódico divulga outros atos e apresenta os motivos de suas práticas, detalhando parte dos acontecimentos. A menção a tais episódios é relevante à ideia da dissertação porque os evoca em sua multiplicidade, afastando-se de perspectivas históricas que restringir-se-iam aos grandes eventos. Como exemplo de uma notável ocorrência, houve a Batalha da Praça da Sé, também denominada como Revoada dos Galinhas Verdes, ocorrida em 7 de outubro de 1934, relativa a um confronto armado entre os grupos antifascistas e integralistas no centro de São Paulo. Em síntese, as organizações antifascistas se empenharam para barrar o comício integralista – motivo que fez com que, para as esquerdas brasileiras, esse evento se tornasse um grande marco do combate ao fascismo no Brasil¹³⁷. Sob a atmosfera desses confrontos, então, *O Homem Livre* traz à tona não somente os acontecimentos de São Paulo, mas também de outras localidades, do contexto nacional e internacional, expressando a ampla articulação do movimento antifascista.

A trajetória do jornal esteve associada à FUA. Conforme registrado na edição de 2 de setembro de 1933 (n. 13), *O Homem Livre* era financiado por antifascistas. O jornal menciona, nesse sentido, que algumas de suas edições foram publicadas de forma irregular pela falta de recursos¹³⁸. Assim, pedia o

¹³⁶ Estas matérias encontram-se disponíveis em: (*O Homem Livre*, 1933, n. 29, p. 1); (*O Homem Livre*, 1934, n. 21, p. 1).

¹³⁷ A grande repercussão da Batalha da Praça da Sé entre as esquerdas brasileiras foi um dos motivos que impulsionou a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, a qual teve suporte do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹³⁸ Para Castro, “mesmo com todos os problemas financeiros o jornal da FUA tinha qualidades técnicas e editoriais. Sua diagramação era profissional, publicava charges oriundas de jornais estrangeiros, era ilustrado com gravuras do artista plástico Lívio Abramo, utilizava-se dos serviços de agências de notícias internacionais, tinha seções fixas sobre artes plásticas, cinema, economia, cultura, ciências, etc. Essa qualidade do jornal deve-se ao fato dele ser produzido por

auxílio financeiro daqueles que o acompanhavam, argumentando que “[...] os nossos inimigos estão fazendo esforços em todos os sentidos para ver-nos vencidos. Mas a luta por nós encetada é importante demais para ser abandonada facilmente¹³⁹” (*O Homem Livre*, 1933, n. 13, p. 2). A sede do periódico se encontrava na rua São Bento, 58, no Centro de São Paulo e, posteriormente, foi estabelecida na rua do Carmo 11, localizada na Sé. Tais endereços, segundo o historiador Ricardo Castro (2005), eram bem situados na metrópole paulista. Em vista disso, como esclarece o historiador, o periódico foi constituído por diversos grupos da intelectualidade antifascista paulista e carioca, como “[...] jornalistas, advogados, estudantes de direito, professores universitários, militantes políticos etc. [...] de várias tendências políticas (pecebistas, socialistas, trotskistas etc.)” (Castro, 2005, p. 74).

O periódico contava com a participação do jornalista Geraldo Ferraz, como redator-chefe; do advogado José Pérez, como diretor-geral; Mário Pedrosa, renomado crítico de arte, assumido como secretário; e Lívio Abramo, um dos maiores nomes da gravura moderna no Brasil, como ilustrador (Castro, 2005). Como exemplo de uma gravura feita por Lívio Abramo, há a publicada na matéria sobre a criação da Frente Única Antifascista (FUA), presente na edição de 2 de julho de 1933. No que diz respeito a Mário Pedrosa, parte das edições dos meses de junho e julho contém sua Conferência intitulada *As Tendências Sociais da Arte e Käthe Kollwitz*, realizada no recinto da exposição do Clube dos

jornalistas e gráficos profissionais, muitos dos quais ligados ao jornal *Diário da Noite*” (Castro, 2005, p. 69).

¹³⁹ Algumas publicações mostram as vicissitudes do jornal, como: "o homem livre a partir do proximo número, apresentará novo formato, maior numero de paginas e seleção mais apurada de materia" (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 3); ou "em virtude da modificação havida na parte administrativa deste jornal, a presente edição aparece com um atraso de uma semana. Sanadas com vantagem as dificuldades de ordem administrativa surgidas, 'O Homem Livre' deverá em breve ser publicado com maior regularidade" (*O Homem Livre*, 1933, n. 11, p. 3). Quando enfrentava problemas nas suas edições, o periódico sempre buscava comunicar seus leitores, explicando os motivos e pedindo auxílio, como visto na seguinte matéria: "O atrazo da saída de 'O HOMEM LIVRE' foi motivado pelas dificuldades – que ainda persistem – expostas aos nossos leitores em nosso último numero. Como vêm os anti-fascistas, ficaremos na brecha até que nos fôr materialmente possível, mantendo bem alto a bandeira do antifascismo" (*O Homem Livre*, 1933, n. 11, p. 3). Para resolver esses problemas, o jornal propõe realizar um "Festival em benefício de 'O Homem Livre", alegando que a fim de "[...] melhorar a situação financeira de 'O HOMEM LIVRE', a administração resolveu realizar, na 1ª quinzena de Abril, um GRANDE FESTIVAL, cujo programa está sendo cuidadosamente organizado. Em tempo, comunicaremos aos nossos leitores os detalhes do festival" (*O Homem Livre*, 1933, n. 22, p. 4).

Artistas Modernos¹⁴⁰. Isto posto, algumas considerações são necessárias sobre Mário Pedrosa (1900-1981) e Lívio Abramo (1903-1933), porque permitem que se compreenda questões fundamentais da Frente Única Antifascista. Destaca-se que não se pretende explorar detalhadamente a FUA, mas apenas referi-la como uma organização essencial do contexto em voga.

Trata-se de um período de disputa entre os variados núcleos da esquerda brasileira, que competiam pelo domínio da política antifascista (Castro, 1999). Sob essa ótica, as figuras de Mário Pedrosa e Lívio Abramo tornam visível parte dos conflitos políticos dessa conjuntura. Isso porque tais indivíduos foram expulsos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusados de serem trotskistas, embora tenham participado dessa organização sob determinado tempo. Vale lembrar que, naquela época, o PCB seguia a corrente stalinista¹⁴¹. Embora a Frente Única Antifascista contasse com a participação de diversas vertentes da esquerda brasileira, incluindo a Liga Comunista (LC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), devido a divergências políticas e estratégicas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁴² e o movimento anarquista¹⁴³ em geral não se envolveram por completo com a FUA, ainda que tenham a apoiado em alguns

¹⁴⁰ A Conferência de Mário Pedrosa encontra-se disponível nas seguintes edições: (*O Homem Livre*, 1933, n. 6, p. 3-4); (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 5-6); (*O Homem Livre*, 1933, n. 8, p. 3-4); (*O Homem Livre*, 1933, n. 9, p. 6).

¹⁴¹ Segundo Castro, "pecebistas são os militantes do PCB que se mantêm fiéis a política da Internacional Comunista de então, diferentemente dos trotskistas que a criticavam; ambos, portanto, eram os dois grupos em que se dividiam os comunistas brasileiros" (Castro, 2005, p. 74, nota de rodapé 36).

¹⁴² A explicação de Castro é essencial à compreensão deste cenário político, uma vez que elucida que não havia consenso entre as esquerdas: "[...] não devemos nos esquecer de que o PCB considerava que o fascismo era um sintoma da gravidade da crise capitalista mundial e que esta estaria gestando uma guerra imperialista contra a União Soviética. Mais do que lutar contra o fascismo e contra a guerra, os comunistas da Internacional Comunista (IC) deveriam se esforçar para que essa guerra imperialista se transformasse numa guerra civil revolucionária" (Castro, 2005, p. 69-70). Em contraste, "[...] o jornal *O Homem Livre* que era hegemônico pelos trotskistas da Liga Comunista que conheciam muito bem o PCB e sua importância para a luta antifascista, se preocupou, desde o início, a travar um combate propagandístico contra o fascismo em geral e os integralistas em particular, mas também e, não menos importante, combater a posição da Internacional Comunista e do PCB de não se preocupar em lutar diretamente contra os fascistas" (Castro, 2005, p. 70).

¹⁴³ Como mencionado, os anarquistas paulistas se envolveram apenas em algumas ocasiões com a FUA – o que não significa que não tenham contribuído à articulação do antifascismo no país. Segundo Castro (2005), os anarquistas e seu Comitê Antifascista seguiam linhas políticas muito distintas dos comunistas, tanto trotskistas quanto pecebistas. Pode-se dizer, sob essa chave de leitura, que sua atuação mais simbólica na década de 1930 foi a do Confronto na Praça da Sé.

momentos¹⁴⁴. Castro (2005) atenta que, no início do ano de 1933, tanto o PCB quanto os anarquistas atuaram politicamente contra o fascismo, criando estratégias para combatê-lo.

Em sua primeira edição, *O Homem Livre* alertava sobre as “feições internacionalizantes do fascismo” (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1), elucidando seu processo de formação e seus efeitos no tecido social. Referia-se, dessa forma, aos crimes irreparáveis cometidos na Itália, com o objetivo de desmascarar o imaginário criado sobre a nação como um país liberto e privilegiado nesse contexto, e, em relação à Alemanha, denunciava as práticas concretizadas contra a liberdade e a humanidade. Como exemplos dos crimes sucedidos, a matéria *Contra o fascismo* menciona: na Itália, a prisão de sessenta estudantes da Universidade de Roma por divulgarem propaganda antifascista; na Alemanha, a perseguição aos judeus e o trabalho forçado na construção e manutenção de estradas de rodagem – aí estaria, segundo o periódico, o plano de quatro anos proclamado por Hitler para resolver o problema dos sem-trabalho. Diante das práticas vigentes nesses regimes, o jornal argumenta como todos sabiam que o que estava acontecendo era produto da opressão, defendendo, por conseguinte, que se manifestações e críticas a tais regimes não eram feitas era simplesmente porque neles não havia liberdade de pensamento e expressão.

Para explicitar as condições de efetividade do que entedia como fascismo, o periódico assegura que tal fenômeno surge como um trabalho de encomenda, um projeto específico, ou seja, a partir de um indivíduo ou grupo que já possua à sua frente um futuro *duce*, *führer* ou, nas suas palavras, um morubixaba, que lançar-se-ia à conquista das classes médias, assim como dos funcionários e empregados, utilizando de todos os recursos e promessas, mas, sobretudo, de uma intensa demagogia (*O Homem Livre*, 1933, n. 1). Sob essa chave de leitura, *O Homem Livre* parece dividir o processo de ascensão do fenômeno fascista em duas etapas. A primeira, em que “[...] sempre com as costas bem protegidas, investe contra as classes trabalhadoras, [...] fazendo uso dos processos

¹⁴⁴ Considerações sobre a Frente Única Antifascista (FUA) encontram-se disponíveis no artigo de Ricardo Castro (2005), denominado como *O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934)*, bem como em *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935* (1999), do mesmo autor.

demagógicos”; e a segunda etapa ocorre quando, após alcançar o poder, visa destruir as organizações sindicais, bem como os agrupamentos populares, clubes relacionados à arte e à ciência, além das associações de defesa econômica – sejam socialistas, comunistas, republicanas ou democratas (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1). Nisto, qualquer forma de oposição às práticas e convicções do fascismo era alvo de violência. Trata-se, em suma, de um “regime obscurantista do Estado a serviço de uma minoria privilegiada”, o qual “ilud[e] as populações atormentadas por contradições econômicas” (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1).

Assim, uma das complexidades do fenômeno fascista diz respeito ao seu caráter simultaneamente anacrônico e singular. O jornal expõe criticamente que o fascismo expressava, por um lado, “formas arcaicas de organização” e “anacronismos políticos” os quais ainda eram “[...] apresentados aos homens do século XX, quando não como autênticas novidades, ao menos como a panacéia antiga mas boa, que h[averia] de curar todos os males da época” (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1). Por outro lado, indica que uma das singularidades do fascismo era sua demagogia ainda sem precedentes na história, que objetivava dividir a maioria dos oprimidos. Como já visualizado, o periódico aborda o que considera como os vários tipos de fascismo, mas, para os objetivos deste capítulo, cabe apenas mencionar apenas o que denomina como fascismo italiano, fascismo alemão/ariano e fascismo brasileiro. Em relação às práticas concretas cometidas pelos nazistas no Brasil, a expressão fascismo alemão/ariano aparece na matéria *Os nazistas de São Paulo Ensaíam Átos de Violência* (*O Homem Livre*, 1933, n. 20, p. 1). Esta publicação relata o episódio em que os membros do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, seguindo ordens de superiores e se aproveitando da proteção policial concedida aos movimentos fascistas em geral, apoderaram-se e destruíram publicamente o cartaz que anunciava o retorno do periódico *Freie Presse*¹⁴⁵. Quanto à expressão “fascismo brasileiro” há a menção à Ação Integralista Brasileira, composta pela “molecada de Plínio Salgado” (*O Homem Livre*, 1933, n. 18, p. 1), que é designado ironicamente pelo jornal como “Duce indigena” (*O Homem*

¹⁴⁵ Há uma menção a tal periódico antifascista no jornal *O Homem Livre*: “Leiam ‘Freie Presse’ organ für menschnrechte und freiheit. Antifaschistische Zeitung. Rua do Carmo, 11, 1º andar” (*O Homem Livre*, 1933, n. 13, p. 6).

Livre, 1933, n. 8, p. 1) – nomeação que advém da crítica à AIB como uma cópia malfeita do fascismo e do nazismo, ou seja, como um movimento desenvolvido de forma descabida e descontextualizada no Brasil. Na matéria *Realidades Brasileiras*, de 3 de junho de 1933, além da análise detalhada feita à situação política do país, o periódico zomba do “engraçado grupo verde-amarelo”, que “com sua saudação [...] e emblemas copiados do racismo alemão”, buscou “monopoliz[ar] todos os bichos e frutas nacionais, para a confecção de suas metáforas e imagens [...]” (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 1). O jornal satiriza, então, os “camisas côr de azeitona”, dizendo que “[...] toda a gente esperava que o sr. Plinio Salgado escolhesse [...] não o sigma grego cuja forma lembra a cruz swastika, mas uma banana ou um abacaxi” (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 1).

Sob essa perspectiva, algumas de suas matérias acentuam os traços estereotipados dos movimentos fascistas em tom de humor e crítica, trazendo matérias e charges que os ridicularizam ao expressar suas particularidades. Vale destacar que, além das charges criadas pelo próprio jornal, também foram publicadas charges provenientes de periódicos internacionais. Desta feita, uma delas ilustra dois homens conversando, possivelmente debaixo de uma ponte – o que sugere a crítica feita pelo jornal ao fascismo levar a civilização à catástrofe. Daí que um dos homens afirma que gostaria de ser fascista ou nazista, e o outro pergunta o motivo. A resposta dele é que seria apenas para ter uma camisa¹⁴⁶ (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1). Em outra edição, *O Homem Livre* aponta com humor a obsessão dos diversos tipos de fascismo por símbolos e uniformes, comunicando como dos “[...] camisas vermelhas de Garibaldi às camisas azeitonas de Plinio Salgado, o camisismo está descendo de degrau em degrau” (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 4). A crítica se aprofunda ao afirmar que “[...] não tendo mais o que descer, o fascismo terá que jogar para fóra camisa, cueca, bota, emblema, todo o seu arsenal de mistificação carnavalesca e mostrar-se nú, na sua verdadeira essencia de monstro sanguinario” (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 4). Outro exemplo é o desenho de uma mãe e seu filho abrindo a porta de casa para uma visita: um homem grande, loiro e barbudo, vestido como um viking e com uma tatuagem no braço que parece ser uma runa. É válido notar que essa

¹⁴⁶ Esse desenho faz menção a '*Du Rire, Paris!*'. No entanto, não foram encontradas informações precisas sobre tal referência (*O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1).

figura está em cima de um suporte, o qual sugere sua representação como um boneco ou uma estátua. A criança pergunta à mãe se é o King Kong, e a mãe responde: "Psiu! É um parente do chancellor Hitlel..." (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 1).

Figura 1: Charge



Fonte: *O Homem Livre*, 1933, n. 1, p. 1.

Figura 2: Charge relativa aos estereótipos



Fonte: *O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 1.

Conforme visto, as charges publicadas pelo periódico revelam o humor como uma das táticas de combate ao fascismo: utilizado como mecanismo de confronto às suas diversas formas; potente artifício reflexivo. Isso se relaciona, de certa maneira, ao que Foucault pontua em *Introdução à vida não-fascista*, nas suas palavras: "não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável" (Foucault, 1977, p. 3). Torna-se possível considerar, sob tal perspectiva, o uso do humor como uma tática ativa, incitadora de reflexões e modos de problematização.

3.2. Condições de efetividade dos movimentos políticos desenvolvidos no Brasil: fascismo Italiano, integralismo e o Partido Nazista

Após apresentar os jornais como parte dos discursos que circularam no Brasil entre 1933 e 1934, destaca-se que o interesse pela Itália e pelo fascismo

foi significativo no país nas décadas de 1920-1930 (Bertonha, 2000). Em vista disso, é necessário compreender as conexões entre a política nacional e internacional, visto que o fascismo italiano buscou difundir sua propaganda no Brasil durante esse contexto (Bertonha, 2000). Deve-se notar tais conexões, pois, embora o termo “globalização” ainda não estivesse vigente nessa época, ainda assim houve uma ampla articulação do fascismo nas terras brasileiras, o que fomentou efeitos políticos profundos, os quais acabaram por fortalecer uma direita nacional envolvida, por muitos anos, com as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do Brasil (Bertonha, 2000). Vale notar que a conexão entre o Brasil e a Alemanha, expressa por meio de relações político comerciais¹⁴⁷ também foi um componente decisivo, embora não se restrinja a isso. Assim, uma multiplicidade de fatores deve ser considerada à compreensão da disseminação dos discursos e práticas fascistas e nazistas na realidade brasileira.

A emergência do fascismo italiano, assim como do Partido Nazista no território nacional ocorre no mesmo contexto em que os saberes ligados ao racismo científico se desenvolviam como padrões de normalidade a serem seguidos. No Brasil do século XIX ao início do XX, as teorias racistas emergiam fortemente no corpo social. Conforme abordado na seção sobre o conceito foucaultiano de biopolítica, nesse contexto a disciplinarização e normalização dos corpos era expressa, entre outras formas, por meio do higienismo, sanitarismo, criminologia, antropometria e eugenia (Aguilar Filho, 2011). A moralização dos costumes vinculada à ideia de evolução da raça também foi um fator determinante, além da inclusão de teorias eugenistas na Constituição de 1934, que atribuía ao Estado a responsabilidade pela educação eugênica (Aguilar Filho, 2011). Nisto, a noção de aperfeiçoamento das raças era intrinsecamente ligada à concepção de progresso civilizatório. Pode-se afirmar, sob tal perspectiva, que o racismo foi utilizado como um instrumento do capitalismo, no sentido de constituir um ideal de progresso civilizatório fundamentado em pretextos de superioridade racial. De modo geral, a sociedade

¹⁴⁷ As relações político-comerciais entre o Brasil e a Alemanha nesse contexto são relativas à circulação de produtos como o café e o algodão (Dietrich, 2007).

foi compreendida como um organismo vivo a ser desenvolvido e aperfeiçoado para, a partir disso, promover a ordem e o progresso da nação¹⁴⁸.

Trata-se de um cenário de jogos de interesse promovido pelos centros do capitalismo, isto é, os impérios inglês, francês, alemão e estadunidense (Aguilar Filho, 2011). Com efeito,

o pensamento eugenista foi uma das contribuições da 'ciência' às consolidações dos estados nacionais burgueses a partir da segunda metade do século XIX e do modo de produção capitalista industrial, fossem eles centrais e imperialistas ou periféricos e coloniais (Aguilar Filho, 2011, p. 17).

Segundo Sidney Aguilar Filho (2011), as guerras raciais eram justificadas no colonialismo pela religião e pela ideia da guerra justa. No final do século XIX, no entanto, assumem outras formas, ou seja, passam a ser difundidas e expressas por meio da ciência. Conforme o historiador, diferentes visões estiveram em conflito nesse contexto, incluindo disputas entre as próprias teorias raciais. No entanto, segundo suas palavras, apesar das diferenças, o ponto em comum entre elas seria a dominação e a opressão.

No Brasil – último país do Ocidente a abolir o sistema escravagista – os princípios eugenistas e eurocêntricos encontraram espaço e se difundiram, tornando-se influentes principalmente no âmbito das elites brasileiras. *Grosso modo*, buscava-se alcançar tanto a substituição da mão obra escravizada quanto o branqueamento da população por meio de uma tática principal: o incentivo à entrada de imigrantes europeus no país¹⁴⁹. A implementação desses novos mecanismos de poder foi necessária, em certo sentido, à perpetuação dos interesses da classe dominante. Reforçou-se, dessa forma, "[...] tanto a exploração da força de trabalho quanto à figura jurídica do 'homem bom', que corria riscos de perda de seus interesses com a crise do Império e da escravidão" (Aguilar Filho, 2011, p. 18).

Supõe-se que as teorias racistas, além de serem lucrativas, se encaixaram socialmente – como se tivessem o poder de evidenciar o que seria

¹⁴⁸ As teorias da raça, associadas ao ideal de progresso, emergiram sobretudo do positivismo comteano, dentre outros saberes (Aguilar Filho, 2011).

¹⁴⁹ Vale mencionar que houve restrições à entrada de asiáticos e africanos no país.

a verdadeira natureza das coisas – pela própria lógica do capital, relativa ao entendimento de que as ações do mercado desenvolver-se-iam como se seguissem o curso natural das coisas. Ademais, segundo o historiador (2011), o racismo científico continha uma forte dimensão de classe, ou seja, além dos pressupostos raciais, foram hostilizados os demais indivíduos considerados como indesejáveis: trabalhadores pobres, camponeses nacionais, imigrantes que não possuíam terras e demais indivíduos marginalizados. Em suma, foram explorados e oprimidos todos aqueles que não se enquadravam nos preceitos eugenistas e eurocêntricos voltados à construção do Brasil à imagem e semelhança da Europa.

Nota-se, com base no exposto, a existência de uma vasta gama de fatores relacionados à disseminação das convicções racistas no contexto nacional, o que deve ser entendido como uma das condições de efetividade da emergência dos discursos e práticas fascistas e nazistas. Com Carneiro (2010), pode-se acrescentar que nas décadas de 1920 a 1940, as diretrizes da extrema-direita derivaram de pontos específicos, como do Estado, de setores conservadores da Igreja Católica, da imprensa brasileira e de uma parte considerável dos grupos de emigrantes italianos e alemães. De fato, não é possível afirmar que todos os imigrantes italianos e alemães seguiam o fascismo e o nazismo. Contudo, é inegável que a presença desses grupos no Brasil esteve, de alguma maneira, ligada às práticas nazifascistas, assim como ao desenvolvimento dessas organizações políticas no cenário nacional. Isso reflete o fato de que alguns de seus líderes, dirigentes e simpatizantes faziam parte desses núcleos.

Dito isto, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, São Paulo se consolidou como um grande polo de imigração¹⁵⁰. Especificamente durante a primeira metade do século XX, o crescimento urbano-industrial das grandes metrópoles, principalmente de São Paulo, esteve associado à vinda de estrangeiros ao Brasil e ao aumento da presença de italianos e alemães na

¹⁵⁰ Como mostra Matos, de acordo com o censo de 1872 [Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo, 12, p. 44], quando a cidade já sentia as consequências do surto cafeeiro, a população de São Paulo era de 31.385 pessoas. No censo seguinte, o de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes (dos estrangeiros 76,5% eram italianos), no início do século XX, em 1900, eram 239.820 habitantes (66,3% italianos), e em 1920 a população mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas. Entre 1920 e 1940, saltava para 1.326.261 moradores, constituindo-se num mosaico diversificado de grupos étnicos [...] (Matos, 2018, p. 138).

cidade. Observa-se, pois, que a capital paulista teve um grande contingente de fascistas. A comunidade italiana¹⁵¹ se inseriu nesse contexto com maior facilidade do que os demais imigrantes, como os alemães e japoneses (Carneiro, 2010). No entanto, isso não significa que com a ascensão do projeto estadonovista, os italianos não tenham sido vigiados e vistos como uma ameaça à nação. Já em relação à população alemã, a historiadora Ana Maria Dietrich (2007) salienta que a maior concentração de nazistas esteve no estado de São Paulo, ao contrário do que revela a historiografia brasileira, que tende a enfatizar a predominância do movimento Nacional-Socialista no Sul do país.

Considerando os discursos fascistas na conjuntura em questão, nota-se que tanto a imprensa italiana no Brasil quanto a brasileira publicavam sobre as conquistas de Mussolini na Itália desde 1922, elaborando uma visão positiva do que acontecia lá, como um exemplo de nação a ser seguido (Carneiro, 2010). No entanto, *O Homem Livre* já revelava a disparidade entre o que era exposto pelos meios de comunicação, muitas vezes alinhados com o regime fascista, e a realidade do cotidiano italiano. Na matéria *A ordem na Itália fascista*, publicada em 24 de junho de 1933, o periódico critica o governo mussolinista, apontando que o que se sucedia na Itália não era fruto de “[...] uma ordem espontânea, mas [sim de] uma desordem cristalizada” (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 2). O que o fascismo fez com a Itália, nesse sentido, foi empobrecê-la, levando-a à catástrofe, uma vez que todos os “[...] índices econômicos revela[ram] uma grande depressão. Todas as indústrias paralizaram. Existe uma tremenda crise agrária. Produzem-se na Itália mais falências financeiras do que em qualquer outra parte do mundo” (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 2). Anuncia-se, pois, a importância da existência de fontes como o “[...] 'Harper's Magazine', [além] do 'New York World' e do 'Chicago Tribune', [que] rasgaram em parte o véu das falsidades difundidas pelo fascismo no estrangeiro” (*O Homem Livre*, 1933, n. 5, p. 2).

Com a mesma intenção dos periódicos mencionados, *O Homem Livre* desafiava os discursos fascistas por meio de artigos assinados tanto por autores

¹⁵¹ Em *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*, Matos destaca a presença da cultura italiana em São Paulo, afirmando que “na urbe em expansão, novos territórios se configuraram e passaram a receber as marcas dos grupos ali instalados, como os italianos nos bairros do Bixiga, Brás, Mooca, Belém, entre outros” (Matos, 2018, p. 155).

que utilizaram seus nomes próprios quanto por aqueles que empregaram nomes fictícios. Nessa direção, apresenta outros discursos sobre as práticas reais, no sentido de fornecer detalhes sobre a situação concreta do cotidiano italiano. Uma de suas edições contém a matéria *O que se pode ver na Itália* – relativa ao escrito “*L’Adunata*” – que traz comentários de um autor anônimo que, ao ir para o país, testemunhou o regime fascista (*O Homem Livre*, 1933, n. 20, p. 2-3). Ele relata que, desde que embarcou em um transatlântico italiano no porto de Nova York, de imediato sentiu a atmosfera das barbáries fascistas. Já em solo italiano, para citar alguns dos aspectos descritos por ele, segue que: nas aldeias via-se a mais trágica miséria – as vendas feitas nas colheitas não eram suficientes ao pagamento de taxas; na Calábria, as mulheres e as crianças viviam descalças e, sobretudo as crianças, seminuas, além do fato de que muitas aldeias não tinham água, sendo necessário percorrer vários quilômetros e estradas árduas para buscá-la; os operários que conseguiam encontrar algum tipo de trabalho recebiam uma diária de 5 a 8 liras, enquanto que apenas um quilo de café custava 38 liras. Além desses aspectos, relata-se que os italianos apenas podiam executar quaisquer tipos de serviço se pertencessem ao sindicato fascista, cedendo boa parte de seu trabalho a este. Sob tal perspectiva, o autor comenta que todos os pretextos eram motivos para o regime extorquir dinheiro: “um vizinho de minha mãe foi obrigado a pagar 150 liras de multa por ter feito dois dias de trabalho [...] sem ser inscrito no sindicato fascista [...]” (*O Homem Livre*, 1933, n. 20, p. 2). Ademais, o autor expõe que ficou somente dois dias em Roma na casa de seu irmão, o qual foi obrigado a denunciá-lo para não ser preso, visto que o porteiro do local havia apresentado à polícia um relatório alegando que existiam na casa alguns estrangeiros. Nas cidades não era permitido dar abrigo aos próprios parentes sem que houvesse uma prévia autorização policial. É intrigante observar que, mesmo diante dessas condições e inúmeras outras, houve frequentes revoltas de camponeses, embora, segundo o autor, não se saiba nada sobre elas devido à censura imposta pelo regime¹⁵².

¹⁵² Segundo as palavras do autor: “as revoltas de camponeses são freqüentes, mas nada se sabe a respeito, devido á terrível censura exercida por ocasião délas. Em Tiriolo do Catanzaro, a população, desesperada pelos abusos e sobrecarregada de impostos incendiou a municipalidade e tentou linchar o 'podestá'. Os fascistas cercaram a cidade e, a força de 'manganello', prenderam centenas de pessoas que se encontram presentemente nas ilhas. Em

Em relação ao desenvolvimento da propaganda fascista no exterior é notável o esforço do governo italiano em direção ao Brasil na década de 1930. Ressalta-se que as propagandas fascistas não eram limitadas à sociedade brasileira, pois também foram dirigidas a outros países, como a França, Inglaterra, Suíça, Hungria etc. (Bertonha, 2000). Por essa razão, vale destacar que eram adaptadas aos diferentes cenários em que se inseriam e que não obtiveram os mesmos resultados em todos os contextos. Na década de 1920, a propaganda destinada ao Brasil focalizava os italianos e seus descendentes. Segundo Bertonha (2000), nesse contexto sua estrutura foi restrita, concentrada sobretudo em aspectos culturais. Em vista disso, era constituída pela distribuição de livros sobre a Itália, pela realização de conferências, pelo financiamento de viagens de alguns jornalistas brasileiros para tal país e pela fundação de institutos, como o *Instituto Ítalo Brasileiro di Alta Cultura* (1926), que visava a expansão cultural e comercial da Itália na América Latina. Para o historiador, a propaganda fascista da década de 1920 não obteve grandes resultados, o que pode ser explicitado pela pouca atenção dada à difusão do ideário fascista no Brasil deste momento.

No entanto, nos anos de 1930, houve uma mudança radical nos métodos utilizados pelo governo mussolinista. Para esclarecer tal reorientação operacional, parte-se do princípio de que o fascismo já estava disseminado em diversas camadas da sociedade brasileira – situação que não pode ser compreendida somente pelas propagandas feitas pelo regime no território nacional, como se se tratasse de uma imposição unívoca e absoluta das convicções fascistas. Da mesma forma que o regime europeu se esforçava para que suas publicações atingissem o tecido social, variados setores da sociedade brasileira tinham o desejo de obter informações sobre tal regime, no sentido de conhecê-lo mais¹⁵³. Por ter sido um dos pioneiros no uso dos modernos meios de comunicação, o fascismo se embasou no rádio e no cinema, nas exposições

Miglianina, na mesma província, deu-se um fato idêntico, mas a censura desta vez agiu com maior rapidez[z], impedindo a sua divulgação" (*O Homem Livre*, 1933, n. 20, p. 3).

¹⁵³ Tais dados foram coletados do artigo *Divulgando o duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943* (2000), de João Fábio Bertonha. As fontes históricas utilizadas pelo historiador se encontram nos arquivos do *Ministero della Cultura Popolare*, MinCulPop, (*Archivio Centrale dello Stato/Ministero della Cultura Popolare, Divisione Generale di Propaganda*).

culturais e, seguindo o que foi apresentado, na imprensa. De acordo com Bertonha (2000), seu desempenho em relação à imprensa foi significativamente maior do que em relação ao rádio e ao cinema. Isso porque os filmes produzidos pelo regime e encaminhados ao exterior tinham dificuldade de circular devido à competição com o cinema americano. Apenas no final da década de 1930 que o governo mussolinista se esforçou para reverter este quadro. No que diz respeito ao rádio, o historiador (2000) menciona as transmissões diretas da Itália para o Brasil, que continham programas em português e discursos do *Duce*. Todavia, tais transmissões não receberam grande atenção, provavelmente porque a América Latina não era foco das iniciativas radiofônicas do regime e devido às dificuldades técnicas.

Entre o final dos anos 1930 e na década de 1940, ocorrem exposições, visitas aeronavais e atividades culturais dedicadas à conquista da população brasileira. Toma-se como exemplo os eventos promovidos pelo *Dopolavoro*, pelas *Casas d'Italia* e outras instituições, as quais deixaram de ser restritas aos italianos, passando a ser cada vez mais acessíveis aos brasileiros (Bertonha, 2000). Isso indica a crescente articulação das propagandas fascistas. A cultura, nesse sentido, não é algo que vem coroar a história; ao contrário, ela atua como uma força ativa de engendramento da própria história, não sendo imparcial ou neutra, mas sim, ela mesma, um campo de disputas e batalhas. A força de difusão cultural no fascismo, por exemplo, não funcionava apenas como um tipo de propaganda, mas tinha uma ação sutil e discreta que agia na própria fixação dos discursos fascistas. Sob essa chave de leitura, um ponto relevante é o envolvimento do fascismo italiano com os intelectuais brasileiros. Para o historiador (2000), o regime buscou conquistar os intelectuais por meio da divulgação de literatura sobre o regime, distribuição de livros para universidades e escolas e traduções de obras anticomunistas e fascistas, além das viagens pagas à Itália para o contato com a cultura italiana, sendo comum a presença de professores universitários, membros do governo, além de jornalistas. Ao mesmo tempo, a intelectualidade brasileira tinha interesse pela cultura italiana e pelo governo fascista, o que fomentava muitos pedidos por material. Nessa direção, houve um aumento no intercâmbio entre professores brasileiros e italianos, incluindo a transferência de docentes italianos para lecionar no Brasil. Ainda

houve o auxílio na atribuição de bolsas de estudo para que estudantes brasileiros pudessem se especializar na Itália (Bertonha, 2000).

Quanto à imprensa, de modo a complementar o que já foi abordado, verifica-se, por um lado, que havia jornalistas que estavam dispostos a divulgar o fascismo em seus periódicos, inclusive de forma gratuita; por outro lado, para Bertonha (2000), era mais comum que o regime se esforçasse em conquistá-los, proporcionando uma ampla divulgação de artigos e imagens à imprensa. Com isso, precavia-se *a priori* de possíveis obstáculos na divulgação de seu material, sobretudo a respeito da vasta quantidade de publicações. No ano de 1934, o governo italiano passou a controlar o *Fanfulla* (1893-1965), um dos jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, o qual serviu tanto como reflexo quanto como veículo de divulgação dos ideais fascistas¹⁵⁴. Percebe-se, em relação ao envolvimento do regime com os jornalistas brasileiros, um movimento semelhante no modo como os periódicos propriamente envolvidos com o fascismo italiano interagem com outros jornais de direita, a fim de divulgar suas convicções e conquistar um maior número de adeptos. A matéria *O Fanfulla, os integralistas e a Ação Social*, do periódico *O Homem Livre*, descreve como este jornal mussolinista estaria a abrigar nos últimos tempos e com regozijo, “[...] todos os comunicados oriundos de todas as arapucas [de] estilo fascista que acabam de brotar do confucionismo político da pequena burguesia” (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 1). Para *O Homem Livre*, tal acontecimento não seria motivo de espanto, tampouco de admiração, pois não seria uma novidade que os nacionalistas, independentemente de sua nação de origem, se auxiliassem mutuamente. Fato que expressa uma contradição existente nos fascismos de todos os tipos, dado que suas organizações se esquecem das diferenças básicas e fundamentais do movimento que defendem para, a partir disso, se unirem contra o inimigo em comum. Nesse caso específico, de acordo com o que diz o jornal antifascista, os reacionários do *Fanfulla* estariam a abrigar com carinho os comunicados da Ação Integralista Brasileira e da Ação Social que, na verdade, estariam brigando para decidir quem é mesmo fascista. Após expor as inconsistências da situação no que diz respeito à AIB e à Ação Social, alega que não se poderia deixar de estranhar que nacionalistas se utilizem de jornais

¹⁵⁴ Segundo Carneiro (2010), em 1942, o jornal *Fanfulla* foi alvo de intervenção federal.

estrangeiros para divulgar seus valores. A matéria é finalizada, portanto, dizendo ser bom lembrar os fascistas italianos de que o argumento de que se servem quando exprimem que “[...] o fascismo é coisa que interessa só a italianos, si não é válido nem mesmo para nós, pelo menos os obriga, por razões de coerencia, a não se imiscuir nos negocios do Brasil” (*O Homem Livre*, 1933, n. 7, p. 1).

Por outra via, o jornal nazista *Deutscher Morgen* defende o fascismo como um modelo político de caráter universal na matéria *Der Faschismus ist kein Exportartikel* (O fascismo não é um artigo de exportação), na qual comenta uma antiga publicação do jornal italiano *Popolo d'Italia* (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 45). A matéria do jornal italiano criticava uma entrevista concedida pelo vice-chanceler austríaco (Winkler), pouco antes de sua renúncia, segundo a qual Mussolini teria dito que o fascismo não é um artigo de exportação. Ao que parece, de modo a compactuar com o jornal italiano, *Deutscher Morgen* defende que, na realidade, Mussolini havia concedido uma entrevista, alguns anos antes, ao ex-editor do *Berliner Tageblatt* (Theodor Wolff), declarando que as ideias do fascismo eram universais, mas que suas declarações e práticas italianas não poderiam ser transplantadas para outros países de uma só vez. Tal publicação do *Deutscher Morgen*, além de outras considerações, problematiza a maneira pela qual Theodor Wolff, por razões de política interna, teria enfatizado apenas alguns aspectos do que foi dito pelo líder fascista, negligenciando questões importantes à sua fala. Reforça, em vista disso, que o fascismo é italiano em suas instituições individuais, mas universal em seu espírito. Aliás, conforme o jornal nazista, em outubro de 1929, Mussolini já havia dito em sua mensagem para o ano IX do fascismo, que não veio dele a frase de que o fascismo não é um artigo de exportação. O periódico nazista esclarece, por conseguinte, que com o desenvolvimento do fascismo seria possível prever uma Europa fascista, capaz de resolver o problema do Estado moderno do século XX, isto é, diferentemente dos Estados que existiam antes de 1789, bem como dos que se formaram posteriormente a esta data. Segundo suas palavras, "o fascismo corresponde a todas as necessidades de caráter universal¹⁵⁵" (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 45, p. 5).

¹⁵⁵ “*Der Faschismus entpreche allen Bedürfnissen universellen Charakters*” (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 45, p. 5).

Considerando a assertiva do jornal *Deutscher Morgen* sobre o caráter universal do fascismo, pode-se dizer que tal matéria reflete o expansionismo e o imperialismo do regime, no que diz respeito à tentativa de se impor e se desenvolver em outros contextos. A partir da contestação do modo pelo qual a fala de Mussolini foi divulgada – de maneira deturpada, segundo o jornal nazista – afirma-se que o fascismo é italiano em aspectos específicos, mas universal em seu espírito. Nessa direção, realçar o caráter universal do fascismo leva à discussão sobre sua transposição para outros territórios. No entanto, segundo a ideia da presente dissertação, parece ser problemático considerar que as práticas e discursos do regime fascista poderiam se impor absolutamente da mesma forma em todos os contextos. Em consonância com o periódico antifascista, portanto, é necessário atentar à incoerência desses movimentos políticos que, embora se digam nacionalistas, estão envolvidos com outras organizações igualmente nacionalistas. Afinal, no que diz respeito à transposição do fascismo para outros contextos, como o Brasil, não haveria uma clara contradição no fato de que diferentes nacionalismos pudessem se apoiar mutuamente? *O Homem Livre*, ao conferir as matérias divulgadas pelo periódico fascista *Fanfulla*, menciona o envolvimento direto daquilo que designa como os variados tipos de fascismo e, em tom de sarcasmo, aponta que, embora tais movimentos políticos se auxiliassem em determinadas ocasiões, ainda assim estariam em conflito devido às disputas de suas organizações. Faz sentido afirmar, em vista disso, que os embates e contradições até então verificados parecem trazer à tona a crítica feita pela dissertação, ou seja, de que não haveria qualquer coisa como uma espécie de essência fascista/nazista que pudesse ser transposta de forma unívoca em contextos distintos. Existem claras diferenças em relação aos movimentos políticos em análise, o que remete à ascensão de novas práticas de violência, as quais possuem singularidades.

Considerando, pois, que algumas das organizações fascistas eram sustentadas pela embaixada italiana e autoridades consulares situadas em São Paulo¹⁵⁶, o jornal *O Homem Livre* traz a matéria *São Paulo, colonia do imperio facista*, relativa a um trecho do *Discorsi Politici* (Edição do '*Popolo d'Italia*', Milão,

¹⁵⁶ Maria Luiza Tucci Carneiro, em *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário* (2010), detalha algumas das organizações fascistas financiadas pelos órgãos italianos mencionados.

1921 – Discurso de 20 de setembro de 1920, em Trieste), referente às palavras de Mussolini:

700.000 ITALIANOS SE ENCONTRAM EM NOVA YORK, 400.000 NO ESTADO DE S. PAULO, ONDE A LINGUA DE ESTADO TERÁ DE SER A ITALIANA, E 120.000 NA TUNISIA ONDE, MUITO PROVAVELMENTE, OS COLONOS SICILIANOS TRABALHARÃO AMANHÃ SOB A REGENCIA ITALIANA (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 1).

O discurso de Mussolini não apenas mostra a significativa quantidade de imigrantes italianos no estado de São Paulo, mas também como sua presença tornar-se-ia um componente ativo na conquista da região, a ponto de a língua italiana se tornar predominante. Se o que foi dito pelo líder fascista traz a expansão do domínio italiano para outros territórios, referir-se ao fascismo como algo restrito à Itália seria passível de problematizações. Para entender a disseminação de suas práticas e discursos mundo afora, deve-se atentar à teia de suas diretrizes, planos e metas que alcançaram uma dimensão global. Conforme os dados explicitados, no Brasil da década de 1930, os discursos e propagandas fascistas não foram dirigidos somente aos imigrantes italianos; a sociedade brasileira também foi afetada, o que influenciou a articulação de elementos já presentes em solo nacional e contribuiu para a emergência de novos movimentos políticos, como a Ação Integralista Brasileira. Com efeito, embora seja preciso considerar a proeminência do fascismo italiano na formação da AIB, junto à influência de outras correntes políticas estrangeiras, como o nazismo, não se deve negar suas singularidades. No que diz respeito à Ação Integralista Brasileira, não se trata de um movimento que apenas reproduziu as características desses regimes europeus, sem desenvolver as suas próprias.

Como observa Bertonha (2001), o entendimento do integralismo – seja como um mero reflexo dos regimes europeus ou como algo distinto deles devido às diferentes condições históricas em que surgiu – demandou considerável empenho investigativo de variados historiadores e cientistas políticos na década de 1970, o que gerou grandes contribuições ao estudo sobre a AIB. Entretanto, para o historiador, existem lacunas quando se toca na questão do caráter mimético do integralismo, especialmente no que diz respeito às análises interpretativas elaboradas pela historiografia. Nesse sentido, ainda que seja

imprescindível considerar a influência externa do fascismo na formação da AIB, é importante levar em conta os elementos distintos dessas correntes políticas. Apesar de a AIB e o fascismo italiano trocarem experiências mútuas e se considerarem, em alguns aspectos, como semelhantes, ainda havia divergências e pontos de discordância entre estes movimentos. Bertonha (2001) destaca que, embora a união entre ambos fosse mais forte do que os conflitos, seu envolvimento era mais complexo do que parece ser. Isso porque, segundo o historiador:

as primeiras notas sobre a formação da AIB foram enviadas a Roma pelo cônsul de São Paulo, Serafino Mazzolini, em 1931. Mazzolini foi transferido, porém, para Montevidéu em 1932, e os cônsules e embaixadores subseqüentes (até 1936) só fizeram análises superficiais sobre o Integralismo. Tais análises preocupavam-se, principalmente, em identificar os pontos comuns da ação dos integralistas com a do Fascismo italiano e escondiam várias preocupações: o nacionalismo integralista, que parecia ser uma fonte de conflito com a Itália [...] e a conseqüente perda de prestígio do Fascismo, etc. A partir de 1936, a atitude italiana diante da AIB mudou e esta passou a ser vista como um movimento de importância e analisada com maior positividade (Bertonha, 2001, p. 86-87).

No entanto, ao que parece, as tensões nas relações entre a AIB e o fascismo italiano, não podem ser datadas fixamente, visto que a matéria exposta acima, do jornal *O Homem Livre*, *O Fanfulla*, *os integralistas e a Ação Social*, publicada em 8 de julho de 1933, já mostrava o envolvimento entre tais correntes políticas. Existem fontes históricas da década de 1930 que revelam sinais de intersecção entre os sistemas de propaganda fascista e integralista, bem como de encontros integralistas realizados nas sedes das associações italianas ligadas ao fascismo (Bertonha, 2001). Além de suas convergências, apenas para citar alguns exemplos dos conflitos entre o integralismo e o fascismo, houve certa competição pelo número de seguidores de cada movimento, com foco na comunidade italiana e nos brasileiros descendentes de italianos. Por um lado, os ítalo-brasileiros, envolvidos com o contexto político nacional, ao invés de se engajarem no fascismo, alinharam-se à Ação Integralista Brasileira – segundo o historiador (2001), a AIB era apreendida por muitos deles como uma versão brasileira do fascismo. Muitos descendentes de italianos, além dos que faziam parte das classes médias, tiveram afinidade com a AIB. Por outro lado, alguns dos adeptos ao integralismo se dedicaram às organizações fascistas.

Interessa notar que a Ação Integralista Brasileira se desenvolveu em meio às condições político-sociais da década de 1930, sendo contemporânea à crise econômica mundial desta época. De maneira semelhante aos regimes fascista e nazista, a AIB criticava o Estado liberal e propunha uma nova ordem política baseada no autoritarismo. No entanto, embora culpabilizasse o liberalismo pelos males da época, reproduzia práticas liberais. Em síntese, a organização da AIB se embasava em uma ordem hierárquica, com diretrizes rígidas e princípios de liderança próximos aos do nazifascismo. Configurava-se como um movimento político disciplinar fundamentado no lema "Deus, Pátria, Família", além de se caracterizar pelo uso simbólico do sigma e pela saudação "anauê" – termo tupi que serviu ao movimento para destacar sua identidade tipicamente brasileira. Vale lembrar que a máxima "Deus, Pátria, Família" também foi utilizada contemporaneamente, pelo governo de Bolsonaro. Em relação ao integralismo, um de seus objetivos era construir uma nova sociedade, reforçando o que considerava como a necessidade de preservar a identidade nacional. Nota-se que uma de suas singularidades diz respeito à associação simultânea de elementos fascistas e conservadores. Ou seja, o movimento apresenta alguns aspectos relativos à mimese do nazifascismo sendo que, ao mesmo tempo, está profundamente conectado ao conservadorismo.

De fato, a emergência da Ação Integralista Brasileira corresponde a algo bastante específico no contexto em voga. Apreendendo-a como uma "nebulosa fascista" (Eco, 2019, p. 44), apenas para citar alguns de seus aspectos semelhantes aos regimes europeus, segue: o nacionalismo, o autoritarismo, anticomunismo, o antiliberalismo, o antissemitismo e a intolerância aos que se opõem às suas convicções. Especificamente em relação ao antissemitismo, é relevante considerar como o integralismo contribuiu à proliferação dos discursos antissemitas no Brasil¹⁵⁷. Já no que diz respeito ao seu caráter conservador, o movimento exalta valores espirituais inerentemente ligados ao catolicismo, junto ao desejo de restaurar um passado idealizado – fatores que indicam aspectos típicos do salazarismo (Portugal) e do franquismo (Espanha) (Cruz, 2012). Ademais, segundo a historiadora Natalia dos Reis Cruz (2012), enquanto os

¹⁵⁷ Como exemplo da proliferação de discursos antissemitas fomentada pela Ação Integralista Brasileira, nota-se que Gustavo Barroso, um de seus principais teóricos, traduziu para o português o texto antissemita *Protocolos dos Sábios de Sião* (Carneiro, 2010).

regimes europeus surgiram em sociedades plenamente industrializadas, a Ação Integralista Brasileira emergiu em um contexto em que a industrialização ainda estava em desenvolvimento, envolvida com a hegemonia dos valores agrários de uma estrutura social dominante.

É digno de nota que para o movimento integralista, a proposta de reconstrução nacional está intrinsecamente envolvida com a resolução do problema das raças (Cruz, 2012). Nisto, é preciso apresentar a particularidade do racismo integralista, que se distingue em alguns aspectos do racismo praticado de forma totalmente explícita pelos moldes tradicionais, tal como vinha sendo aplicado, a título de exemplo, pelo nazismo na Alemanha. Mais especificamente, no contexto em questão, havia uma intensa circulação de saberes racistas, que consideravam a miscigenação racial como fator fundamental à salvação da nação, uma vez que se acreditava que, a partir dela, desenvolver-se-ia uma população mais branca e, conseqüentemente, mais evoluída. Assim como tais saberes, o movimento integralista assumia a importância do caldeamento racial da população brasileira. No entanto, ao contrário dos saberes vigentes que levavam em conta perspectivas científicas sob um viés pretensamente racional, o integralismo deslocava a ênfase do cientificismo para o domínio da moral e dos valores, conferindo à questão da raça um sentido humanitário (Cruz, 2012). Considerando, portanto, que os discursos racistas precisam se adaptar à realidade em que se impõem para conseguirem se desenvolver efetivamente, o integralismo, por meio deste deslocamento – entendido aqui como uma operação estratégica – conecta paradoxalmente princípios racistas com a negação do racismo. A recusa da operacionalização do racismo pela via dos moldes tradicionais ocorre, de fato, porque se trata da tentativa de ascensão de um movimento político em uma sociedade propriamente miscigenada. Focalizando a inevitável mistura de etnias no Brasil, este movimento político nota que não haveria como combater diretamente essa realidade, então se aproveita dela ao seu favor. Nessa direção, reforça a identidade brasileira, ao mesmo tempo em que a estereotipa e subalterniza. Aí estaria um ponto central de suas convicções. Em outras palavras, pode-se dizer que seus discursos contêm aspectos contraditórios: há a proposta da supremacia da raça branca, disfarçada sob o pretexto do

caldeamento étnico e racial do Brasil. Sob tal perspectiva, o racismo é ocultado sob a aparência da comunhão, da solidariedade, da tolerância e do respeito às identidades. São propriamente os valores cristãos que moldam as formas de atuação da AIB: os ideais de tolerância e amor ao próximo, responsáveis por impedir a incorporação de um discurso racista radical, servem como artifícios para a eliminação de determinadas raças pela via da miscigenação (Cruz, 2012).

É notável o viés pretencioso de seus discursos, que promovem a ideia de uma integração total da população brasileira, com o objetivo de criar uma sociedade unificada e homogênea em todas as dimensões, na qual, segundo os princípios desta corrente política, quaisquer espécies de conflitos desapareceriam (Cruz, 2012). O integralismo idealiza a miscigenação como um mecanismo político capaz de definir uma identidade nacional unívoca com base na raça, apesar da diversidade étnico-racial existente no país. Dessa forma, sua incoerência é expressa na própria narrativa histórica do contexto brasileiro, utilizada, inclusive, para encobrir o racismo. Para Cruz (2012), trata-se de um projeto que associa a miscigenação às tradições da nação, configurando o que seria a alma ou a subjetividade nacional, constituídas desde o processo da colonização. O ápice dessa estratégia é a figura do caboclo, conforme elucida a historiadora:

o símbolo do processo de branqueamento seria o caboclo. A fusão das etnias levaria à formação de uma nova raça, síntese de todas as raças. O elemento tupi, enquanto 'naturalmente' dotado da capacidade de se fundir com o branco devido à sua alma cordial e benevolente, desapareceu como raça, mas deixou a benevolência e a cordialidade na alma e na subjetividade das demais raças que se misturaram ao sangue tupi. Assim, a história aparece como fator explicativo da tradição brasileira de amálgama racial: o evento histórico do 'encontro' entre o branco e o indígena teria propiciado a consolidação de uma 'alma' e de uma 'subjetividade' nacionais tendentes à harmonização e à solidariedade entre os diversos grupos sociais, sendo a miscigenação racial entendida como parte desse processo. O negro é valorizado seguindo-se o mesmo ponto de vista. Por sua capacidade de integração à sociedade, por seu trabalho e por sua *participação em feitos importantes, lutando ao lado de brancos e índios* (Cruz, 2012, p. 54-55).

É visível que o integralismo estima o ideal branco cristão, colonizador português, por seu papel civilizador e cristianizador. Trata-se, por assim dizer, de uma forma

de miscigenação na qual apenas uma das raças presentes nesse contexto atua como força de comando. Mantém-se, assim, a perspectiva dominante da raça branca – que, a propósito, é a que define o que considera como miscigenação.

Conforme visto acima, os conflitos entre o fascismo e o integralismo eram facilmente superados devido à proximidade entre esses movimentos políticos (Bertonha, 2001). Em contraste, as interações entre integralistas e nazistas foram mais complexas, principalmente em relação às diferentes abordagens do racismo. Enquanto no nazismo a perspectiva racista é posta em prática de maneira totalmente explícita, no integralismo ela é, de alguma forma, encoberta. Segundo Cruz (2012, p. 54), a negação deste tipo de racismo é um fator distintivo entre o integralismo e o nazismo alemão, fator que desencadeou as críticas feitas pelas lideranças do movimento integralista ao Nacional-Socialismo, especificamente por seu “imperialismo racista”. Uma ressalva, no que diz respeito aos vínculos e disputas entre as organizações fascistas italianas no território nacional e o Partido Nazista no Brasil, é que não foram encontradas informações precisas à dissertação sobre as dinâmicas de seu envolvimento. Já em relação ao nazismo e ao integralismo parece que tais movimentos buscaram manter uma postura reservada quanto a sua vinculação mútua – o que é passível de questionamentos, como será visto adiante.

O jornal *Deutscher Morgen*, em vista disso, traz a exigência de o Nacional-Socialismo não se envolver nem divulgar suas ideias em países estrangeiros. Destaca-se, pois, que o NSDAP não participou de campanhas eleitorais no cenário nacional. A matéria *Was du Nationalsozialist im Ausland zu beachten hast* (O que você deve considerar como nacional-socialista no exterior) orientava aos alemães que vivessem no Brasil à necessidade de seguir as leis do país no qual se vivia, permitindo que o povo local determinasse sua própria política. Prescreve-se ao Nacional-Socialismo não interferir na política de um país estrangeiro, mesmo que fosse em conversas triviais. Além disso, os seus adeptos devem enaltecer a Alemanha, sempre se identificando como um adepto do movimento ou como um membro do Partido Nazista no Brasil (*Deutscher Morgen*, 1933, n. 30, p. 7).

Todavia, é possível afirmar que as relações entre o nazismo e o integralismo variaram entre tensões e colaborações, conforme expõe o periódico antifascista:

fomos informados de que os arianos do 'National-Sozialistische Arbeiter Partei' de São Paulo, imitando o exemplo dos seus comparsas do Rio Grande do Sul, estão organizando tropas de assalto, destinadas, naturalmente, a agir em concórdancia com as tropas anêmicas dos integralistas brasileiros. Essa é a única conclusão que se pode tirar da organização de tais bandos de reacionários estrangeiros em território nacional, em que pese á contradição em que se colocam os descendentes de Odin ao darem o braço aos repudiados mestiços brasileiros (*O Homem Livre*, 1934, n. 21, p. 1).

O Homem Livre relata também como os nazistas tiravam proveito da desatenção das autoridades em relação a “[...] atividade dos fascistas de todas as côres, [...] [que] trata[vam] de bancar os 'heróis lendários' de dois mundos, para maior grandeza do sangue de 'pedigree' que lhes corre nas veias” (*O Homem Livre*, 1934, n. 21, p. 1). Ademais, acerca das ações da polícia, o periódico menciona que enquanto as manifestações e reuniões antifascistas eram proibidas e reprimidas, os integralistas – e, como se pôde ver, os demais nazifascistas – eram permitidos a se manifestar em São Paulo (*O Homem Livre*, 1933, n. 20, p. 2).

No que tange à compreensão da presença de um Partido Nazista no Brasil, portanto, é necessário esboçar a teia de relações cotidianas da comunidade alemã, tocando nos conflitos entre o que exigia o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e o que concretamente se desenvolveu no Brasil. Dessa forma, na contramão de investigar tal Partido limitando-se à sua configuração hierárquica, ao papel de seus líderes e às suas ações oficiais, busca-se trazer à tona suas contradições e incoerências internas. Sob essa linha de raciocínio, um dos primeiros pontos a ser questionado – tendo em vista o que foi exposto acima sobre a matéria *Was du Nationalsozialist im Ausland zu beachten hast* (O que você deve considerar como nacional-socialista no exterior), que orienta os alemães a não se envolverem com as questões políticas do Brasil –, é: uma vez que o envolvimento com a política local era desaconselhado pelo jornal, como atuou o Partido Nazista no Brasil?

A resposta desta questão exige que se leve em conta, segundo Dietrich (2007), que o Partido existiu no Brasil de 1928 a 1938, associado ao conjunto das organizações estrangeiras do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, supervisionadas pela Organização do Partido Nazista no Exterior (*Auslandorganisation der NSDAP – A.O.*). Em síntese, a A.O. serviu aos anseios expansionistas e imperialistas do regime nazista, considerando o grande número de emigrados que deixaram a Alemanha devido à crise econômica e às imposições do Tratado de Versalhes. Com esse propósito, a A.O. coordenou os partidos nazistas constituídos no exterior e inspecionou os alemães que se estabeleceram em outros países (Dietrich, 2007). Assim, de modo a entender o Partido Nazista no Brasil, deve-se focalizar as diversas camadas do movimento nazista, que se desenvolveu em outros países. Dietrich (2007) esclarece, nesse sentido, que o regime não aspirava apenas a Europa, mas também a América, a Oceania, a Ásia e a África. No caso da América do Sul, a historiadora (2007) aponta que o Brasil se destaca pelo maior contingente de nazistas fora da Alemanha. Por essa razão, pode-se dizer que o Partido se desenvolveu em vários estados brasileiros, como: “[...] São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Pará, Goiás, Paraíba, Ceará, Amazonas, Sergipe e Alagoas” (Dietrich, 2007, p. 157). Ressalta-se que as atividades do movimento nazista no Brasil foram mais significativas nas regiões Sudeste e Sul do país.

Para apresentar os vínculos do Partido no Brasil com a Organização do Partido Nazista no Exterior (A.O.), Dietrich (2007) sublinha a existência da produção de relatórios feitos pelo Partido sobre suas atividades, sobre a comunidade alemã no país e, também, sobre o cenário político nacional. Nesse contexto, Hans Henning von Cossel era um dos responsáveis pelas correspondências entre o Brasil e a Alemanha. Para a historiadora, Cossel desempenhou um papel central no Partido, sendo considerado como uma espécie de “*führer* tupiniquim” (Dietrich, 2007, p. 172). Era reconhecido pelos nazistas por liderar o maior grupo da Organização do Partido Nazista no Exterior, o *Landesgruppe* Brasil (grupo do Brasil). Enquanto o Nacional-Socialismo se desenvolvia na Alemanha, o Partido Nazista no Brasil se expandia por meio das

suas seções disseminadas em solo nacional¹⁵⁸. É suficiente apontar, a respeito disso, que, no ano de 1934, sua sede se localizava na cidade de São Paulo. No início de 1934, o grupo regional de São Paulo estava vinculado ao do Paraná e, posteriormente, suas células passaram a ser organizadas em vários bairros da cidade de São Paulo, como: no Centro, em Santana, na Vila Mariana, Jardim América e Mooca-Brás (Dietrich, 2007). Como mais um dos fatores relativos à sua difusão no Brasil, cumpre lembrar que o jornal *Deutscher Morgen* começou a ser publicado em 1932. Antes da sede do Partido encontrar-se em São Paulo, era localizada no Rio de Janeiro, nos anos de 1931-1932. É importante observar que o Partido Nazista no Brasil estabeleceu conexões oficiais com o Terceiro Reich apenas em 1931, ou seja, antes mesmo de Hitler se tornar chanceler na Alemanha em 1933 (Dietrich, 2007). A constatação desse fato mostra a formação dos acontecimentos a partir de uma série de pequenos elementos contingentes. Nesse sentido, pensar a formação do acontecimento implica considerá-lo por meio de diversas vias entrelaçadas, moldadas por inúmeros desvios e acasos, o que impede apreendê-lo como algo predeterminado.

Isto posto, a presença deste Partido no Brasil não foi uma criação da Organização do Partido Nazista no Exterior (*Auslandorganisation der NSDAP*)¹⁵⁹, levando em conta a data de sua formação em 1928 e suas ligações diretas com o Nacional-Socialismo alemão apenas em 1931. Considerando que a presente pesquisa se desvia da procura pela origem absoluta das ocorrências, pode-se afirmar que o Partido foi formado em Benedito Timbó (SC), por um grupo de imigrantes alemães (Dietrich, 2007) – este dado histórico é entendido, nessa pesquisa, como um dos ínfimos acontecimentos que, de alguma forma, o constituíram. De maneira geral, a atuação do Partido concentrou-se em envolver os imigrantes alemães em responsabilidades para com sua nação de origem, no combate ao comunismo e em apoiar o governo de Hitler. O periódico *Deutscher Morgen*, justamente por reforçar a união da comunidade alemã no Brasil,

¹⁵⁸ Um detalhe adicional e indispensável a ser ressaltado é que ele havia sido membro do *Freikorps* (Dietrich, 2007).

¹⁵⁹ Essa suposição é fundamentada pelo ano de criação da A.O. Segundo Dietrich: “primeiramente denominado como *Auslandsabteilung* (Departamento do Exterior), foi fundado em 1931 com sede em Hamburgo. No ano em que Hitler subiu ao poder, mais precisamente em 03 de outubro de 1933, o departamento foi alocado, dentro da hierarquia do partido, diretamente abaixo do vice do Führer. Em 17 de fevereiro de 1934, passou a ser chamada Organização do partido nazista no exterior (A.O.)” (Dietrich, 2007, p. 143).

reforçava – como porta-voz do Partido Nazista no país – sentimentos pangermanistas, ou seja, nas palavras de Dietrich, a ideia de que "onde houvesse o sangue germânico, haveria simbolicamente a Alemanha [...]" (Dietrich, 2007, p. 145).

No entanto, apesar dos discursos pangermanistas, o movimento nazista enfrentou uma série de conflitos internos que podem ser explicitados, em parte, pelo próprio processo de imigração. Para Dietrich (2007), o segundo fluxo da imigração alemã para o Brasil, ocorrido nas duas primeiras décadas do século XX, trouxe imigrantes que se entendiam como mais ligados à Alemanha, os quais se denominavam como *Reichsdeutsche* (alemães do Reich). Os *Reichsdeutsche* procuravam se diferenciar dos alemães do primeiro fluxo imigratório, sucedido no século XIX, conhecidos como *Volksdeutsche* (alemães do povo), considerados como teuto-brasileiros por já terem se adaptado ao Brasil, conforme aponta Dietrich (2007). Para os *Reichsdeutsche*, o problema estava no fato de que os *Volksdeutsche* não apenas falavam um dialeto em vez do alemão padrão, mas porque não pertenciam à "raça pura". Por esse motivo, apenas os *Reichsdeutsche* eram autorizados a integrar o Partido. Como se pôde ver, esses fatores provocaram uma série de desentendimentos na comunidade alemã. Em vista disso, o movimento internacional considerou como um dos aspectos mais graves da permanência no Brasil a questão de o integralismo conquistar muitos alemães e descendentes de alemães, sobretudo no Sul do país (Dietrich, 2007). Estes se envolveram com o integralismo porque não puderam compor o Partido Nazista ou não concordaram com as imposições advindas do exterior (Dietrich, 2007). Um aspecto interessante e, de fato, surpreendente, é o que Aguilár Filho (2011) mostra ao comentar que o próprio chefe do Partido no Brasil, Hans Henning von Cossel, em determinado momento, teve a expectativa de a AIB se tornar o que Partido Nazista era na Alemanha.

No início deste capítulo, percebeu-se o afinamento de parte da sociedade brasileira com os discursos nazifascistas. Um aspecto fundamental a ser acrescentado é que, embora tenha havido certa convivência com esses discursos, isso não pode ser admitido em um sentido absoluto. Aventa-se que, para além dos jornais nazifascistas e antifascistas, existiram outros periódicos não necessariamente ligados a esses movimentos políticos que também

expressaram oposição às práticas e discursos nazistas e fascistas. Ao que aqui se intenta, ainda parece preciso questionar de que maneira os seguidores do Nacional-Socialismo adequaram seus princípios ao contexto brasileiro. No tocante a isso, para os nazistas, a vida dos alemães no Brasil foi caracterizada por estorvos e incômodos, principalmente em relação ao contato com a população brasileira, inferiorizada pelos discursos racistas por ser considerada “mestiça”. Sob esse ângulo, o periódico *O Homem Livre* publicou matérias que questionavam a presença de organizações nazistas no país. Ou seja, visto que se trata de um movimento propriamente racista, é preciso questionar, como sugere o título da matéria publicada em 3 de junho de 1933, *A França, paiz negro: Qual seria a opinião de Hitler sobre o Brasil?* (*O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 1). Sob tal perspectiva, a matéria traz um trecho do livro *Mein Kampf*, escrito pelo líder nazista. Apesar desse trecho se referir ao contexto francês, também pode ser aplicado ao Brasil, como indica o próprio título da publicação. Tal trecho descreve o que Hitler considera como o processo de “enegrecimento” da França, afirmando que, por esse motivo, o sangue europeu desapareceria do país, o qual passaria a ser habitado por uma raça inferior (Hitler apud *O Homem Livre*, 1933, n. 2, p. 1).

Dito isto, houve claras tentativas do movimento nazista em barrar o envolvimento dos alemães que residiam no Brasil com estrangeiras, com o objetivo de preservar a “raça pura”. Entretanto, como exemplos contundentes à defesa da hipótese da dissertação, é interessante que, em relação aos seus apoiadores, “muitos deles escreveram à central dos partidos no exterior em Berlim, pedindo a autorização para o casamento [...]” (Dietrich, 2007, p. 163). Vários deles, desconsiderando as diretrizes advindas do exterior, se casaram com brasileiras. Outra situação que evidencia a contradição do movimento nazista diz respeito a uma carta anônima recebida pelo jornal *O Homem Livre*, escrita por um alemão que questionava o mau comportamento do Sport Club Germânia no Brasil, particularmente em relação à má gestão de uma cúpula do clube, que acatava os comandos vindos da Alemanha, sem considerar que a lógica nacional apresentava diferenças. Diante disso, o autor comenta que o *führer* “considera [...] os brasileiros e japonezes, que são também membros do Esporte Clube como arianos [...]” (*O Homem Livre*, 1933, n. 16, p. 2). E, em

seguida, questiona: [...] como deve fazer então o Clube Germania quando tem que lutar com os outros clubes paulistanos, que tem em suas fileiras na qualidade de membros com iguais direitos, brasileiros de côr, que, segundo Hitler, são idênticos aos judeus?" (*O Homem Livre*, 1933, n. 16, p. 2).

Paralelamente a isso, há o que foi mencionado por Dietrich (2007) acerca da presença de um menino com características "mestiças" – filho de um alemão e de uma mulher afrodescendente – na Juventude Hitlerista e no time de futebol do Germânia (Dietrich, 2007). Conforme descrito pelo São Paulo Futebol Clube, o menino, Artur Friedenreich¹⁶⁰, apesar de ter cabelos "[...] naturalmente ondedos, [...] os alisava com pacientes aplicações de gomalina [...] cheg[ando] a ser considerado um branco. Bronzeado, porém branco" (São Paulo Futebol Clube apud Dietrich, 2007b, p. 307). Por fim, mais um dos exemplos significativos das contradições das práticas nazistas no Brasil é que, apesar das barreiras de raça imposta pelo Partido, houve a circulação de seus discursos em meio à elite brasileira, especificamente entre comerciantes do café, agentes do governo e aqueles que tinham vínculos comerciais com a Alemanha. Uma das práticas detectadas nesse sentido foi a imposição do trabalho escravo a "[...] 50 meninos, 48 'pretos ou pardos', de 9 a 12 anos, entre 1932 e 1941" (Aguilar Filho, 2011, p. 24) por simpatizantes do nazismo e membros da AIB, em uma fazenda em Campina de Monte Alegre (SP). As crianças foram retiradas de um orfanato no Rio de Janeiro e submetidas ao trabalho escravo, sofrendo diversos tipos de violência e gerando lucros para os responsáveis pela fazenda Santa Albertina, ou seja, netos do Barão do Bananal. Acontecimento esse que traz as ressonâncias entre o Brasil escravocrata e os projetos de inspiração eugênica das décadas de 1930-1940.

Dado o quadro, as contradições dos movimentos políticos em questão devem ser compreendidas de maneira ampla, isto é, conectadas com uma série de ocorrências que mostram os pequenos acontecimentos e suas vilezas que tecem a trama histórica. Acontecimentos esses que emergem de inúmeras

¹⁶⁰ Segundo a *Revista Galileu* (2023), Artur Friedenreich (1892-1969), chamado de "El Tigre" e/ou "Fried", foi um dos craques do futebol no Brasil. Naquela época, o esporte era predominantemente acessível aos jogadores brancos. Friedenreich, nesse sentido, foi o primeiro homem negro a jogar futebol profissionalmente, tornando-se amplamente reconhecido por seus jogos. Pelo contexto racista, além de alisar os cabelos, o craque passava pó em sua pele antes dos jogos para parecer mais europeu e, assim, se adequar ao contexto em questão.

dinâmicas e circunstâncias, as quais permitem o entendimento das singularidades a partir de inúmeros fatores determinantes. O atravessamento do arquivo, em vista disso, possibilitou a apreensão da história por meio das complexidades do tempo, tornando possível a articulação das temporalidades. Em relação ao que foi descrito e apresentado, percebe-se como a utilização da noção de raça passou a ser comum entre nós, sendo utilizada na ordem do dia como fator determinante à caracterização de todos. Realidade que permite constatar, segundo Schwarcz (2001), que o Brasil é um país que se define pela raça. Afinal, “por que é que todas as vezes que somos instados a falar de identidade voltamos à raça?” (Schwarcz, 2001, p. 38). Em alusão ao mito da democracia social, que ainda ressoa em nós e é ressignificado de alguma forma, talvez se possa expor criticamente que mesmo “distantes do Zé Carioca de Disney, dos anos 50, ainda [tendemos a] nos reconhe[cer] a partir de nosso caráter exótico e mestiço” (Schwarcz, 2001, p. 39).

Ao que parece, para além de detectar e delatar o racismo, deve-se compreendê-lo considerando suas condições específicas, embora haja regularidades com outras conjunturas. Em outras palavras, existem semelhanças em sua configuração, mas suas manifestações são particulares a depender do contexto em que estão inseridas: ignorá-las significaria estar a par de certo reducionismo, que restringiria a uma forma única o que apresenta expressões diversas¹⁶¹. Aí estaria a necessidade de enfatizar que não há uma grande distância entre as formas de violência explícitas e as práticas de violência latentes. É preciso levar a sério as peculiaridades encontradas e enfrentá-las, reflexão que também se aplica ao desenvolvimento das organizações políticas no Brasil – o fascismo italiano, o integralismo e o Partido Nazista.

¹⁶¹ Para Schwarcz (2001), desconsiderar as singularidades na manifestação do racismo acarretaria o risco de nada entender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar variados acontecimentos, o desenvolvimento desta pesquisa suscitou reflexões que não podem ser encerradas de maneira definitiva. Em uma descrição sucinta, a dissertação adveio de uma análise implicada com a montagem de elementos constituintes do arquivo e de referências bibliográficas heterogêneas. Tal análise, focalizou a problematização de associações absolutas e universais de ocorrências emergentes em contextos históricos distintos, sem que isso implicasse a recusa categórica do uso dos termos fascismo, nazismo e seus neologismos em outras conjunturas que não fossem as dos regimes europeus do início do século XX. A exposição de práticas e discursos contemporâneos evidenciou o risco de esvaziamento dos sentidos desses termos, assim como de utilizações que, a depender de seus propósitos, dizem respeito a riscos ainda maiores.

Em função disso, a pesquisa fundamentou-se nas ressonâncias entre o presente e o passado, destacando importantes aspectos das práticas de violência da contemporaneidade, daquelas próprias ao fascismo e ao nazismo europeus, assim como das que circularam no contexto brasileiro da década de 1930, historicamente alusivas ao nazifascismo. Dessa forma, o *Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022)*, os jornais *Deutscher Morgen* e *O Homem Livre*, bem como as matérias de periódicos da atualidade e das décadas de 1920-1930, foram fundamentais para o que aqui se propôs. Tanto as regularidades quanto as singularidades dessas práticas e discursos foram identificadas paralelamente às lacunas e paradoxos revelados no decorrer da investigação. Isso porque foram evidenciadas as contradições, tensões e disputas das forças políticas emergentes nos contextos mencionados, as quais não foram entendidas como descompassos, inconsistências ou desalinhamentos, mas, de alguma forma, como expressões fundamentais dos regimes e movimentos políticos perscrutados. Para dar alguns exemplos dessas contradições, identificaram-se, entre outros aspectos, suas associações e disputas com organizações políticas de diferentes orientações, além do modo como os próprios regimes fascista e nazista se autodefiniam (o fascismo, que, quando lhe era conveniente, se apresentava como monarquista

ou como republicano; a nomenclatura dada ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, que unia termos como “nacional” e “socialista”, esvaziando as divergências das correntes políticas alemãs da época). Outro fator interessante de ser mencionado foram as suas relações simultâneas com a Igreja Católica e com as práticas neopagãs. Ademais, no que diz respeito ao que se desenvolveu no território nacional, destaca-se o fato de os discursos do Partido Nazista no Brasil terem circulado entre as elites brasileiras e comerciantes do café, apesar de o semanário de tal Partido – o jornal *Deutscher Morgen* – ter reforçado que os alemães não se envolvessem com a política local. Outrossim, contrariando as diretrizes impostas pelo nazismo alemão – que exigiam que seus discursos fossem aceitos apenas por alemães que residiam no exterior para preservar o que consideravam a 'raça pura' – alguns de seus adeptos se envolveram com brasileiros natos.

No decorrer dessa trajetória analítica, em acordo com a perspectiva foucaultiana, não foram os grandes fatos que elucidaram a história, mas sim as minúcias, os pequenos acontecimentos e seus desencaixes. Percebeu-se, nesse sentido, que a própria noção de contradição assume outra dimensão quando se escapa das narrativas oficiais da história. Ao observar as minúcias, o que antes podia ser visto como uma mera contradição, a ponto de ser desconsiderado, assume outra condição, tornando-se digno de ser apreendido, uma vez que reflete o real dos acontecimentos em sua complexidade. Nesta pesquisa, a dimensão da contradição evidenciou o uso que os regimes políticos estudados faziam de suas próprias discrepâncias. Mais especificamente, expor algumas das condições de efetividade das práticas e discursos que circularam no início do século XX tanto na Itália e na Alemanha quanto no Brasil dos anos 1930 e na contemporaneidade, permitiu uma compreensão mais fina das intrincadas dinâmicas que compõem esses regimes e movimentos políticos. Atentou-se ao uso de determinados recursos de violência, às suas relações com forças exteriores e conflitos internos. Os deslocamentos históricos realizados por meio de um extenso recorte espaço-temporal – exigência do processo arquivístico – foram essenciais ao entendimento das configurações e particularidades das práticas de violência em questão.

A pesquisa, ao distanciar-se da necessidade de classificar as ocorrências atuais como fascistas ou não, tornou possível explorar diversos ângulos na abordagem do tema, abrindo caminhos imprevistos a um estudo de tamanha amplitude. Ao recusar um modo analítico baseado em meras comparações, pode-se dizer que o desenvolvimento da dissertação não buscou encontrar definições rígidas sobre o que ocorreu no passado, tampouco explicações redutoras sobre o que desponta no presente. Observou-se como, em contextos específicos, certos discursos foram formulados em detrimento de outros. Com efeito, ao rejeitar o tratamento da história por meio das noções de sucessividade e repetição dos eventos, a pesquisa focalizou como as práticas e discursos do passado reverberam no presente, além da impossibilidade de nos apartarmos do presente ao nos reportarmos ao passado, utilizando a noção foucaultiana de descontinuidade. No que tange às produções de Foucault, tratou-se, à luz da arqueologia e da genealogia, de lidar com os acontecimentos históricos como efeitos de construções discursivas em dispersão. Considerou-se que uma série de forças emergiram nos contextos investigados sem seguir uma destinação que sugeriria a continuidade de algo como uma essência fascista/nazista, que se expressaria como tal em diferentes circunstâncias. Nessa perspectiva, em resposta à hipótese levantada pela pesquisa – relativa à emergência de práticas de violência sob novas configurações político-sociais –, concluiu-se que a história do nazifascismo não está, por assim dizer, encerrada, se, e somente se, se considerar que os discursos e práticas da contemporaneidade são capazes de fazê-la ressoar, ao mesmo tempo em que se configuram como novas gêneses históricas. O que poderia ser visto ou entendido como mera ressonância adquire, portanto, sentidos insuspeitos quando se verifica que não é possível conjecturar tais realidades na atualidade sem que se considere, ao lado do nazifascismo, coisas como: o desenvolvimento do neoliberalismo, as transformações do mercado de trabalho, a expansão das tecnologias de vigilância, os novos modos de produção e circulação da informação relativos à influência algorítmica e dinâmicas das *fake news*; em suma, os processos contemporâneos de subjetivação e sujeição das condutas, associados às técnicas de governamentalidade em emergência no tecido social. O que foi analisado na pesquisa mostra que o fascismo e o nazismo europeus não podem ser entendidos como excepcionalidades históricas que teriam sido superadas no

contexto pós-guerra, uma vez que as ocorrências associáveis a esses regimes permanecem vivas socialmente. Isso destaca a importância de um trabalho investigativo que entenda a história como força motriz do que existe e não como mera representação do que se passou.

Percebeu-se, com base em verificações precisas, como essas formas de violência despontam de maneira aguda nos dias de hoje, assumindo uma complexidade não antevista devido à atuação de inúmeras instâncias, mecanismos e estratégias de poder que não faziam parte da primeira metade do século XX. Atenta-se que a afirmação da complexidade do que emerge no presente não implica subestimar o que se deu no passado, uma vez que foram apresentados os intrincados jogos políticos do fascismo e do nazismo europeus, bem como das associações políticas envolvidas com tais regimes no território brasileiro da década de 1930, isto é, as organizações do fascismo italiano, o Partido Nazista no Brasil e a Ação Integralista Brasileira.

No que diz respeito à recusa de uma caracterização cristalizada dos acontecimentos e de suas origens históricas definitivas, apresentou-se a noção de “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44), que, longe de ser assimilada em um sentido metafísico, permite compreender como a atuação de inúmeras dinâmicas, bastante concretas, puderam formá-la. A título de exemplo, no caso do fascismo italiano, já estavam disseminadas socialmente diversas formas de violência antes da fundação oficial do *Fasci di Combattimento*, em 1919, ou do Partido Fascista, em 1921. A pesquisa se dedicou a explorar a multiplicidade de ocorrências que se desenrolavam socialmente tanto antes quanto durante a emergência do que nos é relatado, nas narrativas hegemônicas da história, como grandes eventos. Ademais, foi destacada a importância do conceito deleuze-guattariano de microfascismo, que proporcionou a compreensão de que o fascismo, ao mesmo tempo em que se concretiza como formas duras e molares, opera de maneira molecular, permeando amplos domínios da vida cotidiana – aliás, essa parece ser uma de suas mais peculiares características. A contribuição desse conceito para a pesquisa esteve relacionada à perspectiva de que, em vez de buscar classificações imediatas nas formas mais evidentes de violência, trata-se de perceber seu funcionamento em todos nós, de maneiras sutis e nada óbvias. O fascismo sugere algo que vem de fora, mas sua energia

está presente nos desejos de cada um, o que indica seu perigo. Por meio deste conceito e da acepção foucaultiana de fascismo presente em *Introdução à vida não-fascista* (1977), constatou-se o desejo de repressão tanto dos outros quanto de nós mesmos, relacionado à inclinação para formas astutas de violência encontradas nas inúmeras inquietações da ordem do dia, às quais qualquer um é suscetível a desejar e perpetrar.

Isto posto, em referência aos regimes fascista e nazista europeus, pôde-se observar que parte de seus modos de operação já havia se manifestado nas sociedades ocidentais liberais de outras conjunturas. O que foi encontrado no arquivo, sob tal perspectiva, alinha-se com a afirmação de Foucault de que o nazismo levou ao paroxismo mecanismos que já existiam socialmente, o que também se mostrou aplicável ao fascismo italiano, ainda que tenham sido detectadas importantes diferenças entre esses regimes, principalmente associadas ao funcionamento do racismo e do antissemitismo. Mais especificamente, foram indicados mecanismos político-econômicos e sociais que existiam nas sociedades antes mesmo da emergência dos regimes fascista e nazista, em resumo, o racismo, o antissemitismo, o neocolonialismo e processos específicos de sujeição das condutas, o que possibilitou o entendimento de parte de suas condições de efetividade. Precisamente em relação aos deslocamentos históricos abordados, percebeu-se como o racismo assume variadas formas, dependendo do contexto, do regime ou movimento político em questão. Segundo o que foi explicitado pela pesquisa, as significativas diferenças de seus *modus operandi* dizem respeito às práticas racistas manifestadas nos moldes tradicionais, no racismo científico, no racismo integralista — que se baseia na defesa da miscigenação conforme pretextos morais e valores que reforçam o que consideram como uma autêntica identidade brasileira — e no racismo contemporâneo, intrinsecamente ligado ao neoliberalismo, à lógica do mercado e ao capital humano.

Em linhas gerais, foram apresentadas as ocorrências do fascismo e do nazismo europeus em uma via de mão dupla, isto é, em relação às minúcias da história e ao fomento de seus excessos de poder. Foram evidenciadas mutuamente suas regularidades e singularidades em relação às estruturas previamente estabelecidas nas sociedades ocidentais. O fascismo e o nazismo

foram marcados pelo avançado processo de industrialização da Itália e da Alemanha e seus excessos de poder foram explicitados, dentre outros aspectos, pelo desenvolvimento de políticas imperialistas, expansionistas e nacionalistas. Esses regimes expressaram notórias formas de repressão política, como: a perseguição racial, o genocídio, a exploração do trabalho, a concentração do poder econômico, a opressão aos movimentos de esquerda, aos sindicatos, aos movimentos operários etc. Notou-se que enquanto isso ocorria na Europa, no Brasil da década de 1930, as organizações fascistas italianas, a Ação Integralista Brasileira e o Partido Nazista no Brasil tiveram lugar em um contexto em que a industrialização ainda estava em desenvolvimento e onde os interesses agrários eram dominantes. No início da década de 1930, tais organizações despertaram o interesse e a admiração de alguns setores da sociedade, encontrando espaço na realidade colonizada, na qual o racismo científico eugenista se manifestava como uma estratégia político-social para lidar com a abolição da escravatura, justificando e perpetuando hierarquias sociais e convicções voltadas à ideia da promoção do progresso nacional.

O conceito foucaultiano de biopolítica foi essencial ao entendimento da disseminação de determinados jogos de verdade que estimularam os processos de subjetivação e sujeição das condutas, nos contextos em análise e em outras conjunturas. O contato com o conceito de biopolítica, além de sua importância significativa à compreensão do funcionamento do racismo e de preconceitos de todo o tipo, possibilitou o esclarecimento de outros conceitos e contribuições do filósofo como, por exemplo, as variadas formas de expressão da biopolítica em diferentes domínios sociais, bem como variações passíveis de serem remetidas às formulações acerca da disciplina e da soberania propriamente ditas, resguardando suas diferenças e contextos de formação. Constatou-se a articulação do biopoder com o capitalismo, indicando a necessidade de se considerar as especificidades das distintas fases desse sistema político-econômico. Em vista disso, quando pertinente, foram abordados aspectos relevantes do liberalismo e do neoliberalismo estadunidense, contextualizando-os como fatores iminentes às mudanças na atuação dos dispositivos e tecnologias de poder. Além disso, os regimes fascista e nazista europeus, assim como as organizações associadas ao nazifascismo no Brasil da década de 1930,

foram entendidos como profundamente atrelados ao capitalismo, apesar de se definirem como alternativas políticas que o recusavam, o que expôs mais uma de suas contradições.

Após a definição do biopoder, seguindo a trajetória do pensamento de Foucault, recorreu-se ao uso do conceito de governamentalidade, criado pelo filósofo para analisar como se desenvolveram, desde o século XVI ao final do século XVIII, novas técnicas de governo da população e de si. A partir disso, tornou-se possível viabilizar uma trajetória analítica permeada por deslocamentos históricos entre o início do século XX e a contemporaneidade, expondo camadas necessárias à defesa da ideia da dissertação. Por meio desse conceito, discorreu-se sobre a existência das inúmeras artes de governar e jogos de verdade aplicados a todos os domínios da vida cotidiana, conectados, de alguma maneira, ao estabelecimento das linhas de produção de desejos e formação de condutas de maneira multifacetada e dispersa, por meio das quais os indivíduos são tanto produtos quanto produtores dos processos sociais. Visualizou-se como a lógica de mercado permeia todas as esferas da vida, refletindo diretamente o exercício do biopoder.

Em outras palavras, no cenário neoliberal atual, as formas de governo são tanto mais agudas quanto entendidas como mais versáteis. Agem sobre os corpos e a população, estando relacionadas à percepção dos indivíduos como agentes econômicos. Nessa direção, observou-se o funcionamento dos mecanismos de normalização das condutas que operam sob o pretexto da liberdade: entendida como técnica de governo desde o liberalismo (historicamente pontuado no século XVIII), a qual se expandiu no contexto neoliberal como parte fundamental da estrutura capitalista da organização social. A partir da figura do indivíduo como detentor de sua própria liberdade, pôde-se definir que, como um dos impactos da lógica mercadológica concorrencial, os indivíduos se assumem como donos de si, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, sentem o vazio da própria existência reduzida às diretrizes econômicas. Atentou-se que esse domínio de si, fomentado pelas dinâmicas de competitividade, maximização do desempenho e gestão pessoal, além de corresponder a um paradigma capaz de atingir a todos, efetiva ressentimentos e muitos outros fatores que legitimam atrocidades que são defendidas por uma

suposta defesa da liberdade de expressão. Diante dos argumentos apresentados, constatou-se que a violência latente na figura do “empresário de si” (Foucault, 2022b, p. 309) parece não estar tão distante, ao menos potencialmente, das práticas de violência que têm acometido a sociedade contemporânea. Frente a esse e outros fatores, como a ampliação das desigualdades sociais promovidas pela lógica neoliberal, evidenciou-se a imagem de práticas de violência e extermínio a céu aberto, o que indica a normalização e legitimação de atrocidades no cenário atual.

No contexto neoliberal, destacam-se as formas de governo provenientes de diversas instâncias, que revelam grande astúcia e versatilidade, refletindo a propagação de técnicas governamentais que se diferenciam, de alguma forma, das estabelecidas no início do século XX. A depender de uma análise das práticas, portanto, são inúmeros os processos e as tendências em desenvolvimento no tecido social, relativos a um momento de caráter singular, marcado por uma intensa efervescência política, geradora de novos efeitos. Diante disso, a necessidade de analisar o fascismo e o nazismo em relação às práticas e discursos atuais diz respeito a um problema político real, e não a uma questão puramente teórica a ser desbravada pelos moldes tradicionais da filosofia.

Dessa forma, com base no que foi investigado, a propagação das convicções nazifascistas parece corresponder apenas a um dos problemas a serem atravessados. Inspirando-se em Foucault, para esboçar um diagnóstico sobre a realidade que nos cerca, alusiva à nossa própria constituição histórico-social, seria válido atentar às demais forças que nos tornam tão dóceis, no sentido de produzirmos e reproduzirmos, às vezes despercebidos, seus mecanismos e, paradoxalmente, nos tornarmos geradores e perpetuadores de violências de todas as ordens. Ao que parece, concentrar-se apenas no fascismo e no nazismo não é suficiente para explicitar o que ocorre, embora seja essencial evocá-los, pois seus sinais aparecem constantemente no cotidiano das populações. Compreendendo os regimes europeus como intrinsecamente ligados ao capitalismo, assim como as práticas de violência que emergem contemporaneamente também o são, nota-se que os modos de funcionamento desses regimes não se esvaem, mas adquirem outras dimensões, pois parte das técnicas anteriores de governo já não são mais oportunas, compatíveis e/ou

suficientes para com o que se desenrola na ordem do dia, o que não significa recusar que sejam denominadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos. É pertinente afirmar, em certo sentido, que as dissimulações e contradições desses regimes europeus foram um dos motivos que lhes permitiram uma existência difusa e múltipla, na medida em que suas convicções foram segmentadas e utilizadas por variados movimentos em outras conjunturas. Sob tal perspectiva, nota-se que o que desponta na realidade brasileira requer que se considere tanto as semelhanças quanto as distinções entre o que foi incorporado das influências europeias, nesse caso específico do fascismo italiano e do nazismo alemão, e os aspectos inerentes ao cenário nacional.

Com efeito, a pesquisa investigou parte da atuação das novas dinâmicas de poder no contexto neoliberal e, como possíveis direções para o aprofundamento do estudo deste tema, parece pertinente investigar o desenvolvimento das dinâmicas neoliberais com foco nos anos 1970-1980, mirando a intensa articulação das forças de direita e extrema-direita nessa conjuntura. Isso porque, já no período pós-guerra, houve a emergência de diversos regimes e movimentos, que concretizaram forças políticas que evidenciam e intensificam a ideia da “nebulosa fascista” (Eco, 2019, p. 44). Por fim, como parte dos reflexos das singularidades e diferenças das práticas de violência analisadas, as contradições e incoerências dos regimes fascista e nazista europeus, além das organizações políticas voltadas a esses regimes no Brasil da década de 1930, serviram à pesquisa como fatores fundamentais ao afastamento das universalidades. Na esteira da noção foucaultiana de acontecimento, suas práticas e discursos foram compreendidos como efeitos do acaso e de contingências estabelecidas de acordo com relações de força que se encontram em devir. Tornou-se possível alcançar, a partir disso, os objetivos estabelecidos pela dissertação. Além da descrição das contradições, foram perspectivadas, conforme dito acima, as distintas manifestações do racismo e a necessária contextualização político-econômica dos atos desses regimes e organizações políticas, o que permitiu comprovar a hipótese da emergência de formas de violência assinaláveis sob novas gêneses históricas na contemporaneidade. Em vista disso, assegurou-se que diante de novas configurações históricas, as ocorrências que vêm sendo denominadas pelos termos fascismo, nazismo e seus neologismos se encontram fragmentadas em

núcleos multiformes e plurais, propagando-se de um ponto a outro e interagindo nas mais variadas instâncias. Por conseguinte, a detecção do alastramento das práticas e discursos associados ao nazifascismo expressa a necessidade de problematizar as associações imediatas entre diferentes conjunturas históricas, assim como o cuidado de questionar o uso desses termos em referência a qualquer forma de repressão.

Tratou-se de um esforço para tirar as coisas de seus lugares habituais, atentando para as novas práticas de violência em um contexto imerso em diversas vicissitudes. A pesquisa, sendo contemporânea às turbulências políticas, econômicas e sociais que ainda estão em curso, buscou captar a interação de diferentes forças na sociedade. Nesse sentido, a remissão ao passado ampara a tentativa de compreender os novos acontecimentos que nos atravessam politicamente. O entendimento do passado como vivo no presente e vice-versa expressa a tentativa de iluminar o que vemos atualmente, e reflete algo como uma esperança equilibrada – a de nos mantermos em pé diante das incertezas e complexidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- A situação na Itália. Administrações socialistas que renunciam. A Atitude dos fascistas em Cremona, Liguria, Milão, Turim e Verona. *A Gazeta*, São Paulo, 04978. ed. p. 1, 9 ago. 1922. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&pesq=A%20Gazeta&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16155>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- A subida dos nazistas ao poder. *Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos*: Enciclopédia do Holocausto, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power#:~:text=No%20dia%2030%20de%20janeiro,Hindenburg%20em%20ago%20de%201934>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGUILAR FILHO, Sidney. *Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1933-1945)*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.
- ALVES, Chico. Há elementos fascistas no governo Bolsonaro, diz professor. *Uol*, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/02/22/ha-elementos-fascistas-no-governo-bolsonaro-diz-professor.htm>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- AQUINO; Julio Groppa; VAL, Gisela Maria do. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. *Pedagogia y Saberes*, Bogotá, n. 49, p. 41-53, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pys/n49/0121-2494-pys-49-00041.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Arthur Friedenreich: conheça o atleta negro que foi o 1º craque brasileiro. *Revista Galileu*, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/arthur-friedenreich-conheca-o-atleta-negro-que-foi-o-1o-craque-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- Atos neonazistas e antissemitas em escolas tiveram alta de 760% entre 2019 e 2022, indica estudo. *Carta Capital*, 29 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/atos-neonazistas-e-antissemitas-em->

[escolas-tiveram-alta-de-760-entre-2019-e-2022-indica-estudo/](#). Acesso em: 29 abr. 2023.

AULA INAUGURAL do curso de Filosofia 2021 - Prof. Paulo Arantes. Vídeo. 2h55min10s. Publicado pelo canal Unesp de Marília. 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e2W2c887a4U&t=7643s>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 2, p. 83-112, 2000. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2105>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.

BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Circule pela direita: percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973*. Maringá: Eduem, 2023.

BOURDIEU, Pierre. Um pensador livre: "Não me pergunte quem sou eu". Tradução de Fernando Pinheiro Filho. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 169-175, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/ZpqKqStnyrDVS3trhFHHWTB/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRÁS, João Maurício. A banalização do fascismo. *Jornal Sol*, 3 maio 2021. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/2021/05/03/a-banalizacao-do-fascismo/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Fascistas à brasileira: encontros e desencontros. In: CARNEIRO, Maria Luiza. CROCI, Frederico (Orgs.). *Tempos de Fascismos: Ideologia, Intolerância, Imaginário*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 433-464.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 61-76, 2005.

CORTEZ, Yasmin Barros; DOS SANTOS, Douglas Firmino; BIAR, Liana de Andrade. A ascensão de um termo: fascismo, necropolítica e o atual cenário político brasileiro. *Revista Escrita*, v. 2020, n. 26, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_escrita.php?strSecao=show12&fas=46838&NrSecao_Art=Artigos&conteudo=46619&NrSecao=11. Acesso em: jan. 2021.

CRUZ, Natalia dos Reis. A Ação Integralista Brasileira (AIB). Nacionalismo, Antissemitismo e Fascismo. In: CRUZ, Natalia dos Reis (Org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45-60.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELCOLLI, Caio. Ameaça fascista: como ideais de extrema direita ganharam espaço no Brasil. *Galileu*, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Politica/noticia/2022/08/ameaca-fascista-como-ideais-de-extrema-direita-ganharam-espaco-no-brasil.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*; Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia* (vol. 1). Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 3). Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.

DEUTSCHER MORGEN. São Paulo: Edições de 1932 a 1941. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/browse/dateissued?scope=92835e7d-eb9d-47f9-888d-e9675cc79c64>. Acesso em: 03 abr. 2021.

DIDI-HUBERMAN, George. Quando as imagens tocam o real. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. *Pós*, v. 2, n. 4, p. 204-219, 2012.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DONDI, Mirco. O racismo colonial do fascismo e seus reflexos no rádio e na imprensa (1935-1936). In: CARNEIRO, Maria Luiza. CROCI, Frederico (Orgs.). *Tempos de Fascismos: Ideologia, Intolerância, Imaginário*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 317-370.

DORNBUSCH, Claudia. In: MANN, Klaus. *Mefisto*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022. p. 335-342.

DUARTE, André de Macedo. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 35-50.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Record, 2019.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EXPLORE A NEBULOSA DE ÓRION através desta visualização 3-D. Vídeo. 1min46s. Publicado pelo canal National Geographic Portugal. 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gzj71oBLSmo>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FABBRI, Luce. *Camisas Negras: estudio crítico histórico del origen y evolución del fascismo, sus hechos y sus ideas*. Buenos Aires: Ediciones Nervio, 1934.

FABBRI, Luce. *Fascismo: definição e história*. Tradução de Fernanda Grigolin e Rodrigo Millán. São Paulo: Microtupias, PS_São Paulo, 2020.

FANTÁSTICO. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que a presença online transborde para ataques violentos. *G1*, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2024.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FATOS POLÍTICOS - Levante Integralista. Vídeo. 15min36s. Publicado pelo canal Rio TV Câmara. 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMtCzZ75Wrs>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, Fernando Sarti; GOMES, Rosa Rosa. Fascismo na Alemanha: o nazismo. In: FERREIRA, Fernando Sarti; RODRIGUES, Julian (Orgs.). *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Maria Antonia, 2021. p. 51-61.

FERREIRA, Fernando Sarti; GOMES, Rosa Rosa. Fascismo na Itália. In: FERREIRA, Fernando Sarti; RODRIGUES, Julian (Orgs.). *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Maria Antonia, 2021. p. 41-49.

FINCHELSTEIN, Frederico. *Do fascismo ao populismo na história*. Tradução de Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019.

FONTANA, Alessandro; BERTANI, Mauro; Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 233-246.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedípus: Capitalism and Schizophrenia*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. New York: Viking Press, 1977. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-239.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung). *Cadernos da FFC*, Marília, v.9, n.1, p.169-189, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política. Ditos & Escritos V*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault, entrevistas*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006a, p. 67-100.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. In: POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault: entrevistas*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006b, p.41-52.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Ditos & Escritos VII*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber. Ditos & Escritos IV*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Ditos & Escritos II*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos & Escritos III*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

FOUCAULT, Michel. *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade. Ditos e Escritos X*. Tradução Abner Chiqueri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2022a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2022b.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 9-17.

GIARDINA, Andrea. O mito fascista da romanidade. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 55-76, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10320>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.) et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GROS, Frédéric. Problematização. *Mnemosine*, v. 11, n. 2, p. 296-297, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41599/28868>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GUÉRON, Rodrigo. *Capitalismo, desejo e política: Deleuze e Guattari leem Marx*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

HENKEL, Ana Paula. A banalização das palavras e a distorção da História. *Revista Oeste*, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://revistaoste.com/revista/edicao-47/a-banalizacao-das-palavras-e-a-distorcao-da-historia/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HEUSER, Ester Maria Dreher. História da filosofia: escola de intimidação ou de criação? In: VIII SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA, FORMAÇÃO DOCENTE E CIDADANIA. Caxias do Sul – RS, p. 1-11, maio 2008. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplCongressoFilosofia/extensao/agenda/eventos/cd_60/comunicacoes_cientificas/apresentacao/formacao/ester.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOJE NA HISTÓRIA: 05.01.1919 - Fracassa a Rebelião Espartaquista na Alemanha. Vídeo. 7min29s. Publicado pelo canal Opera Mundi. 5 jan. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hOVXfq_gC0. Acesso em: 5 jan. 2024.

HOJE NA HISTÓRIA: 1925 - Mussolini assume responsabilidade por assassinato de Giacomo Matteotti. Vídeo. 7min45s. Publicado pelo canal Opera Mundi. 3 jan. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/historia/podcast-hoje-na-historia-1925-mussolini-assume-mando-pela-morte-de-giacomo-matteotti/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Jacobinismo Economico. *O Combate: Independencia, Verdade, Justiça*. São Paulo, ano 7, 02032. ed. p. 1, 10 mar. 1922. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&pesq=A%20Gazeta&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5340>. Acesso em: 3 jan. 2024.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-22.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MAGENTA, Matheus. O que significa ser fascista? *BBC News Brasil*, 23 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62520995>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MANN, Klaus. *Mefisto*. Tradução de Claudia Abeling. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e Debates: da Escola dos *Annales* à História Nova. *Historiae: Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande*, Rio Grande, v.1, n.1, p.113-130, 2010. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/1762>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*. São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MEINERZ, Marcos Eduardo. "Hitler me disse": considerações sobre a relação do nazismo com crenças ocultistas ao longo do século XX. *Espaço Plural*, n. 38, p. 1-34, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/30682>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MORAGAS, André; MARCONDES, Ivan. A banalização do termo "fascista" e suas implicações políticas. *Gazeta do Povo*, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/banalizacao-termo-fascista-implicacoes-politicas/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MUSSOLINI, Benito. *A Doutrina do Fascismo*. In: MUSSOLINI, Benito; TRÓTSKI, Leon. *Fascismo*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Neofascismo à brasileira. *Ufjf Notícias*. 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/04/neofascismo-a-brasileira/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

O FASCISMO E O NAZISMO em perspectiva histórica. Vídeo. 2h3min37s. Publicado pelo canal TVPUC. 29 set. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=l4Bj9AiD2TE&t=49s> . Acesso em: 29 set. 2021.

O HOMEM LIVRE. São Paulo: Edições nº 1 ao nº 22, 1933-1934. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/browse/dateissued?scope=23e0bae7-2137-4f3b-a0f4-979b02993d7f>. Acesso em: 03 abr. 2022.

Os crimes do fascismo. *A Comuna: semanario comunista anarquista*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 110, p. 1-3, 19 abr. 1925. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/1f1c0d99-1062-4494-9b13-00299e28f198>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Os professores catholicos allemaes adherem ao nazismo. *A Gazeta*, São Paulo, ano 27, n. 8181, p. 1, 19 abr. 1933. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta/763900>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PACELLO, Isadora. Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site. *Brasil de fato*, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Astrojildo. A guerra e a Bíblia. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano 3, n. 30, p. 1-13, dez. 1940. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/a0730bd0-3865-404c-ba8e-47a469fc1ec3>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PRATES, Adriana Pedrassa. *Do encontro arte-museu-educação: uma perspectiva arqueogenealógica*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03072019-143732/pt-br.php>. Acesso em: 30 fev. 2020.

RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 253-267.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social: Revista social da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Bn67fyfwtQfrMvhqN8VnXXQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2023.

RAGO, Margareth. Luce Fabbrì, o anarquismo e as mulheres. *Textos de História*, v. 8, n. 1-2, p. 219-244, 2000.

RAGO, Margareth. Luigi e Luce Fabbrì: uma ética da liberdade. *Política e Trabalho*, n.36, v.36, p.155-168, abr. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/12868>.

Acesso em: 13 abr. 2023.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral. *Verinotio*, v. 25, n. 2, p. 444-481, 2019. Disponível em:

<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/507>. Acesso em: 18 jun. 2023.

OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.

Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil (01/01/2019 a 30/06/2022), 2023. Disponível em:

https://www.observatoriojudaico.org.br/post/relatorio-de-eventos-antissemitas-e-correlatos?fbclid=IwAR1d9T5Z5PIIvhFPJExG10SkdcxIS9zR7fuu9ht1jIAW_ynIuv_HMnzNAs. Acesso em: 26 jan. 2020.

RESENDE, Haroldo de. A genealogia de Michel Foucault e a história como diagnóstico do presente: elementos para a História da Educação. *Cadernos De História Da Educação*, v. 19, n. 2, p. 335-344, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/54472>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RITZ, Josianne. Museu do Holocausto repudia declarações de empresária de Curitiba: 'Analogias implícitas são perigosas'. *Bem Paraná*, 21 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/especiais/barulho-curitiba/museu-do-holocausto-repudia-declaracoes-de-empresaria-de-curitiba-analogias-implicitas-sao-perigosas/#.Xp9U3f1KgcU>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ROSA, Mario. A banalização do termo "genocida" é um ultraje às vítimas, alerta Mario Rosa. *Poder360*, 2 fev. 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/opiniao/a-banalizacao-do-termo-genocida-e-um-ultraje-as-vitimas-alerta-mario-rosa/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. O nazismo no Brasil: uma breve leitura sobre a organização e a estrutura do Partido. In: CRUZ, Natalia dos Reis (Org.).

Ideias e práticas fascistas no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 117-134.

SCHEMBRI, Elena. Camisas Negras. o fascismo explicado por Luce Fabbrì. *Verve*, n. 36, p. 26-47, 2019. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/45339/29956>. Acesso em: 10/03/2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Racismo & racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001. p. 9-43.

SOARES, Silvio de Azevedo. *Microquímica do poder: uma análise genealógica dos psicofármacos contemporâneos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kfzsz>. Acesso em: 27 jun. 2024.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Fascismo: o que é, como surgiu e o que defende. *Uol*, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/faq/fascismo-o-que-e-como-surgiu-e-o-que-defende.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VERDÚ Daniel. Quando todos somos fascistas. *El País*, 20 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/cultura/1563551499_294156.html. Acesso em: 21 jul. 2019.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.